



Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 - 2013

Relatório de Execução Anual 2009

Objectivo: Convergência

Código CCI 2007PT161PO004

Decisão de Aprovação da Comissão: C(2007) 4685, de 09-10-2007

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Regional de 2007-2013, para a Região Alentejo, adiante designado de INALENTEJO, procura responder a três desafios centrais do desenvolvimento regional inscritos nos eixos estratégicos “Alentejo 2015”:

- Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego
- Abertura da economia, sociedade e território ao exterior
- Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental

| i

Os objectivos definidos na estratégia são estruturados, e articulam-se em torno de 6 Eixos Prioritários, com as correspondentes dotações financeiras:

Eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento - 552.835.896€

Eixo 2 – Desenvolvimento urbano – 247.728.744€

Eixo 3 – Conectividade e articulação territorial – 286.961.870€

Eixo 4 – Qualificação ambiental e valorização do espaço rural – € 220.363.506€

Eixo 5 – Governação e capacitação institucional - 121.543.320€

Eixo 6 - Assistência Técnica – 30.588.235€

O INALENTEJO integra-se no objectivo “Convergência”, com um orçamento global de 1.460.021.571€, o que se traduz num financiamento comunitário de 868.933.978€, representando uma taxa média de co-financiamento de 59,52%.

Em termos de problemas detectados ao longo do ano de 2009, e soluções perspectivadas, podem-se salientar:

- O baixo nível de execução, de certo modo, transversal aos diversos Eixos Prioritários. Esta situação decorre, em grande parte, da conjuntura económica em que o país se encontra, que condicionou a capacidade das entidades/empresas garantirem a contrapartida, necessária para a implementação dos projectos;
- A verificação do cumprimento das regras dos Mercados Públicos leva a um arrastamento da fase de análise das candidaturas;
- A situação particular do Eixo 2, leva a uma complexidade e morosidade do processo de aprovação das operações a apoiar, uma vez que exige uma prévia

selecção dos Planos de Acção e Programas Estratégicos (o que leva à existência duma taxa de compromisso efectivo de apenas 15,5%, sendo o compromisso global do Eixo 2 de 63%);

- Tendo presentes as dificuldades financeiras antes referidas, ao nível do Eixo 3, nas intervenções no âmbito do Regulamento Específico da Rede Escolar de Ensino Básico e Educação Pré-Escolar, foi decidida e aplicada em 2009, a possibilidade de concessão de Adiantamento, de forma a contribuir para um impulso na capacidade financeira dos principais potenciais beneficiários – Administração Central e Local.
- Mantém-se o constrangimento no apoio a intervenções na área dos Equipamentos Sociais com impacto local ou concelhio. Seria importante que estes apoios fossem confiados ao PO Regional, ficando o supra concelhio afecto ao POVT;
- No Eixo 4, mantém-se a necessidade de criação dum Regulamento Específico para operacionalizar a “Valorização Económica do Espaço Rural”
- Ao nível da “Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas”, é necessária uma melhor especificação das intervenções com possibilidade de enquadramento efectivo pelo POVT;
- Possibilidade de apoio no INALENTEJO de intervenções relativas a Pequenos Sistemas Autónomos, com a introdução de alteração no Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água”
- Alteração das Taxas de Participação Médias do Eixo de forma a ser possível aplicar as Taxas de Participação consoante a natureza das intervenções e/ou dos beneficiários;

Até ao período em análise o INALENTEJO, recebeu 1.081 candidaturas, das quais foram admitidas 627 e aprovadas 427, com um Custo Total de 546.880 mil €, um custo total elegível de 462.682 mil €, uma despesa pública de 420.441 mil € e um montante FEDER de 288.906 mil €.

Será importante realçar a situação ao nível dos temas prioritários, destacando-se em termos de aprovação o tema “Investimento em Infra-estruturas sociais” com 94% em relação ao programado, seguindo-se a “Reabilitação urbana e rural” com 83% e a “Sociedade de informação” com 34%. Em termos de execução será de realçar a “Assistência Técnica” com 53,9%, os “Transportes” com 23,8% e o “Investimento em infra-estruturas sociais” com 12,6%.

Quanto à repartição do investimento pelas grandes áreas definidas, temas prioritários e Earmarking, será de referir que, das 427 candidaturas aprovadas, 102 contribuem para Earmarking, que traduzem 74,8% do FEDER aprovado.

Fazendo uma análise por NUT III, destaca-se o Alentejo Central com 29,8% do montante FEDER aprovado e 46,6% da execução, seguindo-se a Lezíria do Tejo com 19,4% de aprovação e 15,9% da execução, e o Baixo Alentejo com 15,3% de aprovação FEDER e 21,4% da execução.

Das 427 candidaturas aprovadas, já estão contratadas 344, o que se traduz numa taxa de contratação de 81% (significa 91% do montante FEDER aprovado).

Atingiu-se uma taxa de compromisso de 33%, face ao total programado, registando-se uma alteração significativa em relação ao ano de 2008, onde se verificava uma taxa de compromisso de 9%.

Fazendo uma análise por Eixo, refira-se que o Eixo 2, com 63% de compromisso registou a taxa mais elevada, sendo de referir que isso se deve, em parte, à inclusão dos Planos de Acção (traduzindo-se numa taxa de contratação de 100%). No Eixo 3, a referida taxa foi de 47%, no Eixo 1 de 27%, no Eixo 4 de 13%, no Eixo 6 de 12%, e no Eixo 5 de 10%.

Refira-se que durante o ano de 2009 efectuaram-se pagamentos aos beneficiários, num montante FEDER de 41.828.966€, que corresponde a 14% do montante FEDER aprovado. Sendo, neste âmbito de realçar, a taxa (pagamento/aprovação) de 52,3%, no Eixo 6 e de 24,9%, no Eixo 3.

O total transferido pela Comissão Europeia, foi no montante de 69.079.042€, tendo sido já certificado o valor de 3.908.994€, que corresponde a 6% do pré-financiamento recebido.

Em termos físicos, a partir da análise dos Indicadores Comuns Comunitários, são de realçar os indicadores enquadrados nas áreas temáticas da Educação, Saúde, Inclusão Social, Sociedade de Informação e nas Ajudas Directas ao Investimento nas PME, tendo em conta a evolução em relação ao ano transacto.

Quanto aos Indicadores Físicos de PO, importa destacar os que em fase de realização contratada, demonstram um certo dinamismo tendo mesmo igualado ou superado a meta inicialmente definida para 2010:

- No Eixo 1:
 - Incentivo à inovação produtiva – 72%
 - VAB gerado em sectores com potencial de crescimento – 27,4%
 - Orientação para a produção transaccionáveis e internacional – 72%

- Orientação para mercados internacionais – 3,7
- Acções colectivas apoiadas – 4
- No Eixo 2:
 - População beneficiada (residentes e novos residentes) pelos projectos apoiados – 217.472
 - N.º de protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados - 16
- No Eixo 3:
 - N.º de infra-estruturas aeroportuárias apoiadas – 2
 - N.º de km de rede rodoviária apoiada – 73,2
 - N.º de alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos de 1º CEB – 9.230
 - N.º de estabelecimentos educativos apoiados – 39 (este e o anterior superaram a meta de 2015)
 - N.º de elementos patrimoniais apoiados – 8
- No Eixo 4:
 - N.º de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas - 52.540
 - N.º de projectos de valorização de praias – 5
- No Eixo 5:
 - População servida por lojas do cidadão e centros multi-serviços – 70,3%
 - N.º de lojas do cidadão e centros multi-serviços apoiados – 40
- No Eixo 6:
 - N.º de visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO – 176.277
 - N.º de acções de divulgação e informação do Programa - 452.

Ao nível da Comunicação e Divulgação do INALENTEJO, será de realçar:

- O número de visitantes ao sítio da internet que até 31-12-2009 ascendeu a 176.277, dos quais, 126.029 respeitam apenas ao ano 2009. Estes números permitem confirmar que se trata efectivamente de um meio privilegiado de

divulgação e informação. Esta conclusão resulta também do exercício de Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO, que refere relativamente à utilização da internet, e mais concretamente do site do INALENTEJO, que “Quer o número de visitas ao site, quer a opinião perspectivada pelos beneficiários no inquérito realizado no âmbito da avaliação, confirma a importância deste meio de divulgação e informação (...)”. O número de visitas ao site tem superado claramente a média anual inicialmente prevista (50.000 visitantes/ano);

- Do total de 20 newsletter produzidas até 31-12-2009, 17 respeitam ao ano de 2009
- A concepção e edição dos suportes de comunicação e promoção tiveram início em 2009, com a concepção e implementação do stand de exposição do INALENTEJO e diversos materiais de promoção para eventos de diversa natureza, incluindo folhetos de promoção;
- A produção de um Destacável, distribuído a nível regional nos diversos meios de comunicação escrita.
- Ao nível da concepção e edição de “merchandising”, importa salientar os seguintes elementos: sacos, blocos de apontamentos, pastas e garrafas de azeite;
- A consulta on-line da situação dos projectos e lista de beneficiários, começou a ser divulgada no início de 2009
- A Autoridade de Gestão do INALENTEJO participa nos trabalhos da Rede de Comunicação do QREN e nas suas diversas iniciativas, esta tem vindo a revelar-se como uma oportunidade única de troca de experiências, racionalização de meios e potenciação de iniciativas junto dos beneficiários e do público em geral, que muito tem contribuído para a divulgação do QREN e dos PO;
- Em relação aos Seminários e “Workshops”, foram realizadas ao longo do ano de 2009, 50 sessões de esclarecimento e informação diversa, junto de potenciais beneficiários;
- Verificou-se a participação do INALENTEJO em sete feiras a nível regional.

No âmbito do Plano de Avaliação do INALENTEJO, o 2.º trimestre de 2009, marcou o início da fase de lançamento do processo de aquisição de serviços, para o exercício de “Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN”, processo este que ficou concluído no 3.º trimestre do mesmo ano. A entidade a quem foi adjudicada esta

prestação de serviços, foi a Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A., tendo o arranque formal da execução ocorrido no início do último trimestre de 2009.

Este exercício de avaliação prevê a apresentação de 4 relatórios: inicial, intermédio, preliminar e final. No decorrer de 2009 foram apresentados, pela equipa responsável pela avaliação, o relatório inicial e o relatório intermédio, expondo os primeiros resultados e perspectivas do estudo nas suas principais vertentes de incidência.

Já em Março de 2010 foi apresentado o relatório preliminar da avaliação, e a entrega do relatório final de Maio de 2010, sendo expectável que este exercício de avaliação esteja concluído até ao final do 2.º trimestre do corrente ano.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	I
ÍNDICE GERAL	VII
ÍNDICE DE TABELAS:	X
ÍNDICE DE FIGURAS:	XIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS:	XIV
INTRODUÇÃO	XVII
1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	1
1.1. ORGANIZAÇÃO DO INALENTEJO – OBJECTIVOS E PRIORIDADES, ÁREAS DE INTERVENÇÃO E BENEFICIÁRIOS.	4
1.2. GOVERNAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	18
1.2.1. AUTORIDADE DE GESTÃO	20
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	33
2.1. REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS	33
2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA OPERACIONAL	33
2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA OPERACIONAL	37
2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS	43
2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS ALVO	50
2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO	51
2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA	51
2.2. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO	60
2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	65
2.4. MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	66
2.4.1. MUDANÇAS NO CONTEXTO REGULAMENTAR	76
2.5. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPÇÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006	80
2.6. COMPLEMENTARIDADE	80
2.6.1. COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS	80
2.6.2. INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA – JEREMIE E JESSICA	82
2.7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	83

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	110
3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	110
3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	111
3.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA	115
3.1.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	128
3.2. EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO URBANO	129
3.2.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	129
3.2.2. ANÁLISE QUALITATIVA	132
3.2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	136
3.3. EIXO PRIORITÁRIO 3 – CONECTIVIDADE E ARTICULAÇÃO TERRITORIAL	137
3.3.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	137
3.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA	141
3.3.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	146
3.4. EIXO PRIORITÁRIO 4 – QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL	147
3.4.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	148
3.4.2. ANÁLISE QUALITATIVA	151
3.4.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	157
3.5. EIXO PRIORITÁRIO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	158
3.5.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	159
3.5.2. ANÁLISE QUALITATIVA	161
3.5.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	163
3.6. EIXO PRIORITÁRIO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA	164
3.6.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	164
3.6.2. ANÁLISE QUALITATIVA	166
3.6.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	168
4. GRANDES PROJECTOS	169

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	170
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	171
7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010	184
GLOSSÁRIO	186
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	191
ANEXO I - REALIZAÇÃO FÍSICA DOS INDICADORES COMUNS NACIONAIS.....	193
ANEXO II - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	203
ANEXO III - APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR NUT III.....	207
ANEXO IV - RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA - ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 846/2009	211
ANEXO V – LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS POR EIXO PRIORITÁRIO.....	221
ANEXO VI - REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA/CALENDÁRIO DE CONCURSOS POR EIXO PRIORITÁRIO	237
ANEXO VII – PROCESSO DE SELECÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO.....	241
ANEXO VIII – FICHA DE GRANDE PROJECTO	245
ANEXO IX – REPARTIÇÃO CUMULATIVA DAS DOTAÇÕES APROVADAS DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR COMBINAÇÃO DE DIMENSÃO DE CATEGORIZAÇÃO	247
ANEXO X – TABELA DE CLASSIFICAÇÃO NUT DE ACORDO COM O REGULAMENTO (CE) N.º 1059/2003.....	253
ANEXO XI – LISTA INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE.....	257

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1.1: Apresentação do Programa	1
Tabela 1.2: Dos objectivos específicos do PO aos objectivos específicos do Eixo	4
Tabela 1.3: Organização do Programa Operacional Regional	5
Tabela 1.4: Plano Financeiro anual do Programa Operacional Regional do Alentejo	5
Tabela 2.1: Realização Física	33
Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2009	37
Tabela 2.3: Candidatura Aprovadas	40
Tabela 2.4: Taxa de compromisso por Eixo Prioritário	40
Tabela 2.5: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários (€)	41
Tabela 2.6: Realização Financeira	43
Tabela 2.7: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento	44
Tabela 2.8: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território	45
Tabela 2.9: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica	47
Tabela 2.10: Aprovações e execução financeira por NUT III	49
Tabela 2.11: Aprovações e execução financeira grupo alvo (€)	50
Tabela 2.12: Áreas de investimento – Temas Prioritários	52
Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)	53
Tabela 2.14: Auxílios Minimis	63
Tabela 2.15: Organização territorial	67
Tabela 2.16: Indicadores Estatísticos	75
Tabela 2.17: JESSICA - participação de cada uma das entidades	82
Tabela 2.18: Valores contratualizados	86
Tabela 2.19: Análise qualitativa e quantitativa relativa à execução dos montantes em 31-12-2009	88
Tabela 2.20: Cronograma de execução	100
Tabela 3.1: Eixo Prioritário 1	112

Tabela 3.2: Realização Física do Eixo Prioritário 1	113
Tabela 3.3: Regulamento Específico - SI Inovação	116
Tabela 3.4: Regulamento Específico – SI Qualificação PME	116
Tabela 3.5: Regulamento Específico – SI I&DT	117
Tabela 3.6: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Acções Colectivas	117
Tabela 3.7: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras	117
Tabela 3.8: Regulamento Específico – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	118
Tabela 3.9: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	118
Tabela 3.10: Regulamento Específico – Energia	118
Tabela 3.11: Regulamento Específico – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	118
Tabela 3.12: Eixo Prioritário 2 – Aprovação Bruta	130
Tabela 3.13: Realização Física do Eixo Prioritário 2	131
Tabela 3.14: Regulamento Específico – Parcerias para a Regeneração Urbana	132
Tabela 3.15: Regulamento Específico – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	132
Tabela 3.16: Regulamento Específico – Mobilidade Territorial	132
Tabela 3.17: Planos de Acção: ALENT-41-2007-01	133
Tabela 3.18: Planos de Acção: ALENT-41-2008-03	134
Tabela 3.19: Programas Estratégicos: ALENT-40-2008-01	135
Tabela 3.20: Eixo Prioritário 3 – Aprovação Bruta	138
Tabela 3.21: Realização Física do Eixo Prioritário 3	139
Tabela 3.22: Situação dos avisos - Equipamentos para a Coesão Local	142
Tabela 3.23: Situação dos avisos - Mobilidade Territorial	142
Tabela 3.24: Situação dos avisos - Regulamento Específico - Património Cultural	142
Tabela 3.25: Situação dos avisos - Regulamento Específico - Equipamentos Culturais	143
Tabela 3.26: Situação dos avisos - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré – Escolar	143

Tabela 3.27: Situação dos avisos - Saúde	143
Tabela 3.28: Eixo Prioritário 4 – Aprovação Bruta	148
Tabela 3.29: Realização Física do Eixo Prioritário 4	149
Tabela 3.30: Situação dos avisos - Acções de Valorização do Litoral	152
Tabela 3.31: Situação dos avisos - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	152
Tabela 3.32: Situação dos avisos - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	152
Tabela 3.33: Situação dos avisos - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	153
Tabela 3.34: Situação dos avisos - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	153
Tabela 3.35: situação dos avisos - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	153
Tabela 3.36: situação dos avisos - Ciclo Urbano da Água	154
Tabela 3.37: situação dos avisos - Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	154
Tabela 3.38: Eixo Prioritário 5	159
Tabela 3.39: Realização Física do Eixo Prioritário 5	160
Tabela 3.40: Situação dos avisos - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	161
Tabela 3.41: Situação dos avisos - Promoção e Capacitação Institucional	161
Tabela 3.42: Realização Física do Eixo Prioritário 6	164
Tabela 3.43: Situação dos avisos – Assistência Técnica	167
Tabela 5.1: Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica	170
Tabela 6.1: Acções de natureza diversa desenvolvidas em 2009	180
Tabela 6.2: Plano de Comunicação	181
Tabela 7.1: Previsão de Pedidos de Pagamento para 2010	185

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional	3
Figura 1.2: Árvore de objectivos	3
Figura 1.3: Interação organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo	20
Figura 1.4: Organograma Base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO	20
Figura 2.1: NUTS III - Alentejo	65
Figura 2.2: Acção de formação	84
Figura 2.3: Arquitectura geral do SIGPOA; Módulos e integração com outros sistemas	91
Figura 6.1: Logomarca	172
Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/	173
Figura 6.3: Newsletter	174
Figura 6.4: Meios Materiais	175
Figura 6.5: Meios Materiais	176
Figura 6.6: Eventos	177
Figura 6.6: Programa de rádio	182
Figura 6.7: OPEN DAYS 2009	183

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 2.1: Compromisso financeiro a 31-12-2009	38
Gráfico 2.2: Avisos de Concurso 31-12-2009	38
Gráfico 2.3: Avisos de Concurso em aberto 31-12-2009	38
Gráfico 2.4: Avisos de Concurso encerrados 31-12-2009	39
Gráfico 2.5: Avisos de Concurso decididos 31-12-2009	39
Gráfico 2.6: Variação de aprovação Líquida por Eixo Prioritário	39
Gráfico 2.7: Incremento de candidaturas	39
Gráfico 2.8: Taxa de Aprovação Líquida	40
Gráfico 2.9: Incremento de Investimento Elegível Aprovado	40
Gráfico 2.10: Taxa de compromisso	41
Gráfico 2.11: FEDER - compromisso	41
Gráfico 2.12: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários	41
Gráfico 2.13: Total de FEDER executado do FEDER aprovado	42
Gráfico 2.14: Total de FEDER pago do FEDER aprovado	42
Gráfico 2.15: Incremento da Execução	42
Gráfico 2.16: Incremento de Pagamentos aos Beneficiários	42
Gráfico 2.17: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Formas de Financiamento	44
Gráfico 2.18: Distribuição projectos aprovados por dimensão Formas de Financiamento	44
Gráfico 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Tipo de Território	46
Gráfico 2.20: Distribuição projectos aprovados por dimensão Tipo de Território	46
Gráfico 2.21: Distribuição projectos aprovados per capita	49
Gráfico 2.22: Distribuição projectos aprovados por Km2	49
Gráfico 2.23: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III	49
Gráfico 2.24: Distribuição FEDER executado por NUT III	49
Gráfico 2.25: Projectos aprovados por grupos alvo	50
Gráfico 2.26: Distribuição do FEDER por grupos alvo	50

Gráfico 2.27: Distribuição de projectos por Áreas – Temas Prioritários	52
Gráfico 2.28: Fundo aprovado por Áreas – Temas Prioritários (€)	52
Gráfico 2.29: Variação da Programação/Aprovação/Execução por Áreas de investimento – Temas Prioritários	53
Gráfico 2.30: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	56
Gráfico 2.31: Sociedade da informação	56
Gráfico 2.32: Transportes	57
Gráfico 2.33: Energia	57
Gráfico 2.34: Protecção do ambiente e prevenção de riscos	58
Gráfico 2.35: Turismo	58
Gráfico 2.36: Actividades culturais	58
Gráfico 2.37: Reabilitação urbana e rural	58
Gráfico 2.38: Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	59
Gráfico 2.39: Investimentos em infra-estruturas sociais	59
Gráfico 2.40: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	60
Gráfico 2.41: Assistência técnica	60
Gráfico 2.42: Evolução Demográfica – Alentejo	67
Gráfico 2.43: População – Países EU e Alemanha	67
Gráfico 2.44: Saldo natural – Países EU e Alentejo	68
Gráfico 2.45: Saldo natural e migratório - Alentejo	68
Gráfico 2.46: Pirâmide etária - Alentejo	69
Gráfico 2.47: Saldo natural e migratório - Alentejo	69
Gráfico 2.48: Habilitações escolares	69
Gráfico 2.49: Taxas de pré-escolarização	69
Gráfico 2.50: Indicadores Sociais - Alentejo	70
Gráfico 2.51: Mortalidade Infantil – Países EU, Alentejo	70

Gráfico 2.52: Taxa de Actividade do Alentejo	71
Gráfico 2.53: Taxa de Actividade – Países EU, Alentejo	71
Gráfico 2.54: Taxa de Desemprego do Alentejo	72
Gráfico 2.55: Taxa de Desemprego – Países EU, Alentejo	72
Gráfico 2.56: PIB per capita 2007	73
Gráfico 2.57: PIB per capita (EU 27 = 100)	73
Gráfico 2.58: Estrutura Sectorial do VAB	73
Gráfico 2.59: Produtividade Sectorial	74
Gráfico 2.60: Produtividade EU27 = 100	74
Gráfico 2.61: Empresas 2006	74
Gráfico 2.62: Taxa de Criação de empresas	74
Gráfico 2.63: ISDR	75
Gráfico 2.64: Componentes do ISDR	75
Gráfico 2.65: Distribuição FEDER por NUT III	87
Gráfico 2.66: N.º de candidaturas contratadas	87
Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à Programação	112
Gráfico 3.2: Fundo contratado	124
Gráfico 3.3: Aprovação Bruta	130
Gráfico 3.4: Aprovação Bruta	138
Gráfico 3.5: Aprovação Bruta	149
Gráfico 3.6: Grau de compromisso global face à Programação	160
Gráfico 3.7: Fundo contratado	163
Gráfico 5.1: Assistência Técnica	170

INTRODUÇÃO

Com a elaboração deste documento, visou-se dar cumprimento ao disposto no art. 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, que determina que, até 30 de Junho de cada ano, as Autoridades de Gestão devem apresentar à Comissão Europeia, após aprovação pela respectiva Comissão Acompanhamento, o Relatório Anual de Execução do correspondente Programa Operacional. No que respeita ao conteúdo e estrutura, pretendeu-se que este documento corresponda ao estipulado do Anexo VI ao Regulamento nº 846/2006, pelo que na sua elaboração foram prosseguidas as orientações emanadas pelo IFDR.

No respeito pelas orientações referidas, está o Relatório Anual de Execução do INALENTEJO de 2009, estruturado em 6 capítulos. No primeiro destes, procede-se de uma forma genérica à apresentação do Programa, referindo os objectivos, estratégias, organização, dotações financeiras e modelo de gestão e acompanhamento.

Nos capítulos 2, 3 é feita de forma detalhada a análise da execução física e financeira do Programa e de cada um dos Eixos que o integram. Foram tidos em consideração nesta análise os aspectos seguintes: grau de compromisso e de execução das dotações financeiras e o nível de concretização dos diferentes tipos de indicadores, sendo também identificados os obstáculos, que durante o período a que se reporta o relatório se levantaram á sua concretização, bem com as iniciativas desenvolvidas para os ultrapassar.

A análise à assistência técnica prestada pelo programa está reportada no capítulo 5 deste relatório.

No capítulo 6, dá-se conta das actividades que foram desenvolvidas ao longo do ano no que se refere às actividades de divulgação e informação.

As principais conclusões do que foi o desenvolvimento do programa no ano de 2009 bem como as perspectivas para 2010, estão reportadas no capítulo 7.

Integram ainda o documento um conjunto de anexos, em que se disponibiliza com detalhe toda a informação de base relativa à execução física e financeira do Programa ao longo do período em análise.

1 . APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Tabela 1.1: Apresentação do Programa

Programa Operacional do Alentejo	Objectivo: Convergência
	Zona Elegível:
	Período de Programação: 2007 - 2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT161PO004
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Alentejo
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2009
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 17-06-2010

| 1

A preparação do ciclo de programação 2007-2013 desenvolveu-se no contexto da reforma da política europeia de coesão, impulsionada por uma nova articulação nas várias dimensões territoriais (comunitária, nacional e regional) entre as prioridades da União e os pilares do desenvolvimento sustentável (convergência; cooperação territorial; competitividade e inovação; emprego e inclusão social; protecção ambiental e prevenção de riscos), onde podem ser destacadas 5 transformações principais:

- uma abordagem mais estratégica centrada nas prioridades globais da União devidamente adaptadas e integradas em quadros nacionais de referência estratégica (coordenação mais eficiente das iniciativas nacionais e comunitárias);
- uma menor dispersão dos recursos alcançada pela concentração das intervenções em termos temáticos (nas prioridades de Lisboa e Gotemburgo, isto é, na competitividade, inovação e sustentabilidade) e orçamentais (nos territórios, regiões e países mais necessitados do ponto de vista da convergência);
- uma abordagem mais adaptada à diversidade interna da União, traduzida numa maior responsabilização dos países, das regiões e das cidades, apoiada numa maior descentralização e numa maior consideração das especificidades territoriais (integração da dimensão urbana, consideração de diversas desvantagens naturais e geográficas, compensação dos sobrecustos das regiões ultraperiféricas);
- uma significativa simplificação do modelo de gestão dos fundos (menos fundos, um fundo por programa, mais forte articulação entre fundo de coesão e fundos estruturais e uniformização da gestão financeira, regras nacionais de elegibilidade de despesas e programação por prioridade e não por medida);

- uma busca de maior eficiência e equilíbrio no processo de monitorização e controlo (clarificação das responsabilidades da Comissão e dos Estados Membros, introdução de condicionantes financeiras associadas aos objectivos de convergência e à adopção de mecanismos credíveis de controlo/gestão).

Definido na sua base pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10 de Março, o QREN é “o documento de direcção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiarão a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal no período de 2007 a 2013”.¹

| 2

O QREN e todos os Programas Operacionais (regionais e temáticos) que o compõem encerram um conjunto de 5 prioridades estratégicas:

- a promoção da qualificação dos portugueses;
- a promoção do crescimento sustentado;
- a melhoria da coesão social;
- a qualificação do território e das cidades;
- a melhoria da governação.

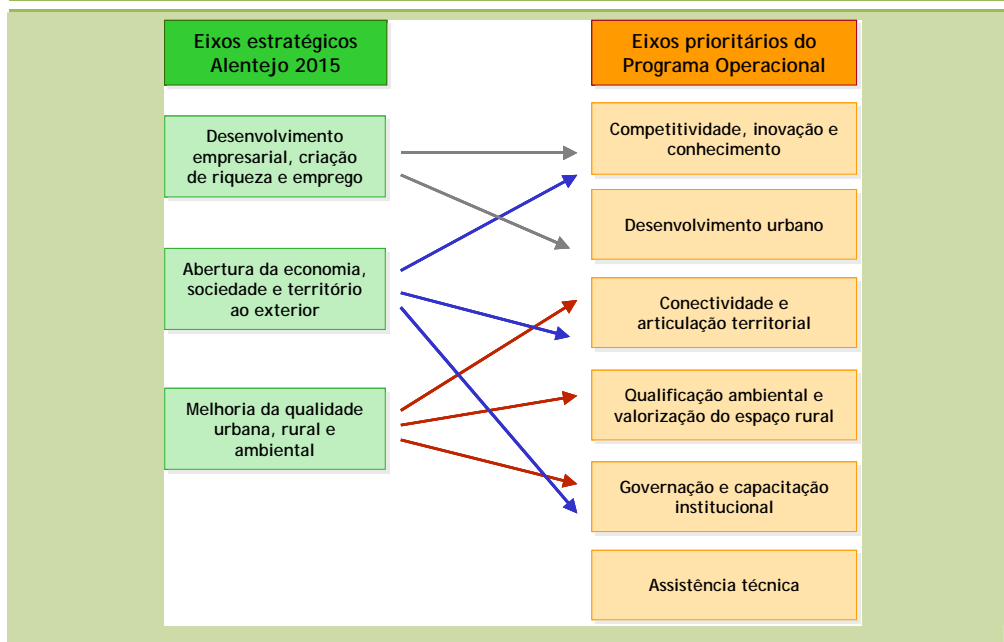
As grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Alentejo, no horizonte do ciclo de programação 2007-2013, designadas “Alentejo 2015”, foram materializadas com atenção a duas motivações básicas:

- uma, ligada ao esforço de renovação do modelo económico, visando uma aceleração significativa da competitividade e atractividade económica da região;
- outra, ligada ao esforço de consolidação, racionalização e valorização dos investimentos estruturantes já realizados.

O modelo proposto para a passagem da estratégia ao programa operacional regional procura consagrar as grandes orientações comunitárias e nacionais, acolhendo especialmente as motivações de concentração temática e financeira, de apropriação estratégica regional mais descentralizada e de rearticulação entre competitividade e coesão para alcançar níveis mais elevados de progresso em matéria de convergência.

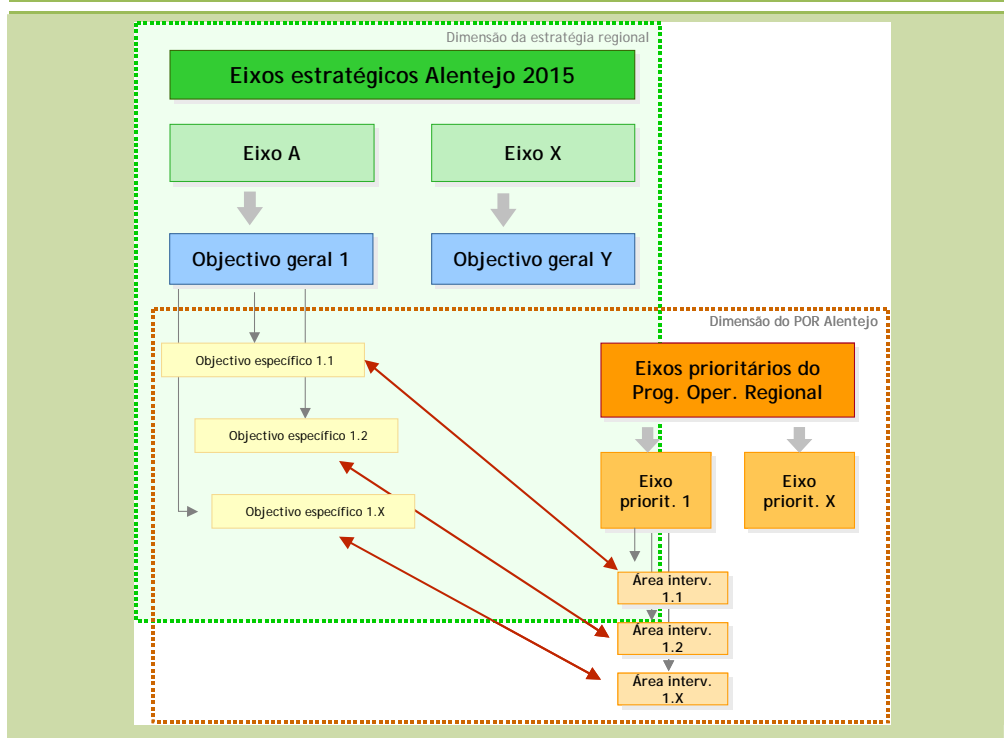
¹ preâmbulo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional



O Programa encerra assim um conjunto de objectivos decorrentes da estratégia “Alentejo 2015”, os quais se organizam, atendendo ao respectivo grau de importância para a estratégia e ao seu carácter operativo. Deste modo, a cadeia de objectivos inerente à estratégia regional pode ser subdividida em objectivos gerais, específicos e operacionais.

Figura 1.2: Árvore de objectivos



1.1. Organização do INALENTEJO – objectivos e prioridades, áreas de intervenção e beneficiários.

O Programa está estruturado em 6 Eixos Prioritários, correspondendo a cada um deles um conjunto de objectivos específicos do Programa Operacional que estão directamente ligados aos específicos de Eixo, os quais, por sua vez se subdividem num conjunto de áreas de intervenção, conforme apresentado na Tabela 1.3.

Tabela 1.2: Dos objectivos específicos do PO aos objectivos específicos do Eixo

Eixo Prioritário	Objectivos específicos do PO	Objectivos específicos do Eixo
Competitividade, inovação e conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de empresas inovadoras Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar as actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial Apoiar actividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em sectores intensivos em conhecimento e tecnologia Apoiar os sectores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transaccionável Reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a densificação do relacionamento empresarial através de acções colectivas
	<ul style="list-style-type: none"> Constituir uma rede regional de centros tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a transferência de "Know-how" das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a rede regional de parques empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais
Desenvolvimento urbano	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a competitividade e atractividade das cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação inter-urbana
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a mobilidade inter-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes
Conectividade e articulação territorial	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a mobilidade inter-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a articulação da rede viária regional
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a dotação de serviços colectivos à população 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços de proximidade na área da saúde Reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar e 1º CEB Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública
Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> Promover a revitalização económica do espaço rural 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a criação de emprego em territórios de baixa densidade, através de acções integradas de valorização económica
	<ul style="list-style-type: none"> Gerir eficientemente os recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água
	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo Valorizar e ordenar a orla costeira
	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar ambiental e economicamente as áreas extractivas

Tabela 1.2: Dos objectivos específicos do PO aos objectivos específicos do Eixo (continuação)

Eixo Prioritário	Objectivos específicos do PO	Objectivos específicos do Eixo
Governação e capacitação institucional	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a informatização e modernização da Administração Pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a Administração Pública, através da reorganização espacial dos serviços
	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a captação de investimento para a região 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação de IDE qualificante e para a actividade turística

Tendo em vista a prossecução dos objectivos definidos para o Programa foram identificados áreas de intervenção e fixada uma dotação do financiamento Comunitário para cada um dos Eixos Prioritário

| 5

Tabela 1.3: Organização do Programa Operacional Regional

Eixo Prioritário	Áreas de Intervenção	M€	Financiamento Comunitário
Competitividade, inovação e conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Criação de micro e pequenas empresas inovadoras Projectos de I&D (projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades de sist. Científico e tecnol.) Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas Qualificação de micro e pequenas empresas Desenvolvimento da sociedade do conhecimento Rede de ciência e tecnologia (instalações e equipamentos científicos e tecnológicos) Áreas de acolhimento para a inovação empresarial (ALE, parques tecnológicos, incubadoras e parques de ciência e tecnologia) Acções colectivas de desenvolvimento empresarial Intervenções complementares em redes de energia 		294
Desenvolvimento urbano	<ul style="list-style-type: none"> Parcerias para a regeneração urbana Redes urbanas para a competitividade e inovação Mobilidade urbana 		140
Conectividade e articulação territorial	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturas e redes de mobilidade Redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial 		201
Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de recursos hídricos Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos e valorização de áreas extractivas Conservação da natureza e promoção da biodiversidade Valorização e ordenamento da orla costeira Valorização económica do espaço rural 		131
Governação e capacitação institucional	<ul style="list-style-type: none"> Governo electrónico regional e local Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local Promoção institucional da região 		77
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> Assistência Técnica 		26
Total			869

Tabela 1.4: Plano Financeiro anual do Programa Operacional Regional do Alentejo (€)

Ano	Fundo Programado	Contrapartida Nacional Programada	Investimento Total Programado
2007	116.882.009	79.508.348	196.390.357
2008	119.219.649	81.098.515	200.318.164
2009	121.604.042	82.720.485	204.324.527
2010	124.036.123	84.374.895	208.411.018
2011	126.516.846	86.062.394	212.579.240
2012	129.047.183	87.783.641	216.830.824
2013	131.628.126	89.539.314	221.167.440
Total	868.933.978	591.087.593	1.460.021.571

Beneficiários do INALENTEJO

As entidades beneficiárias, nos termos estabelecidos, nomeadamente, no âmbito do n.º 4 do artigo 2º do Regulamento (CE) n.º1083/2006, de 11 de Julho, e do respectivo Programa Regional (regulamentos específicos), são as seguintes:

Eixo 1 - Competitividade Inovação e Conhecimento

Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;
- Entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, associações que com aquelas entidades tenham estabelecido parcerias para a prossecução de políticas públicas, as associações empresariais e entidades do SCT, no caso dos projectos conjuntos definidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 6º do Regulamento específico. No entanto os Organismos Técnicos definidos no n.º 3 do artigo 21º do Regulamento específico, não podem ser beneficiários nos projectos conjuntos.

Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Inovação

As entidades beneficiárias dos apoios previstos são empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;
- Entidades do SCT no caso dos projectos em Co-promoção e Projectos Mobilizadores definidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º;
- Associações empresariais no caso de projectos de I&DT Colectiva definidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º

Sistema de Apoio a Acções Colectivas

- As entidades públicas com competências específicas em políticas públicas no domínio empresarial;

- As associações que com aquelas entidades tenham estabelecido parcerias para a prossecução de políticas públicas;
- As associações empresariais e os centros tecnológicos e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT).

Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

| 7

- Entidades sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou entidades por elas participadas, sobre qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos;
- Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham como objectivo a promoção do empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica;
- Business Innovation Centers.

O universo das entidades dinamizadoras das infra-estruturas a apoiar, deve integrar uma participação efectiva de entidades do SCTN, sendo que, no caso de projectos da tipologia infra-estruturas físicas de Parques de Ciência e Tecnologia a entidade beneficiária tem, obrigatoriamente, que incluir uma instituição de ensino superior.

Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

- Para as tipologias infra-estruturas tecnológicas:
 - Pessoas colectivas sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou consórcios, com personalidade jurídica, de entidades por elas participadas, sob qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos;
 - Entidades sem fins lucrativos e com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&DT;
 - Entidades da Administração Pública Central do Ministério da Educação, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.
- Para as tipologias infra-estruturas científicas:
 - Instituições do ensino superior, universitário e politécnico e entidades por elas criadas;
 - Instituições públicas com actividades de I&D;

- Laboratórios do Estado e outros serviços públicos vocacionados para actividades de I&D;
- Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objectivo principal actividades de I&D, designadamente, Laboratórios associados;
- Entidades sem fins lucrativos com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&D.

Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

- Associações Empresariais;
- Municípios e Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Sociedades gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial;
- Outras entidades, sem fins lucrativos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial.

Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

- Municípios e suas associações e áreas metropolitanas;
- Fundações que desenvolvam actividades científicas e tecnológicas;
- Associações Empresariais, Centros Tecnológicos, Parques de Ciência e Tecnologia e outras instituições privadas sem fins lucrativos que promovam ou desenvolvam actividades científicas e tecnológicas;
- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos vocacionadas para actividades de divulgação científica e tecnológica;
- Instituições de ensino de diferentes graus, incluindo do ensino superior, seus institutos e Centros de Investigação e Desenvolvimento (centros de I&D).

Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

- As entidades da Administração Pública Central;
- As entidades da Administração Pública Local do Continente e suas Associações;
- Áreas metropolitanas;

- As empresas públicas municipais, inter-municipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;
- As instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, que promovam ou desenvolvam actividades educativas, sociais, culturais, científicas ou tecnológicas;
- As sociedades, agências ou consórcios de desenvolvimento nacional, regional e local com capitais maioritariamente públicos.

Energia

- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Empresas Públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;
- Organismos da Administração Pública Central directa ou indirecta;
- Outras entidades públicas;
- Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos mediante protocolo ou outra forma de cooperação com as entidades da alínea a);
- Empresas concessionárias do transporte e distribuição de gás natural e electricidade, respectivamente, para as operações previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 5º.

Eixo II - Desenvolvimento Urbano

Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana

- Autarquias locais e suas associações;
- Serviços da administração central;
- Outras entidades públicas;
- Empresas públicas;
- Associações empresariais;
- Empresas privadas no quadro de parcerias público-privado (PPP) lideradas por entidades públicas ou no quadro do regime de auxílios de Estado;
- Instituições de ensino e formação profissional;
- Centros de I&D;

- Organizações Não Governamentais (ONG), fundações e associações sem fins lucrativos que subscrevam o Protocolo de Parceria Local a que se refere o artigo 7º.

Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação

- Autarquias locais e suas associações;
- Serviços da administração central;
- Outras entidades públicas;
- Empresas privadas no quadro de parcerias público-privadas (PPP) lideradas por entidades públicas;
- Associações empresariais;
- Instituições de ensino superior;
- Centros de I&D;
- Organizações Não Governamentais (ONG), fundações e associações sem fins lucrativos e outros actores urbanos que subscrevam o “Pacto para a Competitividade e a Inovação Urbanas” a que se refere o artigo 7º.

Mobilidade Territorial

- Podem ser beneficiários, para os efeitos previstos no presente Regulamento, entidades responsáveis por operações elegíveis, designadamente:
 - Através dos Programas Operacionais Regionais:
 - Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos;
 - Operadores de Transporte Público de passageiros;
 - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e outros Organismos da Administração Pública, empresas ou associações de empresas públicas ou com capitais públicos, que operem na área da segurança rodoviária, dos transportes e acessibilidades, ou da logística.
 - Através do Programa Operacional da Valorização do Território:

- Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM);
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT);
- Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, I.P. (INIR);
- Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPERI);
- REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP;
- Estradas de Portugal, S.A.;
- Administrações Portuárias;
- Concessionários de infra-estruturas de transporte;
- Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, que promovam estudos de avaliação estratégica e acções preparatórias ou complementares de planos, programas ou projectos, no domínio da mobilidade territorial e das infra-estruturas de transportes, à escala nacional (NUTS I) ou regional (NUTS II);
- Outras entidades privadas, no quadro de parcerias público-privadas.

Eixo III - Conectividade e Articulação Territorial

Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar Regulamento

- Constituem-se como entidades beneficiárias os Municípios integrados na área correspondente à NUTS II.
- Apenas serão considerados beneficiários elegíveis os Municípios cuja Carta Educativa se encontre devidamente homologada pelo Ministério da Educação.

Saúde

- Podem candidatar-se aos apoios financeiros a operações mencionadas no artigo anterior as seguintes entidades:
 - Hospitais e outras instituições do Serviço Nacional de Saúde cuja actividade técnica se integre na prestação de cuidados de saúde;

- Outros organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde;
- No caso de operações da área da emergência médica, apenas o Instituto Nacional de Emergência Médica se poderá candidatar aos apoios financeiros previstos no presente regulamento.
- Outras entidades públicas mediante acordo estabelecido com outros organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde.

Património Cultural

- Organismos nacionais e regionais do Ministério da Cultura;
- Municípios e Associações de Municípios;
- Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais;
- Parcerias entre instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;
- Fundações, Associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;
- Outras entidades da Administração Central e instituições sem fins lucrativos que detenham à sua guarda património imóvel, ou móvel, classificado ou em vias de classificação, ou que tutelem museus da Rede Portuguesa de Museus.

Mobilidade Territorial

- Podem ser beneficiários, para os efeitos previstos no presente Regulamento, entidades responsáveis por operações elegíveis, designadamente:
 - Através dos Programas Operacionais Regionais:
 - Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos;
 - Operadores de Transporte Público de passageiros;
 - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e outros Organismos da Administração Pública, empresas ou associações de empresas públicas ou com capitais públicos, que

operem na área da segurança rodoviária, dos transportes e acessibilidades, ou da logística.

- o Através do Programa Operacional da Valorização do Território:
 - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM);
 - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT);
 - Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, I.P. (INIR);
 - Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPERI);
 - REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP;
 - Estradas de Portugal, S.A.;
 - Administrações Portuárias;
 - Concessionários de infra-estruturas de transporte;
 - Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, que promovam estudos de avaliação estratégica e acções preparatórias ou complementares de planos, programas ou projectos, no domínio da mobilidade territorial e das infra-estruturas de transportes, à escala nacional (NUTS I) ou regional (NUTS II);
 - Outras entidades privadas, no quadro de parcerias público-privadas.

Rede de Equipamentos Culturais

- Organismos nacionais e regionais do Ministério da Cultura;
- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais;
- Instituições privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais, em parceria com instituições públicas;
- Fundações, Associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais.

Equipamentos para a coesão local

- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas;
- Outras entidades públicas ou entidades privadas declaradas de utilidade pública, nomeadamente empresas do Sector Empresarial do Estado ou do Sector Empresarial Local, que tenham como objecto principal actividades no âmbito das tipologias de equipamentos em causa, mediante protocolos ou outras formas de cooperação com os Municípios ou a Administração Central.

Eixo 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural

Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral

- Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- Serviços do Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Autoridade Marítima;
- Municípios e suas associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas na alínea a) ou em simultâneo com as entidades referidas nas alíneas a) e c).

Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

- Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;
- Municípios e suas associações;
- Organismos nacionais e regionais do Ministério da Cultura;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com uma das entidades referidas primeiro ponto.

Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

- Serviços e organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;

- Municípios e suas associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas na alínea a) ou em simultâneo com as entidades referidas nas alíneas a) e b).

Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas

- Serviços e organismos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- Serviços e organismos do Ministério da Economia e da Inovação;
- Empresas públicas tuteladas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional ou pelo Ministério da Economia e da Inovação;
- Municípios, Associações de Municípios e Junta Metropolitana;
- Outras entidades, públicas ou privadas sem fins lucrativos, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas nas alíneas a) b) e d).

Optimização da Gestão de Resíduos

- Municípios, Associações de Municípios e Serviços Municipalizados;
- Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e outros organismos da Administração Pública Central;
- Outras entidades públicas e privadas mediante protocolos ou outras formas de cooperação com as entidades referidas nas alíneas a) ou em simultâneo com as entidades previstas nas alíneas a) a c).

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções imateriais

- Governos Cívicos;
- Organismos da Administração Central Desconcentrada;
- Municípios;

- Agrupamentos de Municípios;
- Associações de Municípios;
- Associações Humanitárias de Bombeiros.

Em casos justificados, podem as entidades referidas candidatar-se, em regime de parceria entre si ou com entidades terceiras de reconhecido mérito, cuja actividade possua especial relevância para a implementação e desenvolvimento da operação.

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais

- Governos Cívicos;
- Municípios;
- Agrupamentos de Municípios;
- Associações de Municípios;
- Associações humanitárias de bombeiros.
- Relativamente à Rede de Centros Municipais, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 4º do regulamento específico, podem candidatar-se, isoladamente ou em parceria, municípios que promovam soluções integradas por NUT III ou por distrito, tendo em conta a respectiva realidade administrativa da protecção civil.

Em casos justificados, podem as entidades referidas candidatar-se, em regime de parceria entre si ou com entidades terceiras de reconhecido mérito, cuja actividade possua especial relevância para a implementação e desenvolvimento da operação.

Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado”

- Qualquer entidade gestora do serviço público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, independentemente da origem do capital social nomeadamente:
 - Municípios, Associações de Municípios, Juntas Metropolitanas e Comunidades Inter-Municipais;
 - Serviços Municipalizados;
 - Sector empresarial local de capital exclusivamente público ou misto;
 - Empresas Públicas devidamente articuladas com os Municípios envolvidos;

- Concessionárias de sistemas Municipais ou Intermunicipais;
- Concessionárias de sistemas Multimunicipais.
- Quando as operações se relacionem com acções de natureza imaterial, são, ainda, considerados como beneficiários os Serviços e Organismos da Administração Pública Central do MAOTDR incluindo os seus serviços desconcentrados.

Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional

Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

- As entidades da Administração central do Estado
- As entidades da Administração local do Estado;
- As entidades da Administração Local Autárquica;
- As Agências de Desenvolvimento Regional de capitais maioritariamente públicos.
- A Agência para a Modernização Administrativa é ainda a entidade beneficiária única no caso das tipologias de operações identificadas no ponto i. da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 2 do mesmo artigo do regulamento específico.

Promoção e Capacitação Institucional

- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Empresas Públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;
- Agências de Desenvolvimento Regional;
- Organismos da Administração Pública Central directa ou indirecta;
- Outras entidades públicas;
- Outras pessoas colectivas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.

Eixo 6 - Assistência Técnica

Assistência Técnica

- Órgãos de governação dos POR (Comissões de Aconselhamento Estratégico Regional, Autoridades de Gestão e Comissões de Acompanhamento dos POR do

Continente) previstos nos números 3, 4 e 5 do artigo 33º do DL nº 312/2007, de 17 de Setembro;

- Centros de Observação das Dinâmicas Regionais previstos no artigo 10º do DL nº 312/2007, de 17 de Setembro;
- Entidades com responsabilidades na gestão de cada um dos POR, nos termos do artigo 42º e do nº 2 do artigo 59º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho;
- Serviços e organismos públicos responsáveis pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro às entidades previstas nas alíneas anteriores.

1.2. Governação do Programa Operacional

O modelo de governação consagrado no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, compreende os níveis de actuação global do QREN, de cada um dos Fundos Comunitários e de cada um dos Programas Operacionais.

Ao nível dos Programas Operacionais Regionais, a governação compreende:

- **Órgão de direcção política** - Comissão Ministerial de Coordenação dos PO regionais do continente - CMC – que é composta pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que coordena, Ministro da Economia e da Inovação, Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, Ministro da Saúde, Ministro da Educação, Ministro da Cultura e membro do governo com a tutela da Administração Local ;
- **Órgão de aconselhamento estratégico** – Comissão de Aconselhamento Estratégico - CAE;
- **Órgão de gestão** – Autoridade de Gestão do PO Alentejo – AG - composta pelos seguintes órgãos:
 - **Comissão Directiva – CD;**
 - **Secretariado Técnico – ST.**

Que reporta às seguintes Autoridades Nacionais:

- **Autoridade de Certificação** - IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP
- **Autoridade de Auditoria** - IGF - Inspeção Geral de Finanças

- **Comissão Técnica de Coordenação do QREN**
- **Órgão de acompanhamento – Comissão de Acompanhamento – CA –** composta pelo Gestor do INALENTEJO, que preside e pelos seguintes membros: um representante de cada membro da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional; os restantes membros executivos e não executivos da Comissão Directiva do INALENTEJO; um representante de cada um dos seguintes organismos intermédios: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP, E.P.E.); Turismo de Portugal, I.P. ; Agência de Inovação, SA (ADI); Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI); Associações de Municípios/Comunidades Intermunicipais (como Organismos Intermédios, no âmbito da Contratualização)um representante da Autoridade de Certificação do FEDER (IFDR); um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses; um representante da Associação Nacional de Freguesias; quatro representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente; um representante da área de igualdade de género; os membros da Comissão de Aconselhamento Estratégico; três representantes de entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade, com representatividade regional; os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP; o Presidente do Conselho da Região; um representante da Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

A Comissão de Acompanhamento integra ainda os seguintes elementos a título consultivo: representantes da Comissão Europeia; um representante do BEI e do FEI; um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, responsáveis pelos respectivos Planos Regionais de Ordenamento do Território; bem como, mediante proposta do seu Presidente, representantes de entidades públicas com competências específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, de personalidades ou de especialistas.

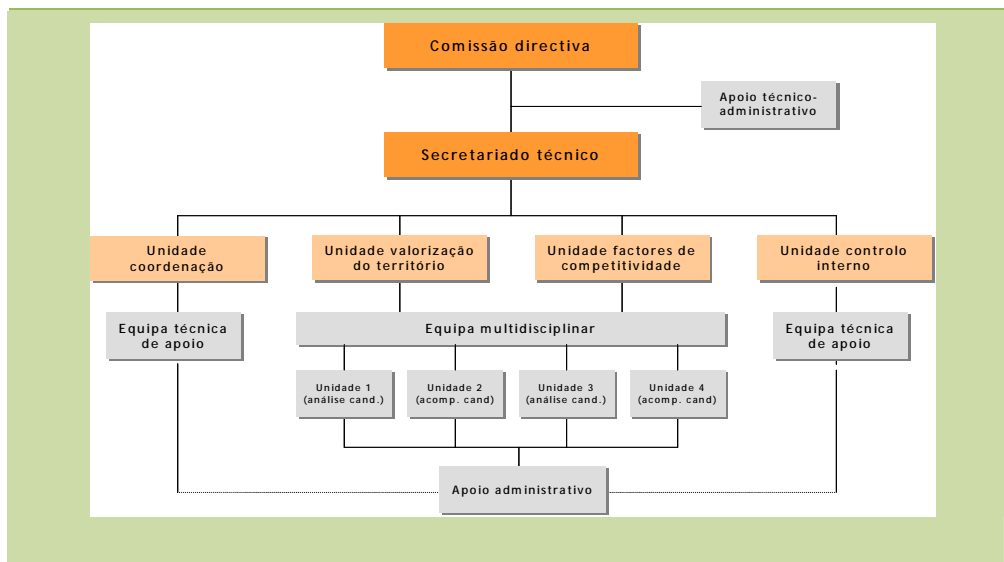
Os membros com estatuto de observador, sem direito de voto, são os seguintes: representantes do Observatório do QREN, do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, da Autoridade de Auditoria, do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como, as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos e PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Figura 1.3: Interação organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo



1.2.1. Autoridade de Gestão

Figura 1.4: Organograma Base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO



A Autoridade de Gestão do INALENTEJO integra a Comissão Directiva e Secretariado Técnico .

A Comissão Directiva é presidida por inerência pelo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e integra dois vogais executivos e dois não executivos.

O Secretariado Técnico, é composto por quatro unidades orgânicas, coordenadas por secretários técnicos, cuja distribuição de funções/competências é efectuada do seguinte modo:

- **Unidade de Coordenação**, que tem a função de coordenar aspectos de natureza transversal, como sejam, o sistema de informação do Programa, o centro de observação das dinâmicas regionais e o plano de comunicação do Programa; compete-lhe ainda as tarefas de articulação entre o Programa e as autoridades de gestão de outros Programas Operacionais e os organismos intermédios de natureza sectorial, bem como com a Autoridade de Certificação;
- **Unidade de Valorização do Território**, relativa aos domínios de intervenção da agenda “valorização do território”, os quais se inserem nos eixos 2, 3 e 4 do Programa, lidera as unidades orgânicas a constituir, no seio da equipa multidisciplinar, para a análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas, para além da articulação com os organismos intermédios;
- **Unidade de Factores de Competitividade**, relativa às áreas de intervenção da agenda “factores de competitividade”, inseridas nos eixos 1 e 5 do Programa, lidera as unidades orgânicas a constituir, no seio da equipa multidisciplinar, para a análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas;
- **Unidade de Controlo Interno**, relativa à área de controlo interno e acompanhamento de auditorias, reporta directamente à Comissão Directiva, garantindo assim o cumprimento do princípio da segregação de funções; esta unidade acompanha e articula com a Autoridade de Auditoria e outras entidades com competência nesta área.

Em cada área de intervenção, a direcção das actividades a desenvolver, incluindo as de acompanhamento técnico-estratégico, está atribuída a um dos secretários técnicos.

No seio desta equipa multidisciplinar das Unidades de Valorização do Território e Factores de Competitividade, as equipas de trabalho são subdivididas em “unidades de análise”, e “unidades de acompanhamento”, mediante a afectação nominativa de técnicos a cada uma destas etapas, e para cada aviso de abertura de concurso. Deste modo, garantir-se-á o cumprimento do princípio da segregação de funções, já que, para cada aviso de concurso, um determinado técnico só poderá exercer uma das tarefas: análise (apreciação técnica, condições de selecção, análise de mérito), acompanhamento de

execução (contratação, pedidos de pagamento, verificações físicas) ou verificação no local (administrativas, financeiras e físicas).

Os recursos humanos a afectar a estas unidades possuem larga experiência nas funções que vão desempenhar, fruto do trabalho desenvolvido no QCA III, sendo que deste conjunto cerca de 50% são recursos que já desempenharam funções no âmbito dos QCA II e inclusive no QCA I.

Secretário Técnico da Unidade de Coordenação:

- Desempenha funções de apoio à Comissão Directiva:
 - Articula com o gabinete de Apoio Técnico-Administrativo da Comissão Directiva (gestão de agendas, preparação das reuniões da Comissão Directiva);
 - Promove a interligação com os restantes secretários técnicos, bem como com os serviços da CCDR, departamentos governamentais e outras instituições.
- Desempenha funções de natureza transversal:
 - Na gestão operacional do Programa;
 - No acompanhamento da execução dos Protocolos estabelecidos com o IFDR, IAPMEI, Turismo de Portugal e Agência de Inovação, no âmbito dos regulamentos dos Sistemas de Incentivos;
 - Na articulação com a Autoridade de Certificação.
- Desempenha funções de carácter operacional e financeiro:
 - Monitorização operacional e financeira do Programa, efectuando a recolha e o tratamento dos dados relativos à sua execução operacional e financeira e aos resultados alcançados;
 - Colaboração, na área financeira, nas propostas de revisão e reprogramação do PO;
 - Produção de informações de âmbito financeiro requeridas pela Autoridade de Certificação;
 - Processamento das Ordens de Pagamento para a Autoridade de Pagamento;
 - Elaboração dos relatórios de execução do Programa;

- Acompanhamento financeiro das operações durante a fase de exploração, se aplicável.
- Desempenha funções ao nível da avaliação:
 - Acompanhamento na rede de interlocutores de avaliação do QREN;
 - Elaboração e monitorização do plano de avaliação do Programa;
 - Acompanhamento dos exercícios de avaliação do PO e do QREN, bem como apresentação das respectivas recomendações à Comissão Directiva.
- Desempenha funções de apoio à delegação de competências nos Organismos Intermédios:
 - Acompanhamento da execução dos protocolos de delegação de competências com os Organismos Intermédios;
 - A divulgação das directrizes e/ou orientações emanadas pela Autoridade de Gestão ou pelos órgãos de governação do QREN e das autoridades comunitárias;
 - A coordenação do processo de avaliação anual da execução SI e sua integração nos relatórios anuais de execução do PO.

Secretário Técnico da Unidade de Factores de Competitividade

- Desempenha funções no âmbito dos sistemas de incentivos:
 - Acompanhamento e verificação das tarefas desenvolvidas, no âmbito da gestão operacional dos Sistemas de Incentivos, pela Rede que, para o efeito, foi constituída a nível nacional, envolvendo as Autoridades de Gestão do POFC e dos PO Regionais e os Organismos Técnicos, (IAPMEI, AICEP, Turismo de Portugal e AdI);
 - Apoio à Comissão Directiva na supervisão da execução dos contratos celebrados com os Organismos Técnicos;
 - Colaboração nas funções de avaliação e monitorização do PO, designadamente através da recolha e tratamento de informação sobre execução física e financeira dos Sistemas de Incentivos, bem como na preparação de relatórios de execução do Programa.

- Desempenha funções ao nível da:
 - Gestão Operacional do PO:
 - Elaboração de propostas sobre os regulamentos específicos do PO;
 - Elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Directiva a peritos externos;
 - Produção de propostas de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira;
 - Operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos Avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela Comissão Directiva);
 - Identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais Orientações Técnicas que tenham sido aprovadas pela Comissão Directiva;
 - Prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão;
 - Definição e preparação do formulário e dossier de Grandes Projectos.
 - Acompanhamento do processo de candidatura das operações na área dos Factores de Competitividade
 - Acompanhamento e controlo da recepção das candidaturas, tendo em vista a respectiva aceitação;
 - Verificação do enquadramento da operação e do beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao beneficiário quer à operação;
 - Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário;
 - Comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados;
 - Elaboração do Projecto de Decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura;

- Análise das eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
 - Preparação da informação para a tomada de Decisão Final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
 - Notificação da decisão da Comissão Directiva ao Beneficiário;
 - Apreciação Técnica das candidaturas admitidas;
 - Análise, quantificação e emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de selecção explicitada nos Avisos de Abertura. Quando a Comissão Directiva tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas, estabelecimento da interlocução com os mesmos, tendo em vista o respectivo exercício das funções de avaliação de mérito;
 - Processo de selecção/hierarquização das operações de acordo com a classificação obtida;
 - Elaboração do Projecto de Decisão a submeter à Comissão Directiva;
 - Audiência Prévia dos Interessados;
 - Análise das eventuais alegações do Beneficiário;
 - Elaboração da proposta de Decisão Final sobre o co-financiamento, a submeter à Comissão Directiva;
 - Notificação da Decisão Final ao Beneficiário;
 - Verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes para efeitos da celebração do Contrato de Financiamento;
 - Preparação da proposta de contrato de financiamento a enviar para aceitação do Beneficiário, tendo por base os elementos constantes da decisão de co-financiamento;
 - Preparação e sistematização de informação operacional e financeira para efeitos de reporte às Autoridades Competentes.
- Execução das operações
- Análise e verificação dos Pedidos de Pagamento;

- Emissão de Propostas de Pagamento;
- Análise dos relatórios de execução das operações e instrução da respectiva decisão.
- Encerramento das operações
 - Verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações;
 - Análise dos relatórios finais de execução das operações e instrução da respectiva decisão;
 - Acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.

Secretário Técnico da Unidade de Valorização do Território

- Desempenha funções ao nível da:
 - Gestão Operacional do PO:
 - Elaboração de propostas sobre os regulamentos específicos do PO;
 - Elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Directiva a peritos externos;
 - Produção de propostas de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira;
 - Operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos Avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela Comissão Directiva);
 - Identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais Orientações Técnicas que tenham sido aprovadas pela Comissão Directiva;
 - Prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão;
 - Definição e preparação do formulário e dossier de Grandes Projectos.

- Acompanhamento do processo de candidatura das operações na área da Valorização do Território
 - Acompanhamento e controlo da recepção das candidaturas, tendo em vista a respectiva aceitação;
 - Verificação do enquadramento da operação e do beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao beneficiário quer à operação;
 - Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário;
 - Comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados;
 - Elaboração do Projecto de Decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura;
 - Análise das eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
 - Preparação da informação para a tomada de Decisão Final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
 - Notificação da decisão da Comissão Directiva ao Beneficiário;
 - Apreciação Técnica das candidaturas admitidas;
 - Análise, quantificação e emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de selecção explicitada nos Avisos de Abertura. Quando a Comissão Directiva tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas, estabelecimento da interlocução com os mesmos, tendo em vista o respectivo exercício das funções de avaliação de mérito;
 - Processo de selecção/hierarquização das operações de acordo com a classificação obtida;
 - Elaboração do Projecto de Decisão a submeter à Comissão Directiva;
 - Audiência Prévia dos Interessados;
 - Análise das eventuais alegações do Beneficiário;

- Elaboração da proposta de Decisão Final sobre o co-financiamento, a submeter à Comissão Directiva;
 - Notificação da Decisão Final ao Beneficiário;
 - Verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes para efeitos da celebração do Contrato de Financiamento;
 - Preparação da proposta de contrato de financiamento a enviar para aceitação do Beneficiário, tendo por base os elementos constantes da decisão de co-financiamento;
 - Preparação e sistematização de informação operacional e financeira para efeitos de reporte às Autoridades Competentes.
- Execução das operações
 - Análise e verificação dos Pedidos de Pagamento;
 - Emissão de Propostas de Pagamento;
 - Análise dos relatórios de execução das operações e instrução da respectiva decisão.
 - Encerramento das operações
 - Verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações;
 - Análise dos relatórios finais de execução das operações e instrução da respectiva decisão;
 - Acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.

Secretário Técnico da Unidade de Controlo Interno

- Desempenha funções de natureza operacional:
 - Elaboração da proposta de descrição do Sistema de Gestão e Controlo e respectiva actualização necessária ao longo do período de Programação, em articulação com as restantes Unidades Orgânicas;
 - Elaboração de propostas ou apreciação de orientações técnicas ou normas de gestão;

- Colaboração na preparação dos Relatórios Anuais e Final de execução do Programa, contribuindo nos temas jurídicos, administrativos e financeiros a desenvolver.
- Desempenha funções de Controlo Interno:
 - Realização das acções de verificação no local;
 - Registo contabilístico de dívidas e de recuperações;
 - Elaboração de propostas de comunicação de irregularidades;
 - Acompanhamento das irregularidades e sua actualização;
 - Acompanhamento, análise de relatórios e elaboração de processos de contraditório em articulação com as restantes Unidades Orgânicas no âmbito das auditorias externas;
 - Monitorização das conclusões das auditorias, incluindo as respectivas consequências financeiras, e follow-up das recomendações;
 - Acompanhar os processos de impugnação administrativa e os processos judiciais em geral, e em especial os de contencioso administrativo;
 - Elaboração de planos de controlo interno e sua implementação, incluindo realização de acções com recurso a meios próprios, ou contratados para o efeito, elaboração / coordenação da elaboração dos projectos de relatório e seu controlo de qualidade, análise e apreciação das eventuais alegações dos beneficiários e elaboração do relatório final para efeitos de emissão de decisão pela Comissão Directiva;
 - Monitorização das conclusões das acções de controlo interno, incluindo as respectivas consequências financeiras, e follow-up das recomendações;
 - Follow-up dos erros sistémicos e desenvolvimento de procedimentos tendentes à sua correcção.
- Desempenha funções ao nível da comunicação:
 - Acompanhamento na rede de interlocutores de comunicação do QREN;
 - Elaboração, dinamização, monitorização e avaliação do Plano de Comunicação do PO, nos termos do Regulamento CE 1828/2006, nos seguintes domínios: identidade corporativa (“branding”), publicidade, organização de eventos, iniciativas especiais, comunicação interna, etc.;
 - Implementação e coordenação do sítio de Internet do PO;

- o Implementação e coordenação das ações de divulgação e promoção do PO;
- o Assessoria técnica, divulgação e acompanhamento na implementação das obrigações e responsabilidades de informação e publicidade das entidades beneficiárias.

Nos termos previstos no artigo 47º do Decreto-Lei n.º 312/2007, a Autoridade de Gestão solicita o apoio dos serviços da CCDR Alentejo, bem como de outras entidades externas, em sede de análise de candidaturas, quer para a obtenção de pareceres, quer para a avaliação de mérito das mesmas.

No caso da CCDRA, e sem prejuízo de diversos funcionários do quadro poderem vir a desempenhar uma colaboração estreita com o Secretariado Técnico, sempre que se revela adequado, é estabelecida uma forte articulação nos seguintes domínios:

- planeamento e desenvolvimento regional;
- apoio jurídico;
- ordenamento do território;
- ambiente.

O apoio administrativo e financeiro à AG do INALENTEJO é assegurado pela CCDRA, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17-09-2007, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22-04-2008.

Organismos Intermédios

Nos termos dos art.º 61º a 64.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril a Autoridade de Gestão do INALENTEJO delegou competências no que respeita à gestão dos Sistemas de Incentivos e por Contratualização com as Associações de Municípios / CIM.

Gestão dos Sistemas de Incentivos

Visando a gestão dos Sistemas de Incentivos foram em 30/06/2008, celebrados de protocolos de delegação de competências entre a AG do INALENTEJO seguintes entidades públicas:

- o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI);
- a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP);

- o Turismo de Portugal (TP);
- e a Agência de Inovação (AdI).

Contratualização com Associações de Municípios / CIM's com base nas NUT III

A delegação de competências com subvenção global, entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e as Associações de Municípios/CIM definidas territorialmente com base nas Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas de nível III (NUTS III), nos termos previstos na Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, e pelo Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril, encontra-se configurada no modelo de governação do QREN e dos Programas Operacionais como uma opção estratégica, visando a participação das associações de municípios na gestão do respectivo Programa Operacional.

Na sequência da avaliação de mérito Programas Territoriais de Desenvolvimento, documento que estabelece a estratégia, os objectivos e um plano de investimentos a prosseguir pelas Associações de Municípios / CIM, em 22-12-2008, foram celebrados os Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e as Associações de Municípios baseadas nas NUT III da Região Alentejo.

As competências formalmente delegadas nas Associações de Municípios/CIM baseadas nas NUT III são as previstas nas alínea c) do n.º 1 do artigo 46.º e nas alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i), p), r) do n.º 2 do mesmo artigo do Decreto-lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril:

- Aprovar as candidaturas a financiamento no âmbito do PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;
- Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis aos PO;
- Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PO;

- Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com decisão de concessão do financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 11ª;
- Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.1. Realização e Análise dos Progressos

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

A análise da realização física do Programa Operacional, terá como base fundamental os dados referentes aos indicadores Comuns (CE), constantes da Tabela 2.1, pelo que importa efectuar uma análise dos resultados obtidos, nomeadamente, uma análise global qualitativa dos progressos realizados.

De realçar que não são incluídas metas, dado que para os Indicadores Comuns Comunitários na fase de negociação dos Programas Operacionais, foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem “metas” nem “valores de referência / situações de partida” para estes indicadores. Por insistência da Comissão Europeia, recentemente, as autoridades portuguesas iniciaram o processo de definição destas metas, em função de propostas apresentadas pelas autoridades de gestão para cada indicador comum, processo que ainda não se encontra concluído.

Tabela 2.1: Realização Física

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados	Realização Contratada		SI -1453 Out.Reg-158 Total - 1611			--
		Metas					
2	dos quais : homens	Realização Contratada		SI - n.d. Out.Reg- 62			--
		Metas					
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		SI - n.d. Out.Reg- 96			--
		Metas					
4	Nº de projectos de I&DT	Realização Contratada		4			--
		Metas					
5	Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investig.	Realização Contratada		2			--
		Metas					
6	Empregos na investigação criados	Realização Contratada		13			--
		Metas					
7	Nº de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada	30	121			--
		Metas					
8	Nº de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	4	41			--
		Metas					
9	Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada		1.453			--
		Metas					
10	Investimento induzido (em M€)	Realização Contratada	15,6	163,9			--
		Metas					

Tabela 2.1: Realização Física			(continuação)					
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
11	Nº de projectos (sociedade de inform.)	Realização Contratada		2	10			--
		Metas						
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada			61.451			--
		Metas						
13	Nº de projectos (Transportes)	Realização Contratada			16			--
		Metas						
14	Nº de Km de novas estradas	Realização Contratada			3,7			--
		Metas						
15	Nº de Km de novas estradas nas RTE (*)	Realização Contratada			n.a.			--
		Metas						
16	Nº de Km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada			69,5			--
		Metas						
17	Nº de Km de novas ferrovias	Realização Contratada			n.d.			--
		Metas						
18	Nº de Km de novas ferrovias nas RTE	Realização Contratada			n.a.			--
		Metas						
19	Nº de Km de ferrovias reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada			n.d.			--
		Metas						
20	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada			n.d. *			--
		Metas						
21	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada			n.d. *			--
		Metas						
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização Contratada			n.d.			--
		Metas						
23	Nº de projectos (energias renováveis)	Realização Contratada			n.d.			--
		Metas						
24	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização Contratada			n.d.			--
		Metas						
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização Contratada			740			--
		Metas						
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionadas	Realização Contratada			n.d.			--
		Metas						
27	Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada			5			--
		Metas						
28	Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada			1			--
		Metas						

Tabela 2.1: Realização Física		(continuação)					
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
29	Área reabilitada (em Km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada		n.d.			--
		Metas					
30	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂ equivalentes, Kt)	Realização Contratada		n.d. *			--
		Metas					
31	Nº de projectos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada		5			--
		Metas					
32	População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada		661.545			--
		Metas					
33	População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada		661.545			--
		Metas					
34	Nº de projectos (Turismo)	Realização Contratada	2	10			--
		Metas					
35	Nº de empregos criados (em ETI)	Realização Contratada		24			--
		Metas					
36	Nº de projectos (Educação)	Realização Contratada	15	37			--
		Metas					
37	Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada		9230			--
		Metas					
38	Nº de projectos (saúde)	Realização Contratada	6	33			--
		Metas					
39	Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atractividade das cidades	Realização Contratada		6			--
		Metas					
40	Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada		n.d.			--
		Metas					
41	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização Contratada	15	40			--
		Metas					

n.a. – Não Aplicável ao INALENTEJO; n.d. – Não disponível; *- Metodologia de cálculo em consolidação

A visão correcta do desempenho do INALENTEJO na concretização dos seus objectivos, a partir da análise dos indicadores definidos, poderá, em parte, ficar comprometida, tendo em conta alguma dificuldade na operacionalização da metodologia de cálculo nalguns indicadores.

Neste campo, será de realçar a dificuldade/entreve em obter determinados elementos que permitam, numa forma cabal, responder aos indicadores estabelecidos, refira-se como exemplo:

- Obtenção de dados a partir do Sistema de Informação, no que concerne aos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos (SIQREN), como é o caso dos indicadores n.º 2 e 3, nos quais não é possível obter os dados da criação de emprego, repartidos por género, sendo que, os dados que neles constam respeitam às restantes operações, cujo registo/cálculo dos indicadores são obtidos através do SIGPOA (Sistema de Informação do INALENTEJO);
- Não são apresentados dados relativos aos Indicadores n.º 15 e 18, por não se enquadrarem nas tipologias de projecto previstas no INALENTEJO;
- Nos Indicadores n.º 20, 21 e 30, a metodologia de cálculo ainda não se encontra consolidada, pelo que, nestes casos, os indicadores não foram calculados;
- O Indicador n.º 24, não é possível quantificar, tendo em conta o tipo de projectos que se perspectivam.

Por outro lado, importa referir que a metodologia estabelecida para a construção dos indicadores, determina que o contributo das operações ocorra quando estas já se encontrem com contrato celebrado (até 31-12-2009), e para efeitos de execução, que as operações estejam concluídas (Relatório Final de Encerramento – situação que ainda não se verificou). Neste entendimento, e face ao nível de realização do Programa Operacional, nalguns casos, poder-se-á considerar que a realização física, ainda não é relevante, no entanto, há que ter em conta, as especificidades de cálculo referidas.

Será pertinente, no entanto, destacar o dinamismo verificado ao nível das operações enquadradas no Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar (Eixo 3), no qual se encontram, desde já, contratadas operações que permitem perspectivar uma boa execução (indicador n.º 36), embora ainda não se verifiquem projectos concluídos/encerrados.

De igual modo, pode-se destacar a evolução registada, em relação ao ano de 2008, ao nível do n.º de projectos de turismo de 2 para 10 (indicador n.º 34), bem como no n.º de projectos de Saúde de 6 para 33 (indicador n.º 38).

Como complemento, importa fazer referência aos Indicadores Comuns Nacionais (Anexo I), acerca dos quais não existe termo de comparação, em termos da evolução dado que é a primeira vez que se efectua a sua recolha, sendo no entanto, importante realçar os seguintes aspectos:

- Os Indicadores n.º ICN-TRI-005, ICN-TRI-015 (excepto no caso dos Centros Escolares do 1º Ciclo e Educação Pré-escolar) e ICN-Anual-033 (excepto nos Centros Escolares do 1º ciclo e Educação Pré-escolar), não são aplicáveis ao INALENTEJO, tendo em conta os Regulamentos Específicos e as tipologias de projecto.
- A metodologia do Indicador ICN-Anual-017, encontra-se em fase de consolidação pelo que é “não disponível.”

2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

No final de 2009 o Programa Operacional apresentava uma taxa de compromisso de 33% com um valor de FEDER aprovado de 288.905.542€, tendo o ano de 2009 contribuído com um incremento de aprovação de 72% do valor de FEDER comprometido.

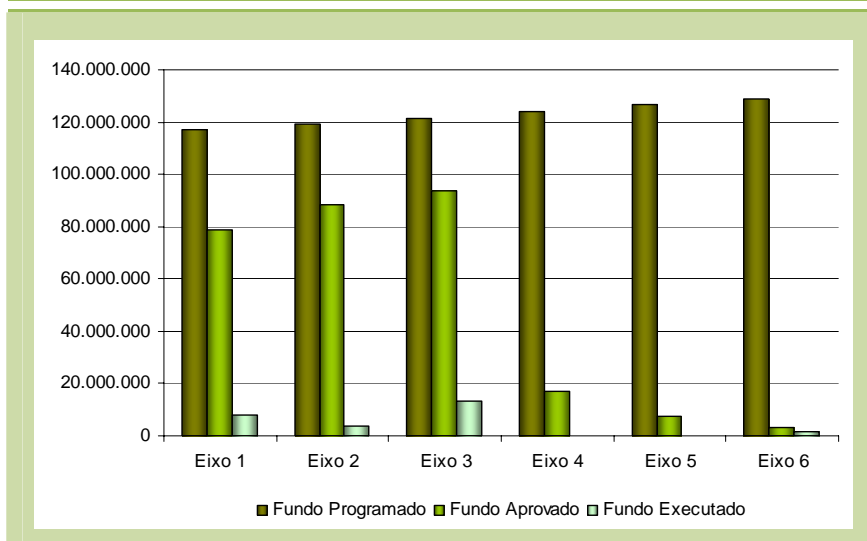
Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2009 (€)

Eixo	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo Executado
Eixo 1	293.555.861	78.525.927	8.032.502
Eixo 2	139.911.758	88.432.073	3.824.293
Eixo 3	200.873.309	93.919.679	13.174.212
Eixo 4	131.413.521	17.254.006	71.471
Eixo 5	77.179.529	7.620.603	68.136
Eixo 6	26.000.000	3.153.254	1.699.680
Total	868.933.978	288.905.542	26.870.294

O incremento verificado resulta, em grande parte, de em 2009 terem aberto 128 Avisos de Concurso a que correspondeu uma dotação financeira de 345.915.000€.

O aumento de execução de 662.762€ no final de 2008 para 26.870.294€ no final de 2009 (um aumento de 98%), resulta em grande parte do processo de implementação do Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo e a dinâmica operacionalização das equipas técnicas, integradas nas unidades operativas do Secretariado Técnico, bem como a agilização dos procedimentos relacionados com as diferentes fases de apreciação de uma candidatura.

Gráfico 2.1: Compromisso financeiro a 31-12-2009



Dinâmica de Avisos de Concurso

Até ao final de 2009 foram lançados um total de 182 Avisos de Concurso, dos quais a essa data, unicamente se encontravam abertos 19.

Gráfico 2.2: Avisos de Concurso 31-12-2009

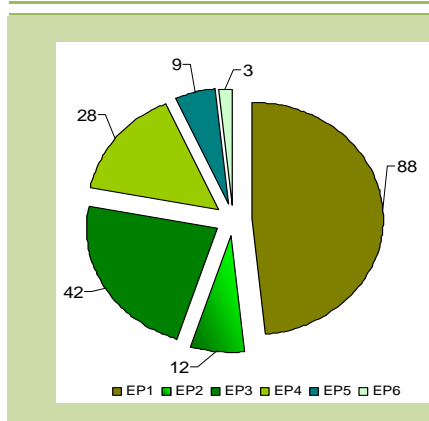


Gráfico 2.3: Avisos de Concurso em aberto 31-12-2009

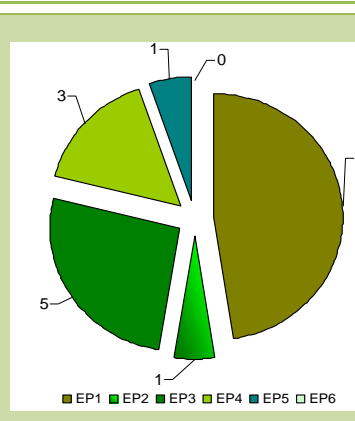


Gráfico 2.4: Avisos de Concurso encerrados 31-12-2009

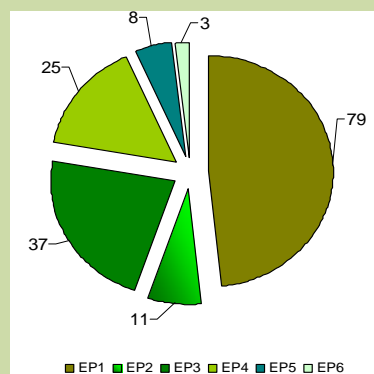
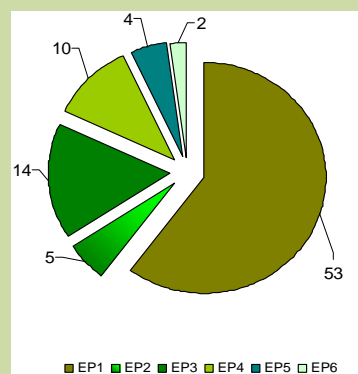


Gráfico 2.5: Avisos de Concurso decididos 31-12-2009



Aprovações e Taxas de Compromisso

Em termos de candidaturas apresentadas o ano de 2009 representou um incremento de 56% de candidaturas apresentadas, 71% de candidaturas admitidas e 73% de candidaturas aprovadas. Considerando que das 627 candidaturas admitidas até 31-12-2009, foram aprovadas 427, constata-se que a taxa de aprovação líquida foi de 68%.

Gráfico 2.6: Variação de aprovação Líquida por Eixo Prioritário

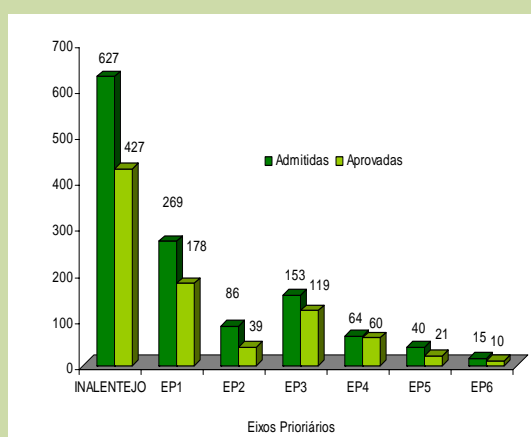
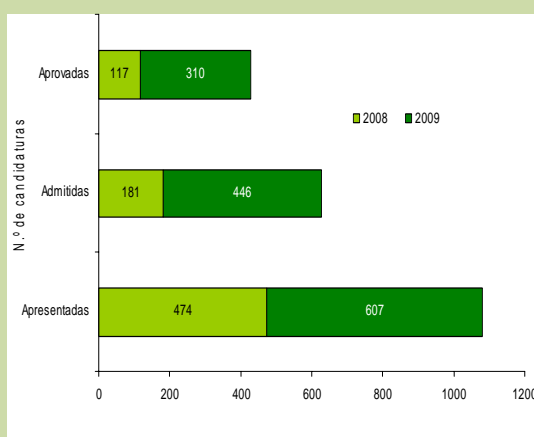


Gráfico 2.7: Incremento de candidaturas



Em termos de investimento, o INALENTEJO apresenta no final de 2009 uma taxa de aprovação líquida de 60%, sendo a sua distribuição por eixo apresentada no gráfico abaixo.

Gráfico 2.8: Taxa de Aprovação Líquida

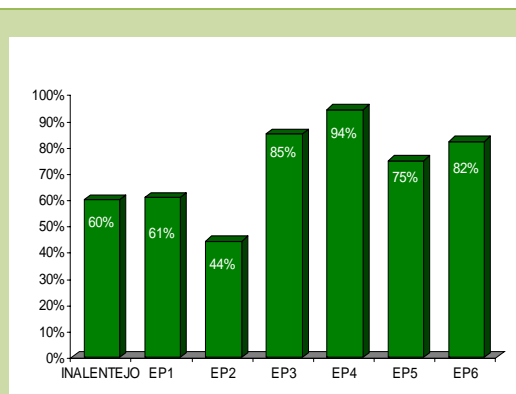


Gráfico 2.9: Incremento de Investimento Elegível Aprovado

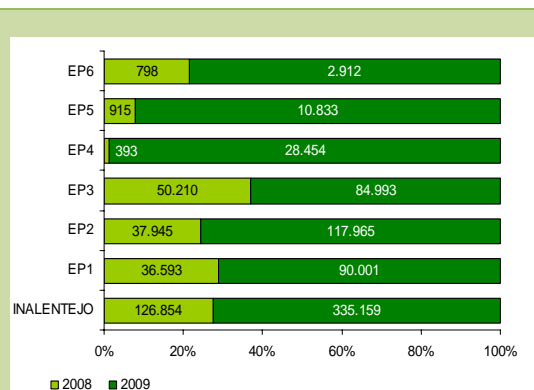


Tabela 2.3: Candidatura Aprovadas (€)

Eixo Prioritário	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER
Eixo 1	158.180.451	126.594.499	84.353.429	78.525.927
Eixo 2	181.951.703	155.910.010	155.910.010	88.432.073
Eixo 3	155.107.181	135.872.413	135.872.414	93.919.679
Eixo 4	33.470.667	28.847.484	28.847.483	17.254.006
Eixo 5	14.332.395	11.747.942	11.747.942	7.620.603
Eixo 6	3.837.837	3.709.710	3.709.710	3.153.254
Total	546.880.234	462.682.060	420.440.989	288.905.542

A 31 de Dezembro de 2009 o INALENTEJO tinha já aprovado um investimento total de 546.880.234€, com um investimento elegível de 462.682.060€ e um FEDER de 288.905.542€.

A taxa de compromisso, no mesmo período, atingiu os 33,2% face ao total programado, sendo o Eixo 2 que apresenta uma maior taxa de compromisso, facto para o qual contribui a aprovação dos 5 Planos de Acção.

O Eixo 3 também apresenta uma maior taxa de compromisso, 46,8% resultante do forte investimento na Rede Escolar do Ensino básico e da Educação Pré-escolar.

Tabela 2.4: Taxa de compromisso por Eixo Prioritário

Eixo Prioritário	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Taxa de Compromisso
Eixo 1	293.555.861	78.525.927	26,7%
Eixo 2	139.911.758	88.432.073	63,2%
Eixo 3	200.873.309	93.919.679	46,8%
Eixo 4	131.413.521	17.254.006	13,1%
Eixo 5	77.179.529	7.620.603	9,9%
Eixo 6	26.000.000	3.153.254	12,1%
Total	868.933.978	288.905.542	33,2%

Gráfico 2.10: Taxa de compromisso

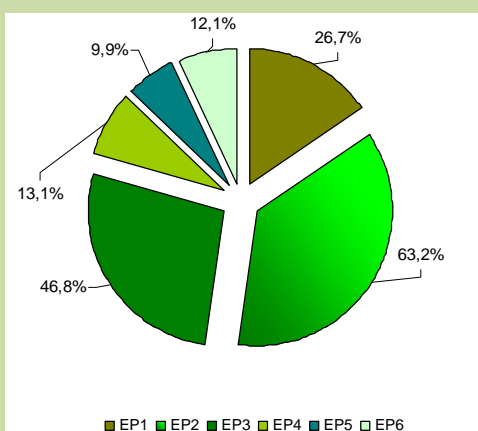
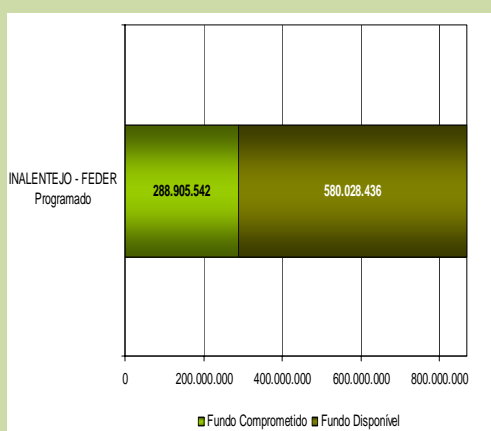


Gráfico 2.11: FEDER compromisso



Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários

O total de despesa paga pelos Beneficiários, apresentada ao INALENTEJO e validada pela estrutura técnica do Programa até ao final do ano 2009, atingiu 36.833.718€ a que corresponde uma Despesa Pública de 36.384.266€ e uma contribuição FEDER de 26.870.294€, sendo a taxa de realização (Executado/Aprovado) de 9% .

Tabela 2.5: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários (€)

Eixo Prioritário	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo executado	Fundo Pago
Eixo 1	293.555.861	78.525.927	8.032.502	8.974.611
Eixo 2	139.911.758	88.432.073	3.824.293	7.033.396
Eixo 3	200.873.309	93.919.679	13.174.212	23.395.987
Eixo 4	131.413.521	17.254.006	71.471	450.175
Eixo 5	77.179.529	7.620.603	68.136	326.843
Eixo 6	26.000.000	3.153.254	1.699.680	1.647.954
Total	868.933.978	288.905.542	26.870.294	41.828.966

Gráfico 2.12: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários (€)

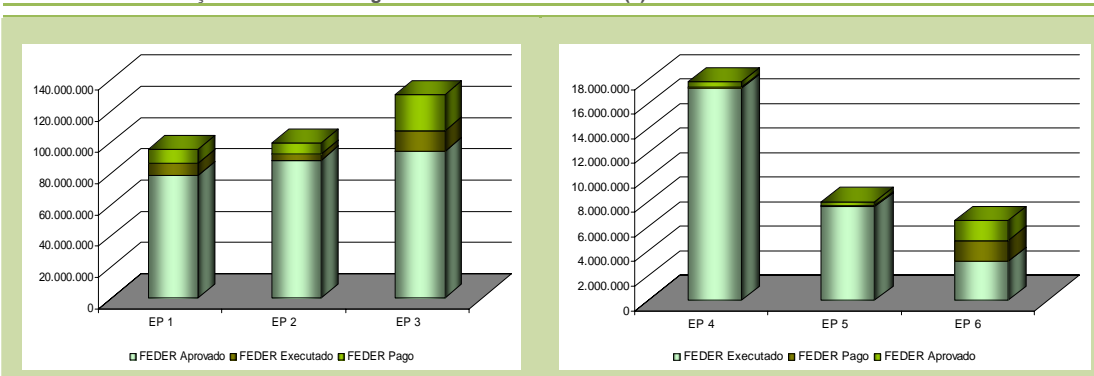
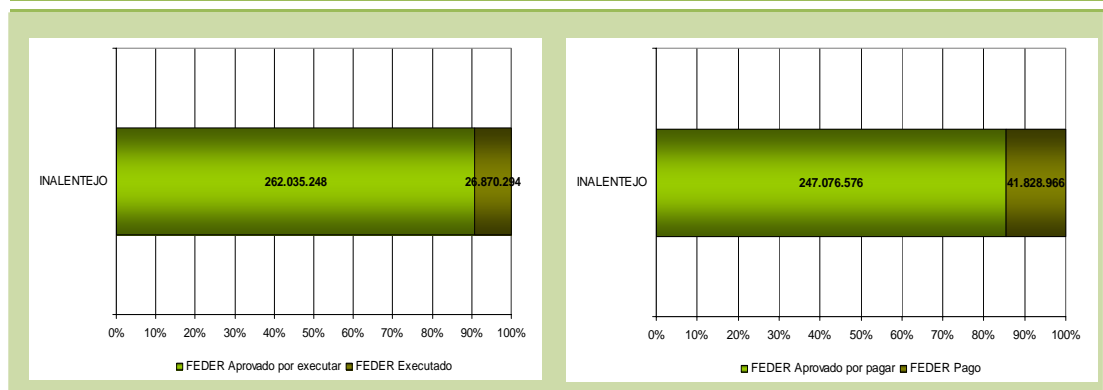


Gráfico 2.13: Total de FEDER executado do FEDER aprovado Gráfico 2.14: Total de FEDER pago do FEDER aprovado



Em termos de Execução e Pagamentos aos Beneficiários, o ano de 2009 representou um incremento de 97,5% e de 98,2% respectivamente, sendo que a Taxa de realização passou de 0,81% para 9% e a Taxa de Pagamento passou de 0,94% para 14%.

Gráfico 2.15: Incremento da Execução

Gráfico 2.16: Incremento de Pagamentos aos Beneficiários

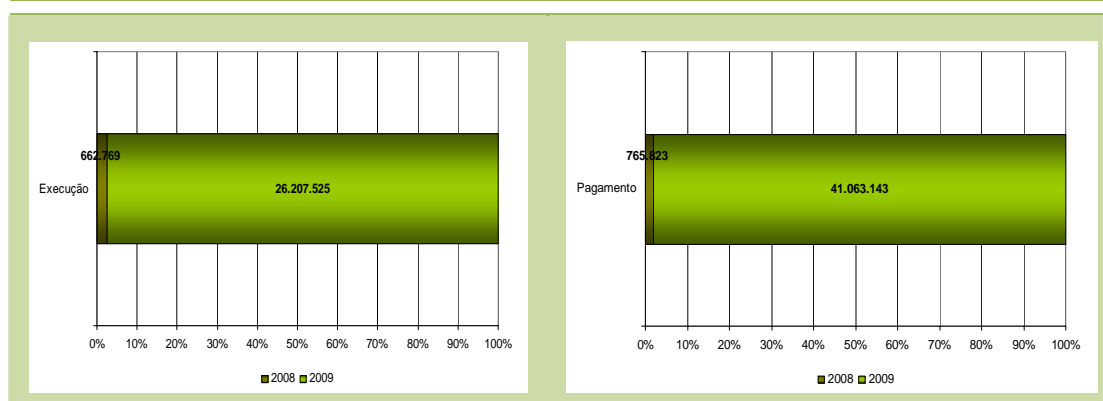


Tabela 2.6: Realização Financeira Un:€

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários ²	Contribuição pública correspondente	Despesas pagas aos beneficiários ³	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo Prioritário 1	8.481.954	8.032.502	8.974.611	
FEDER	8.032.502	8.032.502	8.974.611	
Eixo Prioritário 2	7.302.749	7.302.749	7.033.396	1.216.167
FEDER	3.824.293	3.824.293	7.033.396	1.216.167
Eixo Prioritário 3	18.823.641	18.823.641	23.395.987	2.084.923
FEDER	13.174.212	13.174.212	23.395.987	2.084.923
Eixo Prioritário 4	119.118	119.118	450.175	11.772
FEDER	71.471	71.471	450.175	11.772
Eixo Prioritário 5	106.632	106.632	326.843	41.317
FEDER	68.136	68.136	326.843	41.317
Eixo Prioritário 6	1.999.624	1.999.624	1.647.954	554.815
FEDER	1.699.680	1.699.680	1.647.954	554.815
Pré-financiamento recebido				65.170.048
Total PO	36.833.718	36.384.266	41.828.966	69.079.042
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral	36.833.718	36.384.266	41.828.966	69.079.042

No dia 30 de Outubro de 2009 procedeu-se ao envio à Comissão Europeia do Certificado e Declaração de Despesa do 1º Pedido de Certificação de Despesas do INALENTEJO. A despesa total certificada ascendeu a 5.869.345,83€, a que corresponde um pedido de reembolso de FEDER de 3.908.994,44€.

Com este pedido ficou observado o disposto no n.º 2 do artigo 82º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho, garantindo-se o envio do primeiro pedido de reembolso do PO nos 24 meses subsequentes ao pagamento da primeira tranche de pré-financiamento.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

Dimensão Formas de Financiamento

A 31-12-2009, o INALENTEJO apresenta, no que respeita às formas de financiamento uma distribuição bipartida entre as **Ajudas não reembolsáveis** (1), com 89% dos projectos aprovados e **Outras formas de financiamento** (4) em que a aplicação se

² Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão. Corresponde a Custo Total Elegível Executado.

³ Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, com base em informação a fornecer pela Entidade Pagadora (IFDR / OI).

apresenta exclusiva em projectos do Eixo 1, nomeadamente do SI Inovação e SII&DT com 11%.

Tabela 2.7: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	378	230.170.102	20.045.361	8,71%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	49	58.735.439	6.824.933	11,62%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento				
	TOTAL	427	288.905.542	26.870.294	9,30%

| 44

Gráfico 2.17: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Formas de Financiamento

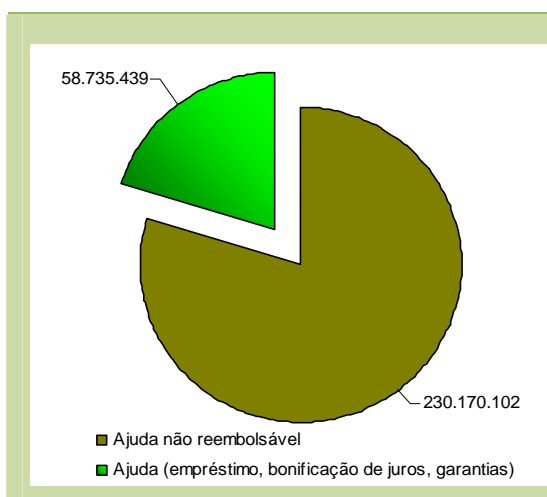
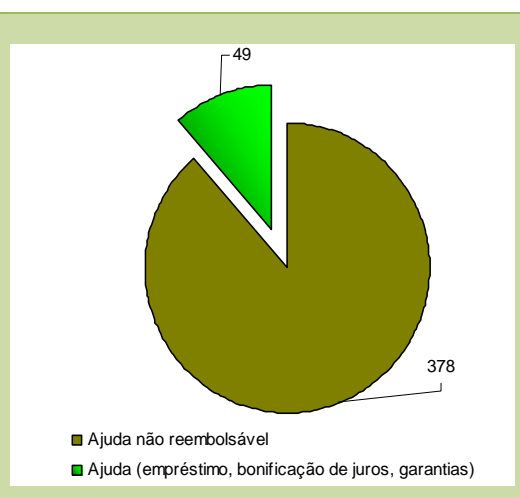


Gráfico 2.18: Distribuição projectos aprovados por dimensão Formas de Financiamento



Dimensão Tipo de Território

Tendo em conta os conceitos utilizados (Orientação Técnica CTC QREN n.º1/2009 de 21/05):

- São considerados Aglomerados Urbanos os Concelhos:
 - Cujas populações residentes em freguesias classificadas como área predominantemente urbana (APU) seja igual ou superior a 50% do total;
 - Ou que sejam capital de Distrito;
 - Ou que integrem as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- São consideradas Zonas de Fraca e de Muito Fraca Densidade Populacional os Concelhos que tenham uma densidade populacional inferior a 50 habitantes por km² (artigo 52º, alínea f ponto ii do Regulamento CE n.º1083/2006)

- São consideradas Zonas Rurais (que não Montanhas, ilhas ou Zonas de Fraca e Muito Fraca Densidade Populacional) os Concelhos que não integrem nenhuma das anteriores classificações;
- Há ainda a considerar a classificação “Não se aplica” onde se incluem os investimentos de incidência NUT II (Alentejo).

Verifica-se a seguinte repartição da contribuição comunitária por dimensão tipo de território:

- Aglomeração urbana – 56% dos projectos aprovados 70% da comparticipação comunitária aprovada;
- Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional - 21% dos projectos aprovados 14% da comparticipação comunitária aprovada;
- Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional) - 5% dos projectos aprovados 2% da comparticipação comunitária aprovada;
- Não se Aplica - 17% dos projectos aprovados 14% da comparticipação comunitária aprovada.

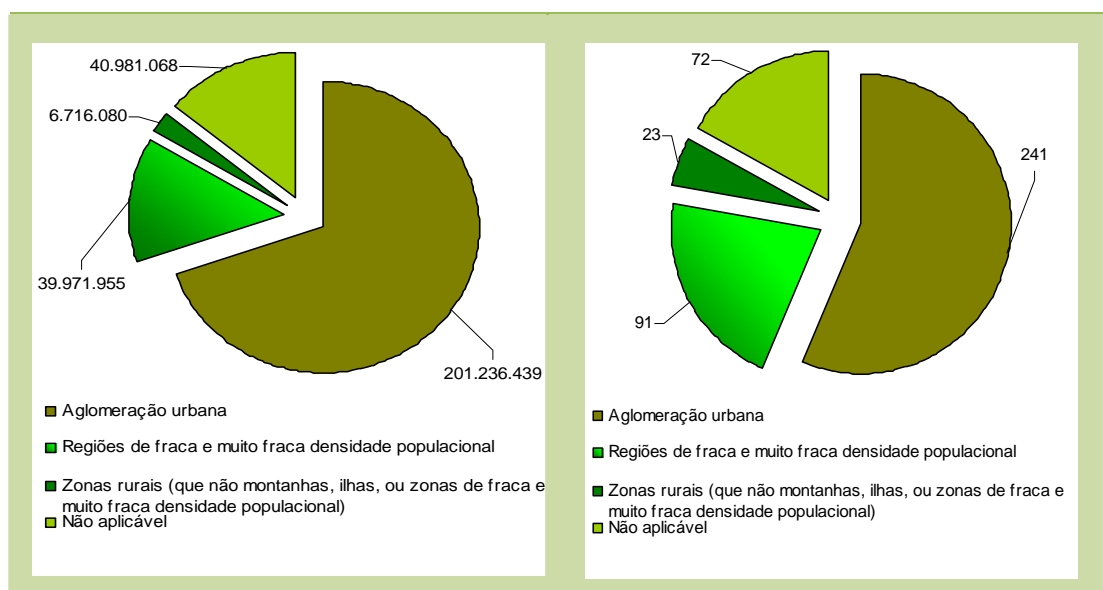
Tabela 2.8: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	241	201.236.439	22.373.094	11%
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	91	39.971.955	3.702.069	9%
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	23	6.716.080	393.213	6%
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica				
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável	72	40.981.068	401.919	1%
	TOTAL	427	288.905.542	26.870.294	9%

Na análise dos valores apresentados na Tabela 2.8, verifica-se uma forte concentração do n.º de projectos e conseqüentemente Feder aprovado na dimensão 01- Aglomeração Urbana, estes diferencial resulta em grande parte dos investimentos estruturantes nas áreas da educação, saúde, reabilitação urbana e também da influência do investimento e projectos do Eixo 1 (área empresarial).

Gráfico 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Tipo de Território

Gráfico 2.20: Distribuição projectos aprovados por dimensão Tipo de Território



Dimensão Actividade Económica

A 31-12-2009 a repartição da contribuição comunitária por dimensão de Actividade Económica era a que se espelha na tabela seguinte, sendo de realçar as seguintes:

- Outros serviços não especificados – 25,8% dos projectos aprovados 34,4% da comparticipação comunitária aprovada;
- Educação – 9,8% dos projectos aprovados 14,4% da comparticipação comunitária aprovada;
- Actividades de saúde humana – 8,0% dos projectos aprovados 11,5% da comparticipação comunitária aprovada;
- Hotéis e restaurantes – 3,5% dos projectos aprovados 9,0% da Comparticipação comunitária aprovada;
- Transportes – 5,2% dos projectos aprovados 7,1% da Comparticipação comunitária aprovada;

Tabela 2.9: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	3	241.244	0	0,00%
02	Pesca	1	125.842	0	0,00%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	11	3.849.647	366.445	9,52%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	0	0	0	
05	Construção de material de transporte	0	0	0	
06	Indústrias transformadoras diversas	26	6.976.121	1.472.440	21,11%
07	Extracção de produtos energéticos	5	3.827.506	0	0,00%
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	1	8.408	0	0,00%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	0	0	0	
10	Correios e telecomunicações	9	537.260	112.605	20,96%
11	Transportes	22	20.561.914	5.134.562	24,97%
12	Construção	1	354.023	177.011	50,00%
13	Comércio por grosso e a retalho	27	5.526.223	143.569	2,60%
14	Hotéis e restaurantes	15	25.934.242	5.226.688	20,15%
15	Actividades financeiras	0	0	0	
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	33	17.179.447	151.196	0,88%
17	Administração pública	14	7.391.768	39.040	0,53%
18	Educação	42	41.732.635	4.419.260	10,59%
19	Actividades de saúde humana	34	33.296.351	4.151.636	12,47%
20	Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais	8	3.717.778	0	0,00%
21	Actividades associadas ao ambiente	65	18.133.915	110.940	0,61%
22	Outros serviços não especificados	110	99.511.220	5.364.901	5,39%
00	Não aplicável	0	0	0	
TOTAL		427	288.905.542	26.870.295	9,30%

NUTS III

Até ao final de 2009 verificou-se que:

- Lezíria do Tejo - com 19,4% da comparticipação comunitária aprovada e 15,9% de execução;
- Alto Alentejo - com 15,1% da comparticipação comunitária aprovada e 14,0% de execução;
- Alentejo Central – com 29,8% da comparticipação comunitária aprovada e 46,6% de execução;
- Baixo Alentejo - com 15,3% da comparticipação comunitária aprovada e 21,4% de execução;
- Alentejo Litoral - com 12,4% da comparticipação comunitária aprovada e 0,7% de execução;

As diferenças verificadas, relativamente á percentagem de aprovação, resultam não só das diferentes dinâmicas regionais (social, económica, geográfica, etc.), mas em grande parte da natureza dos investimentos feitos. Neste contexto pode verificar-se que:

- Competitividade e Inovação – a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central são as regiões que mais apresentam operações aprovadas, respectivamente 61 e 53, nesta análise não se pode separar o facto de serem as duas regiões mais população e com maior numero de empresas instaladas;
- Educação – a Lezíria do Tejo apresenta 13 operações aprovadas sendo a região com maior número de operações nesta área, realça-se que a população residente é superior em cerca de 39% relativamente á segunda região com maior população o Alentejo Central;
- Saúde – as duas NUTS que mais se destacam com 10 operações aprovadas cada uma são o Alentejo Central e o Alto Alentejo, nesta área realça-se que a NUTS III Baixo Alentejo teve a construção/reconstrução dos seus centros de saúde maioritariamente financiados no QCA III, assim como o Alentejo Litoral com a construção do novo Hospital de Santiago do Cacém;
- Regeneração Urbana – o número de operações/Planos de Acção aprovados nas diferentes regiões é muito uniforme sendo no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo, que se verifica um maior numero de aprovações com 8 respectivamente;
- Ambiente – nesta área são as NUTS III, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, que mais operações aprovadas apresentam (14 e 13 respectivamente) maioritariamente nas área da educação ambiental e gestão de resíduos;
- Cultura e Património – as duas NUTS III que mais se destacam com 7 e 8 operações aprovadas respectivamente são o Alto Alentejo e o Alentejo Central;
- Mobilidade – o Alentejo Central apresenta-se como a região que mais operações tem aprovadas 10, facto que é largamente influenciado pelo facto de sendo este regulamento (do Eixo 2 e Eixo 3) um dos regulamentos incluídos na contratualização, é esta região que mais concursos já abriu (4).

Como forma de análise também dos níveis de FEDER aprovado per capita e por km², verifica-se nos gráficos abaixo a distribuição destes valores por NUTS III.

Gráfico 2.21: Distribuição do FEDER aprovado per capita Gráfico 2.22: Distribuição do FEDER aprovado por km²

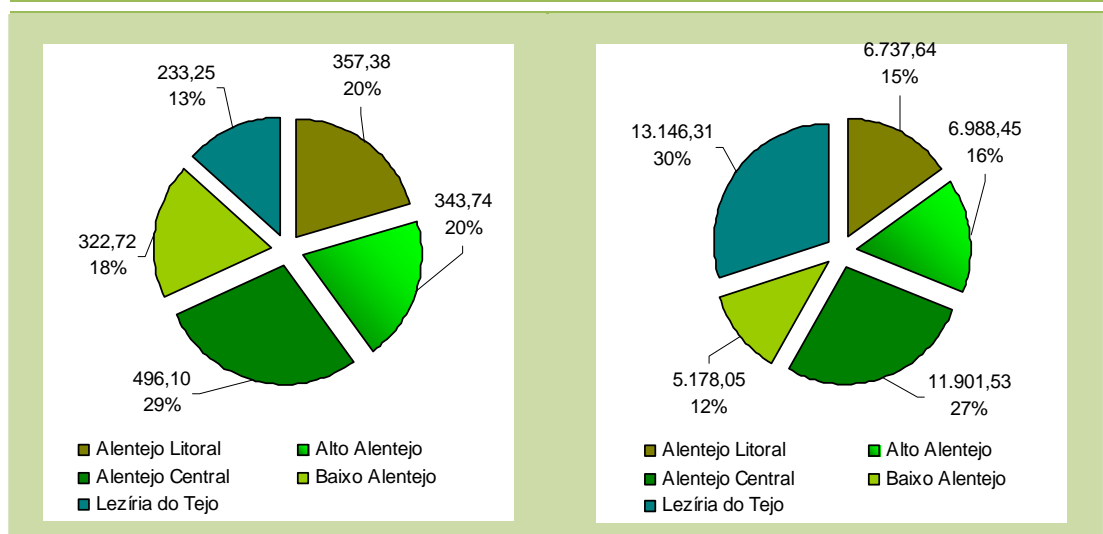
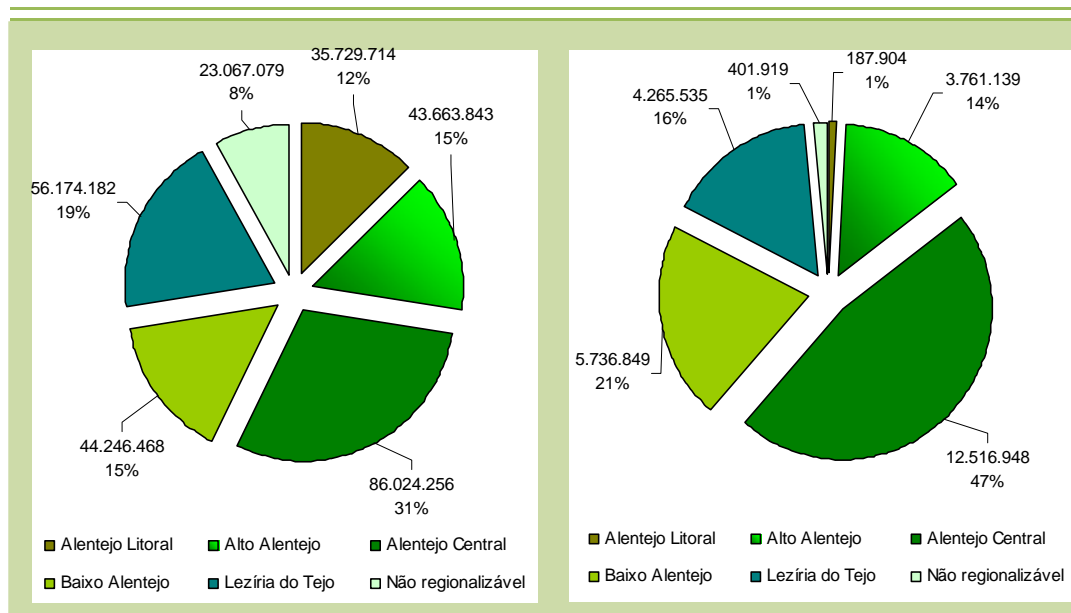


Tabela 2.10: Aprovações e execução financeira por NUT III (€)

NUTS III	Aprovação			Execução		
	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER
Alentejo Litoral	58.683.491	50.360.984	35.729.714	277.900	247.611	187.904
Alto Alentejo	68.260.357	61.712.380	43.663.843	5.474.498	5.423.575	3.761.139
Alentejo Central	137.457.129	124.255.122	86.024.256	15.753.618	15.753.618	12.516.948
Baixo Alentejo	70.907.266	68.572.012	44.246.468	8.739.198	8.542.291	5.736.849
Lezíria do Tejo	91.510.873	79.707.394	56.174.182	6.011.952	5.840.619	4.265.535
Não regionalizável	35.862.945	35.833.096	23.067.079	576.550	576.550	401.919
Total	462.682.060	420.440.989	288.905.542	36.833.718	36.384.265	26.870.294

Gráfico 2.23: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III

Gráfico 2.24: Distribuição FEDER executado por NUT III



2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Tabela 2.11: Aprovações e execução financeira grupo alvo (€)

Grupos Alvo	n.º de projectos	FEDER aprovado	FEDER executado
Sector Empresarial	206	101.491.089	14.618.351
Organismos da Administração Central Desconcentrada	61	35.296.476	225.366
Administração Local	128	146.788.258	10.034.734
Outros	32	5.329.719	1.991.843
Total	427	288.905.542	26.870.294

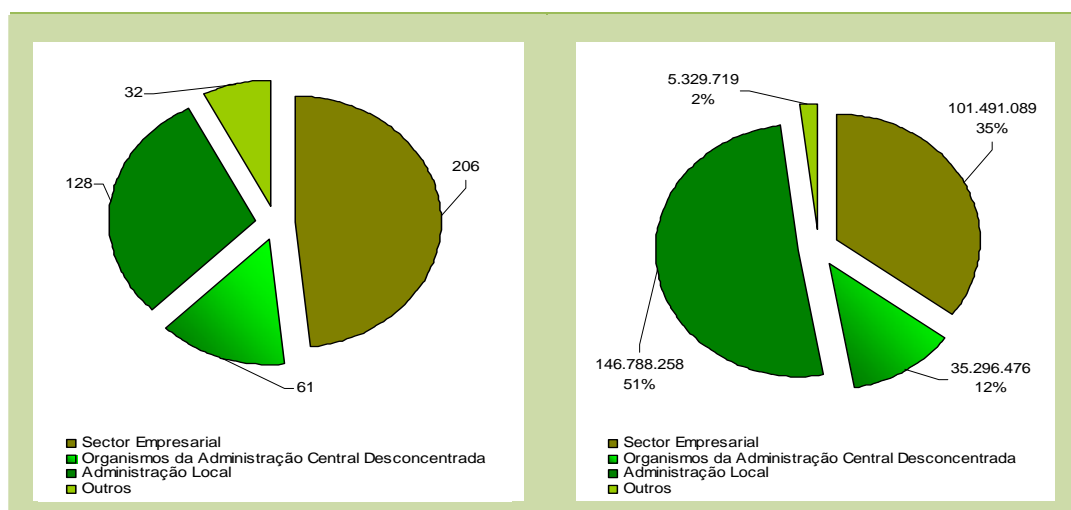
Da análise feita aos projectos aprovados no âmbito do INALENTEJO até ao final de 2009 podemos salientar, pela natureza dos Beneficiários os grupos alvo seguintes::

- Sector Empresarial: inclui empresas públicas ou privadas, associações comerciais e empresariais;
- Organismos da Administração Central Desconcentrada;
- Organismos da Administração Local: inclui Municípios e suas Associações;
- Outros.

Ao Sector Empresarial corresponde o maior valor (206) de projectos aprovados, embora no que se refere a FEDER aprovado a maior percentagem seja a atribuída aos projectos da Administração Local (146.788.258€)

Gráfico 2.25: Projectos aprovados por grupos alvo

Gráfico 2.26: Distribuição do FEDER por grupos alvo



2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Durante o ano de 2009, não foram detectadas situações irregulares. Deste modo, não se verificou a utilização de verbas por parte da Autoridade de Gestão, na sequência da anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do INALENTEJO, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

Não se registaram, igualmente, alterações substanciais das condições de atribuição de comparticipação a determinadas operações, pelo que não se produz qualquer informação neste âmbito, tal como previsto no n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

2.1.6. Análise qualitativa

A análise realizada tem como referência os objectivos e metas definidas no início do período de programação; quanto à repartição do investimento pelas grandes áreas definidas, temas prioritários e earmarking, apresentando-se nas tabelas seguintes os valores de FEDER programados, aprovados e executados assim como o número de projectos aprovados. De salientar que a análise do earmarking é feita com base nos temas com programação no Programa Operacional do Alentejo, no entanto ao nível da execução observa-se que alguns temas earmarking sem programação já apresentam aprovações, são disso exemplo os temas:

- 9 - Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME: com aprovação de 4 operações e um montante FEDER de 751.869€;
- 11 - Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc.): com aprovação de 3 operações e um montante FEDER de 7.810.333€;
- 12 - Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC): com aprovação de 1 operação e um montante FEDER de 46.193€;
- 26 – Transportes multimodais: com aprovação de 1 operação e um montante FEDER de 293.631€;

A inclusão destes temas earmarking levaria a um acréscimo de aprovação de 8.902.026€. Foram também calculadas as taxas de aprovação (valor aprovado / valor programado) e de execução (valor executado / valor aprovado), pode observar-se que a área da Assistência Técnica é até ao final de 2009 a que apresentava maior taxa de execução, assim como a área dos Transportes e Infra-estruturas Sociais.

Tabela 2.12: Áreas de investimento – Temas Prioritários

N.º	Áreas – Temas Prioritários	Programado	Aprovado		Tx. AP/PR	Fundo Executado	Tx. EX/AP
			N.º	Fundo			
1	Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	320.784.802	168	66.573.230	21%	8.016.439	12,0%
2	Sociedade da informação	30.940.362	11	10.390.821	34%	16.063	0,2%
3	Transportes	107.994.379	20	19.603.094	18%	4.667.608	23,8%
4	Energia	17.997.907	1	245.563	1%	0	0,0%
5	Protecção do ambiente e prevenção de riscos	57.110.379	55	16.429.162	29%	71.471	0,4%
6	Turismo	8.255.905	6	1.124.235	14%	0	0,0%
7	Actividades culturais	37.151.571	27	6.286.142	17%	8.569	0,1%
8	Reabilitação urbana e rural	104.488.795	35	87.004.761	83%	3.751.432	4,3%
9	Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	4.643.946	2	3.456.222	74%	0	0,0%
10	Investimento em infra-estruturas sociais	72.239.166	74	67.803.151	94%	8.570.896	12,6%
11	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	66.878.933	16	5.181.304	8%	68.136	1,3%
12	Assistência Técnica	26.000.000	10	3.153.254	12%	1.699.680	53,9%

Gráfico 2.27: Distribuição de projectos por Áreas – Temas Prioritários

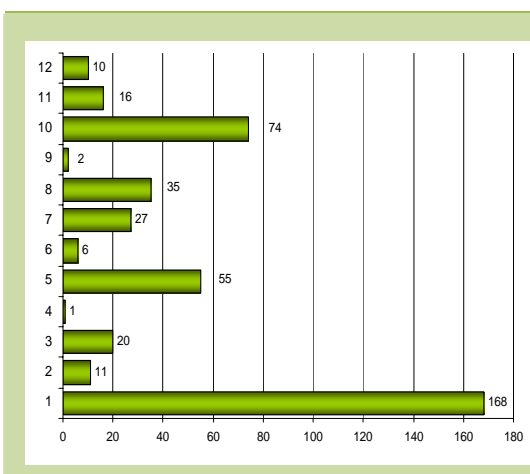


Gráfico 2.28: Fundo aprovado por Áreas – Temas Prioritários (€)

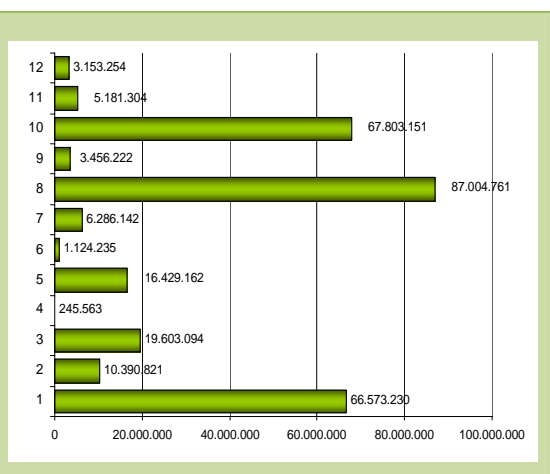
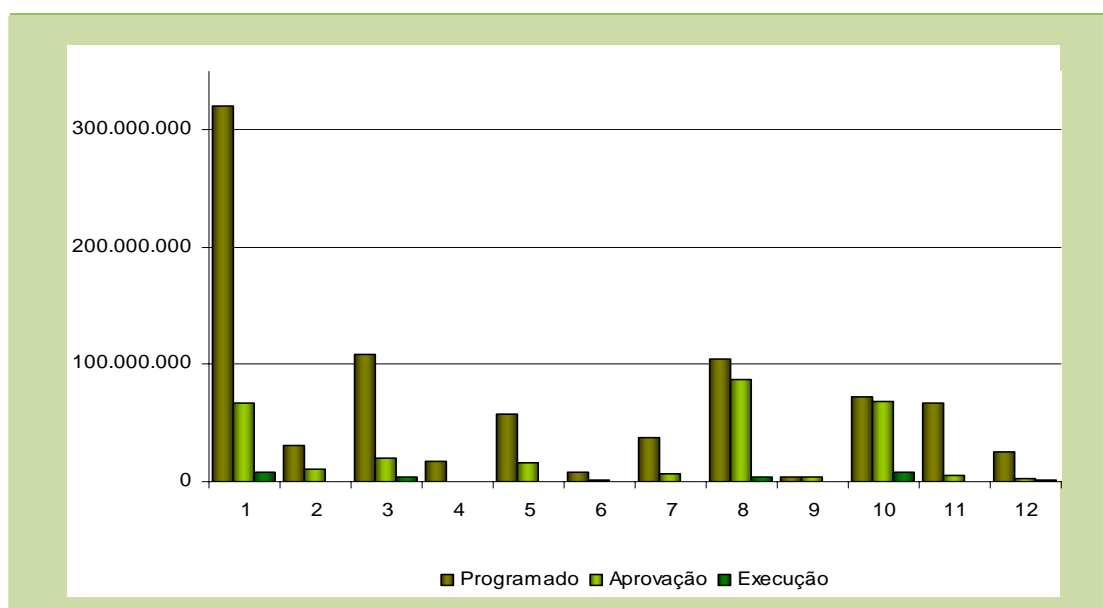


Gráfico 2.29: Variação da Programação/Aprovação/Execução por Áreas de investimento – Temas Prioritários (€)



Verifica-se que são os Temas na área da reabilitação urbana, da adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários e das infra-estruturas sociais que se verificam as maiores taxas de aprovação respectivamente 83%, 74% e 94%

Os valores de aprovação e execução correspondente aos temas prioritários de emarking, correspondem a aproximadamente 75% dos montantes totais registados pelo programa, valor superior ao previsto na programação em que o emarking representa cerca de 63% da comparticipação FEDER.

Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado		Aprovação		Execução	
		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo							
2	Infra-estruturas de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	30.959.643	0	0	0%	0	0%
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	46.439.464	0	0	0%	0	0%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	33.539.613	5	217.751	1%	9.238	4%
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	41.279.524	0	0	0%	0	0%
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco....	44.819.222	0	0	0%	0	0%

Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária) (continuação)

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado		Aprovação		Execução	
		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	53.663.381	73	58.941.749	110%	6.815.696	12%
8	Outros investimentos em empresas	70.083.955	86	6.661.861	10%	1.191.506	18%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	0	4	751.869	-	0	0%
Sociedade da informação							
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc.)	0	3	7.810.333	-	0	0%
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	0	1	46.193	-	0	0%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	10.300.600	5	2.439.299	24%	0	0%
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...)	16.511.810	0	0	0%	0	0%
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	4.127.952	2	94.995	2%	16.063	17%
Transportes							
22	Estradas Nacionais	46.439.464	0	0	0%	0	0%
23	Estradas regionais / locais	27.467.321	13	6.149.984	22%	575.989	9%
24	Ciclovias	8.287.893	3	952.057	11%	0	0%
25	Transportes urbanos	5.159.940	1	632.031	12%	106.273	17%
26	Transportes multimodais	0	1	293.631	-	0	0%
29	Aerportos	15.479.821	2	11.575.391	75%	3.985.346	34%
30	Portos	5.159.940	0	0	0%	0	0%
Energia							
35	Gás natural	2.273.991	1	245.563	11%	0	0%
39	Energias renováveis: eólica	3.789.985	0	0	0%	0	0%
40	Energias renováveis: solar	4.547.982	0	0	0%	0	0%
41	Energias renováveis: biomassa	3.031.988	0	0	0%	0	0%
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	1.515.994	0	0	0%	0	0%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	2.837.967	0	0	0%	0	0%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos							
44	Gestão de resíduos domésticos e industriais	8.255.905	12	5.339.816	65%	0	0%
45	Gestão e distribuição de água (água potável)	16.171.332	10	5.037.879	31%	0	0%
46	Tratamento de águas (águas residuais)	8.085.666	0	0	0%	0	0%
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	3.234.266	2	277.692	9%	0	0%
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas	8.255.905	0	0	0%	0	0%

Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária) (continuação)

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado		Aprovação		Execução	
		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000)	8.255.905	24	3.625.649	44%	32.096	1%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	4.851.400	4	1.432.481	30%	0	0%
54	Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos	0	3	715.644	-	39.375	6%
Turismo							
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	8.255.905	5	824.844	10%	0	0%
57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	0	1	299.391	-	0	0%
Actividades culturais							
58	Protecção e preservação do património cultural	33.023.619	22	5.558.135	17%	8.569	0%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	4.127.952	4	664.897	16%	0	0%
60	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais	0	1	63.110	-	0	0%
Reabilitação urbana e rural							
61	Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	104.488.795	35	87.004.761	83%	3.751.432	4%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários							
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	2.321.973	2	3.456.222	149%	0	0%
63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas ...	2.321.973	0	0	0%	0	0%
Investimento em infra-estruturas sociais							
75	Infra-estruturas de ensino	14.447.833	38	33.876.108	234%	4.419.260	13%
76	Infra-estruturas de saúde	55.727.357	34	33.296.351	60%	4.151.636	12%
77	Infra-estruturas de acolhimento à infância	2.063.976	2	630.692	31%	0	0%
79	Outras infra-estruturas sociais	14.447.833	2	1.654.604	11%	0	0%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local							
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	66.878.933	16	5.181.304	8%	68.136	1%
Assistência Técnica							
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	20.639.762	10	3.153.254	15%	1.699.680	54%
86	Avaliação e estudos; informação e comunicação	5.360.238			0%		
TOTAL Temas Prioritários		868.933.978	427	288.905.542	33%	26.870.294	9%
TOTAL Earmarking		549.033.718	102	216.078.314	39%	20.188.540	9%

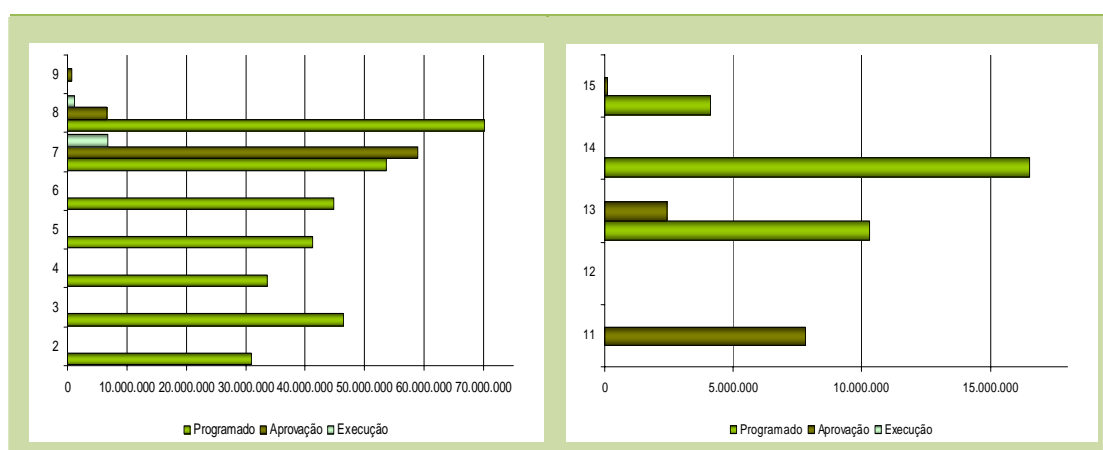
O total Earmarking é obtido pela soma de todos os temas earmarking que têm programação no INALENTEJO

Da análise da Tabela 2.13, podem-se salientar:

- Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo:
 - Taxa de aprovação de 21% e Taxa de execução 12%
 - Todos os temas prioritários incluídos nesta área de investimento são temas earmarking com excepção do tema 9 que não apresentava valor programado mas apresenta um investimento aprovado de 751.869€
- Sociedade da informação:
 - Taxa de aprovação de 34% e Taxa de execução 0,2%
 - Todos os temas programados são earmarking no entanto o tema 11 e 12 apresentam já aprovações respectivamente de 7.810.333€ e 46.193€

Gráfico 2.30: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo

Gráfico 2.31: Sociedade da informação

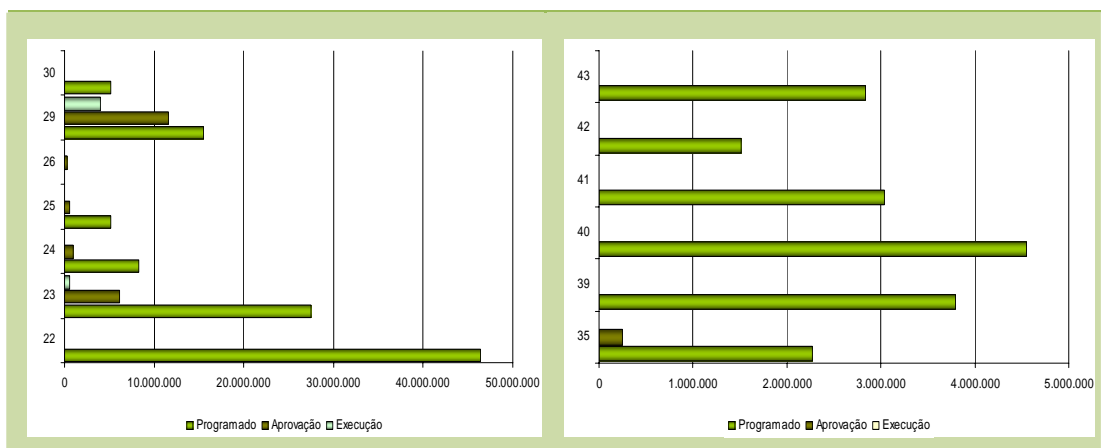


- Transportes:
 - Taxa de aprovação de 18% e Taxa de execução 23,8%
 - Na área dos Transportes o tema earmarking 29 - (Aeroportos) apresenta uma taxa de aprovação de 755 e de execução de 34%
 - O tema 26 - Transportes multimodais, que apresenta aprovação no valor de 293.631€ não apresenta programação
- Energia:
 - Taxa de aprovação de 1% e Taxa de execução 0%
 - Nenhum dos temas earmarking programados para esta área de investimento apresenta aprovação

- Investimento no tema 35 – Gás Natural com 245.563€

Gráfico 2.32: Transportes

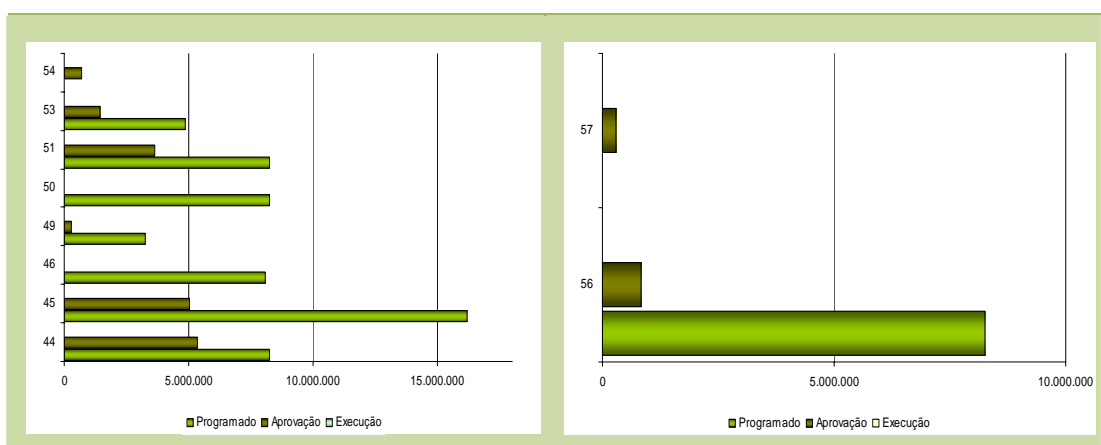
Gráfico 2.33: Energia



- Protecção do ambiente e prevenção de riscos:
 - Taxa de aprovação de 29% e Taxa de execução 0,4%
 - Nesta área de investimento incluem-se 4 temas earmarking que apresentam taxas de aprovação superiores a 30% com excepção do tema 46 – Tratamento de águas (águas residuais) sem aprovações.
 - O tema 54 – Outras medidas de prevenção do ambiente e de prevenção de riscos, apresenta aprovações no valor de 715.644€ não tendo programação
- Turismo:
 - Taxa de aprovação de 14% e Taxa de execução 0%
 - Não inclui temas earmarking.

Gráfico 2.34: Protecção do ambiente e prevenção de riscos

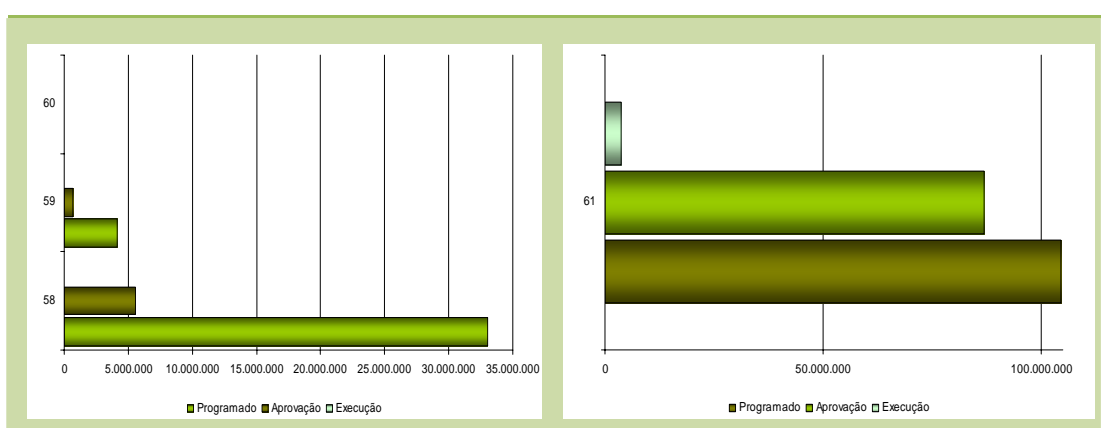
Gráfico 2.35: Turismo



- Actividades culturais:
 - Taxa de aprovação de 17% e Taxa de execução 0,1%
 - Nesta área de investimento não estão programados temas earmarking.
- Reabilitação urbana e rural:
 - Taxa de aprovação de 83% e Taxa de execução 4,3%
 - Nesta área de investimento só tem programação e execução o tema 61 – Projectos integrados de reabilitação urbana e rural (tema earmarking).

Gráfico 2.36: Actividades culturais

Gráfico 2.37: Reabilitação urbana e rural



- Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários:
 - Taxa de aprovação de 74% e Taxa de execução 0%

- Nesta área de investimento incluem-se 2 temas earmarking, apresentando o tema 62 - Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação, uma taxa de aprovação de 149%.
- Investimentos em infra-estruturas sociais:
 - Taxa de aprovação de 94% e Taxa de execução 12,6%
 - O tema 75 – Infra-estruturas de ensino apresenta-se como sendo o único tema earmarking e apresenta no final de 2009 uma taxa de aprovação de 234%.

Gráfico 2.38: Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

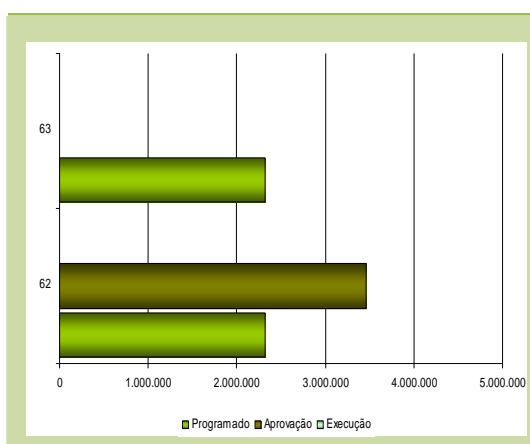
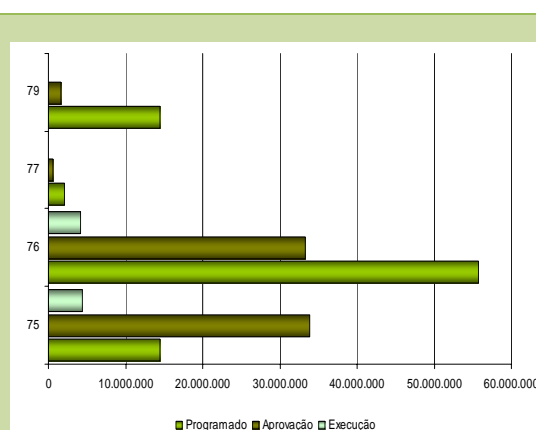
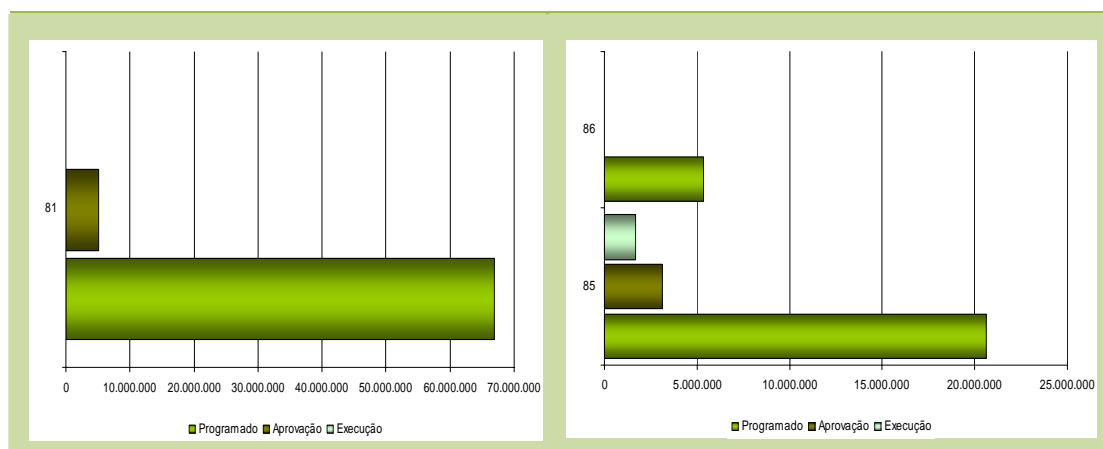


Gráfico 2.39: Investimentos em infra-estruturas sociais



- Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local:
 - Taxa de aprovação de 8% e Taxa de execução 1%
 - Nesta área de investimento não foram programados temas earmarking
- Assistência técnica:
 - Taxa de aprovação de 12% e Taxa de execução 53,9%
 - Nesta área de investimento não foram programados temas earmarking

Gráfico 2.40: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local Gráfico 2.41: Assistência técnica



2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

A garantia da compatibilidade com as políticas comunitárias (concorrência, mercados públicos, ambiente, ...) tem sido uma preocupação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO, em todas as iniciativas e procedimentos desenvolvidos.

Em todos os procedimentos, constantes da respectiva Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e Manual de Procedimentos do INALENTEJO, manuais e guias de apoio técnico, check-list, bem como avisos de abertura de concursos e outros, é possível comprovar esta preocupação.

Mercados Públicos

A AG do INALENTEJO tem em particular atenção o cumprimento das regras dos mercados públicos, tendo esta preocupação ficado reflectida na concepção do Sistema de Informação que disponibiliza a chek-list de verificação dos procedimentos em matéria de contratos públicos assim como instruções ao seu preenchimento.

Relativamente à contratação pública, em fase de análise das candidaturas ou em fase de análise de pedidos de pagamento, aplica-se a check-list da contratação pública, uma check-list para os procedimentos abrangidos pela legislação nacional em vigor até 29 de Julho de 2008 (Decreto Lei n.º 59/99, de 2 de Março e Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho) e uma check-list para os procedimentos abrangidos pelo novo Código da Contratação Pública (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpõe as Directivas números 2004/17/CE e 2004/18/CE).

A check-list deve ser apresentada aquando da apresentação candidatura e/ou dos pedidos de pagamento, devidamente preenchida para cada procedimento de contratação pública. Deve ainda ser acompanhada dos documentos que atestem o cumprimento do procedimento contratual adequado, quando a despesa em causa o envolver.

Esta check-list, em conjunto com os elementos documentais nela solicitados, constitui um elemento facilitador da elaboração da check-list a preencher pela Autoridade de Gestão, que se destina a verificar se a informação prestada e os elementos anexos à check-list enviados pelo beneficiário, permitem confirmar o procedimento adoptado em cada etapa e se existe ou não a apresentação, por parte deste, do fundamento para as eventuais excepções aplicáveis.

Os modelos de check-list e procedimentos de respectiva validação encontram-se a ser melhorados em termos técnicos, bem como a sua formatação ao nível do SIGPOA.

Outro exemplo representativo é a Orientação de Gestão n.º 5/2008 - Central de Compras.

Auxílios de Estado

As regras Comunitárias determinam, que em termos de concorrência, os regimes de auxílios de Estado, lhe sejam notificados, para mero conhecimento ou para aprovação de acordo com as suas características. Os Sistemas de Incentivos criados no âmbito da Agenda da Competitividade para aplicação pelo Programa Temático Compete e pelos Programas Regionais, que foram em devido tempo notificados à Comissão Europeia.

Na sequência deste procedimento, foi o Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, com enquadramento no âmbito dos Auxílios de Estatais (2006/C 323/01) autorizado pelo Auxílio Estatal n.º 780/07 de 8 de Agosto de 2007 – Decisão C (2008) 2902 de 17 de Junho. Os outros dois Sistemas de Incentivo à Qualificação e Internacionalização das PME e Sistema de Incentivos à Inovação, respeitam o Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de Agosto, foram autorizados nos termos do Regulamento (CE) 1628/2006 da Comissão, através das Autorizações Estatais n.º XS 73/2008e XR 60/2008.

O respeito pelas normas e procedimentos comunitários aplicável às operações co-financiadas de iniciativa privada, das micro e pequenas empresas a nível regional, pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO está assegurada pela aplicação dos normativos que se encontram previstos na regulamentação nacional, que rege os apoios às empresas, nomeadamente nos Regulamentos Específicos dos Sistemas de Incentivos, que são dos documentos legais enquadradores destes auxílios.

A verificação do cumprimento dos requisitos regulamentares é efectuada pelo OI em ferramenta informática que permite validações automáticas, e posteriormente submetida à Comissão de Selecção do SI QREN, que emite parecer sobre o cumprimento daqueles requisitos e posteriormente validada pela Autoridade de Gestão.

As ajudas conceder a componentes do Investimento que não se enquadrem nos Regulamentos Comunitários referidos, só podem ocorrer no respeito pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro da Comissão Europeia, auxílios de minimis. A possibilidade do Estado Membro conceder auxílios de minimis obriga que a sua aplicação seja feita em moldes transparentes e que esteja assegurado o cumprimento dos limites máximos de apoio.

Durante o ano de 2009, no âmbito das políticas de combate à crise, e tendo em consideração a Comunicação da Comissão Europeia – (2009/C 6/01) o Governo Português aumentou de 200mil para 500mil €, o limite máximo acumulado, no espaço de 3 anos de despesas de minimis por empresa.

O IFDR é a entidade nacional responsável pelo registo dos auxílios de minimis concedidos.

Todo o processo de verificação da compatibilidade dos auxílios de minimis, com as regras, é verificado antes da contratualização dos incentivos, pela Autoridade de Gestão, observando os procedimentos seguintes:

- O parecer do OI a apresentar à Comissão de Selecção, no incentivo proposto, identifica a componente de *minimis*.
- A Autoridade de Gestão do POFC envia a informação relevante para o Organismo Nacional responsável pela base de dados nacional dos auxílios de *minimis*, após decisão do projecto, que fica condicionada ao respeito dos auxílios de *minimis*.
- Sempre que o referido Organismo Nacional comunique que o incentivo proposto ultrapassa o limite de *minimis*, o incentivo é alterado em conformidade.

Para determinar se um auxílio é ou não compatível com o mercado comum ao abrigo do Regulamento n.º 1628/2006, é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio e, por conseguinte, o montante do auxílio expresso em equivalente-subvenção.

Para determinar se um auxílio é ou não enquadrado nos auxílios regionais é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio a atribuir. A unidade de medida comum da intensidade do auxílio é o equivalente-subvenção bruto, que permite comparar a intensidade dos auxílios concedidos de diferentes formas.

Esta verificação é feita pelo OI, fazendo parte integrante do seu parecer, sendo este submetido à Comissão de Selecção do SI QREN, que emite parecer sobre o cumprimento daqueles requisitos e posteriormente validados pela Autoridade de Gestão.

Os elementos referentes ao Auxílios *minimis* no que concerne ao INALENTEJO são os que constam do quadro seguinte:

Tabela 2.14: Auxílios *minimis*

Regime de Auxílios	Apoios Concedidos PO Alentejo (2007-2009)	
	N.º de Projectos	<i>minimis</i> (€)
SI Qualificação PME	12	136.109
SI Inovação/ empreendedorismo Qualificado	3	16.447
SI Inovação / Inovação Produtivo	14	260.295
SI Qualificação PME / Projecto Individual e de Cooperação	33	505.554

Igualdade de Oportunidades

Uma das dimensões estratégicas da política comunitária é a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, sejam estas homens ou mulheres, portadoras ou não de deficiência ou de diferentes raças ou etnias, religiões e credos, idade ou orientação sexual. Importa salientar a obrigatoriedade do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre igualdade de oportunidades.

A tradução do princípio da Igualdade de Oportunidades, reveste-se por vezes de alguma dificuldade em alguns regulamentos específicos e avisos de concurso, mas está devidamente assinalada, nomeadamente:

- Em sede de Sistemas de Incentivos, no âmbito do SI Inovação, em que foi criada uma dotação orçamental específica para “empreendedorismo feminino”, de modo a incentivar as mulheres a assumirem um papel de maior protagonismo e liderança na actividade empresarial. Encontrando também expressão no SI Qualificação PME, que apoia a definição e implementação de planos de igualdade com contributo para a conciliação da vida profissional com a vida familiar.
- Ao nível do Eixo 2 nas as tipologias de operações abrangidas pelas Parcerias para a Regeneração Urbana incluem a Requalificação socio-urbanística, focalizada na vertente da inclusão social.
- Ao nível do Eixo 3 na área de intervenção - “Rede de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial” onde são incluídos equipamentos de apoio à infância, deficiência, terceira idade e de apoio a grupos desfavorecidos. Aqui estão contempladas intercepções

- Igualmente no Eixo 3, no domínio da protecção e inclusão social, importa consolidar a oferta de equipamentos e serviços destinados a grupos etários/sociais específicos, designadamente, crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência, emigrantes, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas penais executadas na comunidade, entre outros.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respectiva check-list dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária, nomeadamente ao nível da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Política Ambiental

Considerando que um dos princípios-chave da política de coesão é a conformidade de todos os projectos com a legislação comunitária, e que uma parte importante dessa legislação se relaciona com o ambiente, uma outra preocupação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO é o controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da execução do programa.

O Regulamento Geral FEDER e FC estabelece para as operações, como condição geral de admissão, o dever de cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e, como condição geral de aceitação, o Regulamento refere ainda o dever de verificarem a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental.

De referir também, a um nível mais global, a intervenção de um representante de organizações não governamentais da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO.

Em termos de regras ambientais, no processo da admissibilidade das operações, ou fase de apresentação do 1º pedido de pagamento, os beneficiários já deverão dispor dos pareceres de entidades externas à AG, exigíveis de acordo com a tipologia da operação e previstos em regulamentos específico ou em orientações técnicas gerais e específicos do INALENTEJO, quando aplicável.

Neste contexto, destaca-se também que a própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de selecção o enquadramento do projecto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respectiva check-list dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária, nomeadamente em Ambiente.

Relativamente à informação sobre a incorporação de critérios ambientais, em sede de regulamentos específicos, ver ponto 2.7 do presente relatório, referente à Avaliação ambiental Estratégica do PO.

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

De acordo com a informação recebida do IFDR, e já transmitida aos Membros da Comissão de Acompanhamento, a posição transmitida pela Inspeção-Geral de Finanças sobre as conclusões do Relatório de Controlo Anual é a seguinte: “Os relatórios e pareceres anuais de auditoria apresentados pela Inspeção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (n.º 1, alínea d), subalínea i) do Art.º 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, e do n.º 2 do Art.º 18.º do regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que os respectivos sistemas de gestão e controlo funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, conseqüentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade de todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.

Este procedimento colocou Portugal entre os Estados-Membros que cumpriram aquele requisito regulamentar, evitando interrupções nas transferências financeiras oriundas as Comissão”.

Em 17 de Novembro de 2009, realizou-se em Évora o Encontro Anual entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais FEDER e Fundo de Coesão do período de programação 2007-2013.

A Comissão Europeia formulou um conjunto de observações que entendeu dever retirar deste Encontro, das quais foi dado o devido conhecimento à Comissão de Acompanhamento em 13-04-2010.

Para além da necessidade de quantificação dos “valores-objectivo” dos indicadores comuns comunitários (“core indicators”), relativamente ao INALENTEJO não foram efectuadas observações específicas.

2.4. Mudanças no contexto da execução do programa operacional

| 66

No contexto da demografia da região verificou-se um decréscimo do efectivo populacional que, de acordo com as estimativas do INE para o ano de 2008, se situava nos 757.069 habitantes, em contra ciclo com a evolução demográfica do país que registou um ligeiro crescimento.

A população do Alentejo passou a representar cerca de 7,1% da população de Portugal, distribuída por uma área equivalente a 34,3% do território nacional, a que corresponde uma densidade populacional ligeiramente inferior aos 24 hab/Km², consideravelmente abaixo da média nacional.

Figura 2.1: NUTS III _ ALENTEJO

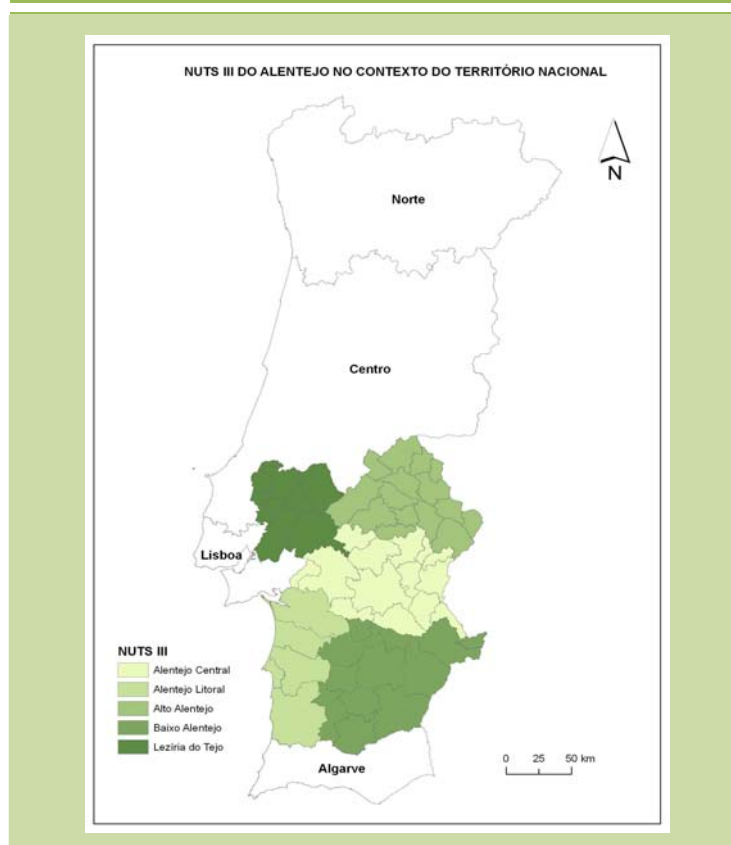


Tabela 2.15: Organização territorial

Unid. Territorial	Área (Km ²)	População 2008 (hab)	Densidade populacional (hab/Km ²)
Portugal	92.090,1	10.627.250	115,4
Alentejo	31.550,9	757.069	24,0
NUT III			
Lezíria do Tejo	5.303,4	95.524	18,0
Alto Alentejo	6.247,9	116.744	18,7
Alentejo Central	7.227,6	168.979	23,4
Alentejo Litoral	8.544,6	126.234	14,8
Baixo Alentejo	4.272,8	249.588	58,4

No contexto intra-regional, a Lezíria do Tejo, é a única sub-região que mantém uma dinâmica positiva, já que o decréscimo continuado da população se generalizou a todo o território, embora com graus de intensidade que afectaram mais o Baixo e o Alto Alentejo. O Alentejo Litoral tem resistido melhor ao fenómeno do despovoamento e, na última década, o Alentejo Central apresentou um comportamento demográfico ligeiramente positivo, muito embora as estimativas mais recentes apontem para novos decréscimos.

Gráfico 2.42: Evolução Demográfica – Alentejo
Fonte: INE – Censos; Eurostat

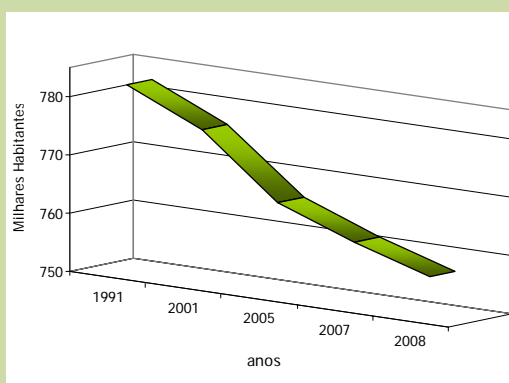
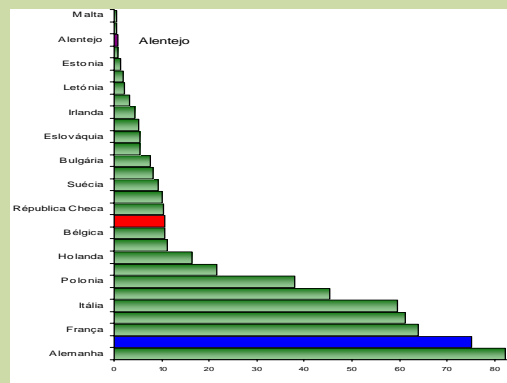


Gráfico 2.43: População – Países EU e Alemanha
Fonte: INE – Censos; Eurostat



Verificou-se também, uma evolução negativa do saldo natural, consequência dos baixos níveis da fecundidade, que caiu para valores muito abaixo do limite de substituição das gerações que ronda os 2,1 filhos por mulher (Índice Sintético de Fecundidade, Alentejo 1,3 filhos por mulher em 2008) e do aumento continuado dos quantitativos da mortalidade, potenciados por uma concentração excessiva de população nas idades mais avançadas.

A atractividade regional, medida em termos de imigração oficial, sofreu também uma redução, certamente devido à diminuição dos fluxos oriundos da Europa Central, motivada pelo alargamento a Leste da União Europeia, ao que se junta também alguma incapacidade de fixação da população activa jovem.

Gráfico 2.44: Saldo natural – Países EU e Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

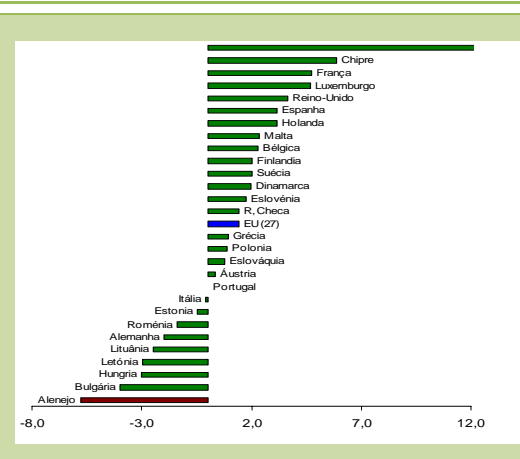
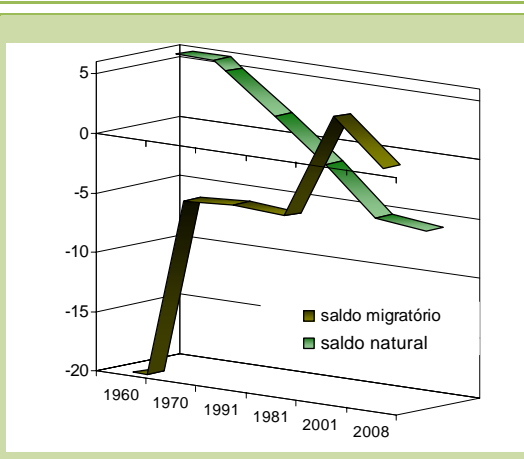


Gráfico 2.45: Saldo natural e migratório - Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Enquanto que o decréscimo do saldo natural se assume como um fenómeno que se generalizou, de forma semelhante, a todo o território da região e, na actualidade, a todo o país, já a dinâmica migratória apresenta alguma diferenciação no contexto sub-regional, que se traduzem no facto de só a Lezíria do Tejo registar valores positivos do Saldo Migratório.

Acentuou-se o grau de envelhecimento da população residente, que configura uma estrutura demográfica duplamente muito envelhecida, na qual o peso da população com menos de 15 anos não supera os 13,3% e os idosos, com mais de 64 anos, já representam perto de ¼ da população (23%), dos quais, cerca de metade, são idosos dependentes, com mais de 74 anos. O índice de envelhecimento situa-se nos 173.

Gráfico 2.46: Pirâmide etária - Alentejo

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

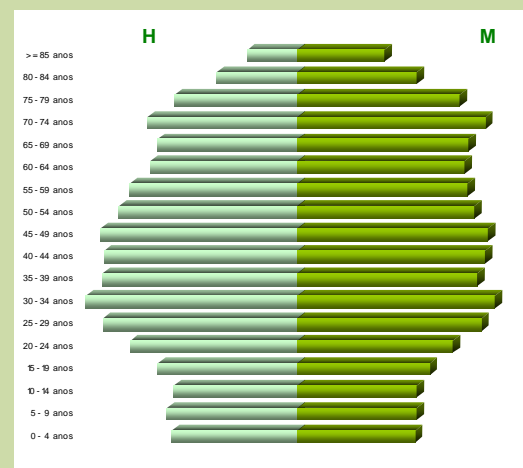
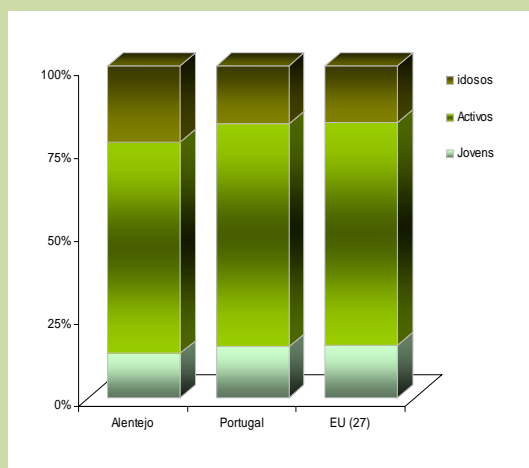


Gráfico 2.47: Saldo natural e migratório - Alentejo

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



No capítulo das habilitações académicas da população, nos escalões etários mais jovens, registam-se aumentos consideráveis dos níveis de escolaridade, em particular nos níveis secundário e superior, embora com valores ainda abaixo das médias nacionais, ao mesmo tempo que se observam ainda fenómenos de abandono e insucesso escolar com alguma importância, maioritariamente, nas zonas do interior.

Referência particular para o aumento das taxas de pré-escolarização.

Gráfico 2.48: Habilitações escolares

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

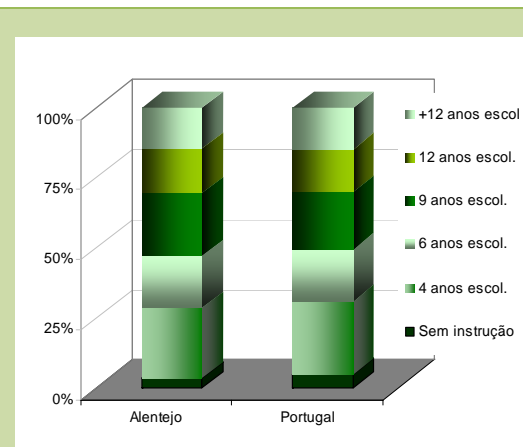
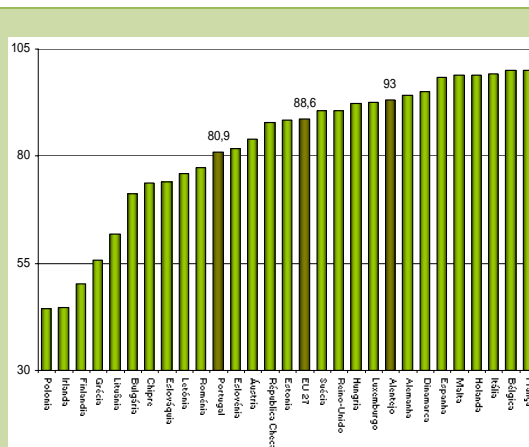


Gráfico 2.49: Taxas de pré-escolarização

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



É neste contexto que a conjugação de uma estrutura populacional envelhecida com um padrão de baixo nível de habilitações caracteriza fortemente o perfil dos recursos humanos da região, podendo constituir um factor de estrangulamento do desenvolvimento regional, caso esta “tendência pesada” não seja invertida.

Nos últimos anos, assistiu-se a incrementos no nível de desenvolvimento económico e social das populações, traduzidos em melhorias no estado de saúde, bem estar e salubridade da população residente no Alentejo, com reflexos no contexto da coesão social.

Esta evolução tem sido no sentido positivo, com particular destaque para as melhorias verificadas, designadamente no apoio contratualizado a populações carenciadas ou em risco, reflexo dos efeitos da implementação de algumas medidas de política social activas.

Gráfico 2.50: Indicadores Sociais - Alentejo

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

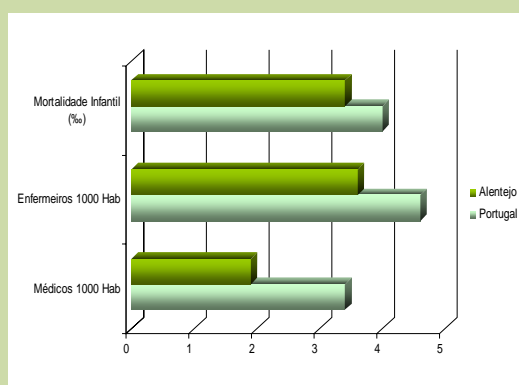
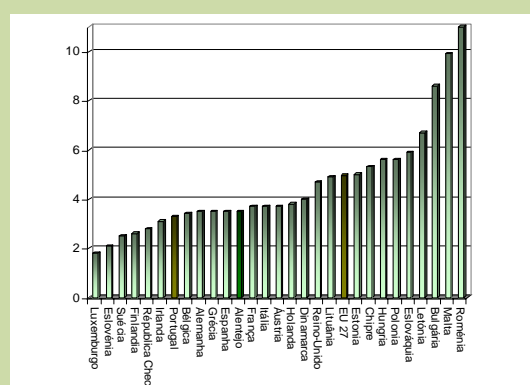


Gráfico 2.51: Mortalidade Infantil – Países EU, Alentejo

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Os benefícios destas políticas públicas podem verificar-se, por exemplo, no indicador relativo à esperança de vida à nascença encontrando-se o Alentejo com valores próximos da média nacional (78,1 anos) e na taxa de mortalidade infantil, na qual se tem observado uma redução considerável nos últimos anos, que coloca Portugal a par dos índices dos países mais desenvolvidos (3,4 e 3,7% em 2007, respectivamente para Portugal e Alentejo).

Mesmo assim, e apesar do considerável esforço financeiro em equipamentos e serviços de protecção social, beneficiário dos diferentes Quadros Comunitários de Apoio a Portugal, os grupos populacionais mais vulneráveis, pensionistas, idosos e desempregados, no Alentejo, apresentam ainda níveis médios de protecção social inferiores aos verificados no país e, por isso, uma maior vulnerabilidade às situações de

pobreza, em particular quando ocorrem conjuntamente com manifestações de doença prolongada.

O progresso verificado nos níveis de desenvolvimento, bem-estar e salubridade, têm contribuído para a melhoria do estado de saúde das populações, consequência também do crescimento que se tem verificado na procura dos cuidados de saúde. A oferta de recursos humanos de saúde no Alentejo, medida através dos rácios médicos e enfermeiros por 1000 habitantes, encontram-se dentro dos valores considerados adequados, mas é inferior à média nacional, certamente influenciada pela elevada concentração dos profissionais de saúde na zona de Lisboa (médicos 1,9 vs 3,4 em Portugal, enfermeiros 3,6 vs 4,6 em Portugal).

Dadas as especificidade geográficas da Região e apesar dos bons desempenhos em importantes indicadores (esperança de vida, mortalidade infantil), o Alentejo apresenta ainda carências nos serviços de saúde, que se manifestam particularmente ao nível dos recursos humanos, principalmente nas zonas mais periféricas da região, onde se verificam algumas insuficiências de pessoal formação médica e de enfermagem.

A taxa de actividade no Alentejo, inferior à nacional, tem vindo a mostrar tendência para o decréscimo, embora ligeiro, em consequência de um período marcado por uma diminuição mais visível da taxa de actividade masculina, embora igualmente se verifique uma redução da participação da mulher no mercado de trabalho.

A tendência observada no país no mesmo período é de estabilidade, tanto no que se refere à taxa de actividade encarada na sua totalidade, como em ambos os sexos.

Gráfico 2.52: Taxa de Actividade do Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

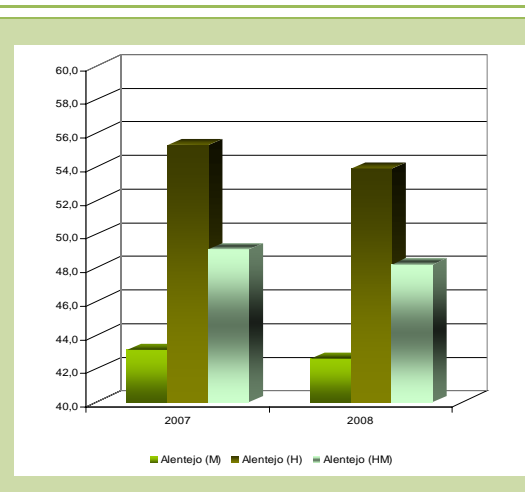
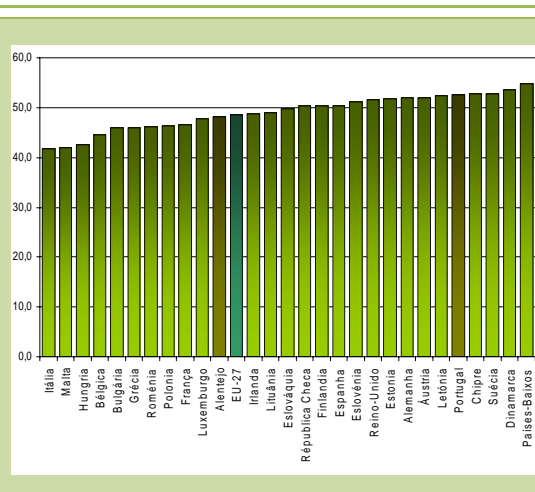


Gráfico 2.53: Taxa de Actividade – Países EU, Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



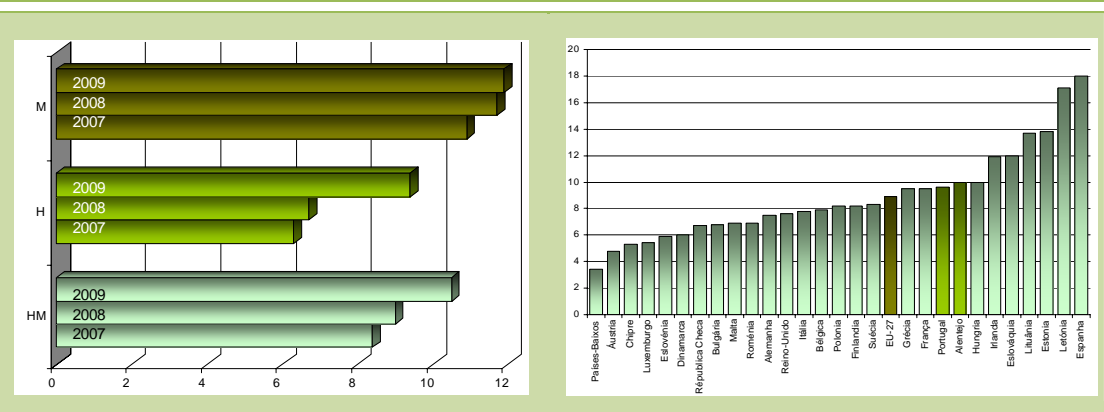
O Alentejo apresenta uma taxa de actividade inferior à média comunitária e com um valor que integra o grupo dos países com mais baixa taxa de actividade.

A tendência generalizada de agravamento do desemprego é visível no Alentejo, quer no que toca ao seu total, como ao feminino e ainda mais marcada no desemprego masculino. Embora a taxa de desemprego das mulheres se mantenha como a mais elevada, o ano de 2009 gerou um acréscimo muito significativo do desemprego dos homens na região.

As taxas de desemprego nacionais apresentam tanto em termos temporais, como de género, níveis inferiores aos observados no Alentejo. Ainda que a taxa de desemprego feminino seja superior à masculina, a penalização do desemprego das mulheres é menor no país, quando comparada com a da região.

Gráfico 2.54: Taxa de Desemprego do Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

Gráfico 2.55: Taxa de Desemprego – Países EU, Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat



Entre os países da Europa dos 27 apenas sete apresentam taxa de desemprego superior a Portugal. No Alentejo a taxa de desemprego ultrapassa a registada no país.

O PIB *per capita* do Alentejo tem vindo a aproximar-se dos valores nacionais, embora revele ainda um posicionamento globalmente desfavorável, 5% abaixo da média nacional (disparidade do PIB *per capita* com Portugal =100 no Alentejo em 2007 é de 95).

Face à média dos países da Europa dos 27 tem vindo a aprofundar-se o fosso de afastamento do Alentejo relativamente ao índice de disparidade do PIB *per capita*.

Gráfico 2.56: PIB per capita 2007

Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat

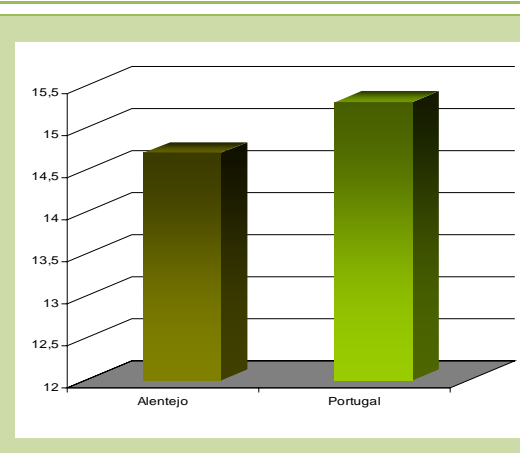
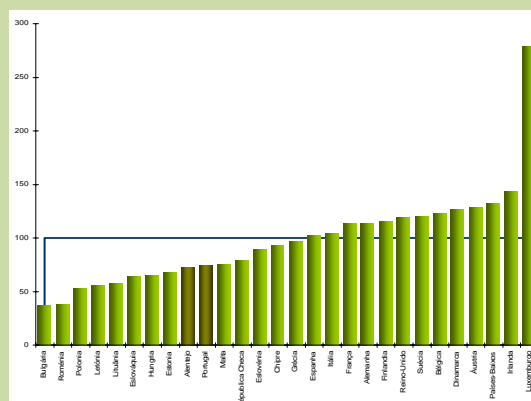


Gráfico 2.57: PIB per capita (EU 27 = 100)

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



O sector terciário assume o principal papel no valor acrescentado bruto regional (VAB), seguido do sector secundário e, finalmente, do sector primário com uma quota-parte que, apesar de mais significativa que a nível nacional, tem vindo a perder peso, por aumento da importância dos restantes sectores.

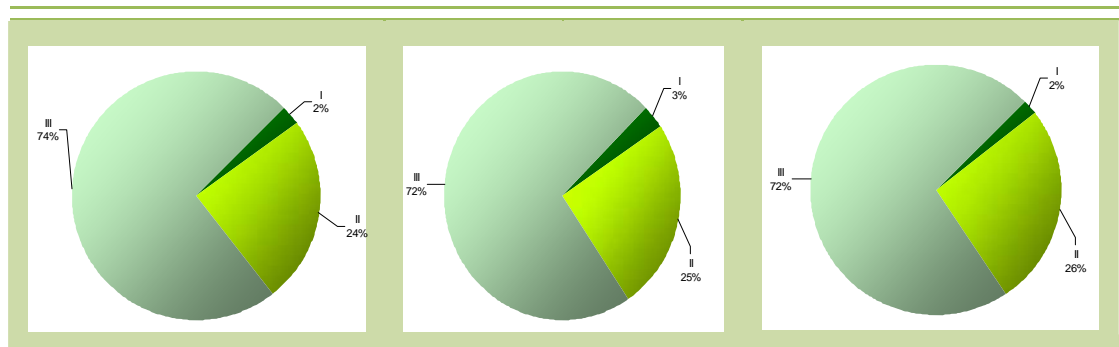
Gráfico 2.58: Estrutura Sectorial do VAB

Alentejo

Portugal

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

EC27



A estrutura sectorial do VAB de Portugal em pouco difere da média europeia. O sector terciário é dominante e com uma importância que ultrapassa a do Alentejo em mais de 10 pontos percentuais.

Os níveis de produtividade regional mantêm uma tendência de aumento, quer em termos do seu total, quer sectorial, quer ainda quando comparados com os valores nacionais.

São excepção nesta avaliação os valores da produtividade do sector terciário regional.

Gráfico 2.59: Produtividade Sectorial

Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat

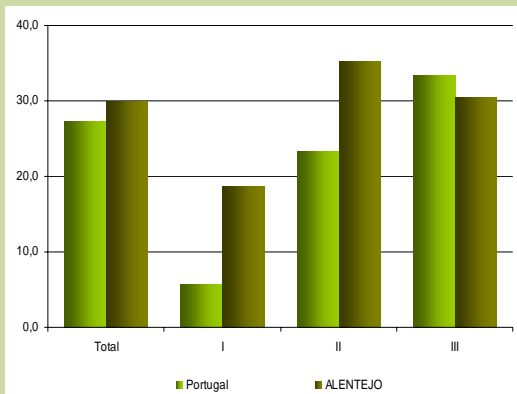
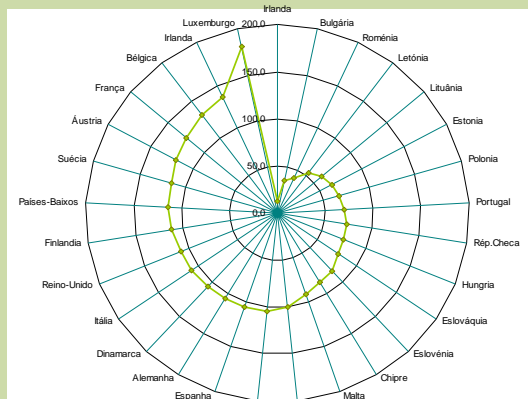


Gráfico 2.60: Produtividade EU27 = 100

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Portugal apresenta um dos valores mais baixos do Índice de disparidade da produtividade. A estrutura empresarial do Alentejo mantém uma reduzida dimensão empregadora média. Verifica-se uma baixa taxa de constituição das sociedades, mas ainda assim observa-se um saldo positivo no seu total regional dada a ocorrência de uma ainda mais baixa taxa de dissolução de sociedades. Dominam em número as empresas do sector terciário, embora a proporção do sector primário seja representativa no quadro da estrutura sectorial regional e comparativamente com o país.

Gráfico 2.61: Empresas 2006

Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat

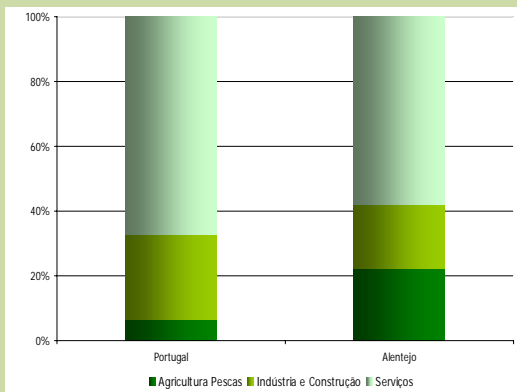
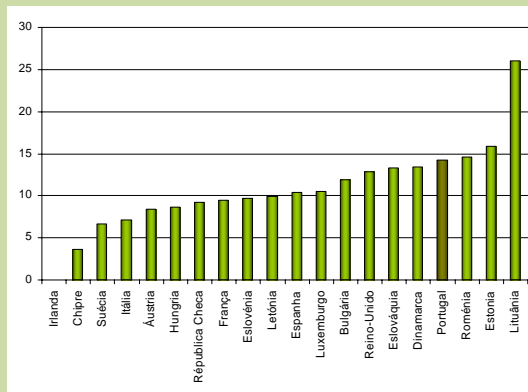


Gráfico 2.62: Taxa de Criação de empresas

Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Verifica-se uma terciarização generalizada da economia nos países da Europa dos 27, com Portugal e o Alentejo a apresentar um peso neste sector superior à média comunitária.

Em conclusão, podemos dizer que as alterações que se verificaram no contexto regional medidas através do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), vão no sentido de um decréscimo, à semelhança do que se verificou na generalidade nas NUTII do país, com excepção da região de Lisboa, que registou um aumento considerável e da região Norte que sofreu um ligeiro aumento.

Gráfico 2.63: ISDR

Fonte: INE – ISDR

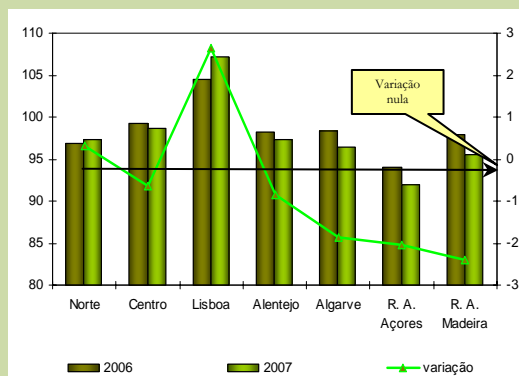
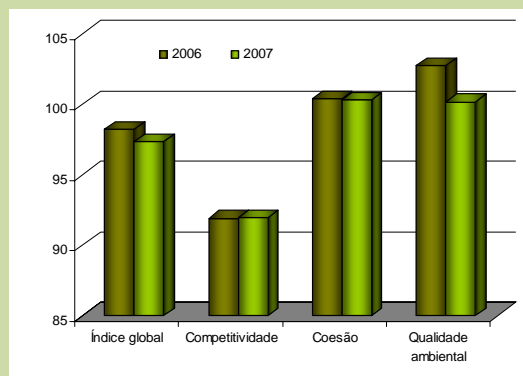


Gráfico 2.64: Componentes do ISDR

Fonte: INE – ISDR



O decréscimo verificado foi influenciado pela redução significativa do índice de qualidade ambiental, tendo-se registado uma variação praticamente nula nos índices de competitividade e de coesão.

Tabela 2.16: Indicadores Estatísticos

Indicadores	Ano	Unidade	Alentejo	Portugal	EU 27
Área	2008	100 Km ²	316,0	920,9	n.d.
População Residente	2008	10 ³	760,9	10.617,6	497.649,1
Proporção de Mulheres / Homens	2008	%	103,8	106,6	104,9
Densidade Populacional	2008	Hab/ Km ²	24,0	115,3	n.d.
Índice Sintético de Fecundidade	2008	n.º	1,3	1,3	1,5
Esperança de Vida à Nascimento	2007	Anos	78,1	78,5	79,0
Taxa de Mortalidade Infantil	2008	‰	3,3	4,1	4,7
Índice de Envelhecimento	2008	%	172,9	115,5	108,2
Rácio de Dependência de Idosos	2008	%	36,1	26,3	25,2
Médicos por 1000 habitantes	2008	n.º	2	3,7	4,1
Enfermeiros por 1000 habitantes	2008	n.º	4,4	5,3	n.d.
População Servida por sistema público de abastecimento de Água	2006	%	92,0	91,0	n.d.

Tabela 2.16: Indicadores Estatísticos

(continuação)

População Servida por sistema de Drenagem de Águas Residuais	2006	%	82,0	76,0	n.d.
Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas (ETAR)	2006	%	73,0	70,0	n,d
VAB pb	2007	10 ⁶ .€	9.594,0	139.817,0	11.004.506,0
Distribuição do VAB por Sectores					
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2007	%	9,0	2,0	1,9
Indústria, Construção, Energia e Água	2007	%	30,0	24,0	26,5
Serviços	2007	%	61,0	74,0	71,7
PIB/hab	2007	€	14700	15300	24800
Rendimento Disponível das Famílias	2006	10 ⁶ €	7312	106654	n.d.
População Activa	2009	10 ³	367,6	5 582,7	239.267,5
Homens	2009	10 ³	201,4	2.949	130.959,1
Mulheres	2009	10 ³	166,2	2.634	108.308,2
Proporção de Mulheres / Homens	2009	%	82,5	89,3	82,7
Taxa de Actividade	2008	%	48,2	53,0	48,6
Homens	2008	%	53,9	58,2	54,5
Mulheres	2008	%	42,6	48,0	43,0
Taxa de Desemprego	2009	%	10,5	9,5	9,9
Homens	2009	%	8,9	8,9	9,8
Mulheres	2009	%	10,2	10,2	9,9
População Desempregada	2009	10 ³	38,8	528,6	22.645,0
Homens	2009	10 ³	19,0	261,3	12.555,0
Mulheres	2009	10 ³	19,8	267,4	10.089,0
Desempregados à Procura de 1º Emprego	2008	10 ³	4,9	58,4	n.d.
Desempregados à Procura de Novo Emprego	2008	10 ³	27,9	368,7	n.d.
Desempregados há mais de 1 ano	2008	10 ³	13,1	202,5	6.147,2
Fonte: INE - Censos e Anuários Estatísticos; Eurostat					

2.4.1. Mudanças no contexto regulamentar

O ano de 2009 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma profunda crise financeira, que rapidamente evoluiu para uma crise económica de expressão mundial, cujas consequências em Portugal, se reflectiu na evolução negativa da generalidade dos indicadores que caracterizam a situação socioeconómica.

Assim, durante o ano de 2009, verificou-se um decréscimo acentuado das taxas de variação do PIBpm, de Formação Bruta de Capital Fixo e das Exportações e das Importações.

Contrariamente verificaram-se aumentos significativos das taxas de desemprego.

Associada, à crise económica e financeira, também, a necessidade de consolidação orçamental, resultante dos elevados níveis de défice público registados colocaram Portugal em situação de défice excessivo, o que diminui as disponibilidades das entidades da Administração Pública para a realização de empreendimento.

A conjugação destes factores determinam uma retracção por parte dos promotores dos investimentos susceptíveis de financiamento enquadrável no INALENTEJO de procedessem à sua execução.

Esta situação levou o governo a implementar um conjunto de medidas de ataque à crise com reflexos directos na execução do QREN e como tal também do INALENTEJO, nomeadamente as medidas de flexibilização dos Sistemas de Incentivos e de disponibilização de meios financeiros através da concessão de adiantamentos, para a concretização de algumas tipologias operações promovidas pela Administração Pública.

Das alterações introduzidas nos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos foram comuns a todos as seguintes:

- Alargar o âmbito sectorial em termos de elegibilidade nos três instrumentos dos Sistema de Incentivos às Empresas.
- Aumentar a flexibilidade no que respeita ao limite mínimo considerado elegível em sede de aviso de concurso.
- Melhorar as condições de acesso e montante dos adiantamentos concedidos pelos sistema de incentivos para execução das operações apoiadas.

Orientação prestada à Autoridade de Gestão para garantir a boa gestão financeira do Fundo Estrutural:

- Regulamentação Comunitária
 - **Regulamento (CE) n.º 284/2009 do Conselho**, de 07-04-2009 – Altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que estabelece as disposições gerais sobre o FEDER e o Fundo de Coesão, no que diz respeito a certas disposições relativas à gestão financeira.
- Regulamentação Nacional
 - **Despacho n.º 14027/2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**, de 28-05-2009 – Elementos a constar do Documento de Enquadramento Estratégico – DEE relativo a candidaturas no âmbito do Ciclo Urbano da Água “vertente em baixa , modelo não verticalizado”;

- **Despacho n.º 5/2009 do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**, de 26-06-2009 – Critério para o cálculo das comparticipações comunitárias em projectos do Ciclo Urbano da Água;
- **Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão** – Deliberação aprovada por consulta escrita à CMC do QREN em 18-09-2009;
- **Despacho n.º 10/2009 do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**, de 24-09-2009 – Despesas que não podem ser consideradas elegíveis a financiamento do FEDER e do Fundo de Coesão.
- **Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20/03/2009, do Ministério da Economia e Inovação**, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, que aprovou o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013, adoptando medidas de flexibilização dos sistemas de incentivos do QREN orientados para as empresas.
- **Portaria n.º 353-B/2009, DR 66, I Série (1.º Suplemento) de 03-04-2009** - Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), aprovado pela Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro.
- **Portaria n.º 353-A/2009, DR 66, I Série - 1.º Suplemento - de 03-04-2009** - Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SIQualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro.
- **Portaria n.º 353-C/2009, DR 66, I Série (1.º Suplemento) de 03-04-2009** - Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação), aprovado pela Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro.
- **Regulamento de Execução do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa** (Aprovado pela CMC do POFC em 16 de Outubro de 2007 e pela CMC dos POR do Continente em 13 de Dezembro de 2007, com alterações aprovadas pela CMC do POFC de em 14 de Agosto de 2009 e pelas CMC dos POR do Continente em 17 de Abril de 2009 e em 14 de Agosto de 2009).

- **Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica** (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 28/03/2008. Proposta de alteração aprovada pela CMC POR em 25 de Maio de 2009).
- **Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas – SIAC** (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 04/04/2008 e pela CMC do POFC em 08/05/2008, com alterações aprovadas pela CMC dos POR a 9 de Outubro de 2008 e a 25 Maio de 2009).
- **Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional** (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 01/04/2008, com alteração aprovada em 14 de Agosto de 2009).
- **Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento – EDSC** (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 04/04/2008, com alterações aprovadas a 9 de Outubro de 2008 e a 14 de Agosto de 2009)
- **Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental** (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 09/10/2007 e com alterações aprovadas em 28 Maio de 2009)
- Orientações da Autoridade de Gestão
 - **Orientação de Gestão n.º 1/2009**, de 26-01-2009 – Simplificação dos procedimentos de Financiamento Público de Operações;
 - **Orientação de Gestão n.º 2/2009**, de 12-10-2009 – Parcerias para a Regeneração Urbana – Reprogramação dos Planos de Acção.
- Da Autoridade de Certificação:
 - **Ofício circular n.º 254**, de 14-01-2009 – Alteração ao artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006: Projectos geradores de receitas;
 - **Circular IFDR n.º 01/2009**, de 30-01-2009 – Parcerias Público-privadas promovidas por municípios. Construção e exploração de infra-estruturas colectivas por empresa de direito privado. Elegibilidade para co-financiamento;

- o **Nota IFDR**, de 04-03-2009 – Conceitos e notas explicativas no âmbito da monitorização operacional FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do QREN;
- o **Circular IFDR n.º 03/2009**, de 21/04/2009 – Dimensões de categorização das Intervenções dos Fundos Estruturais e de Coesão para o período 2007-2013;
- o **Ofício circular n.º 2948 do IFDR**, de 13-07-2009 – Certificação de despesa relativas a um Grande projecto previamente à decisão de aprovação do projecto pela Comissão Europeia;
- o Ofício circular n.º 3696 do IFDR, de 17-09-2009 – Registo central dos apoios de minimis.

2.5. Alteração substancial na acepção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

No INALENTEJO não se verificou qualquer alteração substancial ocorrida ao nível das operações que tenha afectado a sua natureza ou as suas condições de execução ou tenha proporcionado uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público em resultado quer, de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer da cessação de uma actividade produtiva.

2.6. Complementaridade

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

Os princípios de repartição de responsabilidades entre os Fundos Estruturais, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER, e o Fundo Europeu das Pescas – FEP encontram-se definidos no ponto V.12 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 03 de Julho, que aprova o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Também o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, prevê no seu artigo 2.º que a coordenação, monitorização e gestão do QREN e dos PO são articuladas entre as operações co-financiadas pelo FEDER, pelo Fundo de Coesão e FSE, e as apoiadas pelo FEADER.

Assim , em 02-10-2008, foi celebrado um Protocolo de Articulação FEDER e FEADER, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN (FEDER) e do PRODER (FEADER). Este protocolo delimita os campos de intervenção do FEDER e FEADER, e estabelece procedimentos de acompanhamento e troca de informação das operações co-financiadas, bem como a avaliação e vigência do Protocolo.

Em relação à execução das agendas Valorização do Território e Factores de Competitividade, tem sido estabelecida a articulação com a agenda do Potencial Humano, bem como a coordenação em alguns níveis de intervenção, procurando garantir uma efectiva consistência das acções e dos apoios possíveis no INALENTEJO e no POPH.

A representação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na Comissão de Acompanhamento do POPH permite garantir a coordenação da política de valorização dos recursos humanos com os objectivos globais do INALENTEJO, embora se reconheça a necessidade de desenvolvimento de trabalho que permita potenciar a troca de informação e a intervenção coordenada, designadamente no que se refere às Estratégias de Eficiência Colectiva.

Os Regulamentos Específicos do SI Inovação, do SI Qualificação e Internacionalização de PME, o Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA e os Sistemas de Apoio a Acções Colectivas - SIAC, prevêem o co-financiamento de acções formativas na condição de as mesmas serem integradas e específicas a projectos de investimento FEDER, ou seja a utilização do princípio de projecto integrado.

O apoio à actividade económica através de auxílios estatais, e como já se referiu anteriormente concedida pela aplicação dos três sistemas de incentivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Programa Sectorial Nacional – POFC, ou pelos Programas Regionais. Na distribuição dos investimentos pelos Programas são tidos em consideração, de uma forma geral, a dimensão empresa promotora e a localização da sede ou do estabelecimento em que se vai realizar a operação.

O compromisso FEDER, do conjunto dos Programas Nacionais Sectoriais (POFC e POVT) e Regional (INALENTEJO) atingiu em 31 de Dezembro de 2009, o montante de 748.788.249 €, contribuindo o POVT com 39,9% deste valor e POFC e INALENTEJO, com respectivamente 32,3% e 27,8%.

Os investimentos apoiados pelo POFC localizam-se fundamentalmente no Alentejo Central (34,6%) e Alentejo Litoral (33,1%), enquanto os investimentos aprovados pelo POVT, se localizam fundamentalmente no Baixo Alentejo (30,4%) e no Alentejo Litoral (31,6%).

2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira – JEREMIE e JESSICA

A Iniciativa JESSICA (Joint European for Sustainable Investment in City Áreas) foi concebida pela Comissão Europeia em conjunto com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) como uma forma diferente de apoiar os projectos integrados em intervenções de desenvolvimento urbano através da utilização dos meios financeiros dos fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados. O funcionamento desta iniciativa baseia-se numa lógica de “revolving funding” utilização de apoios reembolsáveis em detrimento do habitual financiamento a fundo perdido.

Depois de um primeira avaliação desta iniciativa por parte do Governo Português, foi solicitado ao BEI, que com o apoio da Comissão Europeia, realizasse um estudo para avaliar a viabilidade da aplicação da JESSICA em Portugal. Demonstrada que a sua utilização contribuía para a concretização das estratégias definidas pelos Programas Operacionais Regionais e pela “POLIS XXI”, procedeu-se em Julho de 2009 à assinatura do “Funding Agreement”. Com a conclusão deste processo, foram criadas as condições para constituição de “Holding Fund” (HF), que permite o financiamento através do Fundo de Desenvolvimento Europeu. Na criação do JESSICA HF, no montante de 130 M€, cuja gestão será assegurada pelo BEI, participaram os Programas Operacionais Regionais, o PO Valorização do Território, utilizando meios financeiros com origem no FEDER e o Ministério das Finanças (DGTF) que assegurou a componente nacional do financiamento. A participação do Programa Operacional Regional do Alentejo foi 10 M€. A participação de cada uma das entidades é a que consta do quadro seguinte :

Tabela 2.17: JESSICA - participação de cada uma das entidades

Origem	% do HF	Participação (€)
PO Norte	23,08	30.000.00
PO Centro	15,38	20.000.00
PO Lisboa	3,85	5.000.00
PO Alentejo	7,69	10.000.00
PO Algarve	3,85	5.000.00
POVT	23,08	30.000.00
DGTF	23,08	30.000.00

Ainda durante o ano 2009, foram desenvolvidos outras iniciativas, sem que, no entanto, tenha sido possível definir os procedimentos necessários à sua operacionalização.

2.7. Acompanhamento e avaliação

Autoridade de Gestão

- Formação

Durante o ano 2009, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO prosseguiu o desenvolvimento das suas actividades a vários níveis. Assim, e tendo também em consideração o estabelecimento das subvenções globais e a delegação de competências nas AM/CIM correspondentes às NUT III, foi estabelecido um Plano de Formação definido para os técnicos das EAT das AM / CIM, uma vez que se tornava urgente que estes tomassem contacto, o quanto antes, com a gestão dos Fundos Estruturais do QREN, assim como todos os procedimentos inerentes à gestão do INALENTEJO. O Plano de Formação iniciou-se logo no início do ano, com a realização de um **Seminário sobre Fundos Estruturais**, promovido pelo IFDR em conjunto com a Autoridade de Gestão, no qual participaram todas os técnicos das AM / CIM, assim como os técnicos afectos ao Secretariado Técnico do INALENTEJO.

Posteriormente, foram desenvolvidas **acções de formação** pelo Secretariado Técnico do INALENTEJO nas próprias AM/CIM, cujo conteúdo programático se baseou na “Gestão e Acompanhamento de Operações do INALENTEJO”, ocorreram nas AM /CIM, onde participaram técnicos destas entidades, bem como técnicos das próprias Câmaras Municipais beneficiárias do Programa, estes sobretudo na perspectiva da instrução das candidaturas e pagamentos e sua apresentação no Sistema de Informação do INALENTEJO. Estas acções ocorreram entre os meses de Março a Maio.

No período de 21 a 25 de Setembro, realizou-se uma nova **acção de formação** para todos os técnicos afectos ao INALENTEJO, quer do respectivo Secretariado Técnico, quer das EAT das AM / CIM, vocacionada para o desenvolvimento dos procedimentos de gestão no SIGPOA - Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo.

Figura 2.2: Acção de formação



De salientar que foram ainda efectuadas diversas **formações / reuniões de trabalho**, com os técnicos das EAT das AM / CIM, sempre que solicitadas por estes, relacionadas, essencialmente, com a aceitação, apreciação técnica de candidaturas, validação da despesa e validação de pagamentos no SIGPOA. Questões relacionadas com a celebração dos contratos de financiamento, a monitorização operacional e financeira, indicadores e sua monitorização, assim como reprogramações, foram outros assuntos abordados, com o objectivo de obtenção de melhores resultados e esclarecimento de dúvidas.

- Boas Práticas de Gestão

Em resultado do trabalho desenvolvido pelo Secretariado Técnico do INALENTEJO de apoio à implementação das EAT das AM/CIM, e ao desempenho das suas funções, durante o ano 2009, ficou disponível no sítio da internet do INALENTEJO as FAC, com as perguntas e respostas mais frequentes surgidas no âmbito do processo de implementação da contratualização. Podemos considerar este procedimento como uma prática de gestão positiva .

- Orientações de Gestão

Para além das Orientações de Gestão disponíveis para conhecimento e consulta no sítio da internet do INALENTEJO, e já referidas no ponto 2.4., durante o ano foram ainda emitidas Normas Técnicas de Gestão, internas à gestão do Programa, a saber:

- **Norma Técnica nº 01/2009** - Publicação da Lista de Beneficiários do INALENTEJO, de 06-01-2009;
- **Norma Técnica nº 02/2009** – Monitorização Operacional e Financeira do INALENTEJO no contexto do QREN, de 26-01-2009;

- **Norma Técnica nº 3/2009** - Formalização dos Pedidos de Pagamento, de 16-03-2009.

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento tem desenvolvido a suas actividade de acordo com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

Assim, durante o ano de 2009, realizaram-se duas reuniões da Comissão de Acompanhamento, nos termos do disposto no artigo 5.º do respectivo Regulamento Interno de Funcionamento. Para além disso, verificaram-se diversas comunicações / prestação de informação, conforme a seguir se identifica, por ordem cronológica:

- **Consulta por escrito** à Comissão de Acompanhamento, em 03-06-2009 – Alteração aos Regulamentos Específicos “Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica” e “Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas” dos PO Regionais, aprovada pela CMC em 25-05-2009, decorrente do facto de ser considerado que nos mesmos deve existir equidade no tratamento das Universidades e Institutos Politécnicos, com implicação nos Critérios de Selecção dos respectivos Regulamentos Específicos.
- **4.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento** – realizada em 16-06-2009, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Informações
 - Proposta de integração dos representantes das Associações de Municípios com contrato de delegação de competências
 - Respostas à crise
 - Ponto de situação do exercício do Compliance Assessment
 - Balanço da implementação efectiva do INALENTEJO – Apreciação do Relatório de Execução de 2008
 - Evolução e ponto de situação actual da execução do INALENTEJO
 - Outros Assuntos
- **Prestação de informação complementar à Comissão Europeia no âmbito da aceitação do Relatório Anual de Execução de 2008** – em 21.10.2010, transmissão do n/ ofício n.º 8493, de 20-10-2009, remetido ao IFDR.

- **5.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento** – realizada em 18-11-2009, em Beja, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Informações (Iniciativa JESSICA, Plano de Concursos para 2010 e outros)
 - Balanço do INALENTEJO
 - Apresentação do Exercício de Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO.

Parceria

Organismos Intermédios no âmbito das Subvenções Globais

Em resultado dos Contratos de Subvenção Global celebrados, no final de 2008, com as AM/CIM, organizadas territorialmente com base nas NUT III, estas entidades passaram a participar nas actividades de gestão do Programa, de acordo com as competências então delegadas. No desenvolvimento de tais actividades, os procedimentos desenvolvidos pelas EAT das AM/CIM são os adoptados pela Autoridade de Gestão, nomeadamente as orientações técnicas, os procedimentos previstos na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e no Manual de Procedimentos do INALENTEJO, sendo a tramitação processual efectuada e evidenciada no SIGPOA – Sistema de Informação e Gestão do PO Alentejo.

Subvenções Globais

Os valores contratualizados com as Associações de Municípios correspondentes regiões NUT III, da Região Alentejo apresentam a seguinte distribuição, por Eixo Prioritário e AM / CIM:

Tabela 2.18: Valores contratualizados

Eixo	Total AM	Repartição por NUT III (M€)					
		Lezíria do Tejo		Alto Alentejo	Alentejo Central	Alentejo Litoral	Baixo Alentejo
		Programação	Reprogramação	Programação	Programação	Programação	Programação
1	61,8	17,3	9,7	10,4	14,1	7,7	12,3
2	15,1	6,1	6,1	3,0	2,7	0,9	2,4
3	105,6	27,7	44,8	22,2	24,9	15,6	15,2
4	51,3	15,4	8,4	8,9	11,4	5,0	10,6
5	22,2	5,5	3,0	3,6	4,9	3,8	4,4
Total	255,9	72,0	72,0	48,0	58,0	33,0	44,9

As tipologias de operações objecto de delegação de competências foi genericamente a seguinte:

- Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

- Áreas de Acolhimento Empresarial
- Energia
- Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
- Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano
 - Mobilidade Territorial (urbana)
- Eixo 3 – Conectividade e Articulação territorial
 - Mobilidade Territorial (rede rodoviária)
 - Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (com excepção da AMBAAL)
 - Património Cultural
 - Equipamentos Culturais
 - Equipamentos para a Coesão Local
- Eixo 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural
 - Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado"
 - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais
 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais (com excepção da AMBAAL)
 - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

Gráfico 2.65: Distribuição FEDER por NUT III (M€)

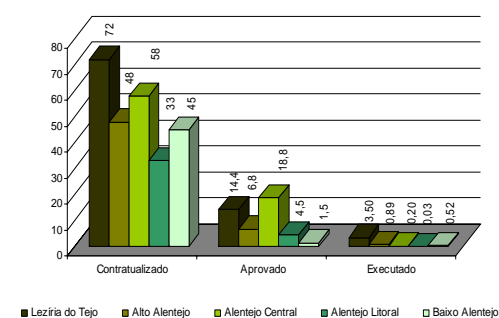
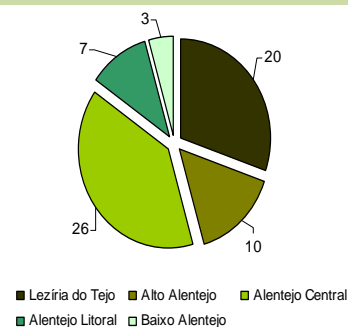


Gráfico 2.66: N.º de candidaturas contratadas



- Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional
 - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
 - Promoção e Capacitação Institucional

Tabela 2.19: Análise qualitativa e quantitativa relativa à execução dos montantes em 31-12-2009

NUT III	FEDER (M€)			N.º de candidaturas contratadas	FEDER Executado (M€)
	Contratualizado	Aprovado	Taxa de contratualização		
Lezíria do Tejo	72,0	14,4	20,0 %	20	3,50
Alto Alentejo	48,0	6,8	14,2 %	10	0,89
Alentejo Central	58,0	18,8	32,4 %	26	0,20
Alentejo Litoral	33,0	4,5	13,6 %	7	0,03
Baixo Alentejo	44,9	1,5	3,3 %	3	0,52
Total	255,90	46,00	17,98 %	66	5,14

O montante FEDER total contratualizado corresponde a 255,90 M€, repartido pelas cinco AM / CIM correspondentes às NUT III.

No final de 2009, a análise do quadro acima permite concluir que, no âmbito das subvenções globais, foram aprovadas 66 candidaturas a que corresponde um montante FEDER aprovado de 46,0 M€, representando 17,98% do valor total contratualizado.

Esta situação encontra-se espelhada, igualmente, nos gráficos seguintes. De salientar que as NUT III - Alentejo Central e Lezíria do Tejo destacam-se em relação ao número de candidaturas aprovadas, 26 e 20 respectivamente, a que correspondem os montantes FEDER de 18,8 e 14,4 M€.

Em termos de execução financeira, apenas a NUT III - Lezíria do Tejo apresenta um valor de 3,50 M€ de FEDER executado até final do ano 2009, as outras NUT III apresentam um valor pouco significativo de execução.

Compliance assessment

Durante o ano de 2009 foi desenvolvida e reformulada uma versão revista da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO, enviada às Autoridades de Certificação e de Auditoria no início de Outubro de 2009, posteriormente transmitida à Comissão Europeia. Em resultado do exame efectuado a esta versão revista, a Inspeção-Geral de Finanças concluiu, no seu Relatório de Avaliação de Conformidade, que os sistemas estabelecidos no INALENTEJO respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, tendo emitido em 02-10-2009, um parecer sem reservas.

Atendendo a que a Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO não incluiu as Associações de Municípios, nem foram realizadas pela IGF verificações a estes Organismos, a apresentação a co-financiamento da Comissão Europeia de despesas geridas ou com qualquer intervenção destes organismos, cuja descrição não tenha sido então transmitida à Comissão Europeia, ficou condicionada ao parecer favorável da IGF acerca da descrição dos sistemas.

O 1.º Pedido de Certificação de Despesas do Programa foi enviado à Autoridade de Certificação em 19 de Outubro de 2009, tendo esta entidade desencadeado uma acção de controlo prévia ao envio da Declaração de Despesas e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia. O 1.º Pedido de Certificação de Despesas foi remetido à Comissão Europeia em 30 de Outubro de 2009. De acordo com a informação prestada pela Autoridade de Certificação, nesta acção de controlo prévia não foram identificadas situações com impacto na despesa. O Relatório da referida acção conclui que os procedimentos desencadeados pela Autoridade de Gestão, no âmbito da selecção das operações e da validação da despesa, oferecem uma garantia razoável quanto à regularidade e legalidade das despesas declaradas no pedido.

Sistema de Informação

O sistema de informação em desenvolvimento pela Universidade de Évora com o apoio de técnicos da Comissão de Coordenação da Região Alentejo e do próprio INALENTEJO visa suportar o Programa Operacional do Alentejo no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e tem como principal objectivo suportar as diversas operações e fases de um projecto tal como definidas no “Modelo Conceptual do SIGPOA” de 7 de Março de 2008, bem como todos os fluxos de informação e “actores” identificados, assegurando:

- a desmaterialização de documentos e tramitação processual;
- um sistema de acesso e de segurança fiável e robusto, garantindo um registo histórico de operações e de alterações de dados;
- o acompanhamento e monitorização das diversas fases dos projectos pelos vários agentes envolvidos no processo;
- disponibilizar mecanismos de produção de relatórios e indicadores de gestão bem como mecanismos de pesquisa robustos e eficazes;
- a integração com outros sistemas, preferencialmente sob a forma de *web services*;
- assegurar a realização de acções de formação quer para utilizadores quer para administração do SIGPOA, bem como a documentação necessária.

Para o desenvolvimento do sistema recorreu-se a tecnologia *open-source*, devidamente testada e referenciada pelo mercado com elevados padrões de qualidade e respeitando as normas e standards, tecnologia em que os técnicos da Universidade detêm grande experiência e know-how, tendo sido tidas em consideração todas as recomendações legais actualmente em vigor no que concerne a usabilidade e acessibilidade.

Por outro lado, e tal como já foi anteriormente referido, dever-se-á ter em conta que ao longo de todo o período de funcionamento do sistema (pelo menos até 2013) é muito provável que venha a haver necessidade de proceder à sua integração com outros sistemas, que haja necessidade de proceder a alterações estruturais (dados e funcionalidades) bem como ao desenvolvimento de novos módulos, pelo que a arquitectura proposta incorpora princípios de modularidade e escalabilidade.

Arquitectura do sistema

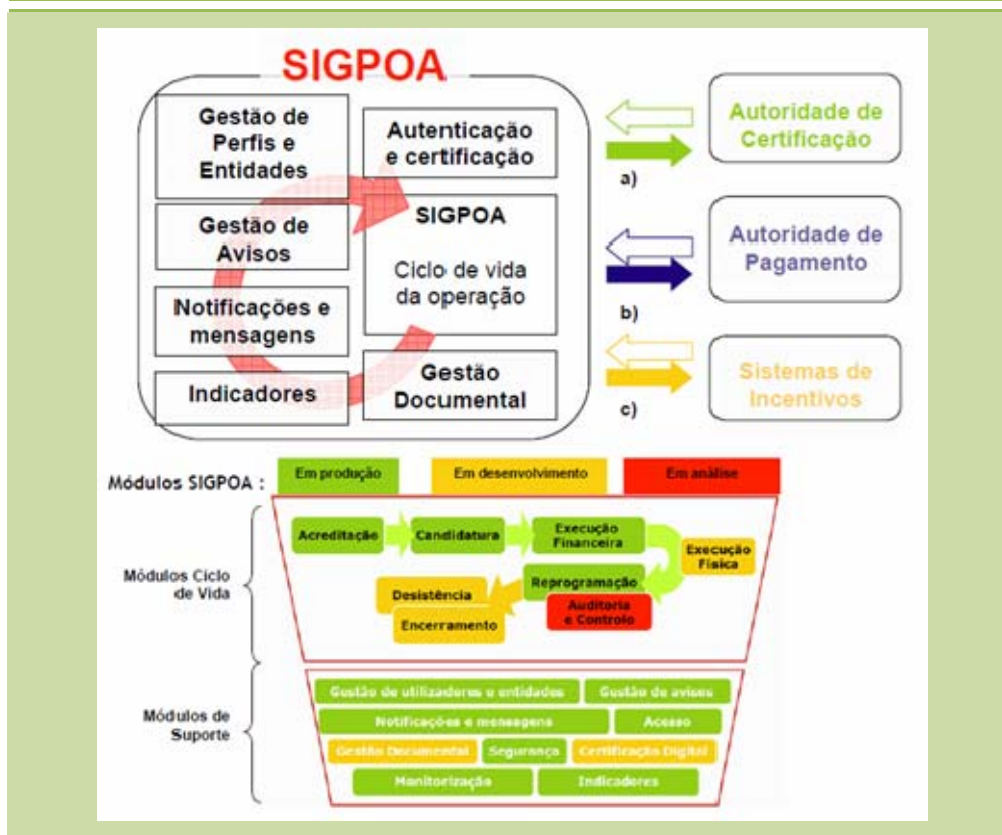
A arquitectura prevê uma total redundância dos dados ao nível físico, através do recurso a sistemas RAID (*Redundant Array of Independent Drives*). Do mesmo modo estão previstos mecanismos de *backup* e *restore* que garantem um *uptime* próximo dos 100%, sendo que a descontinuidade de serviço será correspondente ao tempo de reposição do sistema.

Relativamente aos backups do sistema, estão actualmente a ser mantidas réplicas on-line da base de dados e do código do SIGPOA, sendo realizados backups diários, semanais e mensais. Os backups diários do código, ficheiros e base de dados são enviados para o servidor de backups mantido pela CCDRA. É igualmente mantida uma réplica diária do código e base de dados num servidor mantido e fisicamente localizado nas instalações da Universidade. O código é gerido por um sistema de controlo de versões alojado num servidor da Universidade, sendo possível em qualquer momento restaurar a última versão do código ou qualquer versão anterior. Os documentos, dado que estão a ser carregados no ALFRESCO, são salvaguardados pelos backups deste sistema. O acesso ao sistema será garantido através de mecanismos de autenticação seguros baseados em certificados digitais. A plataforma de certificação (PKI) ainda não está totalmente operacional, pelo que o acesso é assegurado através de um login e password encriptadas e de ligações seguras em https.

Desenvolvimento; módulos e funcionalidades

A figura seguinte identifica os diversos módulos do SIGPOA bem como as respectivas ligações com outros sistemas externos.

Figura 2.3: Arquitectura geral do SIGPOA; Módulos e integração com outros sistemas



A entrada em produção do SIGPOA nos módulos de Acreditação, Candidatura e Execução Financeira e mais recentemente da 1ª versão do módulo de Reprogramação ocorreu no final de Setembro tal como previsto.

Nessa data, todo o sistema de contingência em funcionamento foi descontinuado, nomeadamente o módulo de front-office do beneficiário, que suportava os processos de acreditação e submissão de candidaturas e o módulo de execução financeira que permitia o acesso pela equipa técnica do INALENTEJO aos pedidos de pagamento submetidos pelos beneficiários. Todos estes módulos foram substituídos pelo SIGPOA mantendo-se apenas a publicitação dos avisos e o acesso ao SIGPOA através do portal do INALENTEJO, ainda que todo o backoffice de gestão de avisos seja agora assegurada pelo SIGPOA.

Desde que o SIGPOA entrou em produção que se verificou a necessidade de introduzir inúmeras alterações ao sistema para além de se prosseguir com os desenvolvimentos planeados tal como referido no relatório anterior. O alargamento do sistema às Associações de Municípios, veio aumentar significativamente a complexidade do sistema, nomeadamente no que concerne à criação de novos perfis e novos circuitos/workflows de utilização.

Finalmente continuaram a verificar-se alterações de legislação e regulamentos quer de âmbito geral quer especificamente do INALENTEJO e que provocaram igualmente a introdução de alterações no sistema já desenvolvido. Para além da necessidade de reescrever código e alterar estruturas de dados, as alterações referidas são tanto mais complexas quanto é necessário manter o sistema em operação ao mesmo tempo que estas são implementadas bem como garantir a consistência das funcionalidades e dos dados.

Enumeram-se de seguida os aspectos mais relevantes do desenvolvimento do SIGPOA:

- **Modulo de reporting/helpdesk:** Com a entrada em produção do SIGPOA (aliás ainda durante as acções de formação realizadas) verificou-se que seria útil assegurar uma forma expedita e simples de comunicação entre utilizadores e a equipa de suporte técnico, para além o do contacto telefónico e do correio electrónico. Assim, desenvolveu-se um módulo de reporte de erros para anexar uma mensagem/comentário/sugestão a um ecrã permitindo assim a identificação imediata do contexto em que esta é submetida e da acção a desencadear.
- **Modulo de Avisos:** Estava programado e foi implementado o módulo para gestão de avisos. Manteve-se contudo a interface disponibilizada através do Portal do INALENTEJO pois este foi considerado bastante amigável. Assim mantiveram-se as suas funcionalidades com as quais os beneficiários já estavam familiarizados no que concerne à publicitação de avisos tendo-se contudo garantido a sua integração com o módulo de gestão de avisos desenvolvido.
- **Módulo de Acreditação:** Este foi o primeiro módulo a ser colocado em produção e obrigou à recuperação de todos os utilizadores registados na fase de contingência. Permite registar não só entidades e sub-entidades como os respectivos utilizadores/responsáveis. Está directamente relacionado com a gestão de perfis e acesso, sendo salvaguardada toda a confidencialidade de dados e acesso a funcionalidades disponíveis.
- **Módulo de Candidatura:** Foi concluído e colocado em produção, o módulo de candidaturas. Este suporta todo o processo de submissão on-line de candidaturas pelos respectivos promotores e o subsequente processo de aceitação por parte dos técnicos do INALENTEJO. No final, as candidaturas aprovadas e contratualizadas dão origem às respectivas operações, garantindo-se a relação entre ambas e salvaguardando-se a necessária segregação de funções relativamente aos técnicos que acompanham as várias fases dos processo.
- **Modulo de reprogramação:** Foi concluído e colocado em produção o módulo de reprogramação, tendo sido desde logo alvo de diversas correcções quer ao processo de submissão do pedido quer ao *workflow* de tramitação e análise. Está

em curso o desenvolvimento de uma nova versão deste módulo que permita o registo detalhado e estruturado da informação apresentada pelo beneficiário por forma a permitir uma análise mais objectiva pelos técnicos, o seu registo no próprio sistema e as posteriores alterações à operação decorrentes do pedido de reprogramação após a sua aceitação.

- **Modulo de execução física e financeira:** Tendo sido concluído e colocado em produção, o módulo de execução financeira sofreu inúmeras alterações e correcções, havendo que salientar as seguintes:

- Geração do PDF dos pareceres e validação de despesa (ainda não está em produção).
- Re-implementação das listas de pagamento da unidade de coordenação e implementação da possibilidade de recuperar listas do histórico.
- Correcções na implementação anterior das listas de pagamento da unidade de coordenação.
- Implementação da regularização de propostas de pagamento de adiantamento.
- Alteração do sistema de ficheiros anexos para que os ficheiros afectos a operações sejam enviados para a plataforma de gestão documental.
- Interface para correcção da natureza das propostas de pagamento importadas do histórico de pagamentos.
- Interface para alteração de entidade beneficiária (Cessação Contratual).
- Correcção de todos os técnicos de execução e acompanhamento de candidatura referentes a todas as operações.
- Correcção na tramitação das listas de propostas de pagamento de forma a não terminar nos conselhos directivos (para o caso das associações de municípios).
- Adicionados perfis da Autoridade de Certificação e Unidade de Controlo Interno.
- Corrigidos alguns erros detectados nas check-list (validações).
- Implementação da possibilidade de se alterar o secretário técnico de uma operação.

Relativamente à execução física, desenvolveu-se e colocou-se em produção o módulo de indicadores que permite a gestão e atribuição de indicadores bem como a definição de valores de referência e o registo da informação de execução

recolhida. Paralelamente iniciou-se a análise tendo em vista a integração do SIGPOA com os indicadores do CODR. Finalmente iniciou-se a análise e implementação da estrutura de dados e respectivas funcionalidades que irão suportar o módulo de monitorização que deverá suportar a produção e envio (via *web services*) dos mapas de monitorização mensais para o IFDR.

- **Alteração às check-lists (versões):** Devido a uma alteração do Regulamento do FEDER houve necessidade de introduzir uma nova funcionalidade no sistema que permitisse a introdução de versões das check-list's. Não se trata simplesmente de alterar uma check-list mas sim de permitir que possam coexistir no sistema mais do que uma versão da mesma lista de verificação.
- **Integração com outros sistemas:** Está já implementado e em produção o acesso aos seguintes sistemas externos:
 - SIGA / IFDR (Certificação da despesa) : assegurada através de uma VPN lan-to-lan entre a rede privada em que se encontra o SIGPOA e a rede privada do IFDR, tendo sido completamente automatizado o processo de comunicação entre os dois sistemas através de *web services* de acordo com a especificação do IFDR.
 - SIEP / IFDR (Pagamentos): Numa fase de contingência do SIEP o SIGPOA assegura a produção automática de um ficheiro em formato csv com a informação relativa aos pagamentos a exportar. Numa fase posterior a comunicação deverá ser igualmente garantida via *web services*.
 - Sistemas de incentivos / POFC (Consulta de operações): assegurada através de uma VPN *lan-to-lan* entre as redes em que se encontram os dois sistemas. Pela invocação dos *web services* disponibilizados pelo POFC é já possível aceder a toda a informação disponibilizada quer para importação para o SIGPOA (tabelas auxiliares) e posterior tratamento quer para inclusão em relatórios ou para consulta directa no SIGPOA de dados agregados.
- **Migração de dados:** Foi necessário prever um plano de migração não só para a informação recolhida em contingência mas para incorporar as novas especificações entretanto produzidas nomeadamente ao nível das tabelas de dados e tabelas de domínio. Assim, foi migrada para o SIGPOA e consolidada toda a informação relativa a:
 - Regulamentos
 - Avisos

- o Tipologias
- o Candidaturas
- o Operações e pagamentos

Foram ainda consolidadas as tabelas de domínio (p.e. concelhos e freguesias) e dicionários de dados fornecidos pelo IFDR e importados todos os dados relativos à acreditação e registo de utilizadores e entidades.

Finalmente, iniciou-se o processo de importação de todos os documentos recolhidos através do sistema de contingência e disponibilizados em papel através da sua digitalização e carregamento. Esta tarefa está a ser realizada pelos técnicos da CCDRA e em paralelo foi desenvolvido um módulo que permite que os documentos em formato electrónico, desde que devidamente catalogados e especificados possam ser registados e carregados directamente no ALFRESCO (plataforma de gestão de conteúdos/documentos da CCDRA) e posteriormente acedidos através do SIGPOA a partir do objecto em análise (p.e. candidatura, pedido de pagamento, despesa,...), garantindo-se assim a consulta de informação não estruturada para efeitos de histórico ou de recuperação posterior através de interfaces a desenvolver para o efeito.

Face ao planeado verifica-se um atraso na implementação dos módulos de encerramento e desistência, sendo que se estima que pelo menos o primeiro destes esteja concluído e em produção ainda durante o 1º trimestre. Por outro lado o módulo de reprogramação estando já em produção deverá implicar ainda desenvolvimentos adicionais significativos. Dever-se-á ainda concluir em Março o processo de integração com o sistema de Gestão Documental em desenvolvimento na CCDRA e a configuração da infra-estrutura de certificação. O desvio face ao cronograma de desenvolvimento inicialmente proposto é plenamente justificado pelos desenvolvimentos que têm sido executados para além do previsto e incorporando alterações que têm sido identificadas quer resultantes de alterações legais quer de lacunas e omissões na especificação.

Até ao final do primeiro semestre de 2010 prevê-se ainda conclusão dos módulos de monitorização, auditoria/controlo e gestão de devedores.

Avaliação

Os regulamentos comunitários, a legislação nacional e os PO fornecem um enquadramento necessário à definição e aplicação do **Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013**.

A nível nacional, o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, define o modelo de governação do QREN e dos respectivos PO, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das várias funções, entre as quais a de avaliação. Neste contexto, o Plano Global de Avaliação é aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sob proposta do Observatório do QREN, e os Planos de Avaliação dos PO são objecto de apreciação e aprovação pelas respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação, e integrados no Plano Global de Avaliação do QREN.

O **Plano de Avaliação do INALENTEJO**, elaborado em conformidade com a alínea f) do n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril, foi aprovado em reunião da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais de 23 de Dezembro de 2008.

A avaliação visa melhorar a qualidade, a eficácia, a eficiência e a coerência das operações concretizadas com o apoio dos fundos comunitários com carácter estrutural.

As avaliações a realizar durante o período de programação têm obrigatoriamente lugar no quadro dos processos de revisão ou de reprogramação dos PO e podem assumir natureza operacional ou estratégica.

A avaliação operacional centra-se na verificação do modo como a programação física e financeira e os compromissos em matéria de gestão, acompanhamento, controlo e informação do programa estão a ser prosseguidos e a traduzir-se nos resultados e, sobretudo, nos impactes pretendidos, tendo em atenção as condições de eficácia e eficiência promovidas para se atingirem esses resultados e impactes (ou seja, decorrentes designadamente, da operacionalização do modelo de governação e de gestão do Programa).

A avaliação de natureza estratégica tem como objectivo último analisar em que medida a intervenção do programa está a produzir os efeitos face às prioridades definidas, a nível global e a nível de agenda, e, nesse quadro, observar os contributos do INALENTEJO para alterações ao nível dos indicadores de contexto preconizadas na estratégia definida.

O Plano de Avaliação do INALENTEJO engloba os seguintes exercícios de avaliação, cujas linhas gerais se sintetizam por:

- **Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN no período 2007-2013**
 - Principais objectivos
 - Avaliar o modo de operacionalização do INALENTEJO na prossecução das prioridades estratégicas do QREN.

- Avaliar a eficácia do modelo de governação do QREN e dos PO, em termos da articulação institucional, face ao desenvolvimento das prioridades estratégicas do INALENTEJO.
 - Avaliar as dinâmicas de execução das tipologias de intervenção dos Eixos Prioritários do Programa, à luz da pertinência das candidaturas aprovadas, face às expectativas de concretização das prioridades estratégicas desses Eixos.
- Principais questões de avaliação
- As dinâmicas de procura dos promotores e as candidaturas apresentadas nas diversas tipologias correspondem ao perfil desejado, nomeadamente no que se refere aos projectos integrados e de natureza estruturante?
 - Os critérios de selecção aprovados permitem a selecção das candidaturas, em função dos objectivos e metas definidas?
 - Os Regulamentos Específicos estão adequados às especificidades da Região Alentejo e permitem enquadrar as candidaturas apresentadas e as potenciais candidaturas?
 - A contratualização com organismos intermédios revela eficácia e eficiência para a gestão do Programa?
 - O modelo de governação do QREN e dos PO garante os objectivos de eficácia e eficiência no que se refere aos diferentes aspectos de articulação inter-institucional existentes?
 - As recomendações da avaliação ex-ante estão a ser implementadas?
- Utilização específica dos resultados da avaliação
- Os resultados da avaliação destinam-se a efectuar potenciais ajustamentos no sistema de gestão, acompanhamento e controlo, nomeadamente nos domínios seguintes:
 - adequação dos regulamentos específicos e critérios de selecção às prioridades do Programa Operacional;
 - delegação de competências entre a Autoridade de Gestão e os organismos intermédios;
 - acções de divulgação e promoção do Programa com vista à qualificação da procura;

- dinamização e recepção de candidaturas e modelo de análise de candidatura e aplicação de critérios de selecção;
 - formulários de candidatura;
 - condições de elegibilidade e de selectividade, etc.
- Incidência programática
 - INALENTEJO - Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013
 - Âmbito territorial
 - NUTS II Alentejo
 - Âmbito temático
 - A totalidade do Programa Operacional
- **Avaliação intercalar do INALENTEJO para o período 2007-2010**
 - Principais objectivos
 - Avaliar a performance e o impacte do INALENTEJO a meio do seu período de vigência (2007-2010).
 - Principais questões de avaliação
 - Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado? Quais as explicações desse percurso (análise de desvios)?
 - O perfil de execução corresponde ao esperado?
 - Qual o impacte global da execução do INALENTEJO nas principais variáveis ligadas às prioridades do QREN e à estratégia de desenvolvimento regional?
 - As recomendações dos anteriores exercícios de avaliação (ex-ante, ambiental estratégica, operacionalização do PO, ...) foram tidas em conta pela Autoridade de Gestão do Programa?
 - Eficácia da descentralização da gestão no âmbito dos contratos de delegação de competências com subvenção global celebrados entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e cada uma das Associações de Municípios da Região Alentejo, baseadas nas unidades geográficas NUT III.

- Utilização específica dos resultados da avaliação
 - A demonstração de impactos e fundamentar eventuais necessidades de reprogramação do INALENTEJO
- Incidência programática
 - INALENTEJO - Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013
- Âmbito territorial
 - NUTS II Alentejo
- Âmbito temático
 - A totalidade do Programa Operacional

O 2.º trimestre de 2009 marcou o início da fase de lançamento do processo de aquisição de serviços, para o exercício de “Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN”, processo este que ficou concluído no 3.º trimestre do mesmo ano. A entidade a quem foi adjudicada esta prestação de serviços, foi a Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A., tendo o arranque formal da execução ocorrido no início do último trimestre de 2009.

Este exercício de avaliação prevê a apresentação de 4 relatórios: inicial, intermédio, preliminar e final. No decorrer de 2009 foram apresentados, pela equipa responsável pela avaliação, o relatório inicial, contendo a metodologia de avaliação detalhada e ajustada relativamente à apresentada em fase de proposta, e o relatório intermédio, expondo os primeiros resultados e perspectivas do estudo nas suas principais vertentes de incidência.

Já em 2010 (Março) foi apresentado o relatório preliminar da avaliação, estando prevista a entrega do relatório final ainda durante o mês de Maio de 2010, sendo expectável que este exercício de avaliação esteja concluído até ao final do 2.º trimestre do corrente ano.

De referir o papel da Rede de Avaliação do QREN, no âmbito da coordenação global da avaliação. Ao longo do ano de 2009, foram realizadas 3 reuniões da rede de avaliação do QREN, promovendo desta forma, o debate de ideias e o acompanhamento mais próximo das fases de lançamento e posteriormente, de execução, dos vários exercícios de avaliação, ao nível do QREN e dos vários PO. Dessas reuniões resultaram importantes orientações para o desenvolvimento dos trabalhos, tendo sido inclusivamente produzido e divulgado no seio da rede, um importante documento de “Orientações Gerais para a Implementação dos Planos de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais”.

A implementação do exercício de avaliação intercalar do INALENTEJO, que pretende avaliar a performance e o impacte do INALENTEJO, a meio do seu período de vigência (2007-2010), está prevista ser lançada no último trimestre de 2010, estendendo-se a execução dessa avaliação pelo primeiro semestre de 2011.

Tabela 2.20: Cronograma de execução

Ano	2009				2010				2011				2012 /2013			
	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN no período 2007-2013																
Avaliação intercalar do INALENTEJO para o período 2007-2010																

Legenda Fase de lançamento Fase de execução Conclusão Prevista

Avaliação Ambiental Estratégica

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do INALENTEJO

Da Programação à Execução

A preparação do Programa Operacional Regional do Alentejo – 2007/2013, foi acompanhada de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que deu cumprimento às disposições da Directiva 2001/42/CE relativa aos efeitos de certos planos e programas no ambiente. Atendendo a que a realização desta primeira etapa do exercício da AAE foi anterior à transposição para legislação nacional da Directiva 2001/42/CE, as autoridades de programação nacionais aplicaram, assim, directamente os requisitos regulamentares, tendo-se concluído posteriormente, após a publicação do Decreto-lei n.º 232/2007, que veio estabelecer, no quadro jurídico nacional, o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, que a etapa da AAE realizada correspondeu igualmente às exigências que foram consagradas, a *posteriori*, na legislação nacional.

A AAE visa estabelecer um elevado nível de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e implementação do

INALENTEJO, tendo acompanhado o processo de programação desde o seu início como forma de garantir o contributo do instrumento de programação para o desenvolvimento sustentável. A AAE foi realizada por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Salienta-se que através do exercício ex-ante da AAE, que compreendeu um significativo processo de consulta pública, o PO foi influenciado positivamente, destacando-se o reforço da integração e da salvaguarda das questões ambientais. A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituídas por uma fase de consulta pública, pela submissão ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável para parecer e pela promoção de workshops públicos para debater os resultados da AAE de cada Programa Operacional - permitiu beneficiar de contributos diversificados e qualificados na fase de elaboração das Agendas Operacionais do QREN e dos Programas Operacionais.

Mais se destaca que a opção prosseguida pelas autoridades nacionais de aplicar a AAE às Agendas Valorização do Território e Factores de Competitividade revelou-se muito adequada na medida em que as agendas determinaram o conteúdo operacional do QREN, tendo a AAE incidido sobre a matriz fundamental dos domínios de intervenção a acolher pelos Programas Operacionais, a sua influência precedeu a programação dos Programas Operacionais e, como tal, os Programas Operacionais, designadamente o INALENTEJO, usufruíram substancialmente deste exercício.

O cumprimento dos requisitos associados à AAE no que respeita ao INALENTEJO, não se limita, porém, à AAE realizada na fase de preparação do instrumento de programação. O INALENTEJO assumiu, no âmbito das suas actividades de gestão, responsabilidades no que respeita ao controlo dos efeitos ambientais da sua execução e assegura, em articulação com o Observatório do QREN, uma efectiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da sua implementação.

No quadro da monitorização ambiental e de sustentabilidade, e de acordo com as medidas de controlo previstas, denominadas no Relatório Ambiental⁴ de “Programa de Gestão e Monitorização Ambiental”, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO procede, de forma contínua, à aferição dos efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do INALENTEJO, numa perspectiva de avaliação de desempenho ambiental e,

⁴ , Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

simultaneamente, avalia em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao INALENTEJO (inscritas no Relatório Ambiental da AAE). A AEA colocou particular ênfase na identificação de factores potenciadores das oportunidades/impactes positivos, identificando simultaneamente os riscos/impactes negativos que possam estar associados às propostas, de modo a poderem ser evitados ou mitigados ao nível dos próprios PO, ou da execução dos projectos associados.

A integração do ambiente nas actividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do INALENTEJO

A integração de considerações ambientais no INALENTEJO não se limitou à fase de programação, através da realização de uma avaliação ambiental estratégica pormenorizada. A autoridade de gestão do INALENTEJO colocou o ambiente no âmbito das suas actividades de gestão através do empenhamento na realização do processo de seguimento da avaliação ambiental estratégica e do recurso a variados mecanismos e ferramentas cujo principal objectivo é o de garantir um nível de protecção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência.

Estes mecanismos e ferramentas abrangem instrumentos sistematizadores para o adequado cumprimento do acervo comunitário e nacional em matéria de ambiente, um forte envolvimento das autoridades ambientais no processo de avaliação de aceitabilidade e de mérito de projectos submetidos no âmbito de áreas-chave da intervenção directa no ambiente e a incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

Mecanismos de gestão que o envolvimento de autoridades ambientais

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO estabeleceu com as Autoridades Ambientais uma parceria alargada que se encontra activa desde a fase de elaboração dos Regulamentos Específicos das Intervenções abrangidas pelos eixos prioritários referidos anteriormente. Salienta-se a este respeito, a participação das Autoridades Ambientais na determinação dos critérios de elegibilidade e de selecção de projectos inscritos nos Regulamentos Específicos na fase da sua elaboração.

A parceria com as Autoridades Ambientais assumiu uma acrescida formalização com o início da fase de implementação do INALENTEJO. Dado que a CCDR Alentejo acolhe nas suas instalações o INALENTEJO, a Autoridade de Gestão afectou duas técnicas superiores à Direcção de Serviços do Ambiente da CCDR Alentejo, de forma a que, no âmbito das atribuições e competências, o seu contributo incidisse, não apenas na apreciação e no acompanhamento dos projectos apoiados, como também, no

cumprimento dos normativos ambientais e no cumprimento das metas e dos objectivos ambientais dos domínios de intervenção do INALENTEJO.

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO tem igualmente colocado um esforço significativo na adopção pelos proponentes de candidaturas aos seus restantes domínios de intervenção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias.

As reuniões da Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO oferecem também uma sede de envolvimento de parceiros sociais com responsabilidades no ambiente, atendendo a que as Organizações Não Governamentais de Ambiente têm nela assento.

Apresentação da incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO, aplica um conjunto de mecanismos que incorporam, em diversas fases do ciclo da vida das operações, medidas que garantem o cumprimento da legislação de carácter ambiental, bem como medidas que elevam o nível de protecção ambiental das operações apoiadas por este Programa.

No que respeita à fase de selecção das operações, e num nível mais abrangente, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão prevê, como uma das obrigações dos beneficiários que concorrem aos Programas Operacionais do QREN, o cumprimento das normas comunitárias e nacionais em matéria de ambiente, de forma a salvaguardar de uma forma rigorosa e generalizada a observância das mesmas. Num nível mais particular, os Regulamentos específicos de cada área de intervenção em que o INALENTEJO intervém, incorporam um conjunto de critérios de carácter ambiental que visam constituir um enfoque mais reforçado por tipologia de operações, de ponderações ambientais mais restritivas.

A um nível transversal, todos os Regulamentos do INALENTEJO assumem a exigência do cumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território, sob pena da não elegibilidade das despesas apresentadas numa determinada operação.

Dum modo geral, ao longo da vida duma operação, o aspecto ambiental das operações (casos aplicáveis) é tido em conta. Assim, na fase de candidatura, é necessário anexar o Estudo de Avaliação do impacte ambiental, da operação em causa. Na apreciação Técnica são equacionados os pareceres/licenciamentos exigíveis de acordo com a tipologia da operação. Na estrutura do Relatório Final da operação é solicitado a descrição do impacto do investimento nos diversos níveis (nomeadamente o ambiental).

Num nível mais específico, e entrando em linha de conta com cada área de intervenção em concreto, foram integradas nos Regulamentos específicos, ponderações mais limitativas de cariz ambiental, das quais se destacam as seguintes:

- Aplicação de critérios na selectividade das candidaturas:
 - Valorização das que demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução de dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável (Mobilidade territorial)
 - Contributo para a política de coesão regional e ordenamento do território (Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística – SAAAEL)
 - Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos Planos de Ordenamento da orla costeira, nos planos de ordenamento de Estuários, em Planos de Acção plurianuais para a Valorização do Litoral ou em Planos e programas que comprovadamente prossigam objectivos de valorização e requalificação das áreas litorais (Acções e Valorização do Litoral)
 - Enquadramento em operações de natureza integrada de requalificação do litoral (Acções de Valorização do Litoral)
- Apresentação de pareceres de entidades com responsabilidade em matérias ambientais:
 - Pareceres da Direcção de Serviços de Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo na fase de apreciação técnica das candidaturas (casos aplicáveis), e na fase de validação da execução.
 - Pareceres da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e da Administração da Região Hidrográfica do Tejo (consoante as situações) no caso de intervenções no domínio hídrico.
 - Pareceres da APA, no caso de projectos de Optimização de Gestão de Resíduos
- Demonstração de enquadramento específico e do cumprimento de normas específicas nacionais:
 - Documento de Enquadramento Estratégico (Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento);
 - Directivas da Água (Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento).

Para além de critérios exigidos ao nível dos Regulamentos específicos, são igualmente fonte de normas de carácter ambiental, o disposto ao nível dos avisos de abertura de concursos, que para além de enumerarem os critérios de selecção já apresentados nos Regulamentos a aplicar nas candidaturas, fornecem conforme as tipologias de intervenção, diferentes ponderações a que os mesmos são sujeitos para a sua classificação final.

Neste contexto, e com o intuito de aplicação na fase de análise das candidaturas foi elaborada pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, uma check-list, constante do Manual de Procedimentos, que permite uma sistematização de todas as verificações necessárias efectuar para salvaguardar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente na qual são verificadas, para além de aspectos já referidos, a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração de Impacto Ambiental ou Declaração da Autoridade competente em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental que confirme ou não o seu enquadramento, ou confirme quando se trata ou não de alterações significativas;
- Declaração da Autoridade responsável pela Fiscalização da Rede Natura 2000;
- Apresentação dos documentos que comprovem os licenciamentos e autorizações ambientais necessários no que respeita à fase em que se encontra a candidatura, sendo que a montante o cumprimento da legislação em matéria ambiental se encontra salvaguardado pelas autoridades competentes no decorrer da preparação da candidatura ao Programa.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental.

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de “follow-up” da AAE: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do INALENTEJO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o INALENTEJO é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objectivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo INALENTEJO nos mencionados objectivos estratégicos.

Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do INALENTEJO

No Objectivo Estratégico “Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos”, será de realçar o contributo dos projectos aprovados no INALENTEJO, no que respeita à “População servida pelas lojas do cidadão/centros multi-serviços e balcões únicos”, com um valor de população de 539.678, que significam cerca de 70% da população da Região Alentejo.

“Garantir a Universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis”, deve ser avaliado tendo em conta que esta não constitui uma área prioritária de intervenção deste PO. Ainda assim, e com base no indicador “população servida pelas unidades de saúde apoiadas” destaca-se que com os projectos apoiados pelo INALENTEJO, este Programa contribui para o acesso à totalidade da população da região, uma vez que, entre outros, abarcam os Hospitais Distritais.

A prossecução do Objectivo Estratégico “Garantir a Universalidade no Acesso e Melhorar as Condições do Ensino”, constitui um dos domínios com particular peso nos apoios no INALENTEJO, que com os seus apoios, contribuiu para que 9.230 alunos fossem abrangidos por escolas da Educação Pré-Escolar e da Rede Escolar do 1º ciclo do Ensino Básico, com cerca de 37 projectos. Entende-se igualmente que com as intervenções na requalificação da rede de Escolas atrás referidas, o INALENTEJO, contribui igualmente para a “Redução da Pobreza e Promoção da Equidade, Igualdade de Oportunidades e da Coesão Social”, Objectivo Estratégico no qual se enquadram Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos e de cariz social.

O indicador da população beneficiada por intervenções de regeneração urbana ou requalificação urbana apoiadas, no valor de 217.472, traduz o contributo do INALENTEJO, para a “Promoção da Melhoria da Qualidade do Ambiente Urbano”

“Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água” constitui um objectivo estratégico, sendo este avaliado através do indicador do n.º de pessoas servidas por sistemas de abastecimento de água em resultado dos projectos apoiados. Sendo que o contributo do INALENTEJO se traduz num acréscimo de população abrangida de 740 habitantes.

Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o objectivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO, para as recomendações de carácter geral que constam da agenda da Valorização do Território, demonstra a particular atenção dada a esta matéria, prestando a informação recolhida no âmbito das operações contratadas até final de Dezembro de 2009.

Recomendações Gerais

Recomendação (R1): Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos

Apesar de todos os Regulamentos aplicados no INALENTEJO preverem a aplicação da legislação ambiental e de ordenamento do território, a aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados na maioria dos Regulamentos critérios de selecção com ponderações ambientais.

As excepções aplicam-se aos seguintes Regulamentos:

- Equipamentos para a Coesão Local
- Equipamentos Património Cultural

Recomendação (R2): Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos

As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 75% do total elegível, incluem nomeadamente, estudos e planos necessários à implementação das operações, bem como acções demonstradoras do uso eficiente dos recursos, acções de mobilização que promovam um melhor conhecimento junto da população, bem como acções de monitorização ambiental, obtendo-se a percentagem de 8,67% (37/427) no Indicador 2 e no Indicador 3, a percentagem de 2,63% (14.359.910€/ 546.880.000€).

Recomendação (R7): Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adopção de práticas que visam a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de protecção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 M€. No caso do INALENTEJO as operações apoiadas, nestas condições, não se adequam ao indicador.

Recomendação (R8): As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem

Os dois indicadores que sustentam esta recomendação visam quantificar por um lado, todas as operações que promovem em exclusivo acções destinadas à divulgação, comunicação e formação ambiental que foram apoiadas pelo Programa, e por outro lado, a totalidade dos cidadãos que beneficiaram das mesmas, e que abrangem respectivamente, 133 iniciativas (I13) e 182.741 pessoas beneficiadas (I14).

Recomendação (R9): Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa

Tendo como objectivo medir a prevenção em detrimento da cura, as operações aprovadas no âmbito deste critério incluem medidas que apontem para a redução de poluição e resíduos tóxicos na fonte de origem, medidas preventivas no que respeita à erosão costeira, bem como medidas que anatem o uso eficiente de recursos. Assim, no rácio proposto no Indicador 15, obtém-se 32% (16/50)

Recomendação (R10): Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas

Numa lógica de reconstruir e requalificar as infra-estruturas já existentes em detrimento da construção de novas, incluem-se fundamentalmente, como tipologias de intervenção, os equipamentos estruturantes do sistema urbano, a requalificação da rede escolar e a mobilidade territorial e de Regeneração Urbana, obtendo-se o rácio de 44% (30/68).

No que diz respeito às Recomendações respeitantes à Agenda dos Factores de Competitividade, não foi possível obter os dados através do POFC, conforme acordado, pelo que não se tornou viável o tratamento desses dados.

Análise Complementar e Mecanismos de Participação

A análise apresentada no presente capítulo será complementada em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções co-financiadas pelo FEDER e FdC.

O Observatório do QREN, responsável pelo Relatório referido anteriormente, será igualmente responsável pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como de fomentar e promover o envolvimento do público em geral e de entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, inovação e conhecimento

Dadas as especificidades do Eixo 1, importa destacar as articulações e o contributo dos objectivos de Eixo para os objectivos do PO.

| 110

Assim, os seguintes objectivos específicos do INALENTEJO:

- Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo;
- Aumentar as actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos;
- Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas;
- Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters;
- Constituir uma rede regional de centros tecnológicos;
- Reforçar a rede regional de parques empresariais; Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC

articulam-se com os seguintes objectivos específicos do Eixo 1:

- Incentivar a criação de empresas inovadoras;
- Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
- Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial;
- Apoiar actividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico;
- Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas;
- Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em sectores intensivos em conhecimento e tecnologia;
- Apoiar os sectores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transaccionável;
- Reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais;

- Promover a densificação do relacionamento empresarial através de acções colectivas;
- Dinamizar a transferência de “know-how” das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial;
- Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial;
- Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais.

Identificam-se assim, as seguintes áreas de intervenção prioritárias, no âmbito do Eixo 1:

- Criação de micro e pequenas empresas inovadoras;
- Projectos de I&D (projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades do sistema científico e tecnológico);
- Projectos de investimento produtivo para a inovação em micro e pequenas empresas;
- Qualificação de micro e pequenas empresas;
- Desenvolvimento da sociedade do conhecimento;
- Rede de ciência e tecnologia (instalações e equipamentos científicos e tecnológicos);
- Áreas de acolhimento para a inovação empresarial (ALE, parques tecnológicos, incubadoras e parques de ciência e tecnologia);
- Acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
- Intervenções complementares em redes de energia (Unidades autónomas gás e ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em energias renováveis)

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Tendo em conta as dificuldades encontradas sobretudo ao nível da execução dos projectos, parece-nos ainda pouco oportuno apresentar resultados com base em indicadores. Por outro lado, a componente de contratualização de verbas para com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM) também é decisiva para a análise de progressos e cumprimento de metas.

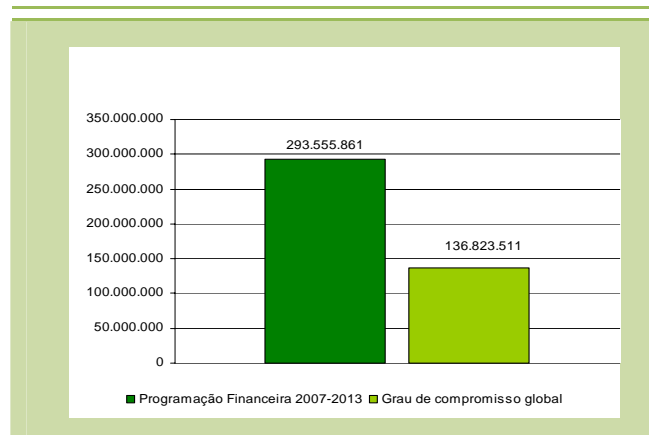
Para dar algum realismo a esta componente optou-se por se elaborar um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas executadas no Eixo 1, assim como, o grau de compromisso global existente a 31 de Dezembro de 2009.

Tabela 3.1: Eixo Prioritário 1

Designação de Eixo Prioritário Área de intervenção	Programação Financeira 2007-2013 FEDER	Contratualizado		FEDER* aprovado (€)	Taxa* de compromisso %	Grau de compromisso global	
		Fundo (€)	%			(€)	%
Eixo Prioritário 1	293.555.861	61.800.000	21%	75.023.511	26%	136.823.511	47 %
SI Inovação				58.517.688			
SI Qualificação e Internacionalização de PME	170000000	0	0%	7.180.917	39%	65.916.356	39%
SI IDT				217.751			
SubTotal	170.000.000	0		65.916.356		65.916.356	
Ações Colectivas	5.000.000	0	0%	1.051.259	21%	1.051.259	21%
Parques ciência e tecnologia	24.000.000	0	0%	0	0%	0	0%
Áreas acolhimento empresarial	43.000.000	40.000.000	93%	0	0%	40.000.000	93%
Cultura científica e tecnológica	6.000.000	0	0%	0	0%	0	0%
Infra-estr. científicas e tecnológicas	9.000.000	0	0%	1.888.958	21%	1.888.958	21%
Energia	10.000.000	5.900.000	59%	245.563	2%	6.145.563	61%
Economia digital e sociedade conhecimento	26.600.000	15.900.000	60%	5.921.375	22%	21.821.375	82%
SubTotal	123.600.000	61.800.000		9.107.155		70.907.155	

* com exclusão das aprovações no âmbito da contratualização, por se considerarem incluídas no Fundo Contratualizado.

Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à Programação



Em termos metodológicos optou-se por dar um especial realce às verbas “comprometidas” no âmbito do Eixo 1. Para esta análise teve-se em conta o montante financeiro aprovado sobre o montante global do fundo. Também os montantes contratualizados para com as CIM/AM são muito importantes para esta forma de

abordagem. Efectivamente, existe um montante significativo que já se encontra “cativo” para o desenvolvimento de projectos envolvendo os municípios das cinco CIM/AM, o qual, depende essencialmente da capacidade de execução dos municípios e da maturidade dos projectos.

Em relação aos Sistemas de Incentivo a situação é muito diferente. Ao nível das metas, verifica-se que foram ultrapassados já alguns objectivos que estariam previstos apenas serem alcançados no final de 2010.

Tabela 3.2: Realização Física do Eixo Prioritário 1

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
1-Índice de sobrevivência das empresas criadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			n.d.			
	Metas				30%	45%	45%
	Valor de Referência						
2-N.º de Empresas criadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			10			
	Metas				50	150	150
	Valor de Referência						
3-Empresas criadas nos sectores com potencial de crescimento (%)	Realização Executada						
	Realização Contratada			20%			
	Metas				25%	40%	40%
	Valor de Referência						26%
4-N.º Start-ups (tecnológicas) criadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			0			
	Metas				12	60	60
	Valor de Referência						
5-N.º de PME envolvidas em acções de cooperação apoiadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			0			
	Metas				40	120	120
	Valor de Referência						n.a.
6-Relevância das actividades I&D em consórcio	Realização Executada						
	Realização Contratada			0%			
	Metas				7%	12%	12%
	Valor de Referência						19%
7-N.º Acções de cooperação apoiadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			0			
	Metas				4	12	12
	Valor de Referência						
8-Incentivo à inovação produtiva	Realização Executada						
	Realização Contratada			72%			
	Metas				45%	60%	60%
	Valor de Referência						41%
9- VAB gerado em sectores com potencial de crescimento	Realização Executada						
	Realização Contratada			27,4%			
	Metas				15%	20%	20%
	Valor de Referência						31% e 41%
10-Orientação para a produção transaccionável e internacionalizável	Realização Executada						
	Realização Contratada			72%			
	Metas				50%	70%	70%
	Valor de Referência						

Tabela 3.2: Realização Física do Eixo Prioritário 1 (continuação)

	Realização Executada				
11-Orientação para mercados internacionais	Realização Contratada	3,7			
	Metas		1,5	1,5	1,5
	Valor de Referência				n.a.
12- N.º de Micro e pequenas empresas apoiadas	Realização Contratada	125			
	Metas		140	450	450
	Valor de Referência				
13-N.º de PME envolvidas em acções colectivas apoiadas	Realização Contratada	79			
	Metas		80	260	260
	Valor de Referência				n.a.
14-N.º Acções colectivas apoiadas	Realização Contratada	4			
	Metas		4	13	13
	Valor de Referência				
15-N.º Patentes Registadas por 1.000.000 hab.	Realização Contratada	0			
	Metas		10	30	30
	Valor de Referência				6
16-N.º Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	Realização Contratada	0			
	Metas		2	4	4
	Valor de Referência				
17-% das áreas de inovação empresarial apoiadas que, 2 anos após a conclusão do projecto, têm taxa de ocupação acima de 50%	Realização Contratada	n.d			
	Metas		20%	80%	80%
	Valor de Referência				
18-N.º áreas de inovação empresarial apoiadas	Realização Contratada	2			
	Metas		5	10	10
	Valor de Referência				
19- % empresas apoiadas com presença na Internet e acesso à banda larga	Realização Contratada	0%			
	Metas		40%	100%	100%
	Valor de Referência				n.a.
20-N.º Projectos apoiados de promoção da economia digital	Realização Contratada	3			
	Metas		20	50	50
	Valor de Referência				

	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados			SI - 1453 Out.Reg- 12 Total - 1.465			--
2	dos quais : homens			SI - n.d. Out.Reg- 6			--
3	dos quais : mulheres			SI - n.d. Out.Reg- 6			--
4	Nº de projectos de I&DT			4			--
5	Nº de projectos de cooperação empresas - instituições de investig.			2			--
6	Empregos na investigação criados			13			--
7	Nº de projectos de apoio		30	121			--
8	Nº de novas empresas (start-up) apoiadas		4	10			--

Tabela 3.2: Realização Física do Eixo Prioritário 1 (continuação)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
9	Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada		1453			--
10	Investimento induzido (em M€)	Realização Contratada	15,6	163,9			--
11	Nº de projectos (sociedade de inform.)	Realização Contratada		1			--
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada		61.451			--
23	Nº de projectos (energias renováveis)	Realização Contratada		n.d.			--
24	Capacidade Suplem. de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização Contratada		n.d.			--
34	Nº Projectos (turismo)	Realização Contratada		0			--
35	Nº empregos criados ETI (Turismo)	Realização Contratada		0			--
40	Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada		n.d.			--

n.d. – não disponível

| 115

Quanto aos Indicadores Físicos de PO com contributo do Eixo 1, importa destacar os que em fase de realização contratada, demonstram um certo dinamismo tendo mesmo igualado ou superado a meta inicialmente definida para 2010:

- Incentivo à inovação produtiva – 72%
- VAB gerado em sectores com potencial de crescimento – 27,4%
- Orientação para a produção transaccionáveis e internacionalizável – 72%
- Orientação para mercados internacionais – 3,7
- Acções colectivas apoiadas – 4

Nos indicadores Comuns Comunitários n.º 2 e 3 – empregos criados (Homens/Mulheres), refira-se ao nível do SI não é possível obter, em fase de contratação, os dados desagregados por género. No entanto os regulamentos, Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística e Sistema de Apoio a Acções Colectivas apresentam uma criação de emprego completamente equilibrada entre géneros.

3.1.2. Análise qualitativa

A dinâmica do Eixo 1 foi inicialmente influenciada pelas operações apoiadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas. Contudo, no decurso de 2009, assistimos a um

arranque dos restantes instrumentos de financiamento, na sequência da publicitação de um conjunto significativo de Avisos de Concurso no quadro dos Regulamentos Específicos Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC), Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC), Energia, Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (SAPCT), Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (SAICT) e Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento (PCCTDC).

Situação dos Avisos Abertos de 01-01/2009 a 31-12/2009

▪ Regulamento Específico – SI Inovação

Tabela 3.3: Regulamento Específico - SI Inovação

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-03-2009-01	11-Fev-09	10-Mar-09			0	0							
ALENT-03-2009-02	15-Abr-09	21-Mai-09	29-Set-09	131	21	39.179.939	15	33.767.645	11	27.635.308	4	9.535.284	
ALENT-03-2009-03	15-Abr-09	21-Mai-09	29-Set-09	131	10	11.340.127	9	5.441.979	6	4.078.043	2	597.264	
ALENT-03-2009-04	27-Mai-09	15-Jul-09	16-Nov-09	124	2	461.964	2	461.964	0	0			
ALENT-03-2009-05	24-Jun-09	30-Set-09			0	0							
ALENT-03-2009-06	03-Jul-09	30-Set-09			9	1.232.875							
ALENT-03-2009-07	12-Ago-09	09-Nov-09			6	26.888.383							
ALENT-03-2009-08	12-Ago-09	09-Nov-09			2	779.018							
ALENT-03-2009-09	27-Nov-09	31-Jan-10											
ALENT-03-2009-10	27-Nov-09	31-Jan-10											
ALENT-03-2009-11	27-Nov-09	31-Jan-10											

▪ Regulamento Específico – SI Qualificação PME

Tabela 3.4: Regulamento Específico – SI Qualificação PME

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-01-2009-01	07-Abr-09	11-Mai-09	12-Ago-09	93	33	9.718.511	31	8.905.531	23	5.863.186	20	2.305.451	
ALENT-01-2009-02	07-Abr-09	12-Mai-09			0	0							
ALENT-01-2009-03	13-Abr-09	11-Mai-09	23-Jun-09	43	9	213.364	9	213.364	9	213.364	8	143.773	
ALENT-01-2009-04	20-Abr-09	30-Jun-09			0	0							
ALENT-01-2009-05	24-Jun-09	15-Out-09			0	0							
ALENT-01-2009-06	09-Jul-09	15-Out-09			0	0							
ALENT-01-2009-07	12-Ago-09	13-Out-09			3	1.026.711							
ALENT-01-2009-08	12-Ago-09	13-Out-09			0	0							
ALENT-01-2009-09	15-Set-09	13-Out-09	26-Nov-09	44	21	387.134	21	387.134	20	354.634	1	17.895	
ALENT-01-2009-10	25-Set-09	27-Nov-09			49	15.486.202							
ALENT-01-2009-11	25-Set-09	27-Nov-09			2	429.322							

▪ Regulamento Específico – SI I&DT

Tabela 3.5: Regulamento Específico – SI I&DT

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-02-2009-01	11-Fev-09	10-Mar-09			0	0							
ALENT-02-2009-02	13-Abr-09	14-Mai-09	29-Sep-09	138	1	126.887	1	126.887					
ALENT-02-2009-03	13-Abr-09	13-Mai-09	08-Jun-09	26	1	33.333	1	33.333					
ALENT-02-2009-04	14-Abr-09	18-Mai-09	31-Ago-09	105	1	260.000	1	260.000					
ALENT-02-2009-05	14-Abr-09	18-Mai-09			0	0							
ALENT-02-2009-06	14-Abr-09	18-Mai-09			0	0							
ALENT-02-2009-07	27-Mai-09	15-Jul-09	21-Dez-09	159	2	894.705	2	894.705	1	687.571			
ALENT-02-2009-08	15-Jun-09	15-Sep-09			0	0							
ALENT-02-2009-09	15-Sep-09	13-Out-09	01-Dez-09	49	1	32.300	1	32.300	1	33.200			
ALENT-02-2009-10	23-Sep-09	21-Out-09			0								
ALENT-02-2009-11	23-Sep-09	21-Out-09			0								
ALENT-02-2009-12	25-Sep-09	20-Nov-09			0	0							
ALENT-02-2009-13	25-Sep-09	06-Nov-09			4	2.637.282							
ALENT-02-2009-14	03-Dez-09	01-Fev-10											

| 117

▪ Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Acções Colectivas

Tabela 3.6: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Acções Colectivas

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-28-2009-01	12-Fev-09	06-Abr-09			4	2.798.889	2	1.489.474	1	427.701			

▪ Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras

Tabela 3.7: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-62-2009-01	01-Jun-09	30-Sep-09			4	53.239.750							

▪ Regulamento Específico – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Tabela 3.8: Regulamento Específico – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-63-2009-01	15-Abr-09	31-Dez-09			3	4.505.428	3	4.505.428	0	0	0	0
ALENT-63-2009-02	15-Abr-09	30-Abr-09	20-Out-09	173	2	12.744.670	2	12.744.670	2	6.521.174	2	3.456.222
ALENT-63-2009-03	20-Abr-09	31-Dez-09			3	1.982.465	1	810.064				
ALENT-63-2009-04	22-Abr-09	31-Dez-09			1	2.594.165						
ALENT-63-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10										

| 118

▪ Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

Tabela 3.9: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-62-2009-01	01-Jun-09	30-Set-09			4	67.688.430						

▪ Regulamento Específico – Energia

Tabela 3.10: Regulamento Específico – Energia

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-65-2009-01	20-Abr-09	31-Dez-09			1	150.888						
ALENT-65-2009-02	12-Mai-09	13-Jul-09	29-Out-09	108	2	1.535.362	2	1.535.362	1	613.908		
ALENT-65-2009-03	01-Jun-09	31-Dez-09			2	1.679.415	1	130.588				

▪ Regulamento Específico – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Tabela 3.11: Regulamento Específico – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-66-2009-01	15-Abr-09	15-Mai-09	02-Ago-09	79	1	2.171.834	1	2.171.834	1	2.159.060	1	1.619.295
ALENT-66-2009-02	22-Abr-09	31-Dez-09			3	191.790	2	164.238	1	76.988	1	46.193
ALENT-66-2009-03	17-Ago-09	06-Nov-09			5	839.529						
ALENT-66-2009-04	28-Set-09	31-Jul-10			1	293.920						

Relativamente às metas que se pretendem atingir no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas (SI), crê-se que os dados actuais permitem olhar com optimismo os objectivos definidos no INALENTEJO.

Com efeito, e após as alterações introduzidas em 3 de Abril de 2009 nas Portarias nº 1462/2007 (Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico), de 15 de Novembro, 1463/2007 (Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização), de 15 de Novembro e 1464 (Sistema de Incentivo à Inovação) de 15 de Novembro, verificou-se uma maior procura, por parte das pequenas empresas, pelos avisos colocados a concurso para a NUTS II Alentejo.

Aquelas alterações tornaram bem mais atractivas as condições para apresentação de candidaturas. De destacar, desde logo, as taxas de incentivo, cujo aumento terá contribuído para estimular a procura relativamente aos avisos de concurso do segundo semestre do ano relacionados, em particular, com a inovação, empreendedorismo qualificado e qualificação e internacionalização. Este aumento da procura só terá maior impacto nos dados de 2010, uma vez que já foi ao longo do corrente ano que muitos dos projectos foram decididos.

Para além das taxas de incentivos, foram alargados os prazos de carência e de reembolso do incentivo (no que diz respeito ao incentivo reembolsável) e ainda uma maior flexibilização ao nível das tipologias de investimento.

Terá que se reconhecer, contudo, que a região ainda tem algumas dificuldades no que diz respeito à apresentação de projectos de cooperação entre empresas e instituições do SCT. Mesmo para projectos individuais, a região é ainda pouco atractiva para a recepção de projectos de índole tecnológica embora, e já com dados de 2010, exista um esforço para que esta tendência seja invertida.

Com efeito, e tendo em atenção os dados acumulados até 31 de Dezembro de 2009, o peso do sistema de incentivos à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, no que ao incentivo diz respeito, apenas representa 0,33% do total aprovado.

Já no que diz respeito ao sistema de incentivos à inovação, o incentivo aprovado representa 88,77% do total aprovado.

De destacar também que os projectos contratados no âmbito do sistema de incentivos à inovação têm um valor das vendas estimado, no pós-projecto, de cerca de 86,2M€. Se tivermos em conta que aquele valor no pré-projecto era de cerca de 22,1M€, tal significa que os projectos já contratados irão alavancar, no médio prazo, as suas vendas em quase 3 vezes relativamente ao volume de vendas actual.

Relativamente ao sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME, o incentivo aprovado ascende a 7,2M€, o que significa 10,89% do total de incentivo aprovado.

Embora o incentivo aprovado no âmbito deste último instrumento seja inferior ao sistema de incentivos à inovação, a verdade é que existem mais projectos aprovados no âmbito do sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME (115) do que no âmbito do sistema de incentivos à inovação (44). Este aspecto prende-se com a natureza dos projectos que, no primeiro caso, se relaciona com acções imateriais que promovam a qualificação das empresas com vista ao aumento do volume de vendas quer seja no mercado doméstico, quer seja a nível internacional, enquanto que no segundo caso prende-se com actividades produtivas transaccionáveis e internacionalizáveis cujos investimentos em activos de produção têm um peso significativamente superior.

Embora com aprovação apenas em 2010, a Comissão Directiva do INALENTEJO aprovou dois pedidos de pré-vinculação apresentados pela AICEP: um, com aprovação em 4 de Maio de 2009, relativo ao projecto Zmar Eco Camping Resort cujo objectivo é a construção de um parque de campismo de 4 estrelas no concelho de Odemira, Distrito de Beja; um outro com aprovação em 16 de Novembro de 2009, relativo ao projecto Criação de Unidade Industrial de Biodiesel cujo objectivo é a criação de condições para a produção de um combustível verde que vise sobretudo a exportação.

Os dados relativos a estes dois projectos ainda não fazem parte dos valores de incentivo aprovado, uma vez que apenas obtiveram parecer (favorável) da Comissão de Selecção e respectiva aprovação da Comissão Directiva em 2010.

Todavia, e como nota adicional, os incentivos financeiros a conceder para o projecto Criação de Unidade Industrial de Biodiesel com um investimento total e despesa elegível de 92.444.017,79€ e 65.383.292,72€, respectivamente, são os seguintes:

- Incentivo reembolsável – 22.719.888,04€ (que corresponde a 34,75% do investimento elegível);
- Incentivo não reembolsável – 335.763,94€ (que corresponde a 0,51% do investimento elegível);
- A percentagem de incentivo corresponderá, portanto, a 35,26% do investimento elegível;
- Prémio de realização – 17.039.916,03€ (que corresponde a 75% do incentivo reembolsável).

Os incentivos financeiros a conceder para o projecto Zmar Eco Camping Resort com um investimento total e despesa elegível de 36.979.051,21€ e 35.659.104,05€, respectivamente, são os seguintes:

- Incentivo reembolsável – 7.131.820,81€ (que corresponde a 20% do investimento elegível);
- Prémio de realização – 5.348.865,61€ (que corresponde a 75% do incentivo reembolsável);
- Benefícios Fiscais – 2.904.030,53€

Por último, crê-se que será oportuno realçar a excelente colaboração entre os Organismos Técnicos e a Gestão do INALENTEJO na medida em que se tem vindo a trabalhar de uma forma coordenada em prol de uma cada vez mais rápida e eficaz resposta aos vários promotores e potenciais promotores dos Sistemas de Incentivos às Empresas.

No domínio da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento destacamos o esforço regional de modernização tecnológica do ensino, no âmbito dos projectos enquadráveis no Plano Tecnológico da Educação (PTE), que relativamente à dotação indicativa prevista no Regulamento Específico representaram, em termos de aprovações, uma taxa de compromisso na ordem dos 22%. Estas aprovações referem-se por um lado às operações admitidas e seleccionadas no contexto dos Aviso n.º 1 (cujos prazos para recepção de candidaturas decorreram em 2008, mas em que o processo de decisão foi alargado até 2009 e que contemplou investimentos no domínio da infra-estruturação das redes de área local) e Aviso n.º 2 (Aquisição de computadores), e ainda no que se refere à operação aprovada pela CIMLT (visando a aquisição de quadros interactivos) no âmbito do contrato de delegação de competências com subvenção global.

Os Avisos de Concurso publicitados durante o ano de 2009 no âmbito do Regulamento EDSC tiveram como objectivo o apoio de operações enquadradas no PTE, designadamente os projectos visando a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem, sendo que o Aviso ALENT-66-2009-03, ainda sem decisão no final do ano, esteve vocacionado especificamente para as intervenções nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em operações promovidas pelas Comunidades Intermunicipais/Associações de Municípios.

Ainda no âmbito do PTE, refira-se a aprovação da operação Sistema Electrónico de Segurança, enquanto única candidatura apresentada ao Aviso n.º 1 do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas, associada ao

investimento nos sistemas de videovigilância das escolas públicas com 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário.

A apreciação destas candidaturas foi realizada numa óptica de colaboração com os restantes Programas Operacionais Regionais, na sequência da criação de uma rede informal de articulação visando a adopção de procedimentos e mecanismos de análise uniformizados, envolvendo também a tutela, uma vez que, embora existindo uma imputação do investimento à escala regional, decorrente das necessidades e realidades específicas, a lógica do desenvolvimento das candidaturas teve por base um quadro de actuação de natureza “nacional” centralizada no organismo responsável pela implementação do Plano Tecnológico da Educação. Neste contexto, o reduzido número de operações submetidas no âmbito destes concursos resultaram de uma opção estratégica nacional que privilegiou a implementação do PTE.

Em 1 de Junho de 2009, foi aberto um aviso conjunto no âmbito dos Regulamentos Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (SAPCT) e Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (SAICT). Este aviso de concurso teve como objectivo a apresentação de um Programa Estratégico no qual os promotores demonstrariam como dar resposta, por um lado, à promoção, consolidação ou expansão de infra-estrutural de acolhimento e apoio a actividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e à valorização económica e social dessas actividades e de resultados de Investigação e Desenvolvimento (I&D), nomeadamente parques de C&T (também designados por pólos tecnológicos, parques tecnológicos), incubadoras de empresas de base científica e/ou tecnológica e, por outro lado, como estender e otimizar a capacidade de afirmação das empresas e da sociedade portuguesa a nível internacional através da criação, promoção ou expansão de infra-estruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentem a capacitação e a qualidade de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e a sua interacção com o tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios de base tecnológica.

No que se refere à Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento salientamos a colaboração estabelecida com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, atentas as suas competências em matéria de emissão de parecer sectorial, enquanto requisito de admissão das operações apresentadas, e sobretudo no que respeita à criação de mecanismos de colaboração com vista à identificação de potenciais intenções de investimento no âmbito da Rede de Centros Ciência Viva, perspectivando-se a publicitação de um Aviso de Concurso para esta tipologia de operação durante o ano de 2010.

Destacamos o número de candidaturas (10) submetidas no âmbito do único Aviso publicitado durante o ano de 2009 no quadro daquele Regulamento Específico, destinado apenas a operações de promoção e divulgação científica e tecnológica. Embora ainda sem aprovações, as operações apresentadas excederam, em termos de dotação FEDER solicitada, o valor indicativo de 1,5 M€, colocado a concurso, e sublinhamos que no âmbito da articulação anteriormente referida foi solicitado à Ciência Viva ainda durante 2009 a emissão de parecer sectorial conclusivo relativo a cada uma das operações a concurso.

Relativamente ao Sistema de Apoio a Acções Colectivas, em 2009 foram lançados dois avisos de concurso.

O Aviso ALENT-28-2008-01 integrou-se nos objectivos da Iniciativa MERCA, na tipologia de Projectos Colectivos MERCA, de acordo com Protocolo Iniciativa MERCA de 14 de Outubro de 2008 outorgado conjuntamente pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, a Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor e a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal.

Visou a promoção de actividades económicas em zonas urbanas, tendo como destinatários, em matéria de actividades, os sectores do comércio e dos serviços e, em matéria de território, as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e as Áreas de Intervenção Territorial dos Projectos Globais URBCOM qualificados no âmbito de anteriores Quadros Comunitários de Apoio. Os projectos deveriam apresentar uma lógica de funcionamento em rede, evitando sobreposições e potenciando sinergias, particularmente quando as ARU e Áreas de Intervenção URBCOM tiverem sobreposições territoriais ou afinidades que justifiquem estratégias comuns de dinamização e promoção.

No âmbito do presente concurso, podem ser beneficiários dos projectos:

- Unidades específicas de animação comercial e económica das Áreas Territoriais alvo dos projectos, designadamente Unidades de Acompanhamento e Coordenação (UAC) de projectos globais URBCOM;
- Associações Empresariais dos sectores do comércio e dos serviços.

Das 6 candidaturas entradas, 4 foram aprovadas, com uma aprovação de FEDER 751.868,53€ (cerca de 50% da dotação indicativa do aviso).

O Aviso de Concurso ALENT-28-2009-01 teve como objectivo apoiar toda a tipologia e projectos prevista no n.º 1 do art.º 4.º do respectivo Regulamento, com excepção da tipologia prevista na alínea f) dada a sua especificidade.

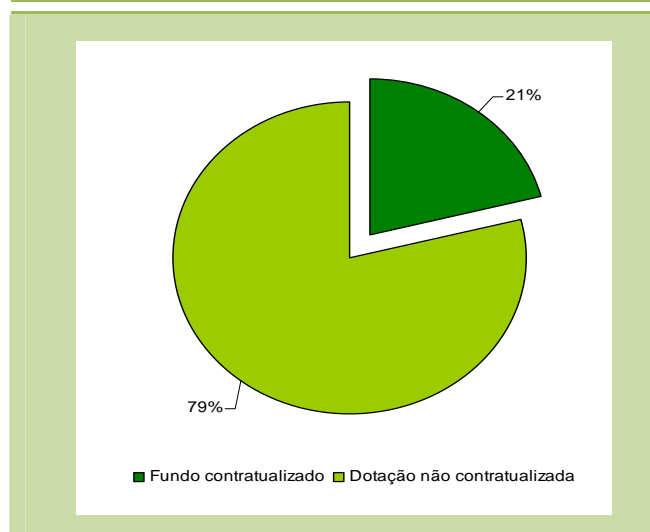
Foram apresentadas 4 candidaturas cujo FEDER representou 91% da dotação do aviso. Não foi aceite uma candidatura, tendo sido aprovada uma outra em 2009, outra em 2010 e outra ainda não se encontra decidida, devido ao contraditório apresentado pelo promotor o que resultou no facto de a candidatura ter sido apenas analisada no decorrer de 2010.

Durante o ano 2009 foi aberto e decidido o Aviso ALENT-65-2009-02, no âmbito do Regulamento Energia, nomeadamente com vista ao financiamento de projectos de investimentos em Unidades Autónomas de Gás (UAG's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, bem como investimentos em ramais de ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade, com base em fontes renováveis - alínea a) do Artigo 5º do Regulamento Específico Energia.

Das duas candidaturas apresentadas apenas uma foi aprovada, com um compromisso de financiamento de 245.563,02€.

De uma forma global, realça-se o peso da parcela contratualizada (21%) no total da dotação do Eixo 1.

Gráfico 3.2: Fundo contratado



No âmbito do Eixo 1 importa ainda abordar a temática do **PROVERE – Programas de valorização económica de recursos endógenos**.

O processo de reconhecimento dos Planos de Acção PROVERE decorreu no âmbito de um processo de apresentação de candidaturas para o reconhecimento formal enquanto Estratégias de Eficiência Colectiva PROVERE, nos termos estabelecidos no

“Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva” que teve por objectivo apoiar a formulação de visões estratégicas para o desenvolvimento em territórios de baixa densidade, a elaboração dos respectivos planos integrados de desenvolvimento, incluindo os planos de acção que os corporizam, e o estabelecimento das parcerias necessárias para a sua concretização.

O processo de candidaturas em causa foi iniciado em Outubro de 2008 pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, enquanto PO competente para a Região Alentejo.

Sob proposta do Ministro Coordenador da Comissão Ministerial de Coordenação do PO Regional, o reconhecimento formal da EEC foi obtido a 8 de Junho de 2009 por despacho dos Ministros coordenadores das Comissões Ministeriais de Coordenação dos PO financiadores e do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, enquanto tutela do PRODER.

O reconhecimento formal da EEC PROVERE significa a validação da estratégia proposta e aprovação do programa de acção.

As Autoridades de Gestão dos Programas financiadores assegurarão a disponibilidade de recursos necessária para garantir o financiamento dos projectos âncora integrantes do Programa de Acção, desde que as respectivas candidaturas a submeter pelos promotores tenham mérito absoluto e cumpram os requisitos regulamentares gerais e específicos dos fundos e dos Programas, bem como as regras dos Avisos e Orientações Técnicas dos concursos em que forem opositores.

O reconhecimento formal da Estratégia de Eficiência Colectiva não pode, por isso, ser entendido como aprovação prévia em concreto de qualquer operação que possa vir a ser apresentada a concurso nos Programas Operacionais do QREN, no Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) ou no Programa Operacional das Pescas (PROMAR).

Os projectos complementares incluídos no Programa de Acção beneficiam de um tratamento preferencial, que se pode traduzir, nomeadamente, pelo acesso preferencial no âmbito do QREN, do PRODER e do PROMAR, com Avisos de Abertura de Concurso específicos ou dotações orçamentais próprias, sendo esses incentivos majorados no caso de candidaturas aos Sistemas de Incentivos do QREN de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 287/2007, de 18 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março. Não pode, contudo, ser garantida por este despacho a suficiência de recursos financeiros comunitários para os projectos complementares, sendo o respectivo financiamento condicionado pelo mérito absoluto e relativo das candidaturas e pela disponibilidade de recursos financeiros nos Programas financiadores, condições a determinar apenas em sede de concurso.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo será a entidade pública encarregue da dinamização, do acompanhamento e da avaliação da EEC, nos termos da alínea c) do número 11 do artigo 7.º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva.

No âmbito das suas tarefas, esta entidade deverá garantir o cumprimento pelo consórcio promotor das recomendações efectuadas pela Comissão de Avaliação que tiveram acolhimento no Relatório de Avaliação ao despacho de reconhecimento.

A CCDR do Alentejo, sem prejuízo de outras responsabilidades decorrentes da aplicação dos regulamentos ou deste despacho, deverá apresentar à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional competente as recomendações que considere pertinentes retiradas dos exercícios de avaliação da execução do Programa de Acção por si promovidos.

Constitui, também, seu encargo, garantir a qualidade da implantação do Programa de Acção devendo, para isso, monitorizar o cumprimento dos objectivos e da calendarização nele previstos, acompanhar a evolução dos indicadores e o seu desvio face às metas estabelecidas e verificar se os resultados previstos são alcançados com eficácia e eficiência.

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional será competente para tomar todas as decisões decorrentes das avaliações realizadas, com excepção da revogação do reconhecimento formal, que depende de decisão dos ministros signatários.

PROVERE – “Programas de valorização económica de recursos endógenos” com Reconhecimento Formal como Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE:

- **“Reinventar e Descobrir – Da Natureza à Cultura” – Promotor Líder: Associação de Municípios do Litoral Alentejo**
 - Visa afirmar o Alentejo Litoral e Costa Vicentina como um destino de turismo e lazer em que se interligam e complementam as características naturais e de biodiversidade e iniciativas de animação e valorização para fruição do território como um todo.

- **“O montado de sobre e cortiça” – Promotor Líder: Município de Coruche**
 - Visa a procura de novas aplicações práticas, nomeadamente para a utilização da cortiça, valorizando-a enquanto produto natural, com valor biológico e com um balanço positivo na economia de carbono. No que respeita à valorização do montado, com esta EEC pretende-se a busca

de novas soluções ao nível silvícola tendo em vista a preservação das espécies, possibilidade de novas utilizações da cortiça e desenvolvimento de maior flexibilidade na produção de soluções por forma a encontrar/criar novos mercados.

- **“AMBINOVO – Soluções Inovadoras em Ambiente, Resíduos e Energias Renováveis” – Promotor Líder: Município da Chamusca**
 - Assenta essencialmente no Tratamento e Valorização de Resíduos e Energias Renováveis enquanto motores de negócio e salvaguarda do equilíbrio ecológico visando a consolidação e densificação da fileira ambiental e de tratamento de resíduos já existente com alguns equipamentos de importância nacional.

- **“Zona dos Mármore” – Promotor Líder: Município de Borba**
 - O programa de Acção apresentado assume o Mármore como recurso económico multidimensional. Enquanto recurso endógeno o mármore revela enorme plasticidade, não limitando a sua relevância à dimensão produtiva. Neste contexto, é assumido como recurso criativo, paisagístico, histórico e milenar e também como recursos turístico. É feita uma forte aposta no turismo industrial e criativo.

- **“InMotion: Alentejo Turismo e Sustentabilidade” – Promotor Líder: ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade**
 - Com base na noção de turismo sustentável, pretende-se afirmar o Alto Alentejo e concelhos adjacentes do Alentejo Central como um destino de turismo e lazer recorrendo a um conjunto de intervenções que combina a qualificação dos recursos com a promoção/fixação de iniciativas de animação para fruição do território como um todo.

- **“Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo – Uma Estratégia para as áreas de baixa densidade do Sul de Portugal” – Promotor Líder: Município de Almodôvar**
 - Visa a exploração diversificada de um conjunto de recursos autóctones, cujo potencial tem sido desvalorizado, mas que se encontram perfeitamente adaptados às condições edafo-climáticas da área de intervenção e a identificação de novas oportunidades de mercado para recursos ainda não explorados comercialmente. Alguns dos recursos já identificados e que serão alvo desta estratégia serão os produtos apícolas, a cortiça, a pecuária, as plantas aromáticas e medicinais, os cogumelos, o medronho as ervas silvestres comestíveis, a alfarroba e os frutos

silvestres, (produtos florestais não lenhosos, entendidos como um conjunto de produtos, provenientes da floresta mediterrânica), que têm um elevado potencial de qualidade (DOC, DOP, DO, ETG, IGP, IG) e de valor estratégico, numa perspectiva de desenvolvimento económico deste território de baixa densidade.

▪ **“A Cultura Avieira a Património Mundial” – Promotor Líder: Instituto Politécnico de Santarém**

- Com base no conceito da Cultura Avieira e na preparação de candidatura a Património Nacional (numa perspectiva de mais tarde vir a ser qualificado como património europeu), pretende-se afirmar a Cultura Avieira como Património Nacional e nesta sequência desenvolver actividades turísticas e de lazer recorrendo a um conjunto de intervenções que combinam a qualificação de um conjunto de recursos imateriais (saberes) com a qualificação física de recursos, com a promoção/fixação de iniciativas de animação e produtos turísticos visando a fruição do território como um todo.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Uma das principais dificuldades encontradas tem sobretudo a ver com o baixo nível de execução dos projectos.

Em relação aos Sistemas de Incentivo, esta situação está directamente relacionada com a conjuntura económica em que nos encontramos.

No que respeita aos outros instrumentos de apoio, apesar das razões serem um pouco diferentes, a baixa taxa de execução tem sido uma das maiores dificuldades encontradas.

Outra dificuldade encontrada tem a ver com a verificação do cumprimento dos Mercados Públicos que, em sede de análise da candidatura, é o principal factor de alongamento de toda a análise.

3.2. Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano

O Eixo 2 integra três áreas de intervenção, consubstanciadas nos seguintes Regulamentos Específicos:

- Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
- Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
- Mobilidade Territorial (Urbana)

Os três regulamentos específicos e os respectivos critérios de selecção foram aprovados, respectivamente, pela Comissão Ministerial de Coordenação e pela Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO em 2007.

Tendo em conta a importância do desenvolvimento urbano, importa destacar as articulações e o contributo dos objectivos de Eixo para os objectivos do PO.

Assim, os seguintes objectivos específicos do INALENTEJO:

- Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades
- Reforçar a competitividade e atractividade das cidades
- Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes.

articulam-se com os seguintes objectivos específicos do Eixo 2:

- Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades
- Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação inter-urbana
- Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes de passageiros.

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Tendo em conta por outro lado, a componente de contratualização de verbas para com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM), e o compromisso resultante dos Planos de Acção optou-se pela elaboração de um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas comprometidas

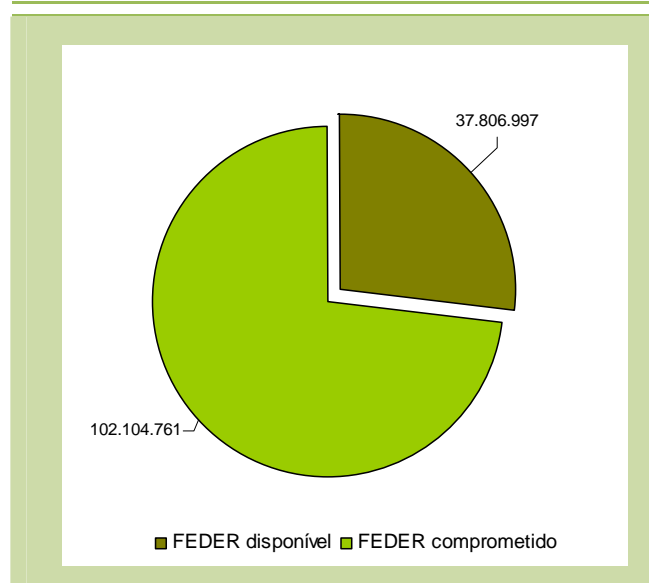
(aprovação bruta) no Eixo 2, assim como, a Taxa de compromisso existente a 31 de Dezembro de 2009. Para o cálculo destes valores foram excluídos os valores das operações incluídas nos valores totais quer da Contratualização quer dos Planos de Acção.

Tabela 3.12: Eixo Prioritário 2 – Aprovação Bruta

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação Bruta ^{a)}		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Despesa Pública	FEDER	Despesa Pública	FEDER	
Total Programa Operacional	1.117.010.958	868.933.978	765.993.703	498.776.564	57%
FEDER		868.933.978		498.776.564	57%
Eixo Prioritário 1	321.435.691	293.555.861	194.139.447	136.823.512	47%
Eixo Prioritário 2	194.321.886	139.911.758	180.156.936	102.104.761	73%
Eixo Prioritário 3	282.730.452	200.873.309	232.748.221	162.318.798	81%
Eixo Prioritário 4	175.218.028	131.413.521	114.394.957	68.264.797	52%
Eixo Prioritário 5	112.716.666	77.179.529	40.844.430	26.111.442	34%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	3.709.710	3.153.254	12%

| 130

Gráfico 3.3: Aprovação Bruta



Quanto aos Indicadores Físicos de PO com contributo do Eixo 2, importa destacar os que em fase de realização contratada, demonstram um certo dinamismo tendo mesmo igualado ou superado a meta inicialmente definida para 2010:

- o População beneficiada (residentes e novos residentes) pelos projectos apoiados – 217.472
- o N.º de protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados - 16

Tabela 3.13: Realização Física do Eixo Prioritário 2

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
1- População beneficiada (residentes e novos residentes) pelos projectos apoiados	Realização Executada						--
	Realização Contratada		101.951	217.472			217.472
	Metas				90.000	150.000	150.000
	Valor de Referência						121.800
2-N.º protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização Executada						--
	Realização Contratada		5	16			16
	Metas				4	8	8
	Valor de Referência						--
3-N.º postos de trabalho beneficiados pelas redes urbanas para a competitividade	Realização Executada						--
	Realização Contratada			n.d.			--
	Metas				600	1.200	1.200
	Valor de Referência						n.a.
4-N.º de redes cooperação inter-urbana	Realização Executada						--
	Realização Contratada			2			2
	Metas				3	6	6
	Valor de Referência						--
5-População servida por sistemas de transportes colectivos apoiados	Realização Executada						--
	Realização Contratada			n.d.			--
	Metas				33%	72%	72%
	Valor de Referência						n.a.
6-N.º sistemas transportes urbanos apoiados	Realização Executada						--
	Realização Contratada			n.d.			--
	Metas				2	5	5
	Valor de Referência						--

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados			13			--
2	dos quais : homens			7			--
3	dos quais : mulheres			6			--
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atractividade das cidades			n.d.			--
39	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão			6			--
41	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão			n.d.			--

n.d. – não disponível

▪ Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana

No âmbito do regulamento específico “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, entende-se por “Parceria para a Regeneração Urbana” um processo estruturado e formal de cooperação entre entidades que se propõem elaborar e implementar um Programa de Acção comum de regeneração de uma área específica de uma dada cidade.

Neste contexto, até ao final de 2009, foram abertos e já encerrados e decididos dois concursos para Planos de Acção, destinados aos centros urbanos estruturantes do modelo territorial definido no PNPOT.

No primeiro (Aviso n.º 1/PRU - ALENT-41-2007-01), aberto em 28/12/2007 e encerrado em 30/04/2008, dos 13 Planos de Acção candidatados, foram seleccionados pela Comissão Directiva do INALENTEJO, em 12/09/2008 e 24/11/2008, os seguintes:

Tabela 3.17: Planos de Acção: ALENT-41-2007-01 (€)

Designação do Plano de Acção		Município Líder	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER
Regeneração Urbana do Centro Histórico de Beja	P0104001134	Beja	9.600.000	6.500.000	4.190.000
Acrópole XXI	P0104001130	Évora	10.262.010	10.000.000*	6.583.407
Programa de Acção/Portalegre	P0104001131	Portalegre	9.979.658	7.722.979	5.178.273
Programa Integrado de Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André	P0104001132	Santiago de Cacém	10.000.000	6.500.000	4.112.000
Regeneração Urbana da Cidade de Elvas	P0104001133	Elvas	9.999.730	7.222.452	5.055.716
Total			49.841.398	37.945.431	25.119.396

* valor máximo previsto no Aviso de Concurso n.º1

Os Protocolos de Financiamento foram assinados em 02/12/2008. Nos termos do n.º 1 do Artigo 15.º do Regulamento Específico, à selecção de um Programa de Acção corresponde a afectação indicativa do correspondente montante financeiro para financiamento dos projectos nele identificados, que devem ser submetidos à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados.

No conjunto dos cinco Planos de Acção aprovados foram apresentadas 62 candidaturas, tendo sido admitidas, até 31-12-2009, 21 e aprovadas 12, que representam um compromisso FEDER de 5.562.275 € (22% do comprometido) e uma execução FEDER de 1.216.214€ (22% do aprovado). O processo de aceitação e aprovação seguiu os

trâmites normais e eventuais atrasos devem-se à apresentação tardia e concentrada das operações previstas na data limite (02-12-2009).

No segundo (Aviso n.º 3/PRU - ALENT-41-2008-03), aberto em 31-12-2008 e encerrado em 31/03/2009, foram seleccionados pela Comissão Directiva do INALENTEJO, em 07-12-2009, os seguintes Planos de Acção:

Tabela 3.18: Planos de Acção: ALENT-41-2008-03 (€)

Designação do Programa de Acção	Município Líder	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER
Plano de Acção para a Regeneração Urbana de Sines	Sines	9.454.546	9.454.546	5.200.000
Plano de Acção para Regeneração Urbana da Cidade de Estremoz	Estremoz	11.000.000	10.970.000	5.500.358
Montemor Pedra a Pedra	Montemor-o-Novo	5.932.380	5.322.380	2.900.697
Regeneração Urbana do Centro Tradicional da Cidade de Vendas Novas	Vendas Novas	10.640.431	10.001.780	5.104.985
Regeneração Urbana do Centro Histórico de Moura	Moura	9.204.707	9.204.707	4.309.530
Valorização da Frente Ribeirinha de Santarém	Santarém	7.935.600	7.935.600	4.301.095
Plano de Acção Integrada de Valorização da Cidade de Almeirim	Almeirim	9.971.434	6.641.591	3.652.875
Plano de Acção para a Regeneração Urbana de Rio Maior	Rio Maior	2.545.66	2.545.666	1.400.116
Ruas – Regeneração Urbana de Alcácer do Sal... do Castelo ao Sado	Alcácer do Sal	8.531.289	4.195.844	2.307.714
Regeneração Urbana da Cidade do Cartaxo	Cartaxo	4.908.945	4.908.945	2.699.920
Regeneração Urbana da Cidade de Ponto Sôr	Ponte de Sôr	6.067.338	2.749.527	1.500.092
TOTAL		86.192.335	73.930.585	38.877.383

Os Protocolos de Financiamento foram assinados em 18/12/2009, devendo as operações neles incluídas, ser submetidos à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados. Até final de 2009 não foi submetida qualquer operação.

Ainda, no âmbito do regulamento específico “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” foram abertos mais dois concursos, através dos Avisos n.º 2/PRU (ALENT-41-2008-02) e 4/PRU (ALENT-41-2009-04), destinados aos centros urbanos complementares, abertos em 30/05/2008 e 12-02-2009, e encerrados em 19-09-2008 e 20-07-2009, respectivamente. Destes dois concursos, apenas o primeiro teve decisão em 2009, com 17 operações aprovadas, correspondendo a um investimento elegível de

26.787.508€ e a um compromisso FEDER de 14.672.501€, cujos contratos de financiamento foram assinados em 12-05-2009, apresentando no final do ano uma execução FEDER de 2.535.218 (17% do aprovado).

Em suma, a 31-12-2009, o regulamento específico “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” apresentava um compromisso FEDER indicativo de 78,7 M€, efectivo de 20,2 M€ e uma execução de 3,8 M€.

▪ Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação

No âmbito do regulamento específico “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação”, entende-se por “Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação” uma parceria correspondente a um processo estruturado de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas que se propõem elaborar e implementar em comum um Programa Estratégico de desenvolvimento urbano centrado nos factores territoriais de competitividade e inovação.

Neste contexto, até ao final de 2009, foram abertos dois concursos para Programas Estratégicos.

No primeiro (Aviso n.º 1/RUCI - ALENT-40-2008-01), aberto em 02-04-2008 e encerrado em 17-10-2008, dos 7 Programas Estratégicos candidatados, foram seleccionados pela Comissão Directiva do INALENTEJO, em 27-04-2009, os seguintes:

Tabela 3.19: Programas Estratégicos: ALENT-40-2008-01

Rede Urbana	Entidade Líder	Centros Urbanos que integram a Rede	Temática de cooperação	Investimento	Comparticipação FEDER
Regeneração Urbana do Centro Tradicional da Cidade de Vendas Novas	Vendas Novas	Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Vendas Novas e Vila Viçosa	Inovação e conhecimento	10.000.000	5.648.000
Regeneração Urbana do Centro Histórico de Moura	Moura	Moura, Serpa, Beja, Óbidos, Torres Vedras, Peniche e Silves	Energia e Construção Sustentáveis	4.758.284	2.687.479
TOTAL				14.758.284	8.335.479

Os Protocolos de Financiamento foram assinados em 18-12-2009. Nos termos do n.º 1 do Artigo 14.º do Regulamento Específico, à selecção de um Programa Estratégico corresponde a afectação indicativa do correspondente montante financeiro para financiamento dos projectos nele identificados, que devem ser submetidos à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados. Até final de 2009 não foi submetida qualquer operação.

No segundo (Aviso n.º 2/RUCI - ALENT-40-2009-02), aberto em 27-04-2009 e encerrado em 29-05-2009, foram candidatados 5 Programas Estratégicos, não tendo sido concluído em 2009 o processo de selecção.

Em suma, a 31-12-2009, o regulamento específico “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” apresentava um compromisso FEDER indicativo de 8,3 M€

▪ Mobilidade Territorial (Urbana)

Trata-se de um regulamento com pouco peso financeiro no Eixo, mas com uma forte participação no processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios/NUT III, dado que se tratam de intervenções que têm os municípios como beneficiário potencial mais relevante.

Até 31-12-2009, na sequência dos cinco concursos abertos, encontrava-se aprovado neste regulamento um investimento de 2.488.202€, correspondente a um montante FEDER de 1.427.313€, existindo uma execução FEDER de 72.861€.

Em conclusão, é de referir que, até 31-12-2009, apesar do compromisso total de 63,2% da dotação FEDER do Eixo 2, a complexidade e morosidade do processo de aprovação das operações a apoiar pelos regulamentos do Eixo 2 inseridos na Política de Cidades, que exige uma prévia selecção de Planos de Acção e Programas Estratégicos, apenas permitiu um compromisso efectivo em termos de FEDER, de 15,5%, verificando-se em consequência uma execução financeira de apenas 2,7%. No entanto, é expectável que em 2010 e anos seguintes a situação se altere substancialmente.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Para além dos já identificados no ponto anterior, decorrentes do processo de aprovação das operações que, conforme previsto nos regulamentos específicos associados à

Política de Cidades, exige uma prévia selecção de Planos de Acção e Programas Estratégicos com a correspondente afectação indicativa de montante financeiro para financiamento dos projectos neles identificados, que devem ser submetidos à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados, não foram encontrados outros problemas significativos.

3.3. Eixo Prioritário 3 – Conectividade e Articulação Territorial

Este eixo operacionaliza áreas determinantes para se alcançar os objectivos propostos na estratégia de intervenção delineada para o Alentejo.

Com efeito, os objectivos específicos do INALENTEJO:

- Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes;
- Assegurar a dotação de serviços colectivos à população.

articulam directamente com os objectivos específicos do eixo 3:

- Melhorar a articulação da rede viária regional;
- Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços de proximidade na área da saúde;
- Reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública.

Como se pode verificar identificam-se duas áreas de intervenção prioritárias no âmbito do eixo 3 as infra-estruturas e redes de mobilidade e as redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial.

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Tendo em conta a componente de contratualização de verbas para com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM), optou-se pela elaboração de um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas comprometidas (aprovação bruta) no Eixo 3, assim como, a Taxa de compromisso

existente a 31 de Dezembro de 2009. Para o cálculo destes valores foram excluídos os valores das operações incluídas nos valores totais da Contratualização.

Tabela 3.20: Eixo Prioritário 3 – Aprovação Bruta

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação Bruta ^{a)}		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Despesa Pública	FEDER	Despesa Pública	FEDER	
Total Programa Operacional	1.117.010.958	868.933.978	765.993.703	498.776.564	57%
FEDER		868.933.978		498.776.564	57%
Eixo Prioritário 1	321.435.691	293.555.861	194.139.447	136.823.512	47%
Eixo Prioritário 2	194.321.886	139.911.758	180.156.936	102.104.761	73%
Eixo Prioritário 3	282.730.452	200.873.309	232.748.221	162.318.798	81%
Eixo Prioritário 4	175.218.028	131.413.521	114.394.957	68.264.797	52%
Eixo Prioritário 5	112.716.666	77.179.529	40.844.430	26.111.442	34%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	3.709.710	3.153.254	12%

Gráfico 3.4: Aprovação Bruta

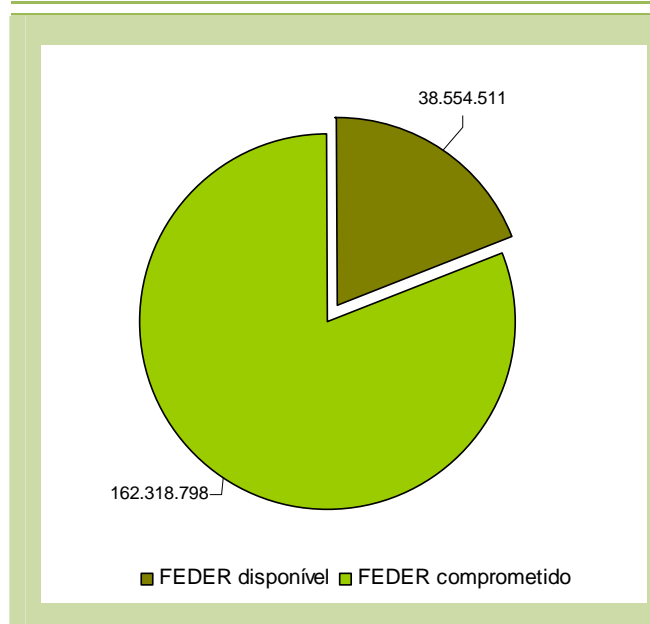


Tabela 3.21: Realização Física do Eixo Prioritário 3

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Realização Executada							
1-Nº de passageiros (aéreos) transportados	Realização Contratada		0				
	Metas			235.000	1.100.000	1.100.000	
	Valor de Referência					0	
Realização Executada							
2-Nº infra-estruturas aeroportuárias apoiadas	Realização Contratada		2				
	Metas			1	1	1	
	Valor de Referência						
Realização Executada							
3-Diminuição da distância-tempo entre centros urbanos (redução em %) nos troços intervencionados	Realização Contratada		-142,3				
	Metas			-15%	-15%	-15%	
	Valor de Referência					NA	
Realização Executada							
4-Nº km rede rodoviária intervencionada	Realização Contratada		73,2				
	Metas			25	85	85	
	Valor de Referência						
Realização Executada							
5-População adicional servida por unidades de saúde familiar apoiadas	Realização Contratada		0,3%	0,3%			
	Metas			+2%	+5%	+5%	
	Valor de Referência					NA	
Realização Executada							
6-Nº unidades de saúde familiar apoiadas	Realização Contratada		1	1			
	Metas				7	15	15
	Valor de Referência						
Realização Executada							
7-Alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos do 1º CEB	Realização Contratada		7.902	9.230	1.420	2.840	2.840
	Metas						NA
	Valor de Referência						
Realização Executada							
8-Nº estabelecimentos educativos apoiados	Realização Contratada		31	39			
	Metas				11	23	23
	Valor de Referência						
Realização Executada							
9-Acréscimo do nº visitantes às infra-estruturas apoiadas	Realização Contratada		5.707	11.207			
	Metas				40.000	150.000	150.000
	Valor de Referência						NA
Realização Executada							
10-Nº elementos patrimoniais apoiados	Realização Contratada		3	8			
	Metas				4	10	10
	Valor de Referência						

Tabela 3.21: Realização Física do Eixo Prioritário 3 (continuação)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados	Realização Contratada		79			
2	dos quais : homens	Realização Contratada		21			
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		58			
13	Nº de projectos (Transportes)	Realização Contratada		16			
14	Nº de Km de novas estradas	Realização Contratada		3,7			
15	Nº de Km de novas estradas nas RTE (*)	Realização Contratada		n.a			
16	Nº de Km de estradas crescimento das e remodeladas	Realização Contratada		69,5			
17	Nº de Km de novas ferrovias	Realização Contratada		n.d.			
18	Nº de Km de novas ferrovias nas RTE (*)	Realização Contratada		n.a			
19	Nº de Km de ferrovias crescimento das e remodeladas	Realização Contratada		n.d.			
20	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.d			
21	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.d			
34	Nº de projectos (Turismo) *	Realização Contratada	2	3			
35	Nº de empregos criados (em ETI) *	Realização Contratada		14			
36	Nº de projectos (Educação)	Realização Contratada	15	37			
37	Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	7.902	9.230			
38	Nº de projectos (saúde)	Realização Contratada	6	33			
41	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização Contratada	15	40			

n.a. – não aplicável no INALENTEJO; n.d. – não disponível; * -embora não esteja previsto no texto do PO, existem projectos nesta área, pelo que este indicador apresenta contributo do Eixo 3

A análise da tabela permite-nos evidenciar relativamente aos Indicadores do eixo que se perspectiva um bom grau de realização das metas definidas para 2010, considerando que as intervenções se encontram numa fase adiantada de realização e que será espectável a sua conclusão durante esse ano, sendo de destacar os seguintes indicadores:

- N.º de infra-estruturas aeroportuárias apoiadas – 2

- N.º de km de rede rodoviária apoiada – 73,2
- N.º de alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos de 1ºCEB – 9.230
- N.º de estabelecimentos educativos apoiados – 39 (este e o anterior superaram a meta de 2015)
- N.º de elementos patrimoniais apoiados – 8

Relativamente aos indicadores 5-População adicional servida por unidades de saúde familiar apoiadas e 6-Nº unidades de saúde familiar apoiadas deveremos referir que o valor apurado em 2008 estava incorrecto, pois baseou-se numa definição de Unidade de Saúde Familiar não válida, com efeito, as Unidades de Saúde Familiares são uma tipologia de unidade de saúde regulada por um normativo próprio de cuja caracterização não dispúnhamos aquando da realização do Relatório de 2008, tendo impropriamente classificado de USF 4 unidades que não tinham ainda recebido essa classificação.

Fazemos notar que a criação de Unidades de Saúde Familiares ocorre só após a criação e instalação de uma Unidade de Saúde podendo ocorrer que unidades de saúde apoiadas ao longo da realização das operações poderão vir a transformar-se em USF, não sendo disponível essa informação aquando da contratação da operação de criação da unidade de saúde.

3.3.2. Análise qualitativa

O Eixo 3 contribuiu significativamente para o nível de compromisso atingido pelo INALENTEJO até 31-12-2009.

Foram publicitados Avisos de Concurso relativos a todos os Regulamentos Específicos que operacionalizam intervenções a apoiar no âmbito deste eixo:

- Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar
- Saúde
- Património Cultural
- Mobilidade Territorial
- Equipamentos para a Coesão Local
- Equipamentos Culturais

▪ Regulamento Específico - Equipamentos Culturais

Tabela 3.25: Situação dos avisos - Regulamento Específico - Equipamentos Culturais

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-52-2009-01	16-Mar-09	30-Abr-09	21-Set-09	144	4	3.426.949	4	3.426.949	4	1.662.243	0	0
ALENT-52-2009-02	22-Abr-09	6-Mai-09			2	4.210.618	2	4.210.618	0	0	0	0
ALENT-52-2009-03	12-Mai-09	20-Jul-09			0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-52-2009-04	19-Jun-09	31-Dez-09			1	117.223	1	117.223	0	0	0	0
ALENT-52-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10										

| 143

▪ Regulamento Específico - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré – Escolar

Tabela 3.26: Situação dos avisos - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré – Escolar

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-44-2009-01	21-Jan-09	31-Mar-09	20-Jul-09	111	3	6.502.137	2	4.956.137	2	3.883.657	2	2.718.560
ALENT-44-2009-02	22-Abr-09	31-Dez-09			6	9.825.255	5	7.450.521	3	4.315.312	3	3.020.719
ALENT-44-2009-03	20-Mai-09	31-Ago-09	23-Nov-09	84	1	1.852.469	1	1.852.469	1	1.387.884	0	0
ALENT-44-2009-04	18-Jun-09	31-Dez-09			1	2.597.798						
ALENT-44-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10										
ALENT-44-2009-06	28-Jul-09	31-Dez-09			3	6.037.500						

▪ Regulamento Específico – Saúde

Tabela 3.27: Situação dos avisos - Saúde

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-48-2009-01	16-Fev-09	6-Abr-09	27-Jul-09	112	14	22.137.028	14	22.137.028	14	21.731.358	14	15.211.950
ALENT-48-2009-02	15-Set-09	2-Dez-09			21	11.670.170						

No âmbito do Eixo 3 foram publicitados 33 Avisos de Concurso. Deram entrada 161 candidaturas com um Investimento Total Proposto de cerca de 139M€, podendo concluir-se que a procura por parte dos potenciais beneficiários é expressiva, representando o investimento Proposto nas candidaturas apresentadas cerca de 50% da Despesa Pública programada para o Eixo 3.

Trata-se de um Eixo em que as principais áreas de intervenção são da competência da Administração Local e Central, sendo os Municípios e os Organismos da Administração Pública os principais beneficiários.

Na fase de lançamento dos Avisos de Concurso e nas fases subsequentes de avaliação das Condições de Admissibilidade e Aceitação dos Beneficiários e Operações, de Análise Técnica e de Análise de Mérito, surgem frequentemente interpretações diferenciadas pelos Programas Regionais que tornam necessário a realização de reuniões de harmonização e suscitam, por vezes, a necessidade de clarificação de alguns procedimentos previstos nos Regulamentos aprovados, ou até a sua alteração.

| 144

Durante o ano de 2009 foram aprovadas alterações aos seguintes Regulamentos Específicos:

- Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar
- Património Cultural
- Equipamentos para a Coesão Local
- Equipamentos Culturais

As alterações mais significativas incidiram nos seguintes aspectos:

- Revisão do Valor dos Custos Padrão para Centros Escolares com um nº total de salas de aula para o ensino básico e salas de actividades para o pré-escolar inferior a oito - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar ;
- Aumento das taxas de Co. financiamento comunitário as quais devido ao seu baixo valor originavam um esforço financeiro acrescido por parte dos potenciais beneficiários – Património Cultural e Equipamentos Culturais.
- Introdução de novas modalidades de apresentação de candidaturas.

A complementaridade entre os apoios aprovados no âmbito dos Programas Regionais e no âmbito dos Programas Temáticos estão vertidas nas condições de acesso dos Regulamentos Específicos aplicáveis, como é o caso dos Regulamentos Específicos da Mobilidade Territorial e dos Equipamentos para a Coesão Local.

No caso deste último, a clarificação dos apoios no que se refere aos Equipamentos Desportivos adequa-se à tipologia de intervenções que são maioritariamente desenvolvidas no âmbito das atribuições e competências dos municípios, pelo que a sua compatibilização com os apoios a conceder pelo Programa Valorização do Território não tem originado dificuldades significativas.

Contudo, no que se refere aos equipamentos de natureza social a questão tem sido mais problemática e origina dificuldades acrescidas de financiamento de algumas tipologias de intervenção.

Com efeito, foi cometido aos Programas Regionais o financiamento de:

- “Equipamentos sociais, de âmbito supra-municipal, que demonstrem, em sede de candidatura ter uma procura mínima, exterior ao Município que receberá o equipamento, de 25% da sua capacidade total”

Se esta situação pode ser exequível no caso de ofertas sociais dirigidas a pessoas portadoras de deficiência, ou dependentes, já no caso das ofertas sociais dirigidas à terceira idade, ou à infância a situação é problemática, pois no caso do Alentejo, face ao tipo de ocupação populacional do território, muito dificilmente se consegue justificar uma procura supra concelhia e até nalguns casos mesmo concelhia.

No que se refere à aplicação dos Regulamentos Específicos na área da Cultura, embora não se coloque a questão da complementaridade, a natureza de algumas intervenções exige uma concertação sectorial e inter-regional que foi desenvolvida em 2009, particularmente para o Património Cultural (sectorial) e para os Equipamentos Culturais – Programação Cultural em Rede – (sectorial e inter-regional).

O Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial comprometeu até 31/12/2009 cerca de 32.5 % da dotação programada total do FEDER, tendo sido os compromissos assumidos no âmbito dos Regulamentos Específicos Saúde, Rede de Escolas do Ensino Básico e Educação Pré-escolar e Mobilidade Territorial, os que mais contribuíram para este valor.

No que diz respeito à execução financeira verifica-se até 31/12/2009 uma taxa de execução baixa, devemos assinalar contudo, que esta representa cerca de 50% da execução global do programa.

A baixa execução financeira decorre de vários constrangimentos do processo que passamos a enunciar:

- A apresentação de candidaturas sob a forma de publicitação de Avisos, se por um lado permite uma maior selectividade dos apoios a conceder, por outro, é uma modalidade nova para a maioria dos potenciais beneficiários que exigiu algum tempo de adaptação;
- Dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, por um lado decorrentes da situação financeira global, por outro das baixas taxas de comparticipação que se verificam nalguns regulamentos, esta situação tem vindo

a ser solucionada, nomeadamente no que se refere aos Regulamentos na área da cultura, ainda durante o anos de 2009.

Foram as operações contidas nos Regulamentos **Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escola, Saúde e Mobilidade Territorial** que mais contribuíram para a execução do Eixo 3.

Nesta data ainda não se encontra encerrada nenhuma operação neste eixo.

Perspectiva-se que este Eixo venha a ter necessidade de **Reforço Financeiro** após a Avaliação Intercalar, esta situação decorre das intervenções que se perspectivam para os diferentes regulamentos com particular relevância para a área da **Educação, dos Transportes e dos Equipamentos Sociais**.

A promoção da Igualdade entre homens e mulheres apenas tem uma evidência directa e mensurável no âmbito de aplicação dos Regulamentos Específicos relativos ao Eixo 3, relativamente aos Equipamentos na Área Social cujo impacto no favorecimento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho é particularmente relevante pois são elas que asseguram na ausência de Equipamentos de apoio para este efeito o acompanhamento dos grupos sócias envolvidos nesta área – as crianças, os idosos e os portadores de deficiência.

Até 31-12-2009 foram apoiadas apenas quatro intervenções nesta área, esperando-se contudo um maior desenvolvimento de acções já durante 2010.

Relativamente aos restantes Regulamentos Específicos, trata-se de uma directiva transversal que norteia a aplicação do Feder no âmbito das diferentes áreas sem uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Passamos a enunciar uma súmula dos principais constrangimentos e medidas que se têm tomado com vista à sua superação, no âmbito da implementação do Eixo 3:

- Dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, decorrentes da situação financeira global e dos principais potenciais beneficiários das intervenções previstas neste eixo – Administração Central e Local. Para este efeito foi decidida e aplicada em 2009 a possibilidade de concessão de Adiantamento para as intervenções no âmbito Regulamento Específico Rede

Escolar de Ensino Básico e Educação Pré-escolar, esta medida de combate à “crise” contribuiu para dar algum impulso à capacidade financeira dos municípios na realização destes investimentos. Já em 2010, com a recente aprovação por parte da Comissão Ministerial de Coordenação da alteração aos Regulamentos Específicos vai ser possível a aplicação de taxas de comparticipação mais elevadas para os Municípios e outras entidades participadas por municípios, o que poderá ter repercussões positivas na sua capacidade de execução.

- Mantêm-se o constrangimento relativo à possibilidade de apoio no âmbito do INALENTEJO e intervenções na área dos Equipamentos Sociais com um impacto local, ou concelhio, este constrangimento deveria ser superado cometendo ao PO Regional estes apoios ficando o supra concelhio remetido para o Programa Temático Potencial Humano.

| 147

3.4. Eixo Prioritário 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural

O Eixo 4 contribui para a operacionalização de uma importante linha estratégica regional a “Melhoria Global da qualidade urbana, rural e ambiental”

Os objectivos específicos do INALENTEJO:

- Promover a revitalização económica do espaço rural
- Gerir eficientemente os recursos hídricos
- Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental
- Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos

colhem um forte contributo nos objectivos específicos do Eixo 4:

- Dinamizar a criação de emprego em territórios de baixa densidade, através de acções integradas de valorização económica;
- Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água;
- Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo;
- Valorizar e ordenar a orla costeira;
- Valorizar ambiental e economicamente as áreas extractivas.

A natureza das intervenções preconizadas exige uma estreita articulação e enquadramento estratégico em orientações e normativos nacionais, das quais salientamos: a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEASAR II), o Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II), a Estratégia Nacional da conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), o Plano Nacional da Água e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Tendo em conta a componente de contratualização de verbas para com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM), optou-se pela elaboração de um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas comprometidas (aprovação bruta) no Eixo 4, assim como, a Taxa de compromisso existente a 31 de Dezembro de 2009. Para o cálculo destes valores foram excluídos os valores das operações incluídas nos valores totais da Contratualização.

Tabela 3.28: Eixo Prioritário 4 – Aprovação Bruta

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação Bruta ^{a)}		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Despesa Pública	FEDER	Despesa Pública	FEDER	
Total Programa Operacional	1.117.010.958	868.933.978	765.993.703	498.776.564	57%
FEDER		868.933.978		498.776.564	57%
Eixo Prioritário 1	321.435.691	293.555.861	194.139.447	136.823.512	47%
Eixo Prioritário 2	194.321.886	139.911.758	180.156.936	102.104.761	73%
Eixo Prioritário 3	282.730.452	200.873.309	232.748.221	162.318.798	81%
Eixo Prioritário 4	175.218.028	131.413.521	114.394.957	68.264.797	52%
Eixo Prioritário 5	112.716.666	77.179.529	40.844.430	26.111.442	34%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	3.709.710	3.153.254	12%

Gráfico 3.5: Aprovação Bruta

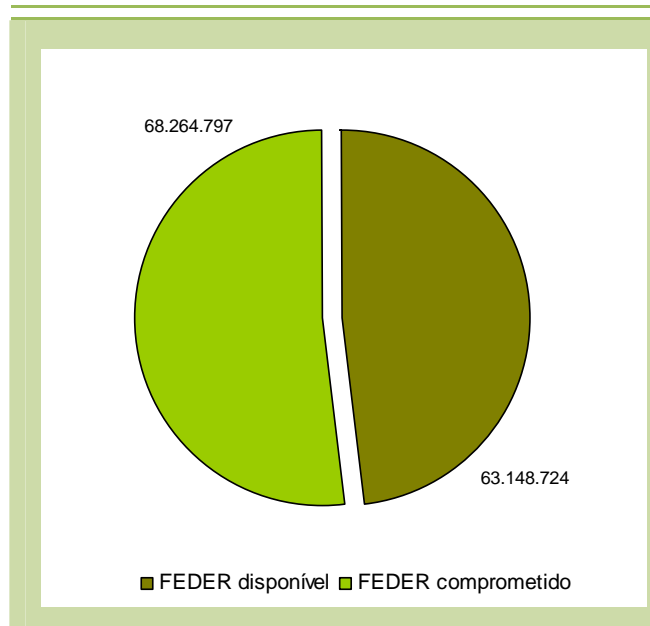


Tabela 3.29: Realização Física do Eixo Prioritário 4

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006						
Realização Executada						
1-Nº postos de trabalho criados	Realização Contratada		25			
	Metas			100	450	450
	Valor de Referência					0
Realização Executada						
2-Nº intervenções apoiadas	Realização Contratada		9			
	Metas			10	30	30
	Valor de Referência					
Realização Executada						
3-Acréscimo da população servida por redes novas/intervencionadas de abastecimento de água ao domicílio (sist. Em baixa)	Realização Contratada		740			
	Metas			7.700	27.000	27.000
	Valor de Referência					NA
Realização Executada						
4-Nº km rede de abastecimento (sist. Em baixa) intervencionada	Realização Contratada		6			
	Metas			80	260	260
	Valor de Referência					
Realização Executada						
5-Nº de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas	Realização Contratada		52.450			
	Metas			40.000	172.500	172.500
	Valor de Referência					0
Realização Executada						
6-Nº equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados)	Realização Contratada		4			
	Metas			8	23	23
	Valor de Referência					

Tabela 3.29: Realização Física do Eixo Prioritário 4		(continuação)					
Realização Executada							
7-Nº praias com bandeira azul apoiadas	Realização Contratada	n.d.					
	Metas		6	15		15	
	Valor de Referência					11	
Realização Executada							
8-Nº projectos de valorização de praias	Realização Contratada	5					
	Metas		4	11		11	
	Valor de Referência						
Realização Executada							
9-Área abrangida por acções de reabilitação e descontaminação ambiental (ha)	Realização Contratada	n.d.					
	Metas		100	250		250	
	Valor de Referência					0	
Realização Executada							
10-Nº acções de valorização de áreas extractivas	Realização Contratada	n.d.					
	Metas		2	6		6	
	Valor de Referência						
.Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados	Realização Contratada		6			--
2	dos quais : homens	Realização Contratada		5			--
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		1			--
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização Contratada		740			
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionadas	Realização Contratada		n.d.			
27	Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada		5			
28	Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada		1			
29	Área reabilitada (em Km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada		n.d.			
30	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, Kt)	Realização Contratada		n.d.			
31	Nº de projectos (Prevenção de riscos População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações)	Realização Contratada		5			
32	População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada		661545			
33	População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada		661545			
34	Nº de projectos (Turismo) *	Realização Contratada	2	7			
35	Nº de empregos criados (em ETI) *	Realização Contratada		10			

n.a. – não aplicável no INALENTEJO; n.d. – não disponível; * - embora não esteja previsto no texto do PO, existem projectos nesta área, pelo que este indicador apresenta contributo do Eixo 4

A análise da tabela permite-nos evidenciar relativamente aos Indicadores do eixo que se perspectiva um bom grau de realização das metas definidas para 2010, nomeadamente no que se refere aos indicadores: 5-N.º de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas e 6-N.º equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados considerando que as intervenções se encontram numa fase adiantada de realização e que será espectável a sua conclusão durante esse ano.

Quanto aos restantes indicadores, as dificuldades de operacionalização de determinadas intervenções têm dificultado o alcance das metas preconizadas, agradando-se contudo, a possibilidade de recuperação durante o ano de 2010.

3.4.2. Análise qualitativa

O contributo do Eixo 4 para os níveis de compromisso do INALENTEJO, é pouco significativo, cerca de 6%, sendo revelador das dificuldades de operacionalização de determinados tipos de intervenção.

Estas dificuldades são de diversa natureza e referem-se maioritariamente a intervenções no domínio dos Passivos Ambientais e do Ciclo Urbano da Água, para além da existência de uma área de intervenção do eixo – Valorização Económica do Espaço Rural que apenas foi parcialmente operacionalizada em 2009.

Em 2009 foram abertos concursos para os seguintes Regulamentos Específicos:

- Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
- Acções de Valorização do Litoral
- Ciclo Urbano da Água
- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
- Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

Situação dos Avisos Abertos de 01-01-2009 a 31-12-2009

▪ Regulamento Específico - Acções de Valorização do Litoral

Tabela 3.30: Situação dos avisos - Acções de Valorização do Litoral

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-32-2009-01	2-Mar-09	6-Abr-09	27-Jul-09	112	3	1.153.240	3	1.153.240	3	1.153.240	3	691.944
ALENT-32-2009-02	1-Abr-09	1-Jun-09	27-Jul-09	56	1	71.500	1	71.500	1	71.500	1	42.900

| 152

▪ Regulamento Específico - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Tabela 3.31: Situação dos avisos - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-31-2009-01	17-Mar-09	20-Abr-09	27-Jul-09	98	8	3.417.144	7	2.448.940	7	2.506.060	7	1.503.636
ALENT-31-2009-02	20-Abr-09	31-Dez-09			1	540.947	1	540.947				
ALENT-31-2009-03	22-Abr-09	31-Dez-09			2	3.493.125						
ALENT-31-2009-04	19-Jun-09	31-Dez-09			1	74.917						
ALENT-31-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10			2	263.526						
ALENT-31-2009-06	22-Set-09	30-Nov-09			9	1.483.357						

▪ Regulamento Específico - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Tabela 3.32: Situação dos avisos - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-31-2009-01	17-Mar-09	20-Abr-09	27-Jul-09	98	8	3.417.144	7	2.448.940	7	2.506.060	7	1.503.636
ALENT-31-2009-02	20-Abr-09	31-Dez-09			1	540.947	1	540.947				
ALENT-31-2009-03	22-Abr-09	31-Dez-09			2	3.493.125						
ALENT-31-2009-04	19-Jun-09	31-Dez-09			1	74.917						
ALENT-31-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10			2	263.526						
ALENT-31-2009-06	22-Set-09	30-Nov-09			9	1.483.357						

▪ Regulamento Específico - Ciclo Urbano da Água

Tabela 3.36: situação dos avisos - Ciclo Urbano da Água

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-54-2009-01	19-Mai-09	31-Dez-09			7	8.748.914	1	298.493	0	0	0	0
ALENT-54-2009-02	18-Jun-09	31-Dez-09			0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-54-2009-03	15-Jul-09	15-Jul-10			0	0	0	0	0	0	0	0

| 154

▪ Regulamento Específico - Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas

Tabela 3.37: situação dos avisos - Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-38-2009-01	15-Set-09	30-Dez-09			0	0	0	0	0	0	0	0

No âmbito do Eixo 4 foram publicitados 24 Avisos de Concurso.

Deram entrada 57 candidaturas com um Investimento Total Proposto de cerca de 28 M€, podendo concluir-se que a procura por parte dos potenciais beneficiários não é ainda muito expressiva, revelando as dificuldades de operacionalização de certas tipologias.

O Investimento Proposto nas candidaturas apresentadas representa cerca de 16% da Despesa Pública programada para o Eixo 4.

Este eixo tem uma grande diversidade de potenciais beneficiários, sendo que até à data a maior procura tem sido por parte da Administração Local e Central. As entidades sem fins lucrativos e de reconhecido interesse público têm também respondido à oferta de avisos, contudo o investimento proposto tem sido pouco expressivo, o que é consentâneo com a sua natureza.

Na fase de lançamento dos Avisos de Concurso e nas fases subsequentes de avaliação das Condições de Admissibilidade e Aceitação dos Beneficiários e Operações, de Análise Técnica e de Análise de Mérito, surgem frequentemente interpretações diferenciadas pelos Programas Regionais que tornam necessário a realização de reuniões de harmonização e suscitam, por vezes, a necessidade de clarificação de alguns procedimentos previstos nos Regulamentos aprovados, ou até a sua alteração.

Durante o ano de 2009 foram aprovadas alterações aos seguintes Regulamentos Específicos:

- Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
- Acções de Valorização do Litoral
- Ciclo Urbano da Água
- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
- Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

As alterações mais significativas incidiram nos seguintes aspectos:

- **Introdução de uma nova tipologia de operações** no âmbito Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental. A nova tipologia teve como objectivo dar resposta a áreas de intervenção não operacionalizadas no âmbito de determinados POR, incluindo o INALENTEJO, nomeadamente o que se refere a intervenções de valorização e qualificação de espaços públicos em territórios de baixa densidade;
- **Clarificação de conceitos e áreas de intervenção** no caso do Ciclo Urbano da Água;
- Introdução de novas modalidades de apresentação de candidaturas.

A complementaridade entre os apoios aprovados no âmbito dos Programas Regionais e no âmbito dos Programas Temáticos estão vertidas nas condições de acesso dos Regulamentos Específicos aplicáveis, nomeadamente nos casos do Ciclo Urbano da Água e da Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas.

No caso da Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas o documento estratégico que condiciona a complementaridade das intervenções, identifica as acções que podem ser candidatas a cada Programa e não propriamente tipologias de intervenção, não existindo ainda qualquer garantia de que o Programa Temático venha a ter capacidade de financiamento de todas as acções que identificou como de sua responsabilidade.

Torna-se assim, difícil, materializar algumas intenções de candidatura que colhem enquadramento no Regulamento Específico, mas que estando identificadas naquele documento não tornam possível o seu enquadramento no INALENTEJO.

Trata-se de uma situação que tem de ser equacionada em articulação com o POVT pois a ausência da sua solução em 2009, originou que o Aviso de Concurso lançado durante aquele ano tivesse ficado deserto.

No caso do Ciclo Urbano da Água, verifica-se também uma situação de impedimento de enquadramento de determinadas tipologias de intervenção no PO Regional, que do nosso ponto de vista, considerando a sua dimensão física, territorial e financeira teriam aí o enquadramento adequado.

Trata-se do caso de intervenções em Pequenos Sistemas Autónomos de Água e Saneamento, que embora configurem uma intervenção verticalizada, não estão incluídos nos sistemas em alta, assegurando as condições ambientalmente adequadas em aglomerados populacionais de reduzida dimensão demográfica.

O Eixo 4 tem uma área de intervenção para a qual ainda não foi equacionada a realização de um Regulamento Específico que assegure a sua integral operacionalização, trata-se da Valorização Económica do Espaço Rural.

Esta área de intervenção constitui-se como um dos pilares da arquitectura do nosso Programa, considerando o contexto económico e social do nosso território e dos actores que nele intervêm.

Tem como principal objectivo a promoção da competitividade sub-regional, através da valorização económica de activos territoriais únicos, que se possam constituir como suportes de uma estratégia de desenvolvimento de médio/longo prazo.

Durante o ano de 2009 foi possível como já enunciámos solucionar alguns dos constrangimentos existentes, com a introdução de uma nova tipologia de operações no Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, não foi possível, contudo, a criação de um novo Regulamento Específico que operacionalize as intervenções necessárias à sustentabilidade económica e social de territórios de “Baixa Densidade” a concretizar no âmbito de um Documento Integrador para cada território abrangido, ou no âmbito de uma Estratégia de Eficiência Colectiva Reconhecida.

O Eixo 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural comprometeu até 31-12-2009 cerca de 13 % da dotação programada total do FEDER, tendo sido os compromissos assumidos no âmbito dos Regulamentos Específicos Acções de Valorização e Qualificação Ambiental e Optimização da gestão de Resíduos, os que mais contribuíram para este valor.

No que diz respeito à execução financeira verifica-se até 31-12-2009 uma taxa de execução muito baixa.

A baixa execução financeira decorre de vários constrangimentos do processo que passamos a enunciar:

- A apresentação de candidaturas sob a forma de publicitação de Avisos, se por um lado permite uma maior selectividade dos apoios a conceder, por outro, é uma modalidade nova para a maioria dos potenciais beneficiários que exigiu algum tempo de adaptação;
- Dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, por um lado decorrentes da situação financeira global, por outro das baixas taxas de comparticipação que se verificam neste eixo em que a taxa média de comparticipação é de apenas 60%.

Nesta data ainda não se encontra encerrada nenhuma operação neste eixo.

Não se perspectiva que este eixo venha a ter necessidade de **Reforço Financeiro** após a Avaliação Intercalar, esta situação decorre da dificuldade que se tem manifestado na operacionalização de uma área significativa do eixo e nas dificuldades de articulação com o Programa Temático Valorização do Território.

A promoção da Igualdade entre homens e mulheres não tem uma evidência directa e mensurável no âmbito de aplicação dos Regulamentos Específicos relativos ao Eixo 4.

Trata-se de uma directiva transversal que norteia a aplicação do Feder no âmbito destas áreas sem uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita.

3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Passamos a enunciar uma súmula dos principais constrangimentos e medidas que se têm tomado com vista à sua superação, no âmbito da implementação do Eixo 4:

- Necessidade de criação de um Regulamento Específico novo que operacionalize uma área do programa – Valorização Económica do Espaço Rural. Foram apresentadas propostas à tutela a última das quais data de Março de 2010, relativamente à qual se aguarda o desenvolvimento.
- Melhor especificação das intervenções que colhem enquadramento e possibilidade efectiva de financiamento pelo Programa Operacional de Valorização do Território no que se refere a Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas. Houve uma tentativa de resolução desta situação ainda durante o ano de 2009, no prazo de vigência do Aviso que terá de ser de novo equacionada em 2010;

- Possibilidade de apoio no âmbito do INALENTEJO das intervenções relativas aos Pequenos Sistemas Autónomos, com introdução de alteração ao respectivo Regulamento Específico – Ciclo Urbano da Água;
- Ainda no âmbito deste Regulamento a necessidade de se realizar um Documento de Enquadramento Estratégico com alguma complexidade, nomeadamente para a realização de Investimentos de pequeno montante, ou de remodelação de Redes em Baixa, tem sido factor constrangedor para a possibilidade de apresentação e financiamento de intervenções nesta área.
- Alteração das Taxas de Participação Médias do Eixo de forma a poder aplicar taxas de Participação mais adequadas, quer à natureza das intervenções quer dos potenciais beneficiários. Em 2010 com a recente aprovação por parte da Comissão Ministerial de Coordenação da alteração aos Regulamentos Específicos vai ser possível a aplicação de taxas de participação mais elevadas para os Municípios e outras entidades participadas por municípios, o que poderá ter repercussões positivas na sua capacidade de execução.

3.5. Eixo Prioritário 5 – Governação e capacitação Institucional

A Governação e Capacitação institucional tem como objectivo central a melhoria do desempenho da Administração Pública - nos níveis regional e local – na sua relação com os cidadãos e empresas.

Assim, os seguintes objectivos específicos do INALENTEJO:

- Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC;
- Dinamizar a captação de investimento para a região.

articulam-se com os seguintes objectivos específicos do Eixo 5:

- Reforçar a informatização e modernização da Administração Pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais;
- Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a Administração Pública, através da reorganização espacial dos serviços;
- Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação e IDE qualificante e para a actividade turística.

As áreas de intervenção prioritárias, são as seguintes:

- Governo electrónico regional e local;
- Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração descentrada e local;
- Promoção institucional da região.

3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Tal como foi referido em relação ao ponto 3.1.1., no que respeita às dificuldades encontradas sobretudo ao nível da execução dos projectos, parece-nos ainda pouco oportuno apresentar resultados com base em indicadores. A componente de contratualização de verbas para com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM) também é decisiva para a análise de progressos e cumprimento de metas.

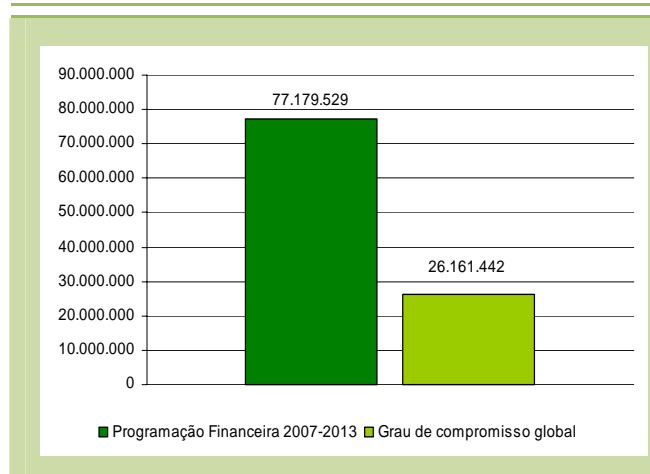
Para dar algum realismo a esta componente optou-se por se elaborar um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas executadas no Eixo 5, assim como, o grau de compromisso global que existente a 31 de Dezembro de 2009.

Tabela 3.38: Eixo Prioritário 5

Designação de Eixo Prioritário Área de intervenção	Programação Financeira 2007-2013 FEDER	Contratualizado		FEDER* aprovado (€)	Taxa* de compromiss o %	Grau de compromisso global	
		Fundo €)	%			(€)	%
Eixo Prioritário 5	77.179.529	22.200.000	29%	3.961.442	5%	26.161.442	34%
Modernização administrativa (SAMA)	26.000.000	18.500.000	0%	1.243.309	5%	19.743.309	76%
Modernização administrativa (lojas cidadão)	41.000.000	0	0%	2.439.299	6%	2.439.299	6%
Promoção e capacitação institucional	10.100.000	3.700.000	0%	278.834	3%	3.978.834	39%
SubTotal	77.100.000	22.200.000		3.961.442		26.161.442	

* com exclusão das aprovações no âmbito da contratualização, por se considerarem incluídas no Fundo Contratualizado.

Gráfico 3.6: Grau de compromisso global face à Programação



Optou-se pela mesma metodologia adoptada no Eixo Prioritário 1, dando um especial realce às verbas “comprometidas” no âmbito do Eixo 5.

Tabela 3.39: Realização Física do Eixo Prioritário 5

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006						
Realização Executada						
1- Serviços públicos (regionais e autárquicos) disponíveis on-line	Realização Contratada		n.d.			
	Metas			60%	100%	100%
	Valor de Referência					60%
Realização Executada						
2- Nº de projectos de modernização administrativa (serv. Públ.) apoiados	Realização Contratada	2	7			
	Metas			12	30	
	Valor de Referência					
Realização Executada						
3- População servida por lojas de cidadão e centros multiserviços	Realização Contratada		70,3%			
	Metas			30%	90%	90%
	Valor de Referência					0%
Realização Executada						
4- Nº de lojas do cidadão e centros multi-serviços apoiados	Realização Contratada		40			
	Metas			16	36	36
	Valor de Referência					
Realização Executada						
5- % de hóspedes estrangeiros nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros	Realização Contratada		n.d.			
	Metas			30%	40%	40%
	Valor de Referência					27%
Realização Executada						
6- Nº de acções promocionais apoiadas	Realização Contratada		n.d.			
	Metas			8	20	20
	Valor de Referência					

Tabela 3.39: Realização Física do Eixo Prioritário 5 (Continuação)

Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
1	Empregos criados	Realização Contratada			38			--
2	dos quais : homens	Realização Contratada			19			--
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada			19			--
11	Nº de projectos (sociedade de inform.)	Realização Contratada			9			
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada			n.d.			

n.d. – não disponível;

| 161

Quanto aos Indicadores Físicos de PO com contributo do Eixo 5, importa destacar os que em fase de realização contratada, demonstram um certo dinamismo tendo mesmo igualado ou superado a meta inicialmente definida para 2010:

- População servida por lojas do cidadão e centros multi-serviços – 70,3%
- N.º de lojas do cidadão e centros multi-serviços apoiados – 40

3.5.2. Análise qualitativa

Situação dos Avisos Abertos de 01/01/2009 a 31/12/2009

- Regulamento Específico - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

Tabela 3.40: Situação dos avisos - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
				N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-26-2009-01	17-Mar-09	20-Abr-09	09-Jul-09	80	3	1.939.807	3	1.939.807	3	1.904.127	2	1.082.806

- Regulamento Específico - Promoção e Capacitação Institucional

Tabela 3.41: Situação dos avisos - Promoção e Capacitação Institucional

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
				N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-27-2009-01	20-Mar-09	30-Abr-09			1	646.976	1	646.976				
ALENT-27-2009-02	15-Abr-09	31-Dez-09			1	176.829						
ALENT-27-2009-03	20-Abr-09	30-Dez-09		60	2	185.196	1	96.000				
ALENT-27-2009-04	04-Ago-09	*			7	3.429.625	7	3.429.625				

* as candidaturas serão submetidas 3 meses após a data de comunicação de aprovação da pré-candidatura

No Eixo 5 relevam-se as áreas relativas à modernização administrativa, capacitação institucional e promoção da região.

No âmbito do regulamento **Sistema de Apoios à Modernização Administrativa**, sublinhamos a aprovação de 3 operações “transversais” lideradas pelas Associações de Municípios/Comunidades Intermunicipais que haviam sido apresentadas ainda no quadro do Aviso de Concurso n.º 2, publicado em 2008. A dotação FEDER associada ao Concurso é proveniente dos montantes objecto de contratualização, embora o acompanhamento das operações se realize ao nível da Autoridade de Gestão, no contexto das alterações introduzidas na Cláusula 7.ª dos contratos de Delegação de Competências com subvenção global, aprovadas através da Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, em 18 de Março de 2009.

| 162

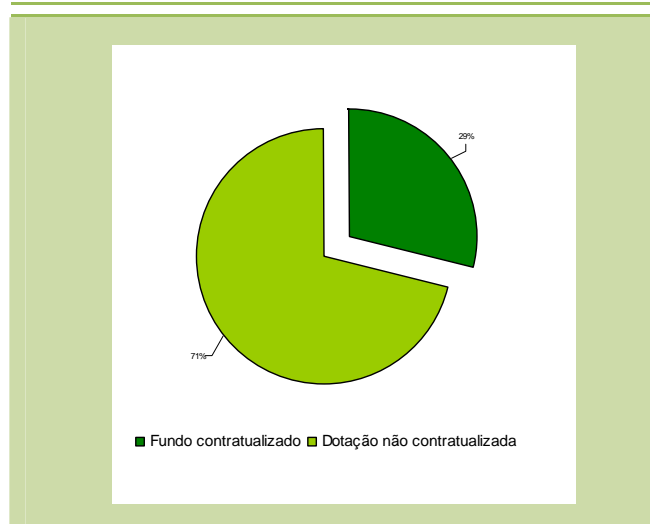
Durante o ano de 2009, foi publicado apenas um Aviso no domínio da modernização administrativa, que contemplou como beneficiárias as Entidades da Administração Local do Estado (serviços periféricos da administração directa do Estado e Institutos Públicos), tendo sido recepcionadas, seleccionadas e aprovadas, 3 candidaturas que representaram um investimento total na ordem dos 1,94 M€. O valor do Fundo aprovado no âmbito destes projectos representava cerca de 1,14 M€, um valor que ficou abaixo da dotação FEDER colocada a concurso (3,5 M€). Embora o nível de procura tenha ficado aquém das expectativas, evidenciou contudo um esforço das entidades públicas regionais no sentido da modernização dos serviços prestados, sobretudo na óptica da reengenharia de processos, com o objectivo de reduzir os “custos públicos de contexto”.

Ainda no âmbito da modernização administrativa, destacamos a aprovação de 5 operações previstas no Programa de Acção para a Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração na Região Alentejo, aprovado no âmbito do convite público prévio formulado à Agência para a Modernização Administrativa, IP (AMA) ainda em 2008.

Embora prevendo a instalação de 6 Lojas do Cidadão (1 de Grande dimensão, 1 de média dimensão e 4 de pequena dimensão), a AMA não teve condições concretizar o processo negocial com vista à identificação de uma das Lojas de pequena dimensão, tendo apresentado 5 candidaturas, que foram objecto de aprovação, representando um investimento total na ordem dos 4,2 M€, a que correspondeu uma dotação FEDER de cerca de 2,44 M€. O nível de execução financeira destas operações é residual face aos montantes aprovados, o que foi motivado por derrapagens significativas na execução física, face à calendarização inicialmente prevista, perspectivando-se uma recuperação em 2010.

De uma forma global, realça-se o peso da parcela contratualizada (29%) no total da dotação do Eixo 5.

Gráfico 3.7: Fundo contratado



3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Uma das principais dificuldades encontradas tem sobretudo a ver com o baixo nível de execução dos projectos.

Para a taxa de compromisso do Eixo contribuiu negativamente a dotação indicativa afectada aos apoios à implementação das Lojas do Cidadão na Região (não contratualizada), na ordem dos 40 M€, que se considera sobredimensionada face à procura regional efectiva.

3.6. Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica

3.6.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Em relação ao Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica, a execução física ao nível de Indicadores do Eixo e de Indicadores Comuns Comunitários encontra-se reflectida na seguinte tabela:

Tabela 3.42: Realização Física do Eixo Prioritário 6

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
% despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão	Realização Executada		0,13%	6,9%			--
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				7,5%	10%	--
	Valor de Referência						--
Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Realização Executada						
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				60%	80%	
	Valor de Referência						
N.º Visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO	Realização Executada		50.248	176.277			226.525
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				80 000	100 000	180 000
	Valor de Referência						--
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Nº Acções de divulgação e informação do Programa	Realização Executada		160	452			612
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				50	75	--
	Valor de Referência						--
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Emprego criado	Realização Contratada		10			--
2	dos quais : homens	Realização Contratada		4			--
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		6			--

n.a. – não aplicável

Indicadores de Eixo

- **Percentagem de despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão** – No que se refere à percentagem de despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão, a terminologia adoptada para o indicador talvez não seja a mais adequada. Face ao modelo de governação do QREN e do PO, não existem auditorias de gestão, mas sim verificações de gestão e verificações no local, estas realizadas por uma estrutura segregada.

| 165

Deste modo, podemos considerar que, de acordo com o Manual de Procedimentos do INALENTEJO, a despesa pública dos Eixos Prioritários 1 a 6, com excepção dos Sistemas de Incentivos, integrados no Eixo 1, que têm normas de verificação próprias, realizadas pelos Organismos Intermédios, no montante de 28.351.764 €, se encontra coberto por verificações de gestão.

- **Número de Acções de Divulgação e Informação do Programa** – Este indicador reflecte todas as componentes do Plano de Comunicação do INALENTEJO, nomeadamente, as acções de esclarecimento e de formação, materiais de promoção concebidos, material de merchandising, eventos realizados, participação em feiras e publicidade realizada, perfazendo um número total acumulado de 452 acções.

Este número de acções traduz o empenho da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na divulgação e promoção do Programa, assim como, o êxito no cumprimento deste indicador dado já se encontrar largamente ultrapassadas as metas previstas atingir em 2010 e 2015, respectivamente 50 e 75 acções.

- **Número de Visitantes anuais ao sítio de internet do INALENTEJO** - O sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/, constituiu-se desde o início do Programa como o meio preferencial de transmissão da informação, verificando-se um número de visitas em 2009 de 176.277, de que resulta um valor acumulado de 226 525 visitas, ultrapassando em larga medida as metas definidas para o ano de 2010 (80.000) e 2015 (100.000).

A consulta on-line da situação dos projectos e lista de beneficiários, como já foi referido, começou a ser divulgada no início de 2009 com a situação reportada a 31 de Dezembro de 2008, e periodicidade trimestral, de acordo com a Orientação Técnica IFDR n.º 02/2008, de 27 de Outubro.

- **Níveis de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)** – Em 2009, não se registaram valores para este indicador. Das auditorias realizadas, quer da Autoridade de Certificação – Acção de Verificação das Despesas incluídas no 1.º Pedido de Reembolso, quer do Tribunal de Contas – Modelo de Governação e Controlo do QREN, não resultaram recomendações.

Indicadores Comuns Comunitários:

Ao nível de Indicadores Comuns Comunitários apenas se define para o Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica, o indicador Empregos criados, entendido como empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro.

A realização contratada situa-se em 10 novos postos de trabalho distribuídos por três operações de Assistência Técnica, das quais a da própria Autoridade de Gestão – CCDRA e de duas operações referentes às EAT das AM/CIM, no âmbito do processo de subvenção global.

Em termos de repartição por género, dos 10 postos de trabalho criados, 6 são femininos e 4 são masculinos.

3.6.2. Análise qualitativa

Constitui-se como objectivo do Eixo Prioritário 6, a implementação e funcionamento dos sistemas de gestão e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento controlo, avaliação e difusão do Programa.

Assim, a execução física do Eixo encontra-se representada na Tabela 3.25. Realização Física do Eixo Prioritário 6, anterior, cuja análise já foi efectuada, realçando-se a totalidade da despesa pública coberta por verificações de gestão, o número de Acções de Divulgação e Informação do Programa, bem com o elevado número de visitantes anuais

ao sítio da internet do INALENTEJO, que já ultrapassam as metas previstas para 2010 em dois casos.

Em termos de execução financeira, no final de 2009, a taxa de realização (EX/AP).do Eixo era de 53,90 %, e a taxa de execução financeira (EX/PR) era de 6,54 %, correspondente a um investimento elegível total de 1.999.624 €. A taxa de execução do Eixo advém em larga escala da assistência técnica directa da Autoridade de Gestão.

Ainda em 2008, foi aberto um concurso destinado apenas à entidade beneficiária responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro aos Órgãos de Governação do Programa Operacional do Alentejo, neste caso a CCDRA. No início de 2009, foi aberto um Aviso de Concurso com um Fundo a concurso de 4 M€, tendo como beneficiários para além da CCDRA, também os Organismos Intermédios no âmbito dos Sistemas de Incentivos e dos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrados com as AM/CIM.

Situação dos Avisos Abertos de 01-01-2009 a 31-12-2009

▪ Regulamento Específico - Assistência Técnica

Tabela 3.43: Situação dos avisos – Assistência Técnica

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-73-2009-01	07-Jan-09	07-Fev-09	09-Mar-09	30	9	2.968.621	9	2.968.621	9	2.912.194	8	2.114.199
ALENT-73-2009-02	02-Nov-09	02-Dez-09			5	827.272	5	827.272				

Efectivamente, até final de 2009, foram abertos três concursos, com uma dotação total de 9.500 mil€, dos quais apenas um se encontrava a decorrer no final do ano, de acordo com os prazos de decisão nele previstos, dado que se destinava às candidaturas anuais de assistência técnica para 2010. Os tempos médios de decisão efectivos foram de 19 dias.

A concretização do financiamento da Assistência Técnica para o ano de 2010 conduziu, no final do ano, à abertura de um aviso de concurso (ALENT-73-2009-02), com um fundo a concurso de 4,5 M€

No final de 2009, tinham sido apresentadas 19 candidaturas, com um investimento total previsto de 4.664 mil€, tendo as mesmas 15 candidaturas sido admitidas. A taxa de admissibilidade é de 100%.

Em termos de aprovação, no final de 2009, por se encontrar a decorrer ainda um concurso, conforme referido, estavam aprovadas 10 candidaturas, com um custo total elegível de 3.710 mil€, e um co-financiamento FEDER aprovado e 3.153 mil€.

De referir que, embora tendo como beneficiários, para além da CCDRA, Organismo Público responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro aos Órgãos de Governação do INALENTEJO, também as entidades com responsabilidade na gestão do INALENTEJO, nos termos do artigo 42.º e do n.º 2.º do artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, ou seja, os Organismos Intermédios, no que se refere aos Organismos Intermédios no âmbito dos Sistemas de Incentivos, estes não têm apresentado as suas candidaturas com regularidade.

| 168

O total de fundo comunitário (FEDER) pago aos beneficiários, no final de 2009, era de 1.647.954 €, a que corresponde uma taxa de pagamento de 52,26 %.

Quanto ao contributo do Eixo Prioritário 6 para a Área de Intervenção para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, conforme anteriormente referido, dos 10 postos de trabalho criados, 6 são femininos e 4 masculinos.

3.6.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Ao nível do Eixo Prioritário 6, não se verificaram problemas significativos, motivo pelo qual não se verificou a necessidade de adopção de medidas.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.

Este procedimento colocou Portugal entre os Estados-Membros que cumpriram aquele requisito regulamentar, evitando interrupções nas transferências financeiras oriundas as Comissão”.

4. GRANDES PROJECTOS

No INALENTEJO não se encontram previstos quaisquer grandes projectos, nos termos dos Regulamentos Comunitários, embora não se exclua a possibilidade de poderem vir a ser apoiadas candidaturas desta natureza durante o período de programação.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O envelope financeiro associado à assistência técnica do Programa cifra-se em 26 M€ de financiamento FEDER, o que representa cerca de 3,0% da dotação orçamental atribuída.

A análise à execução acumulada do INALENTEJO em 2009 reflecte as seguintes considerações:

- A contribuição do Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica para a aprovação do FEDER, no final de 2009, é de 3.153.254€, representando 1,08% do total aprovado no Programa (289.988.160 €);
- Em termos de execução, o FEDER correspondente à despesa validada no Eixo 6 - Assistência Técnica, é de 1.699.680€, representando 6,32% do total do Programa.

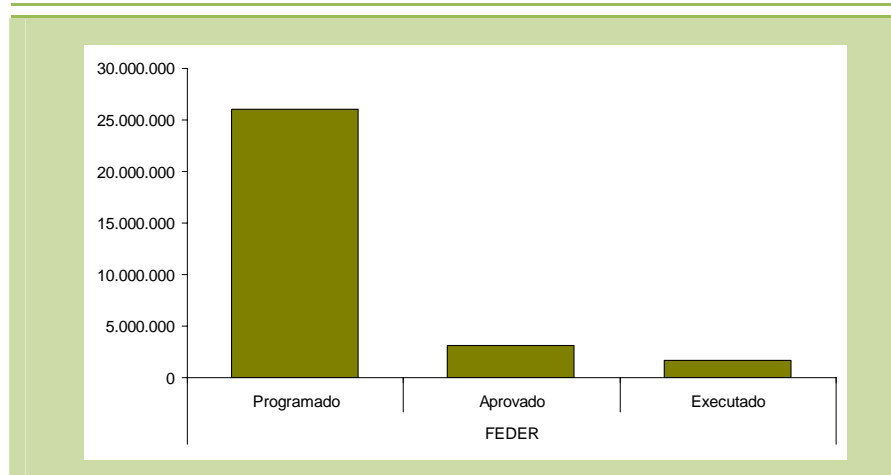
Tabela 5.1: Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica

(€)

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Execução (EX)		Taxa de compromisso	Taxa de realização
	Despesa Pública	FEDER	Despesa Pública	FEDER	Despesa Pública	FEDER	(AP/PR)	(EX/AP)
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	3.709.710	3.153.254	1.999.624	1.699.680	12%	54%

Gráfico 5.1: Assistência Técnica

(€)



6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Plano de Comunicação do INALENTEJO foi apresentado à Comissão Europeia em 11-02-2008, de acordo com a regulamentação comunitária e nacional em vigor, tendo sido objecto de aprovação por parte desta, conforme ofício n.º 6146, de 10-07-2008, da DG REGIO.

| 171

Os objectivos estratégicos da comunicação do Programa são: gerar e consolidar uma significativa notoriedade do Programa, contribuir para a qualificação da “procura” e consolidar uma imagem positiva dos fundos comunitários e da sua importância para o desenvolvimento regional.

A divulgação e a publicitação do co-financiamento concedido pelo INALENTEJO constituem uma responsabilidade das suas entidades beneficiárias, consagrada na legislação comunitária e nacional.

Tal obrigação tem como principal objectivo informar os públicos-alvo da intervenção (ou beneficiários finais) e a opinião pública, em geral, sobre o papel desempenhado pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e pelo Estado Português, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, nos projectos e operações co-financiados e nos seus respectivos impactos e resultados.

A implementação do Plano de Comunicação aprovado, é constituída por três fases operacionais, das quais, a 1.ª fase equivale à etapa de promoção e implementação institucional, prevista para o período compreendido entre 2007 e 2009.

Assim, e seguindo as acções previstas no Plano, verificamos que foram obtidos os seguintes resultados:

Imagem

Neste âmbito estavam previstas três acções:

- a concepção da “corporate image” do Programa – Foi desenvolvido um concurso de ideias para a concepção da logomarca INALENTEJO. A logomarca foi seleccionada e registada como marca nacional sob o n.º 435089, ainda em 2008;
- a concepção do Manual de Normas Gráficas ficou concluída em 2008, e está acessível no sítio da internet do INALENTEJO; foram ainda desenvolvidas diversas aplicações de economato;
- as Orientações de Gestão sobre as obrigações de informação e publicidade dos beneficiários para implementação do Plano de Comunicação - a Autoridade de

Gestão do INALENTEJO emitiu a Orientação de Gestão n.º 2/2008, de 06.06.2008 – Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários, acessível no sítio do INALENTEJO, posteriormente actualizada em 26.10.2009.

Figura 6.1: Logomarca



O sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/

Constituiu-se desde o início como o meio preferencial de transmissão da informação, disponibilizando toda a informação referente a:

- apresentação do Programa e da Comissão Directiva;
- regulamentação comunitária, nacional e de gestão;
- avisos de concurso abertos por Eixo Prioritário e Regulamento Específico, com indicação do período de abertura, montante a concurso e possibilidade de acesso imediato ao Regulamento, respectivos critérios de selecção e aviso de concurso;
- avisos de concurso encerrados;
- operações aprovadas, por Eixo Prioritário, com identificação dos respectivos beneficiários, investimento total e FEDER aprovados, com informação actualizada trimestralmente, de acordo com a Orientação de Gestão n.º 2/2008 - Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários; a informação sobre os apoios financeiros concedidos começou a ser divulgada no início de 2009, com a situação reportada a 31 de Dezembro de 2008, de acordo com a Orientação Técnica IFDR n.º 02/2008, de 27 de Outubro;
- procedimentos de Gestão, incluindo o Manual de Procedimentos do INALENTEJO e as Orientações de Gestão;
- plano Anual de Concursos;
- relatórios de Execução;
- regras de publicitação, nomeadamente as Normas de Publicitação do INALENTEJO, e as normas gráficas do QREN e do INALENTEJO, bem como as especificações do Emblema Europeu;
- sessões de divulgação;

- notícias;
- newsletter;
- contactos;
- ligações úteis, designadamente ao site do QREN e dos Sistemas de Incentivos.

Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/



O número de visitantes ao sítio da internet do INALENTEJO até 31-12-2009 ascendeu a 176.277, dos quais, 126.029 respeitam apenas ao ano 2009. Estes números permitem confirmar que se trata efectivamente de um meio privilegiado de divulgação e informação. Esta conclusão resulta também do exercício de Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO, que refere relativamente à utilização da internet, e mais concretamente do site do INALENTEJO, que “Quer o número de visitas ao site, quer a opinião perspectivada pelos beneficiários no inquérito realizado no âmbito da avaliação, confirma a importância deste meio de divulgação e informação (...)”. O número de visitas ao site tem superado claramente a média anual inicialmente prevista (50.000 visitantes/ano).

Outros importantes meios de comunicação, para efeitos de esclarecimento de dúvidas e pedidos de informação, foram:

- O endereço electrónico info.poaalentejo@ccdr-a.gov.pt, (actualmente inalentejo@ccdr-a.gov.pt) - com 771 e-mail’s respondidos até 31-12-2009, dos quais 268 ao longo do ano de 2009;

- A linha verde 800 205 238 – com 5.870 solicitações telefónicas até 31-12-2009, das quais 2.272 em 2009.

Do total de 20 newsletter produzidas até 31-12-2009, 17 respeitam ao ano de 2009, sendo de referir que a sua produção teve início no último trimestre de 2008.

Figura 6.3: Newsletter



A consulta on-line da situação dos projectos e lista de beneficiários, começou a ser divulgada no início de 2009, com a situação reportada a 31 de Dezembro de 2008, de acordo com a Orientação Técnica IFDR n.º 02/2008, de 27 de Outubro.

Meios Materiais

Em 2009, ao nível da concepção e edição de “merchandising”, importa salientar os seguintes elementos: sacos, blocos de apontamentos, pastas e garrafas de azeite.

Figura 6.4: Meios Materiais



A concepção e edição dos suportes de comunicação e promoção teve início em 2009, com a concepção e implementação do stand de exposição do INALENTEJO e diversos materiais de promoção para eventos de diversa natureza, incluindo folhetos de promoção.

De referir a produção de um Destacável, distribuído a nível regional nos diversos meios de comunicação escrita.

Figura 6.5: Meios Materiais



No decurso de 2009, não foi possível produzir a brochura de apresentação do Programa, contudo, o respectivo processo de aquisição de serviços encontra-se em desenvolvimento já em 2010.

Eventos

Em relação aos eventos, foram efectuadas em 2009, 3 sessões públicas de apresentação do INALENTEJO, e 8 sessões públicas de assinatura de contratos de financiamento relativos a candidaturas aprovadas, das quais 6 contaram com a presença de membros do Governo. Em Maio de 2009, integrado nas comemorações do Dia da Europa, realizou-se o Seminário “Alentejo – Intervir Hoje”, e em Dezembro de 2009, realizou-se uma sessão sob o tema “Afirmção do INALENTEJO”, tendo sido assim recuperada a realização do “mega-evento” previsto inicialmente para o ano de 2008.

Figura 6.6: Eventos



As comemorações alargadas do Dia da Europa incluíram em 2009 o hasteamento da bandeira da União Europeia nas instalações da CCDRALentejo e, para além da realização do Seminário “**Alentejo – Intervir Hoje**”, um programa diversificado, abrangendo 2 sessões de assinatura de contratos de financiamento, o Debate “**Achado Arqueológico – Mosaicos**”, a participação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na IV Reunião da Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça, newsletter especial do INALENTEJO (2.º Trimestre de 2009).

Em relação aos **Seminários e “Workshops”**, foram realizadas ao longo do ano de 2009, **50 sessões de esclarecimento e informação** diversa, junto de potenciais beneficiários.

Em 2009, verificou-se a participação do INALENTEJO em sete feiras a nível regional, nomeadamente: Feira Jovem – Évora, OVIBEJA 2009 - Beja, FICOR – Feira Internacional

da Cortiça em Coruche, Feira de S. João – Évora, FACECO - S. Teotónio, Odemira, Feira da Luz - Montemor-o-Novo e Feira do Montado - Portel. Verificou-se assim um claro acréscimo da participação do INALENTEJO em feiras, face ao ano anterior (3 feiras em 2008), superando a média anual prevista de 5.

Importantes meios de transmissão de informação sobre a implementação do programa, são os anúncios de divulgação nos meios de comunicação social, e os comunicados de imprensa, tendo sido efectuados em 2009, um total de 13 e de 24, respectivamente. Foram também publicadas 105 notícias neste mesmo ano.

Em termos de execução, e pretendendo apresentar uma visão transversal do Plano de Comunicação junto do público-alvo, podemos referir o seguinte:

- **Beneficiários** (directos e potenciais) – A comunicação foi efectuado através das sessões públicas de informação realizadas, informação disponibilizada no sítio da internet, newsletter e publicidade nos meios de comunicação regionais, nomeadamente dos Planos Anuais de Concursos.

No entanto, no que se refere a este grupo de público-alvo, os principais meios de informação, e esclarecimento mais específico de questões objectivas, foram as reuniões de esclarecimento e informação realizadas (50), e a informação através da linha verde (2.272 solicitações) e da conta de e-mail específico (268 solicitações). Em termos de reuniões específicas, verificou-se a prestação de informação generalizada ao nível dos diversos Regulamentos Específicos, embora com áreas onde essa informação se intensificou, face à maior procura, nomeadamente ao nível dos Sistemas de Incentivos, PROVERE, Regeneração Urbana, Cultura / Património Cultural e Equipamentos para a Coesão Local.

- **Mediadores** (Comunicação Regional, “Opinion Makers” e Rede regional de informação e divulgação) – A este nível, o principal meio de informação utilizado foram a prestação de informação através de “press-releases” junto da comunicação social, bem como o convite para a sua presença nas principais reuniões e eventos organizados pela Autoridade de Gestão. Destacamos a edição e distribuição do Destacável INALENTEJO nos principais jornais a nível regional, que abrangem potencialmente toda a população das respectivas NUT III.
- **Público em Geral / Opinião Pública** – Este é o segmento de público-alvo mais diversificado, com diferentes níveis de conhecimento e interesse por estas temáticas. A principal informação é veiculada através do sítio da internet, da informação na comunicação social e a presença em certames a nível regional, com distribuição de materiais de promoção e “merchandising”.

A presença verificada em 7 feiras de nível regional, pela selecção efectuada, permitiu garantir a presença do stand do INALENTEJO nas principais feiras realizadas em cada NUT III, para além de abranger a maior Feira de Agricultura a nível nacional (OVIBEJA), bem como uma feira temática (FICOR) dedicada à fileira da cortiça. Estimamos que a representatividade e dinâmica destas feiras permita abranger a população das respectivas NUT III em que se realizam, para além da OVIBEJA que, pelas suas características muito próprias, se reveste de natureza nacional.

O material de promoção distribuído é apelativo do ponto de vista do público, levando-os a interessar-se por obter mais informação, nomeadamente sobre o significado da designação “INALENTEJO” e os seus objectivos.

- Público institucional – A este segmento muito específico de público-alvo, para além das outras acções já referidas, aplica-se também as acções de informação e formação realizadas, ao nível das NUT III, nomeadamente em sede de processo de contratualização com as AM/CIM, no âmbito do qual também foi prestada informação/formação aos beneficiários.

A diferença mais relevante entre a previsão e a execução reside no número de participantes nos mega-eventos, que talvez tenha sido demasiado ambicioso (200 participantes/evento), face à experiência de quadros comunitários anteriores, ou os temas abordados nestes eventos não sejam apelativos para os públicos-alvo.

Em 2009, com enquadramento na execução do Plano de Comunicação do INALENTEJO aprovado, podemos associar em termos de valor financeiro um montante de 63.928 € às despesas realizadas nesta temática.

Os quadros seguintes permitem sintetizar as acções de natureza diversa desenvolvidas em 2009, com o objectivo primordial de divulgação do programa junto dos principais públicos-alvo, bem como de informação e esclarecimento, sendo ainda apresentado o ponto de situação relativo à implementação do Plano de Comunicação do PO, à data de 31-12-2009.

Tabela 6.1: Acções de natureza diversa desenvolvidas em 2009

	Indicadores	Tipo	Obj.	Segm.	Metas	Observações	Realizado em 2009	Realizado Acumulado a 31-12-2009
				alvo				
Internet	Acessibilidade ao sítio de Internet a cidadãos com necessidades especial (W3C)	Rs	T	T	100%	Cumprimento integral das regras W3C	Cumprimento regras W3C – conformidade A	Cumprimento regras W3C – conformidade A
	N.º visitantes ao sítio de Internet do Programa	Rs	T	T	350.000	Média anual: 50.000 visitantes	126.029	176.277
	N.º newsletters electrónicas editadas	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	90	Média anual: 15 edições	17	20
	N.º newsletters electrónicas recebidas	Rs	T	BD, BP, M, PI, CI	45.000	Média destinatários/edição: 500	Edição 730	Edição 730
Meios materiais	N.º exemplares de material de “merchandising” editados	Rz	1	BD, BP, PI	50.000	N.º aproximado ao “porAlentejo”	4 materiais 5.000 unid.	10 materiais 13.950 unid.
	% exemplares de material de “merchandising” distribuídos em eventos	Rs	1, 2	BD, BP, PI	90%	% = n.º exempl. distrib. / n.º exempl. editados	a)	a)
Eventos	N.º de “mega-eventos” (inclui evento de apresentação do Programa)	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	6	1 evento apres. + 5 “mega-eventos”	3 sessões públicas + 2 “mega-eventos”	19 sessões públicas + 2 “mega-eventos”
	N.º de participantes nos “mega-eventos”	Rs	T	BD, BP, M, PI, CI	1.200	Média: 200 particip./evento	100	-
	N.º “press-trips” realizadas	Rz	1, 2	M	10	Média anual: 2	-	-
	N.º “clippings” (notícias, reportagens, entrevistas) após “press-trips”	Rs	1, 2	M	100	Média: 10 “clippings” por evento	129	230
	N.º seminários/“workshops” realizados	Rz	T	BD, BP, M	40	Média anual: 6 eventos	50	61
	N.º participantes em seminários/“workshops” realizados	Rs	T	BD, BP, M	2.000	Média: 50 particip./evento	a)	a)
	N.º participações em feiras e “road-shows”	Rz	T	BD, BP, M, OP, PI	30	Média anual: 5	8	11
	N.º folhetos distribuídos em feiras e “road-shows”	Rs	T	BD, BP, M, OP, PI	15.000	Média: 500 folhetos /evento	a)	a)
Mediação e publ.	N.º anúncios de divulgação nos “media” (jornais, rádios, ...)	Rz	T	BD, BP, M, OP	60	Média anual: 10 anúncios	13	22
	Taxa de acolhimento dos “press-releases” enviados para os “media”	Rs	T	M	75%	Taxa = n.º press public. / n.º press enviados	a)	a)
	N.º entidades envolvidas na rede regional de divulgação e informação	Rs	2	M	40	estimativa	a)	a)
Avaliação	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	BD, BP	90%	A apurar através de fontes primárias		
	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	OP	30%	A apurar através de fontes primárias		
	Grau de reconhecimento do papel da União Europeia e fundos estruturais	Rs	4	BD, BP, OP	90%	A apurar através de fontes primárias		
	Grau de avaliação positiva do Programa	Rs	T	BD, BP, M, OP	80%	A apurar através de fontes primárias		

a) sem informação

Plano de Comunicação – Execução

Tabela 6.2: Plano de Comunicação

Plano de Comunicação	Ano de 2009	Acumulado a 31-12-2009
Sítio da Internet (www.inalentejo.qren.pt)		
Visitas ao site	126.029	176.277
Linha Verde (800 205 238)		
Solicitações por via telefónica	2.272	5.870
Conta de e-mail específico (inalentejo@ccdr-a.gov.pt)		
E-mails respondidos	268	771
E-newsletter		
N.º E-newsletter	17	20
Destinatários de envio da e-newsletter	730	730
Reuniões de esclarecimento		
Reuniões realizadas	50	61
Acções de Formação		
Acções de Formação realizadas	18	18
Material de Promoção		
Materiais de Promoção produzidos	37	43
Folheto (desdobrável)	4	5
N.º de Exemplares (folheto)	94.300	95.800
Material de "Merchandising"		
Materiais de "Merchandising" produzidos	4	10
Eventos		
Sessões públicas de apresentação do PO	3	19
Das quais, com a presença de membros do Governo	0	2
Sessões públicas de assinaturas de contratos	8	11
Das quais, com a presença de membros do Governo	6	9
Outros Eventos Públicos	2	3
Média Total de Participantes por Sessão	100	100
Feiras		
Participações em Feiras, a nível regional	7	10
Mediação e Publicidade		
Anúncios nos meios de comunicação social	13	22
Comunicados de Imprensa/ Conferências de Imprensa	24	30
Notícias Publicadas	105	200

Rede de Comunicação QREN

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO participa nos trabalhos da Rede de Comunicação do QREN e nas suas diversas iniciativas, esta tem vindo a revelar-se como uma oportunidade única de troca de experiências, racionalização de meios e potenciação de iniciativas junto dos beneficiários e do público em geral, que muito tem contribuído para a divulgação do QREN e dos PO.

Neste âmbito, destacamos:

- **O Programa de Rádio Objectivo 2013** - programa de rádio da TSF e da Rede de Comunicação do QREN, teve início em Setembro de 2009. O objectivo deste programa é dar a conhecer os projectos nos quais têm sido aplicados os fundos comunitários, destacando os seus resultados e benefícios, informar adequadamente o público em geral no capítulo das oportunidades oferecidas pelo QREN e seus PO, e simultaneamente, estimular a procura de apoios no âmbito do QREN. A emissão é de Segunda a Sexta às 12h e 50m, com repetição depois das 20h, e um compacto semanal aos Sábados depois das 14h.

Figura 6.6: Programa de rádio



- **Suplemento OJE** – A produção e divulgação dos suplementos editoriais tem como principal objectivo dar a conhecer em concreto quem são os beneficiários dos PO e em que consistem os projectos apoiados, destacando o papel que os apoios comunitários assumem no desenvolvimento do país e das regiões, informar adequadamente o público em geral sobre as oportunidades oferecidas pelo QREN e estimular a procura pelos apoios, especialmente o público que tem interesse pela envolvente empresarial do QREN. O primeiro Suplemento foi emitido em Setembro de 2009, tendo como temática: Sistemas de Incentivos e Clusters.

Os **OPEN DAYS – Semana Europeia das Regiões e Cidades** tornaram-se, em apenas cinco anos, um evento de grande importância para a demonstração da capacidade das regiões e das cidades na promoção do crescimento económico e do emprego.

Concebidos e desenvolvidos pelo Comité das Regiões e pela Direcção Geral de Política Regional da Comissão Europeia (DG REGIO), os OPEN DAYS pretendem atingir múltiplos objectivos:

- Pôr em contacto responsáveis políticos, decisores, especialistas e agentes locais e regionais com as instituições europeias, as empresas, o mundo da finança, da investigação e das mais diversas organizações da sociedade civil;
- Desenvolver as capacidades de quantos se envolvem na implementação da política de coesão da UE, bem como na gestão de instrumentos de apoio financeiro;
- Facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades tendo em vista a divulgação de boas práticas em desenvolvimento regional;

- Facultar o debate sobre o futuro da política europeia de coesão num contexto alargado que envolve países terceiros e organizações internacionais.

Em 2009, pelo terceiro ano consecutivo, o Alentejo participou nos OPEN DAYS, que se desenrolou entre 5 e 8 de Outubro em Bruxelas.

No âmbito da temática abordada pelo conjunto de regiões em que o Alentejo se integrou, o **Turismo Criativo** (C.R.E.A.T.I.V.E. Tourism, Cities and Regions Acting Together for an Innovative Vision of European Tourism), a apresentação do Alentejo foi efectuada pela Professora de Turismo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja, Dra. Ana Isabel Rodrigues, que apresentou algumas ideias em torno dos objectivos de desenvolvimento no domínio turístico, da capacidade de inovação e da atractividade regional em áreas específicas, que fazem a diferença do Alentejo face a outras regiões europeias.

Os Open Days constituem uma excelente iniciativa onde as regiões e as cidades se encontram e apresentam as boas práticas desenvolvidas nos mais diversos projectos, trocam experiências, estabelecem contactos e dão a conhecer a diversidade cultural e social, contribuindo dessa forma para a construção da coesão social e territorial da União Europeia. São iniciativas desta natureza que reforçam a cidadania europeia.

Nas suas palavras finais, no decurso da Sessão de Encerramento do OPEN DAYS 2009, Luc Van den Brande, o Presidente do Comité das Regiões, acentuou o sucesso de mais esta iniciativa que reuniu 213 regiões e cidades da Europa e concentrou nos múltiplos workshops organizados pelas diferentes entidades mais de 6000 participantes.

Figura 6.7: OPEN DAYS 2009



7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010

No final do período em análise, 31 de Dezembro de 2009, tinham sido apoiadas 427 operações das 627 admitidas nos 182 concursos que ocorreram desde o início do Programa. O investimento total das operações aprovadas é de 546.880 mil€ a que corresponde um despesa pública de 420.441 mil€ e uma comparticipação FEDER de 288.906 mil€. Apesar do período de vigência do INALENTEJO se ter iniciado em 2007, podemos considerar que 2009 é efectivamente o ano em que o Programa regista execução com significado, pois neste ano foram lançados 71,4% dos concursos, e comprometidos 33,2% da dotação FEDER afecta ao Programa. As taxas de compromisso por Eixo registam valores bastante diferenciados, sendo o mais elevado o do Eixo 2, 63% e mais baixo no Eixo 5, com uma taxa de 10%, sendo de 47% a do eixo 3 e de 27%, 13% e 12%, os valores registados respectivamente nos eixos 1, 4 e 6.

A taxa de execução do Programa era no final de do período em análise de 9%, representando a execução do ano de 2009, aproximadamente 98 % da execução total.

Os valores referidos são o reflexo do período de vigência deste Programa Operacional, coincidir com a crise económica e financeira a que o País tem estado sujeito e naturalmente tem afectado também o Alentejo. Tendo criado dificuldades aos promotores públicos e privados, dos investimentos com enquadramento no INALENTEJO e necessários ao desenvolvimento desta Região. Tenha-se presente que como consequência da crise sócia -económica e das restrições orçamentais, a execução dos Programas Operacionais do QCA III, foi prorrogada até Junho de 2009. O que determinou, nomeadamente no que concerne à área de intervenção do INALENTEJO, tenham estado em sobreposição temporal dois Programas Operacionais Regionais, por um período longo, dois anos e meio. As diferenças bastante significativas do enquadramento sócio-económico entre a fase de programação e da execução deste programa, obrigaram a que, sem quebra do rigor na selecção das candidaturas, tivessem sido tomadas medidas com vista a criar condições, que minorassem os efeitos da crise, na a apresentação de candidaturas. De entre o conjunto das medidas tomadas, especialmente para a iniciativa de rever os regulamentos específicos dos Sistemas de Incentivos e o alargamento do acesso a adiantamento financeiro para execução de algumas tipologias de operações promovidas pela Administração Pública.

O incremento registado nas candidaturas ocorridas em 2009, determinaram que o programa tenha uma taxa de compromisso que associada a evolução favorável da execução física e financeira registada neste mesmo ano, permitem estimar que é possível a manter-se o crescimento registado dar cumprimento às regras comunitárias, nomeadamente as referentes à perda automática de dotação.

A prossecução destes objectivos implica que sejam desenvolvidas as acções que proporcionem crescimentos significativos das de compromisso e de execução quer física quer financeira.

O plano de lançamento de avisos de concurso e as previsões de pedidos de pagamento à CE, preparados para 2010, foram elaborados de forma a permitir a concretização daquele desiderato. Assim durante este ano serão lançados 29 Avisos de Concurso que se prevê possam ir contribuir para um aumento muito significativo do compromisso assumido mas também para um maior equilíbrio na distribuição de despesa aprovada por Eixo.

A execução física e financeira que prevê para 2010, é de molde a que de forma realista se prevejam realizar os de pedidos de pagamento que constam da tabela 2.7, que consubstanciam um aproximar dos valores programados para aquele ano.

Tabela 7.1: Previsão de Pedidos de Pagamento para 2010 (€)

Eixo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
INALENTEJO	194.733.902	156.672.413	119.151.868
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	54.340.516	31.595.237	28.854.814
EP2 - Desenvolvimento Urbano	36.185.416	28.385.449	20.437.523
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	56.660.566	55.825.074	39.662.396
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	27.083.272	21.533.007	16.149.755
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	15.568.057	14.437.572	9.885.716
EP6 - Assistência Técnica	4.896.074	4.896.074	4.161.663

O incremento registado nas candidaturas ocorridas em 2009, que determinaram que o programa tenha uma taxa de compromisso que associada a evolução favorável da execução física e financeira registada neste mesmo ano, permitem estimar que é possível melhorar as taxas de execução.

Glossário

Conceitos e notas explicativas no âmbito da monitorização Operacional FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do QREN

Tipologia de Operação: na identificação da tipologia deverá estar indicada a designação que consta da tabela Tipologia de Operação definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, e periodicamente actualizada na respectiva plataforma colaborativa. Esta classificação corresponde, regra geral, a um regulamento específico.

Concurso ou período de candidatura: Fase de apresentação, admissão e selecção de candidaturas que dá origem a uma decisão de atribuição de financiamento às operações que vierem a ser aprovadas e contratadas pelos beneficiários. Respeitam às tipologias elegíveis num regulamento específico ou a um subconjunto destas, enquadradas num programa operacional e num eixo prioritário específico. No caso dos concursos existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida e uma dotação orçamental de fundo comunitário a atribuir na sequência do inerente processo de selecção. No caso dos períodos de candidatura fechados existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida. Por último, e não sendo a regra neste período de programação, existem ainda períodos de candidatura em contínuo (com ou sem dotação orçamental explicitada), ou seja, que vigoram durante todo o período do QREN ou até à execução financeira integral da(s) tipologia(s) em causa ou, caso exista, da respectiva dotação orçamental.

Data de publicação do aviso de Concurso ou período de candidatura: data que identifique de forma inequívoca o respectivo aviso de concurso ou período de candidatura.

Data de publicação de alterações ao aviso de Concurso ou período de candidatura: data que identifique de forma inequívoca quaisquer alterações introduzidas no aviso de concurso ou período de candidatura, as quais terão obrigatoriamente que ocorrer durante o prazo de vigência do mesmo.

Estado do Concurso ou período de candidatura⁵: identificação da situação do concurso ou período de candidatura à data de reporte, Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) em aberto, se o prazo para submissão de candidaturas estiver a decorrer. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado)

5 Propõe-se a alteração da tabela Estado do Concurso definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, com cinco designações possíveis: Aberto/ Encerrado/ Decidido/ PC Contínuo/ Convite.

encerrado se o prazo para submissão de candidaturas estiver terminado. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) decidido quando pelo menos 75% do total de candidaturas apresentadas tiver sido objecto de comunicação da respectiva decisão pela autoridade de gestão. Quando se trate de um período de candidatura em contínuo, o mesmo deverá ser identificado com o estado “PC Contínuo”. Os períodos de candidatura que, pela sua especificidade, sejam considerados como “regime especial” serão identificados com o estado “Convite”.

Data de abertura de Concurso ou período de candidatura: data indicada no aviso de concurso ou período de candidatura a partir da qual as candidaturas poderão ser apresentadas à autoridade de gestão.

Data de encerramento: data indicada no aviso de abertura como constituindo o limite temporal para a apresentação de candidaturas.

Fundo comunitário a concurso: dotação de fundo prevista no aviso de abertura do concurso ou especificamente afecta a um período de candidatura, incluindo, quando aplicável, eventuais alterações ocorridas durante o período de apresentação de candidaturas. No caso do FEDER/ Fundo de Coesão e quando as candidaturas sejam submetidas a períodos de candidatura em contínuo, é considerado o montante de Fundo associado ao Eixo Prioritário/Área de Intervenção, quando este se encontra explicitado, nomeadamente, no respectivo aviso de abertura do período de candidatura.

Data prevista da decisão: data indicada no aviso de abertura do concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) como constituindo o limite temporal para a autoridade de gestão comunicar ao promotor de cada candidatura da decisão de co-financiamento da mesma. Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, e caso esteja previsto um prazo de decisão (n.º de dias de calendário), em regulamento específico ou outro, deverá ser indicado o prazo previsto de decisão (período de tempo em dias). No caso de no mesmo eixo serem aplicáveis prazos de decisão diferentes, deverá ser indicado o valor médio dos prazos aplicáveis para o conjunto das candidaturas apresentadas.

Data efectiva de decisão: data de comunicação formal pela autoridade de gestão da decisão de aprovação e conseqüente co-financiamento das candidaturas aprovadas. Este campo será preenchido quando a autoridade de gestão tiver comunicado a decisão de co-financiamento a, pelo menos, 75% das candidaturas apresentadas ao respectivo concurso ou período de candidatura (de tipo fechado). No caso dos sistemas de incentivos, será considerada a data de comunicação ao promotor da decisão (aprovação/ não aprovação) da Autoridade de Gestão, na sequência da proposta da Comissão de Selecção.

Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, deverá ser calculado um prazo efectivo de decisão (período de tempo em dias) correspondente ao tempo médio de

comunicação formal pela autoridade de gestão, para o conjunto de candidaturas com decisão de aprovação e consequente co-financiamento.

Entende-se como “tempo de comunicação”, o período (em n.º de dias) que decorre desde a data de entrada/apresentação da candidatura até à data do envio da (primeira) comunicação de decisão.

Tendo em conta que o processo de decisão final dos grandes projectos⁶ poderá não depender exclusivamente da Autoridade de Gestão do PO, estes não deverão ser contabilizados no cálculo de tempos de decisão, quer sejam apresentados através de concurso quer em períodos de candidatura contínuos.

Candidatura apresentada: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo). Apenas são consideradas as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respectivos avisos, quando aplicável. Todas as candidaturas apresentadas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (prévios à análise de mérito): admitida, não admitida, em análise de admissibilidade ou desistida.

Candidatura admitida: candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de selecção. Todas as candidaturas admitidas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (após a análise de mérito): aprovada, não aprovada, em análise de mérito ou desistida.

Candidatura não admitida: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura, nos prazos estabelecidos, que não cumpre os requisitos formais de admissibilidade aplicáveis, e como tal, não aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de selecção. As candidaturas consideradas não elegíveis, por qualquer razão que não resulte da respectiva análise de mérito, serão contabilizadas como não admitidas.

Candidatura em análise de admissibilidade: candidatura apresentada cujo processo de verificação de requisitos não se encontra concluído. Caso não existam desistências, até e durante a fase de análise de admissibilidade, as candidaturas neste estado poderão ser apuradas pela diferença entre o total de candidaturas apresentadas e o somatório entre as candidaturas admitidas e não admitidas.

⁶ Operação (ou seja, projecto ou grupo de projectos coerentes) susceptível de financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, que engloba um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis com uma função técnica precisa e visa objectivos claramente identificados e cujo custo total, tomado em consideração para determinar o montante da participação dos fundos comunitários, seja superior a 25 M€ no domínio do ambiente e a 50 M€ noutros domínios.

Os grandes projectos são objecto de uma Decisão específica por parte da Comissão Europeia, o mais tardar três meses após a sua apresentação, desde que esta cumpra todos os requisitos regulamentares.

Candidatura aprovada: Candidatura admitida/ com parecer elegível e cuja decisão de aprovação e consequente co-financiamento foi comunicada pela autoridade de gestão ao beneficiário.⁷

Candidatura não aprovada: Candidatura admitida e sobre a qual a autoridade de gestão emite uma decisão que não dá origem a co-financiamento. A ausência do co-financiamento pode resultar da falta de mérito da candidatura (reprovada) ou de dotação orçamental insuficiente. As candidaturas com parecer “não elegível” devido ao mérito do projecto serão contabilizadas como “não aprovadas”.

| 189

Candidatura desistida: Candidatura apresentada e cujo processo de admissibilidade ou de aprovação não foi concluído por iniciativa do beneficiário, antes ou após a comunicação da decisão de co-financiamento.

Candidatura em análise de mérito: Candidatura admitida cujo processo de apreciação não se encontra concluído. Caso não existam desistências até e durante a fase de análise de mérito, as candidaturas neste estado poderão ser apuradas pela diferença entre o total de candidaturas admitidas e o somatório entre as candidaturas aprovadas e não aprovadas.

Candidatura contratada: Candidatura aprovada que foi objecto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste, de termo de aceitação.

Candidatura rescindida: Candidatura aprovada com revogação da decisão de co-financiamento após a celebração de contrato, independentemente de a rescisão ter sido promovida pelo beneficiário ou pela Autoridade de Gestão.

Variáveis financeiras:

Investimento ou custo total: Somatório da despesa elegível⁸ e da não elegível⁹ que seja considerada indispensável à prossecução dos objectivos da operação, no quadro da candidatura apresentada.

Investimento ou custo total elegível: total da despesa pública e privada, considerada para efeitos de co-financiamento pelos fundos comunitários.

7 Inclui, quando aplicável, decisões comunicadas aos beneficiários em sede de audiência prévia.

8 Despesa claramente associada à concretização de uma operação/projecto e cuja natureza e data de realização respeitam a regulamentação específica do programa e demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

9 Despesa associada a uma operação/projecto, cuja natureza ou data de realização não permitam o seu financiamento pelos fundos, sendo a sua cobertura assegurada pelo beneficiário.

Despesa pública: qualquer participação pública no financiamento de operações e proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação no financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos.

Fundo comunitário: montante de participação do FEDER ou Fundo de Coesão atribuído a uma candidatura aprovada, e associado ao custo total elegível de acordo com a modalidade de financiamento definida para o eixo prioritário que enquadra a candidatura.

Glossário de siglas

AdI – Agência de Inovação, S.A.

AG – Autoridade de Gestão

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

AMBAAL - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral

AMDE – Associação de Municípios do Distrito de Évora

AMLA - Associação de Municípios do Litoral Alentejano

AMNA - Associação de Municípios do Norte Alentejano

AP – Autorização de Pagamento

AT – Autorização de Transferência

CA – Comissão de Acompanhamento

CAE – Comissão de Aconselhamento Estratégico

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CD – Comissão Directiva

CE – Comissão Europeia

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CIM – Comunidade InterMunicipal

CMC – Comissão Ministerial de Coordenação

CPA – Código do Procedimento Administrativo

CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo

DR – Diário da República

FC – Fundo de Coesão

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

IAPMEI – Instituto de Apoio às pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.

IGF – Inspeção-Geral de Finanças

INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013

INE – Instituto Nacional de Estatística

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

MAOT – Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território

PO – Programa Operacional

POFC – Programa Operacional Factores de Competitividade

POVT - Programa Operacional Valorização do Território

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

SI – Sistema de Incentivos

SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas

SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação

SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

SIGPOA – Sistema de Informação do Programa Operacional do Alentejo

ST – Secretariado Técnico

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Turismo de Portugal, I.P.

UCD – Unidade de Coordenação

UCI – Unidade de Controlo Interno

UFC – Unidade Factores de Competitividade

UVT – Unidade Valorização do Território



Anexo I - Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade									
ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)		125				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Inter
ICN - Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I		34				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Inter
ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos		108.993.842,74 €				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Interv
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos		86.241.883,21 €				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Interv
ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)		10				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Inter
ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I		n.d.				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +
ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		486.975,59 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		11.505.975,04 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável		28				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref# Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto		5.342.217,47 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto		41.982.112,32 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		17.711.831,44 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		45.577.063,61 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto		1.169.412,39 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto		9.562.522,21 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		22.091.090,50 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		86.210.950,55 €				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME				(*****)		
ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira		Não Aplicável ao INALENTEJO				→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco						
ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT		258.864,33 €				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → SAESCTN
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT		238.334,43 €				→ Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incub

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref# Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		40.333,33 €				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		40.333,33 €				

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref# Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Ações Colectivas		4				
ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Ações Colectivas		1.792.664,00 €				→ Sistema de Apoio a Accões Colectivas - SIAC → Regulamentação Específica do Intervir +
			Investimento elegível nas Ações Colectivas		1.253.114,00 €				
ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T		n.d.		(*****)	→ Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2) → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Inte	
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas		n.d.		(*****)		
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial		n.d.		(*****)		
ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética		n.d.		(*****)	→ Regulamento Específico "Energia"	
ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto		nd			→ Regulamento Específico "Energia"	
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto		nd			→ Regulamento Específico "Energia"	
ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		40		(*****)	→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +	
ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		539.678			→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +	
ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas		n.d.			→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +	
ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos		n.d.			→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +	
ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)		n.d.				

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref# Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Valorização do Território									
ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada		73,2		(*****)	→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Reglamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento	
ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada		n.d		(*****)	→ Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Mobilidade Territorial	
ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta		6		(*****)	→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONV	
ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)		0		(*****)	→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVE	
ICN - Anual-018 (*****)	Realização	nº	ETARs construídas		n.d		(*****)	→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONV	
ICN - Anual-019 (*****)	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano		n.d		(*****)	→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d		(*****)	→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados		7		(*****)	→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR + (só para as "operações")	
ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados		n.d			→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA	

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref# Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN-Tri-013	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral		0		(*****)	→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental	
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos		5		(*****)		
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental		0		(*****)		
ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil		0			→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INT	
ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana		16	2.153	111.876	→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana		60				
ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana		217.472				
ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana		n.d.				
ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		2	0	14.758		
ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		12			→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		5				

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref# Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais		3		(*****)		<ul style="list-style-type: none"> → Regulamento Especifico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Especifico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Especifico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Especifico Saúde → Regulamento Esp
		nº	Equipamentos desportivos		1		(*****)		
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)		4		(*****)		
		nº	Unidades de saúde		42		(*****)		
ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais		165				<ul style="list-style-type: none"> → Regulamento Especifico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Especifico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Especifico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Especifico Saúde → Regulamento Esp
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos		40				
		nº	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)		32363				
		nº	População abrangida por unidades de saúde		767679				
ICN-AAE-018 (****)	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro		n.d				<ul style="list-style-type: none"> → Regulamento Especifico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Especifico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Especifico do Programa INTERVIR +
ICN-AAE-023 (****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira		n.d				<ul style="list-style-type: none"> → Regulamento Especifico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Especifico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acção
ICN-AAE-024 (****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco		n.d				<ul style="list-style-type: none"> → Regulamento Especifico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Especifico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acção
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência		n.d				<ul style="list-style-type: none"> → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais e Materiais → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INT

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref# Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		

Agenda Potencial Humano

ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados		39		(*****)		
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				
ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados		9230				
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados		Não Aplicável ao INALENTEJO				

Notas

n.d. - não disponível

(*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagradada e corresponde ao ICN-Anual -001

(**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagradada e corresponde ao ICN-Anual -011

(***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagradada e corresponde ao ICN - Anual-013

(****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

(*****) Pretende-se que esta tipologia de projecto fique afectada ao POVT e não ao PO Regional

(******) Não se tornou viável a obtenção dos dados financeiros



Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

unid: euro

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	1.460.021.571	1.117.010.958	868.933.978	546.880.234	462.682.060	420.440.989	288.905.542	36.833.718	36.384.265	26.870.294	41.828.966	33%	3%	9%	14%	156%
FEDER			868.933.978				288.905.542				41.828.966	33%	3%	9%	14%	156%
(Fundo de Coesão)																
Eixo Prioritário 1	552.835.896	321.435.691	293.555.861	158.180.451	126.594.499	84.353.429	78.525.927	8.481.954	8.032.502	8.032.502	8.974.611	27%	3%	10%	11%	112%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	194.321.886	139.911.758	181.951.703	155.910.010	155.910.010	88.432.073	7.302.749	7.302.749	3.824.293	7.033.396	63%	3%	4%	8%	184%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	282.730.452	200.873.309	155.107.181	135.872.413	135.872.414	93.919.679	18.823.641	18.823.640	13.174.212	23.395.987	47%	7%	14%	25%	178%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	175.218.028	131.413.521	33.470.667	28.847.484	28.847.483	17.254.006	119.118	119.118	71.471	450.175	13%	0,1%	0,4%	3%	630%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	112.716.666	77.179.529	14.332.395	11.747.942	11.747.942	7.620.603	106.632	106.632	68.136	326.843	10%	0,1%	1%	4%	480%
Eixo Prioritário 6 (Assistência Técnica)	30.588.235	30.588.235	26.000.000	3.837.837	3.709.710	3.709.710	3.153.254	1.999.624	1.999.624	1.699.680	1.647.954	12%	7%	54%	52%	97%



Anexo III - Aprovações e execução por NUT III



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo III - Aprovações e execução por NUT III até 31.12.09 (valores acumulados)

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	427	462.682.060	420.440.989	288.905.542	36.833.718	36.384.265	26.870.294	9,30%
FEDER				288.905.542			26.870.294	9,30%
Fundo de Coesão								
ALLENTEJO	427	462.682.060	420.440.989	288.905.542	36.833.718	36.384.265	26.870.294	9,30%
Alentejo Litoral	51	58.683.491	50.360.984	35.729.714	277.900	247.611	187.904	0,53%
Alto Alentejo	64	68.260.357	61.712.380	43.663.843	5.474.498	5.423.575	3.761.139	8,61%
Alentejo Central	116	137.457.129	124.255.122	86.024.256	15.753.618	15.753.618	12.516.948	14,55%
Baixo Alentejo	64	70.907.266	68.572.012	44.246.468	8.739.198	8.542.291	5.736.849	12,97%
Lezíria do Tejo	105	91.510.873	79.707.394	56.174.182	6.011.952	5.840.619	4.265.535	7,59%
Multi-região Convergência								
Não regionalizável	27	35.862.945	35.833.096	23.067.079	576.550	576.550	401.919	1,74%



Anexo IV - Resumo Implementação Física - Anexo VI do
Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IV.A) - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total		
	6-N.º acções promocionais apoiadas	Realização - Encerramento											
		Realização - Contratada		n.d.									
		Metas			8					20	20		
		Valor de Referência / Situação de Partida											
Eixo prioritário 6	1 - % despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão	Realização - Encerramento		0,13%	6,9%								
		Realização - Contratada		n.a.	n.a.								
		Metas				7,5%					10%	10%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										12%	
	2 - N.º Visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO	Realização - Encerramento		50.248	176.277								
		Realização - Contratada		n.a.	n.a.								
		Metas				80.000						100.000	100.000
		Valor de Referência / Situação de Partida										58.000	
	3 - Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Realização - Encerramento		-	-								
		Realização - Contratada		n.a.	n.a.								
		Metas				60%						80%	80%
		Valor de Referência / Situação de Partida											
	4 - N.º Acções de divulgação e informação do Programa	Realização - Encerramento		160	452								
		Realização - Contratada		n.a.	n.a.								
		Metas				50						75	75
		Valor de Referência / Situação de Partida											

n.d. - não disponível

n.a. - não aplicável

Anexo IV.B) - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Alterações Climáticas	23- Nº de projectos (energias renováveis)	Realização contratada			n.d.							
		Metas										
	24- Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização contratada			n.d.							
		Metas										
	25- Acrecimento de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização contratada			740							
		Metas										
	26- Acrecimento de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionadas	Realização contratada			n.d.							
		Metas										
	27- Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização contratada			5							
		Metas										
	28- Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização contratada			1							
		Metas										
29- Área reabilitada (em Km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização contratada			n.d.								
	Metas											
30- Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, Kt)	Realização contratada			n.d.*								
	Metas											
Prevenção de Riscos	31- Nº de projectos (Prevenção de riscos)	Realização contratada			5							
		Metas										
	32- População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização contratada			661545							
		Metas										
	33- População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização contratada			661545							
		Metas										
Turismo	34- Nº de projectos (Turismo)	Realização contratada		2	10							
		Metas										
	35- Nº de empregos criados (em ETI)	Realização contratada			24							
		Metas										
Educação	36- Nº de projectos (Educação)	Realização contratada		15	37							
		Metas										
	37- Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização contratada			9230							
		Metas										
Saúde	38- Nº de projectos (saúde)	Realização contratada		6	33							
		Metas										
Reabilitação urbana	39- Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atractividade das cidades	Realização contratada			6							
		Metas										
Competitividade das Cidades	40- Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização contratada		n.d.	n.d.							
		Metas										
Inclusão Social	41- Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização contratada		15	40							
		Metas										

n.a. - Não aplicável ao INALENTEJO

n.d. - Não disponível

* Metodologia de cálculo em consolidação



Anexo V – Lista de operações aprovadas por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161P0004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento												
	ALENT-01-0401-FEDER-003835	ENQUADRAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO DE AREIA	4	4	PT181		506471276	MUDAREIAS - EXTRACÇÃO E LAVAGEM DE INERTES UNIPESOAL, LDA	40.000	25.000	25.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004111	CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DE PORMENOR	4	4	PT183		501232117	PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA	16.000	12.000	12.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004498	DAVICOL - MARCAÇÃO CE	4	4	PT185		503030457	DAVICOL - FABRICO E MONTAGEM DE CAIXILHARIA, LDA	5.100	3.825	3.825	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004512	ACOMPANHAMENTO E PLANIFICAÇÃO TÉCNICA	4	4	PT183		504040170	VIMIGRANITOS - EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA	26.480	19.860	19.860	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004547	GESTÃO AMBIENTAL - MELHORIA DE EFICIÊNCIAS ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL	4	4	PT185		502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA & FERREIRA, LDA	12.069	9.052	9.052	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004564		4	4	PT183		503625426	ROSAPOR ALENTEJO - COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MÁRMORES ALENTEJANOS, LDA	28.667	21.500	21.500	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004603	PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DA EXPLORAÇÃO	4	4	PT185		102127239	FRANCISCO DO ROSÁRIO FRAZÃO	33.500	25.000	25.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004604	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO A NP EN ISO 9001:2008	4	4	PT185		503310867	FRAZÃO - MÁRMORES E ROCHAS DE ALCANEDE, LDA	34.000	25.000	25.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004624	APLICAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROCESSOS AO SISTEMA DE CONTROLO DA PRODUÇÃO	4	4	PT185		500855021	PARAPEDRA - SOC. TRANSFORMADORA DE PEDRAS, SA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004645	IMPLEMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS (MTDS) NA GESTÃO AMBIENTAL	4	4	PT185		500659400	M. A. LOPES D' AVÓ, LDA	10.000	7.500	7.500	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004648	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	4	4	PT182		506254631	CORTICEIRA AJT, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004687	BRÍGIPEDRA	4	4	PT185		505175800	BRÍGIPEDRA - SOC. UNIPESOAL, LDA	24.750	18.563	18.563	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004728	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE E DE CARACTERIZAÇÃO DE PRODUTOS	4	4	PT183		500941858	MARBOSSERRA - SERRAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO MÁRMORES, LDA	22.188	16.641	16.641	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004731	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	PT183		501794239	J. MENDES NOBRE, LDA	20.966	15.725	15.725	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004735	CRIBORQUAL	4	4	PT185		504206230	CRIBOR - EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO, LDA	14.400	10.800	10.800	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004786	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE	4	4	PT183		501209700	MARMOROSE - SOC. EXPORTADORA DE MÁRMORES, LDA	12.500	9.375	9.375	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003755	INTERNACIONALIZAÇÃO DA BOOK SOFT PARA ESPANHA	4	4	PT185		508448913	BOOK SOFT - UNIPESOAL, LDA	174.896	78.703	78.703	0
	ALENT-01-0201-FEDER-003780	TTERRA	4	4	PT183		502676418	TTERRA - AUDITORIA, PROJECTO E TÉCNICAS AMBIENTAIS, LDA	50.033	22.515	22.515	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003791	SOLUÇÕES DE CORTIÇA	4	4	PT184		506420108	FIGUEIRAS DOS SANTOS, HERDEIROS DE JOÃO JOSÉ FIGUEIRAS DOS SANTOS, LDA	295.275	132.874	132.874	0
	ALENT-01-0201-FEDER-003792	BLACK MARIA DIGITAL	4	4	PT184		507431146	BLACK MARIA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	178.000	80.100	80.100	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003807	INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS E AZEITES ORGÂNICOS E VERDES	4	4	PT184		500253099	SOC. AGRÍCOLA HERDADE DOS LAGOS, LDA	389.900	175.455	175.455	0
	ALENT-01-0201-FEDER-003833	EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO TINCOMIL	4	4	PT182		502407832	TINCOMIL - SOC. TINTAS E COLAS MIGUEL ANGELO, LDA	208.950	94.028	94.028	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003886	QUALIDADE, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO, ECONOMIA DIGITAL E COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	4	4	PT181		508666490	CORTIPLACA II - COZINHAS PORTUGAL TRADE, LDA	194.495	87.523	87.523	0
	ALENT-01-0201-FEDER-003904	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, QUALIFICAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE	4	4	PT183		508747333	ENGENHARIA 3.4, CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	51.477	23.165	23.165	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003906	CONSOLIDAR A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS E AZEITES DA HERDADE DA CALADA	4	4	PT183		504450115	BCH - COMÉRCIO DE VINHOS SA	310.750	139.838	139.838	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003908	VINHOS COM CORPO E ALMA	4	4	PT183		504471554	SERRANO MIRA, SOC. VINÍCOLA SA	205.960	92.682	92.682	0
	ALENT-01-0201-FEDER-003918	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL	4	4	PT181		503979252	TERRAVAL - AVALIAÇÃO E CONSULTADORIA IMOBILIÁRIA, LDA	272.219	122.498	122.498	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003928	CASA DO TERREIRO DO POÇO	4	4	PT183		500758220	SOC. AGRO-TURÍSTICA DA VINHA DO CAMPO, LDA	49.623	22.330	22.330	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003936	VALE DO GAIO COM ENERGIA VERDE	4	4	PT181		508426359	VALE DO GAIO - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	99.674	44.853	44.853	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003966	IMPLEMENTAÇÃO DE QUALIDADE, ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO E TI E SEGURANÇA NUMA OFICINA AUTORIZADA NISSAN	4	4	PT183		500126690	GESTAUTO - SOC. DE EMPREENDIMENTOS E GESTÃO AUTOMÓVEL, LDA	51.671	24.089	24.089	0
	ALENT-01-0201-FEDER-003973	INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA PELA APOSTA EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	4	PT185		507812085	OUPLAN - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS UNIPESOAL, LDA	98.098	44.144	44.144	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004049	FIRSTSIGHT	4	4	PT183		507379390	PRAZERES DO MONTE- ANIMAÇÃO TURISTICA, LDA	248.663	111.898	111.898	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-01-0401-FEDER-004083	HIS - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE, CERTIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	PT185		502710381	HUBEL IRRIGATION SYSTEMS S.A	198.770	89.447	89.447	0
	ALENT-01-0201-FEDER-004156	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA E POTENCIAÇÃO COMERCIAL DO ACTUAL PORTFOLIO	4	4	PT182		507880331	ILUSTRATOWN - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, LDA	142.914	64.311	64.311	0
	ALENT-01-0201-FEDER-004210	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMIEIRA MARINA	4	4	PT183		506435180	NAUTIALQUEVA - SERVIÇOS NÁUTICOS, LDA	123.237	55.457	55.457	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004322	WINE BRAND	4	4	PT185		500895473	JOÃO T. BARBOSA - VINHOS, LDA	595.510	250.000	250.000	0
	ALENT-01-0201-FEDER-004387	PROJECTO INDIVIDUAL INTEGRADO DE QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	4	4	PT183		504457381	ECC - SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL E PREVENÇÃO LABORAL, LDA	36.248	19.028	19.028	0
	ALENT-01-0201-FEDER-004417	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO ASSENTE NA ECO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	4	4	PT185		502455489	BASRIO METALONECÂNICA E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, SA	350.937	157.921	157.921	0
	ALENT-01-0201-FEDER-000087	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SGQ E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	PT185		501914935	ANTÓNIO FILIPE NETO, LDA	114.795	51.658	51.658	0
	ALENT-01-0201-FEDER-000114	WWW.FILMINPORTUGAL.COM	4	4	PT184		507431146	BLACK MARIA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	187.250	84.263	84.263	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000161	AGRUPAR E INTERNACIONALIZAR PRODUTOS DE QUINTA DE EXCELÊNCIA	4	4	PT182		508423759	RG - HERDADES DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALLENTEJO ACE	174.820	78.669	78.669	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000173	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUALIDADE E MARCAS DA CASA AGRÍCOLA ALEXANDRE RELVAS	4	4	PT183		504002082	CASA AGRÍCOLA ALEXANDRE RELVAS, LDA	139.240	62.658	62.658	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000186	PLANO ESTRATÉGICO DE COMERCIALIZAÇÃO, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	4	4	PT18		503842869	SOC. AGRÍCOLA JOÃO TEODÓSIO MATOS BARBOSA & FILHOS, LDA	54.270	24.422	24.422	0
	ALENT-01-0201-FEDER-000188	CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE	4	4	PT183		506533590	EKAL - EXPLORAÇÃO DE KARTODROMOS, LDA	71.391	32.126	32.126	0
	ALENT-01-0201-FEDER-000197	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DA FRIGORÍFICOS BRÍGIDO	4	4	PT185		502119586	FRIGORÍFICOS BRIGIDO, LDA	139.710	62.870	62.870	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000349	INTERNACIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	4	4	PT185		501927069	RIBATEL, EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	188.065	84.629	84.629	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000396	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONSOLIDAÇÃO E DE RESEVAS ONLINE NA INDUSTRIA DO TURISMO PARA AGENTES	4	4	PT185		508448913	BOOK SOFT - UNIPessoal, LDA	244.846	110.181	110.181	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000403	NUNES SEQUEIRA: MAIS COMPETITIVIDADE NO SEGMENTO ALIMENTAR	4	4	PT182		500115940	NUNES SEQUEIRA, SA	221.904	99.857	99.857	0
	ALENT-01-0201-FEDER-000478	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS	4	4	PT183		507685997	FABRIRÉS - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	415.576	187.009	187.009	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000513	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES (CHINA, BRASIL, RÚSSIA E ANGOLA), E CONSOLIDAÇÃO	4	4	PT185		503332496	FIÚZA & BRIGHT - SOC. VITIVINICOLA, LDA	141.809	63.814	63.814	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000521	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALLENTEJO	4	4	PT183		507012160	ENOFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA	270.846	121.881	121.881	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000674	CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	PT185		500008353	ADEGA COOPERATIVA DO CARTAXO	102.650	46.193	46.193	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000697	LANÇAMENTO E PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA WINE VISION	4	4	PT183		507930134	WINE VISION, LDA	208.111	93.650	93.650	0
	ALENT-01-0201-FEDER-000727	criação de portal para gestão de rede de escritórios associados e relacionamento com o cliente	4	4	PT184		504507150	PONTO ÓPTIMO CONSULTORES, LDA	213.520	96.084	96.084	0
	ALENT-01-0201-FEDER-000787	EXCELÊNCIA - CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DA QUALIDADE, ACREDITAÇÃO PARA FORMAÇÃO INTERNACIONALIZAÇÃO E M	4	4	PT183		505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORA, SA	58.950	26.528	26.528	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000851	DINAMIZAÇÃO DA HELENA LAVORES NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL	4	4	PT182		503811262	HELENA LAVORES - DECORAÇÃO E ARTESANATO, LDA	62.639	28.188	28.188	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000858	ALENTEJOTOURS	4	4	PT184		507437560	ESCAPA-TE COMINGO - VIAGENS E TURISMO, LDA	334.385	150.473	150.473	0
	ALENT-01-0401-FEDER-000876	ALENTEJOTOURS	4	4	PT184		507437560	ESCAPA-TE COMINGO - VIAGENS E TURISMO, LDA	96.658	43.496	43.496	0
	ALENT-01-0401-FEDER-001977	GOOD FOOD FROM PORTUGAL	4	4	PT185		507510445	CF&G, LDA	253.300	113.985	113.985	0
	ALENT-01-0201-FEDER-002023	PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	PT185		500246815	SETRONIX - SOC. DE ESTUDOS E EMPREENDIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	56.769	25.546	25.546	0
	ALENT-01-0401-FEDER-002055	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA TELA BAGS	4	4	PT185		506854779	BIDINÂMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	99.723	44.875	44.875	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161P0004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-01-0401-FEDER-002122	QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS ALTAS QUINTAS , IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORES	4	4	PT182		506764770	ALTAS QUINTAS - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E VINÍCOLA, LDA	172.178	77.480	77.480	0
	ALENT-01-0401-FEDER-002265	HERDADE DO TOURIL DE BAIXO	4	4	PT181		504031244	TOURIL - AGROTURISMO, LDA	66.950	30.127	30.127	0
	ALENT-01-0401-FEDER-002275	PROJECTO DE CRESCIMENTO DA ALANDROMAR	4	4	PT183		501161228	ALANDROMAR - TRANSFORMAÇÃO DE MÁRMORES, LDA	112.345	50.555	50.555	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003306	CARACTERIZAÇÃO GEO-ECONÓMICA	4	4	PT183		501771867	LUGRAMAR - SOC. LUSITANA DE MÁRMORES E GRANITOS, LDA	33.700	25.000	25.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005793	TIGAPELE- QUAL	4	4	PT182		504347632	TIGAPELE - SOC. DE CURTUMES, LDA	28.800	21.600	21.600	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005835	DLB - QUAL	4	4	PT185		507206770	DLB TRANSPORTES, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005999	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DE PEDREIRA DE MARMORES	4	4	PT183		503154458	NOVAMARMORES, MARMORES DO ALENTEJO, LDA	27.400	20.550	20.550	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006083	IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO INTERNACIONAL DAS PRÁTICAS ROLHEIRAS	4	4	PT183		508436001	A. L. CASTRO - CORK, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006150	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE MÁRMORES	4	4	PT183		502018178	MARMENOR-MARMORES DA NORA, LDA	27.750	20.813	20.813	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006163	NOBRE DESENVOLVIMENTO	4	4	PT185		121113922	JOSÉ BRIGIDA PEREIRA NOBRE, SALSICHARIA E TALHO	6.414	4.811	4.811	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006192	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRACÇÃO DE MÁRMORES	4	4	PT183		502215135	LOBO, GALEGO & LOBO, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-01-0201-FEDER-006306	REFORÇO DE INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	4	4	PT184		506193470	SUGO DESIGN , LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006380	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRACÇÃO DE CALCÁRIO	4	4	PT185		506061590	FILSTONE, SA	35.000	25.000	25.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011728	PÃO COM QUALIDADE	4	4	PT185		502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA & FERREIRA, LDA	23.860	17.895	17.895	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011577	AFNEVES - EFICIÊNCIA	4	4	PT185		504485237	ANTÓNIO FERNANDO NEVES - ELECTRICIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	11.210	8.408	8.408	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011758	DESENVOLVIMENTO DE TORRES DE MONITORIZAÇÃO EM MATERIAIS COMPOSITOS	4	4	PT185		504999338	SAMORTÉCNICA-ESTUDOS E PROJECTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011775	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	PT185		501319344	MOCAMAR-MARMORES DE ALCANEDE, LDA	11.000	8.250	8.250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011678	SERRALHARIA NOVA - QUALIDADE	4	4	PT185		501887334	SERRALHARIA NOVA, LDA	11.980	8.985	8.985	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011461	HENRIQUAL	4	4	PT185		502699175	HENRICARNES - SALSICHARIA TRADICIONAL PORTUGUESA, COM. E INDÚSTRIA, LDA	8.054	6.040	6.040	0
	ALENT-01-0401-FEDER-008374	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	PT181		503689092	JMFF SERRALHARIA CIVIL DE SINES, LDA	6.740	5.055	5.055	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011611	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA DE MÁRMORE	4	4	PT183		502015900	FLORIVAL ROCHA-MARMORES, LDA	12.300	9.225	9.225	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011626	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	4	4	PT183		503481955	ROCHA & FILHOS, LDA	7.000	5.250	5.250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011566	TORRIBAQUAL	4	4	PT185		503849294	TORRIBA ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES DE HORTOFRUTICOLAS, SA	10.550	7.913	7.913	0
	ALENT-01-0201-FEDER-011651	LUIS & NEVES- QUALIDADE	4	4	PT184		502463694	LUÍS & NEVES - ESTRUTURAS METÁLICAS, LDA	13.580	10.185	10.185	0
	ALENT-01-0401-FEDER-008375	IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO INTERNACIONAL DAS PRÁTICAS ROLHEIRAS	4	4	PT183		508436001	A. L. CASTRO - CORK, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011596	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	PT185		506778720	SANTALGEST-EXTRACÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS PARA CALÇADA SOC. UNIPESSOAL, LDA	24.500	18.375	18.375	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011460	MATAMOUROS-QUAL	4	4	PT184		180102095	ISIDRO MATAMOUROS GASPARG	5.230	3.923	3.923	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011567	PLANOS COM QUALIDADE	4	4	PT185		508227801	PLANOS COM PINTA UNIPESSOAL, LDA	8.680	6.510	6.510	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011607	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	PT183		501870350	BALHICO & FILHOS, LDA	32.800	24.600	24.600	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011618	ENQUADRAMENTO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	PT185		153590637	JOSE MANUEL RIBEIRO RODRIGUES	22.300	16.725	16.725	0
	ALENT-01-0201-FEDER-011807	NOVOS SERVIÇOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	4	4	PT184		506193470	SUGO DESIGN , LDA	25.000	18.750	18.750	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011615	CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA E GEOTÉCNICA DA PEDREIRA	4	4	PT183		508630614	GRANOGULI, LDA	34.250	25.000	25.000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011627	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXPLORAÇÃO PORTUGAL SEEDS	4	4	PT181		503236187	TRANSBRISUL- CENTRAIS DE BRITAGEM, LDA	32.600	24.450	24.450	0
	ALENT-01-0201-FEDER-005798	MARKTREE - CONSULTADORIA DE MARKETING, LDA	4	4	PT185		506790975	MARKTREE - CONSULTADORIA DE MARKETING, LDA	428.950	193.028	193.028	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005854	EXPORT SABORES E HISTORIAS DE AZEITE	4	4	PT182		506243273	DITERRA - COMÉRCIO AGRO-INDUSTRIAL, LDA	44.277	22.925	22.925	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005872	VINHOS COM ARTE E TRADIÇÃO	4	4	PT182		505330520	JULIAN CUELLAR REYNOLDS, LDA	313.750	141.188	141.188	0
	ALENT-01-0201-FEDER-005873	IMAGENS 3D DE PORTUGAL NO MUNDO	4	4	PT181		503819786	PURA IMAGEM - PUBLICIDADE, DESIGN E ARQUITECTURA, LDA	357.050	160.673	160.673	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005874	VINHOS DE COLOMBO	4	4	PT185		501767711	SOC. AGRICOLA VALE DE FORNOS SA	212.800	95.760	95.760	0

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-01-0401-FEDER-005893	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES; CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA POSIÇÃO NO MERCADO EUROPEU	4	4	PT185		503332496	FIÚZA & BRIGHT - SOC. VITIVINICOLA, LDA	183.725	82.676	82.676	0
	ALENT-01-0201-FEDER-005897	CRESCIMENTO, INTERNACIONALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TRABALHO COLABORATIVO NA INTERNET	4	4	PT183		505001446	KENNISTRANSLATIONS, LDA	157.466	70.860	70.860	0
	ALENT-01-0201-FEDER-005974	PROJECTO PARA AUMENTAR A CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE PRODUTOS (TÉCNICA E FUNCIONALMENTE), DESENVOLVER E CRIAR NOVOS SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA TORNAR A OFERTA MAIS COMPETITIVA E AUMENTAR A DIMENSÃO DA EMPRESA, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA INTERN	4	4	PT183		502466553	BASEMED - CONSULTORES, LDA	56.557	25.451	25.451	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005976	PROJECTO BRATUN DE INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	4	4	PT185		501353828	BRAS ANTUNES, LDA	335.201	164.451	164.451	0
	ALENT-01-0201-FEDER-006001	GESTÃO INTEGRADA DE PROJECTOS FLORESTAIS	4	4	PT181		507921046	MAPA INTERNACIONAL, SA	379.275	170.674	170.674	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006008	SOLUÇÕES DE BIOENERGIA	4	4	PT181		506758524	SOBIOEN - SOLUÇÕES DE BIOENERGIA SA	378.975	170.539	170.539	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006033	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALENTEJO	4	4	PT183		507012160	ENOFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA	118.365	53.264	53.264	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006049	MÁQUINAS PARA PRODUÇÃO DE BIOMASSA FLORESTAL	4	4	PT181		507919092	BEPOWER.LDA	363.475	163.564	163.564	0
	ALENT-01-0201-FEDER-006093	INTERNACIONALIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL EM TORNO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE	4	4	PT183		503173061	EUROSOLUZ - CARROÇARIAS E BASCULANTES, LDA	498.912	224.510	224.510	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006102	CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO INTERNACIONAL	4	4	PT185		503378291	GEPACK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA	270.565	121.754	121.754	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006227	CASA DO PARQUE GOGREEN	4	4	PT182		503015636	VITOR MANUEL GUIMARÃES, LDA	32.871	14.792	14.792	0
	ALENT-01-0201-FEDER-006273	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA WORLD SKILLS, LDA.	4	4	PT181		508957290	WORLD SKILLS -, LDA	321.026	144.462	144.462	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006294	WONDERFULL WINES	4	4	PT183		502715421	ERVIDEIRA, SOC. AGRÍCOLA, LDA	134.650	60.593	60.593	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006305	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS E DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	PT185		504299590	ICEBLOCK - SOC. DE CONSTRUÇÕES, SA	75.725	34.076	34.076	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006323	INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE	4	4	PT183		500263833	SOC. AGRÍCOLA DE PERESCUMA, SA	385.979	173.691	173.691	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006699	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MONDY BEAUTÉ	4	4	PT185		507034511	MONDY BEAUTÉ, LDA	498.700	230.815	230.815	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006758	INTERNACIONALIZAÇÃO DA RUIPEDRA	4	4	PT185		503319961	RUIPEDRA, LDA	221.913	103.861	103.861	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006799	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	PT183		507549155	FLORDAVIDA - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	92.980	41.841	41.841	0
	ALENT-01-0203-FEDER-000191	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA UNIDADE FABRIL PARA FABRICAÇÃO DE LAMINADOS DE FIBRA DE CARBONO	4	4	PT182		507128249	CLEVER REINFORCEMENT IBÉRICA - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	643.677	354.023	354.023	0
	ALENT-01-0403-FEDER-000664	criação de hotel e centro internacional de estágio	4	4	PT182		507215990	AVIZAQCUA TEAM CENTER - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	2.863.442	1.574.893	1.574.893	0
	ALENT-01-0403-FEDER-000933	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA UNIDADE DE FABRICAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL	4	4	PT181		508450586	YOUNG TRADITION, LDA	4.159.465	2.278.136	2.278.136	0
	ALENT-01-0403-FEDER-000983	INTRODUÇÃO DE UM NOVO PRODUTO NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS, COM VISTA AO REFORÇO	4	4	PT185		501188509	CALCIDRATA - INDÚSTRIAS DE CAL, S. A.	4.440.472	2.442.259	2.442.259	0
	ALENT-01-0203-FEDER-001153	INTERNACIONAL TOOL-PROCESS RANKING - ITP RANK	4	4	PT183		505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	152.500	83.875	83.875	0
	ALENT-01-0403-FEDER-002730	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS TÉCNICOS, DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS	4	4	PT185		500150648	J. S. GOUVEIA - METALOMECÂNICA, LDA	315.515	161.158	161.158	0
	ALENT-01-0203-FEDER-002785	NOVA UNIDADE FABRIL VETLIMA	4	4	PT185		500297096	VETLIMA - SOC. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRO PECUÁRIOS, SA	2.413.819	1.331.012	1.331.012	0
	ALENT-01-0403-FEDER-003699	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS, TÉCNICOS, ENGENHARIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	4	4	PT185		500331251	CÉSAR CASTELÃO & FILHOS, LDA	670.900	436.085	436.085	0
	ALENT-01-0403-FEDER-004845	HOTEL RURAL QUINTA DOS BASTOS	4	4	PT183		507741161	QUINTAS DOS BASTOS, LDA	873.637	567.864	567.864	0
	ALENT-01-0403-FEDER-004863	HOTEL RURAL MONTE DA FIGUEIRA MANSÁ	4	4	PT183		508732131	MONTE DA FIGUEIRA MANSÁ - HOTEL RURAL, LDA	2.186.973	1.421.533	1.421.533	0
	ALENT-01-0403-FEDER-004881	HOTEL APARTAMENTO 4° LA VARZEA POLO LAKE	4	4	PT185		508375304	IMOBALeia III - VILAS E SPA BOUTIQUE HOTEL, UNIPESSOAL, LDA	7.726.306	5.022.099	5.022.099	0
	ALENT-01-0403-FEDER-004941	LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS SUSTENTADOS EM MARCA PRÓPRIA	4	4	PT182		501265791	ARMAZÉNS MERCEARIA E AVÍCOLA, LDA	914.232	594.251	594.251	0
	ALENT-01-0403-FEDER-005000	HOTEL IBÉRICO	4	4	PT183		502024747	VICETUR - INVESTIMENTOS HOTELEIROS E TURÍSTICOS, SA	9.350.288	6.077.687	6.077.687	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-01-0403-FEDER-005135	ALDEAMENTO TURÍSTICO DAS VALADAS - L'AND VINEYARDS	4	4	PT183		505185938	SOUSA CUNHAL - TURISMO SA	6.624.369	4.305.840	4.305.840	0
	ALENT-01-0403-FEDER-006970	criação da primeira unidade de produção de composite sandwich panels em Portugal	4	4	PT185		508862434	AQUA HOUSE IBÉRIA, LDA	4.347.880	2.826.122	2.826.122	0
	ALENT-01-0203-FEDER-006989	PROJECTO DA DESCIDA À MINA	4	4	PT181	211	504229281	FUNDAÇÃO FREDERIC VELGE	9.555.847	6.211.300	6.211.300	0
	ALENT-01-0403-FEDER-007574	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS COM VISTA AO REFORÇO DA ACTUAÇÃO COMPETITIVA DA EMPRESA NO MERCADO GLOBAL	4	4	PT185		508092558	PEDRA DE TOQUE - SOC. UNIPESSOAL, LDA	522.941	339.912	339.912	0
	ALENT-01-0203-FEDER-007599	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DE CONTEÚDOS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PRODUTIVO	4	4	PT184		508477360	GEOFLICKS - AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA, UNIPESSOAL, LDA	251.153	163.250	163.250	0
	ALENT-01-0403-FEDER-007610	TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE CORTIÇAS PARA FABRICO DE AGLOMERADOS PUROS E COMPOSITOS, EM CORTIÇA, PARA SOLUÇÕES DE ISOLAMENTO, REVESTIMENTO E UNDERLAYMENT REVE	4	4	PT182		508949246	ROBCORK - VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS DE CORTIÇA, SA	3.703.183	2.407.069	2.407.069	0
	ALENT-01-0403-FEDER-007640	HOTEL RURAL DE 4 ESTRELAS	4	4	PT182		502765097	MONTE DOS APÓSTOLOS - SOC. AGRÍCOLA E TURÍSTICA, LDA	1.475.096	958.812	958.812	0
	ALENT-01-0203-FEDER-007686	MELHORIA DOS MÉTODOS DE PRODUÇÃO	4	4	PT182		503411132	PUBLIVITRINA - PUBLICIDADE, LDA	243.000	157.950	157.950	0
	ALENT-01-0403-FEDER-007702	EXPANSÃO PARA NOVOS MERCADOS	4	4	PT181		506113990	SERVITUBOS II - ANTICORROSÃO, LDA	687.106	453.317	453.317	0
	ALENT-01-0403-FEDER-007765	REDIRECCIONAMENTO E REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO NO MERCADO GLOBAL	4	4	PT182		504029096	AUTOFORESE PROTECÇÃO ANTI CORROSIVA, LDA	3.216.888	2.095.643	2.095.643	0
	ALENT-01-0403-FEDER-007771	ALUEXPORT	4	4	PT185		504766597	ALU-M - ALUMINIOS E PVC, LDA	263.370	171.191	171.191	0
	ALENT-01-0203-FEDER-007788	criação de unidade de tratamento de resíduos biosólidos - ambiente sustentável em reguengos de Monsaraz	4	4	PT183	105	509010938	REGUENGOS SUSTENTÁVEL-SERVIÇOS AMBIENTAIS, LDA	3.368.845	2.189.749	2.189.749	0
	ALENT-01-0203-FEDER-006925	criação e inovação sustentada da spin.composites	4	4	PT185		508983266	SPIN.COMPOSITES, LDA	940.188	705.141	705.141	0
	ALENT-01-0203-FEDER-006918	TTR - TRANSACTIONAL TRACK RECORD	4	4	PT184		508993970	ZUVI NOVA, LDA	369.469	277.102	277.102	0
	ALENT-01-0203-FEDER-006923	EMPRESA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO INOVADOR E DE GRANDE CONTEÚDO TECNOLÓGICO PARA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO GPS	4	4	PT181		508693519	ROTAS BINÁRIAS, LDA	1.019.362	703.326	703.326	0
	ALENT-01-0403-FEDER-006936	DAR ALMA AO TURISMO	4	4	PT185		508979323	JOURNEYLAND, LDA	441.175	330.881	330.881	0
	ALENT-01-0403-FEDER-006891	SOLAR DE SÃO MAMEDE	4	4	PT182		508450373	JARDIM PINTADO - SOC. UNIPESSOAL, LDA	426.883	320.162	320.162	0
	ALENT-01-0403-FEDER-006926	UNIDADE FABRIL DE PELLETS	4	4	PT183		508716209	RECICLOMAD - RECICLAGEM DE MADEIRAS USADAS, LDA	880.967	660.725	660.725	0
	ALENT-01-0403-FEDER-005170	ECO/ Expirente camp santiago	4	4	PT181		507668758	Expecial worl, lda	2.919.920	1.897.948	1.897.948	0
	ALENT-01-0203-FEDER-001056	criação de empresa dotada de recursos humanos qualificados	4	4	PT182		508422701	ESTEREOBATO, LDA	1.570.005	1.020.504	1.020.504	0
	ALENT-01-0403-FEDER-001279	CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL DE 5 ESTRELAS EM VILA VIÇOSA	4	4	PT183		508426952	JARDIMAJESTIC, LDA	6.492.438	4.220.085	4.220.085	0
	ALENT-01-0203-FEDER-002772	TURISMO EQUESTRE NA REGIÃO DO RIBATEJO EM CAVALOS DE RAÇA PURO SANGUE LUSITANO, INTEGRADO NA EMPRESA	4	4	PT185		507925360	COUDELARIA HENRIQUE ABECASIS, LDA	213.991	139.094	139.094	0
	ALENT-01-0203-FEDER-002841	criação de empresa para desenvolvimento e comercialização de plataforma informática (software) para	4	4	PT183		508591392	HIDROSOPH, LDA	160.599	88.330	88.330	0
	ALENT-01-0203-FEDER-003069	criação de empresa na area da power line comunicatons	4	4	PT185		507835964	DIGIVANGUARDA, VANGUARDA DA TECNOLOGIA UNIPESSOAL, LDA	170.025	93.514	93.514	0
	ALENT-01-0403-FEDER-004899	PROJECTO DE CRIAÇÃO DE EMPRESA DE CARÁCTER INOVADOR, COM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TEC	4	4	PT184		508742234	LAVOISIER NATURAM PORTUGAL TECNOLOGIAS DO AMBIENTE, LDA	565.346	367.475	367.475	0
	ALENT-01-0403-FEDER-004905	CENTRAL TERMOELÉCTRICA A BIOMASSA FLORESTAL E RADIAÇÃO SOLAR	4	4	PT181		507858816	ALVASADO ENERGIA, LDA	152.269	98.975	98.975	0
	ALENT-01-0403-FEDER-005062	CENÁRIO MÍTICO - HOTELARIA E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA, LDA	4	4	PT184		508788331	CENÁRIO MÍTICO - HOTELARIA E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA, LDA	2.316.879	1.505.971	1.505.971	0
	ALENT-01-0203-FEDER-005182	ECOFOUR - PRODUÇÃO DE CARVÃO ECOLÓGICO	4	4	PT183		508640628	ECOFOUR - SOC. INDUSTRIAL, LDA	656.782	426.909	426.909	0
	ALENT-01-0403-FEDER-005672	EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA EM BENCATEL, CONCELHO DE VILA VIÇOSA.	4	4	PT183		508700000	MARMONGELA, LDA	918.715	689.036	689.036	0
	ALENT-01-0203-FEDER-005697	SUPPLY CHAIN MANAGEMENT PLATFORM	4	4	PT185		508600065	FAIRSTART - TECNOLOGIAS OPEN SOURCE, LDA	246.420	177.315	177.315	0
	ALENT-01-0203-FEDER-005708	PLATAFORMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES (INCLUINDO CERTIFICAÇÃO)	4	4	PT185		508550718	LOUD AND CLEAR - TECNOLOGIAS WEB, LDA	226.464	170.170	170.170	0
	ALENT-01-0402-FEDER-004633	FORMULAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO DE COMPOSIÇÃO CERÂMICA	4	4	PT185		508278449	FACERIL - FÁBRICA DE CERÂMICA DO RIBATEJO, SA	7.000	5.250	5.250	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-01-0402-FEDER-004727	DESENVOLVIMENTO DE FATIADORA	4	4	PT185		502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA & FERREIRA, LDA	33.333	25.000	25.000	0
	ALENT-01-0402-FEDER-004572	VIDENERBIOSA - ESTUDO DO POTENCIAL DE PRODUÇÃO E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA DE BIOMASSA DE VIDE NAS TERRAS DO SADO	4	4	PT181		508540321	ENERSOLUÇÕES, LDA	32.000	24.000	24.000	0
	ALENT-01-0202-FEDER-001417	PROFESSIONAL ADAPTIVE CONTROLLING TOOL	4	4	PT183		505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	198.001	138.601	138.601	0
	ALENT-01-0202-FEDER-011629	GLOBALGEST- DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE GESTÃO VIA WEB	4	4	PT181		508565243	EMIÁTOMO - PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA.	33.200	24.900	24.900	0
	ALENT-01-0766-FEDER-000203	Escola em Rede	4	4	PT18	101	600053008	Gabienete de Estatística e Planeamento da Educação	5.736.107	5.736.107	4.302.080	0
	ALENT-01-0767-FEDER-000430	Plano Tecnológico para o ensino básico - Aquisição de Quadros interactivos	4	4	PT185	107	501273433	Município de Almeirim	76.988	76.988	46.193	0
	ALENT-01-0766-FEDER-000369	Computadores na Sala de Aula	4	4	PT18	101	600053008	Gabienete de Estatística e Planeamento da Educação	2.159.060	2.159.060	1.619.295	0
	ALENT-01-0762-FEDER-000201	Sistema Electrónico de Segurança	4	4	PT18	101	600053008	Gabienete de Estatística e Planeamento da Educação	2.518.611	2.518.611	1.888.958	0
	ALENT-01-0163-FEDER-000349	Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	3	4	PT183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	595.962	595.962	315.860	0
	ALENT-01-0463-FEDER-000351	Loteamento do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora	3	4	PT183	107	504828576	Município de Évora	5.925.212	5.925.212	3.140.362	0
	ALENT-01-0128-FEDER-000258	AICZH - Acções Iovadoras para o comércio em Zonas Históricas	4	4	PT182	212	501294627	Associação Comercial de Portalegre	527.649	316.589	316.589	0
	ALENT-01-0128-FEDER-000261	Promoção do Comércio e Serviços do Centro Histórico de Santiago de Cacém e Quinta do Barroso	4	4	PT181	212	500878854	Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal	230.444	138.266	138.266	0
	ALENT-01-0128-FEDER-000259	Ecocentro Comercial de Moura	4	4	PT184	212	501069380	Associação Comercial do Distrito de Beja	208.658	125.195	125.195	0
	ALENT-01-0128-FEDER-000260	Mértola Mercantil	4	4	PT184	212	501069380	Associação Comercial do Distrito de Beja	286.365	171.819	171.819	0
	ALENT-01-0428-FEDER-000304	Plano de Estimulo ao Mercado Interno Alargado (Portugal e Espanha)	4	4	PT18	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT.	427.701	427.701	299.391	0
	ALENT-01-0365-FEDER-000426	UAG de Alpiarça	4	4	PT185		503956538	TAGUSGÁS - Empresa de Gás do Vale de Tejo, S.A.	613.908	245.563	245.563	0
EP2 - Desenvolvimento Urbano												
	P0104001134	Regeneração Urbana do Centro Histórico de Beja	1	4	PT184	107	504884620	Município de Beja	6.500.000	6.500.000	4.190.000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000338	XIV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico	1	4	PT184 1	107	504884620	Município de Beja	127.698	127.698	72.124	0
	P0104001130	Acrópole XXI	1	4	PT183	107	504828576	Município de Évora	10.000.000	10.000.000	6.583.407	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000429	Gestão da parceria e monitorização do programa de acção Acrópole XXI	1	4	PT183 1	107	504828576	Município de Évora	132.000	132.000	74.554	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000442	Exposição Manuscritos de Música da Sé	1	4	PT183 1	107	501815538	Cabido Catedralício de Évora	50.000	50.000	28.240	0
	P0104001131	Programa de Acção / Portalegre	1	4	PT182	107	501143718	Município de Portalegre	7.722.979	7.722.979	5.178.273	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000271	Requalificação Viária das Ruas Bairro Ferreira Rainho, 15 de Maio e Poeta José Régio	1	4	PT182 1	107	501143718	Município de Portalegre	840.000	840.000	474.432	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000447	PRU - Espaço Robinson - Infra-Estruturas Exteriores - Fase A1	1	4	PT182 1	107	501143718	Município de Portalegre	1.874.665	1.874.665	1.058.811	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000450	PRU - Espaço Robinson - Estacionamento	1	4	PT182 1	211	505984717	Fundação Robinson	1.127.813	1.127.813	636.989	0
	P0104001132	Programa Integrado de Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André	1	4	PT181	107	502 130 040	Município de Santiago do Cacém	10.000.000	6.500.000	4.112.000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000302	Gabinete Municipal de Santo André	1	4	PT181 1	107	502 130 040	Município de Santiago do Cacém	512.912	512.912	289.692	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000469	Requalificação Urbana do Bairro Pôr do Sol	1	4	PT181 1	107	502 130 040	Município de Santiago do Cacém	471.120	471.120	255.500	0
	P0104001133	Regeneração Urbana da Cidade de Elvas	1	4	PT182	107	501272968	Município de Elvas	9.999.730	7.222.452	5.055.717	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000257	Recuperação e Reversão Urbanística no Centro Histórico	1	4	PT182 1	107	501272968	Município de Elvas	141.440	141.440	79.885	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000277	Circular à Cidade - 3.ª Fase entre o Aqueduto da Amoreira e as Portas de S. Vicente	1	4	PT182 1	107	501272968	Município de Elvas	3.268.760	3.268.760	1.846.196	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000378	Requalificação Paisagística, Ambiental e Urbana do Jardim das Laranjeiras	1	4	PT182 1	107	501272968	Município de Elvas	360.739	360.739	203.746	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000418	Programa de Salvaguarda e Recuperação de Elvas - Reabilitação de Infraestruturas - 6ª Fase	1	4	PT182 1	107	501272968	Município de Elvas	959.820	699.100	542.107	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000162	Regeneração Urbana de Aljustrel	1	4	PT184	107	501122486	Município de Aljustrel	2.077.363	2.077.363	1.173.295	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000163	Requalificação Urbanística da Entrada Poente de Grandola e Reconstrução/Ampliação do Cine teatro Grandolense	1	4	PT181	107	506823318	Município de Grândola	1.999.862	1.999.862	1.129.522	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000164	Renovar a História, Valorizar o Centro Histórico de Santiago do Cacém	1	4	PT181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	1.369.173	1.369.173	773.309	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161P0004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid:euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-02-0141-FEDER-000165	Requalificação da Zona da Devesa e Áreas Adjacentes	1	4	PT182	107	506612287	Município de Nisa	1.740.319	1.740.319	982.932	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000167	Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Coruche	1	4	PT185	107	506722422	Município de Coruche	2.000.000	2.000.000	1.129.600	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000168	Fórum de Eventos Promocionais	1	4	PT183	107	501834117	Município de Redondo	2.723.368	2.723.368	1.200.000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000170	Requalificação Urbanística nos Arruamentos do Poço de Ourique e da Rua de Beja em Almodôvar	1	4	PT184	107	506816184	Município de Almodôvar	1.039.097	1.039.097	586.882	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000171	Regeneração Urbana do Eixo Comercial de Mértola	1	4	PT184	107	503279765	Município de Mértola	1.677.709	1.677.709	947.570	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000172	Requalificação e modernização de 3 edifícios públicos para a promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, centro multifacetado de novas tecnologias e refeitório	1	4	PT184	107	501143734	Município de Vidigueira	898.577	898.577	507.516	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000173	Beneficiações e Arranjos no Jardim Público de Reguengos de Monsaraz	1	4	PT183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.529.564	1.529.564	863.898	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000174	Arraiolos XXI - Qualificação do Espaço Público	1	4	PT183	107	501258027	Município de Arraiolos	1.262.287	1.262.287	712.940	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000175	Centro de Interpretação da Batalha dos Atoueiros	1	4	PT182	107	501162941	Município de Fronteira	2.335.207	2.335.207	1.200.000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000176	Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Azambuja	1	4	PT185	107	506821480	Município de Azambuja	862.439	862.439	487.106	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000177	Reabilitação e Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros Voluntários da Vila de Alter do Chão	1	4	PT182	107	501132872	Município de Alter do Chão	901.010	901.010	508.890	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000178	REQUALIFICAR MARVÃO	1	4	PT182	107	501170162	Município de Marvão	1.295.348	1.295.348	731.612	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000179	Projecto integrado de requalificação urbana da vila de Cuba.	1	4	PT184	107	500832935	Município de Cuba	1.306.321	1.306.321	737.810	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000180	Regeneração Urbana no Centro Histórico de Avis - 1ª operação	1	4	PT182	107	502789824	Município de Avis	1.769.863	1.769.863	999.619	0
	P0104001139	Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Rio Maior	1	4	PT185	107	505656000	Município de Rio Maior	2.545.666	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001140	Regeneração Urbana do Centro Histórico de Moura	1	4	PT184	107	502174153	Município de Moura	9.204.707	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001141	Regeneração Urbana da Cidade de Ponte de Sor	1	4	PT182	107	506806456	Município de Ponte de Sor	6.067.338	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001142	Montemor Pedra a Pedra - Programa Acção Integrada Valorização Castelo Centro Histórico e Cidade de Montemor-o-Novo	1	4	PT183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	5.932.380	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001143	Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Sines	1	4	PT181	107	502563010	Município de Sines	9.454.546	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001144	Valorização da Frente Ribeirinha de Santarém	1	4	PT185	107	505941350	Município de Santarém	7.935.600	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001145	RUAS - Regeneração Urbana de Alcácer do Sal... do Castelo ao Sado	1	4	PT181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	8.531.289	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001146	Regeneração Urbana da Cidade do Cartaxo	1	4	PT185	107	506780902	Município de Cartaxo	4.908.945	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001147	Programa de Acção Integrada de Valorização da Cidade de Almeirim	1	4	PT185	107	501273433	Município de Almeirim	9.971.434	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001148	Regeneração Urbana do Centro Tradicional da Cidade de Vendas Novas	1	4	PT183	107	501177256	Município de Vendas Novas	10.640.431	2.545.666	1.400.116	0
	P0104001149	Programa de Acção para Regeneração Urbana da cidade de Estremoz	1	4	PT183	107	506556590	Município de Estremoz	11.000.000	2.545.666	1.400.116	0
	P0104002011	ECOS - Energia e Construção Sustentáveis para a Competitividade e Inovação Urbanas 1)	1	4	PT184	107	502174153	Município de Moura	136.033.733	2.545.666	1.400.116	0
	P0104002012	Rede de Cidades e Centros Urbanos para a Competitividade e a Inovação do Corredor Azul	1	4	PT18	107	504828576	Município de Évora	10.277.828	2.545.666	1.400.116	0
	ALENT-02-0150-FEDER-000373	Variante - Circular Urbana	1	4	PT185	107	501273433	Município de Almeirim	568.748	568.748	312.812	0
	ALENT-02-0150-FEDER-000360	Via Circular Poente à Vila de Redondo (2ª Fase)	1	4	PT183	107	501834117	Município de Redondo	625.675	625.675	350.378	0
	ALENT-02-0150-FEDER-000355	Pistas Cicláveis em Vendas Novas	1	4	PT183	107	501177256	Município de Vendas Novas	303.600	303.600	170.016	0
	ALENT-02-0150-FEDER-000381	Ciclovia - Troço II - Sanatém	1	4	PT185	107	505941350	Município de Santarém	990.178	990.178	594.107	0
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial												
	ALENT-03-0344-FEDER-000002	Construção do Centro Escolar de Almeirim	1	4	PT185	107	501273433	Município de Almeirim	2.173.727	2.173.727	1.521.609	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000096	Escola Básica e Jardim de Infância do Plano de Pormenor Sul de Sines	1	4	PT181	107	502563010	Município de Sines	1.595.107	1.595.107	1.116.575	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000091	Construção do Centro Escolar do Carvalhal	1	4	PT181	107	506823318	Município de Grândola	718.696	718.696	503.087	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000092	Construção do Centro Escolar de Melides	1	4	PT181	107	506823318	Município de Grândola	716.421	716.421	501.495	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000107	Ampliação/Requalificação das EB1/JI Assentos, Alagôa e Corredoura	1	4	PT182	107	501143718	Município de Portalegre	1.134.087	1.134.087	793.861	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000113	Construção de Escola Básica de 1.º Ciclo com Jardim de Infância de Ponte de Sor	1	4	PT182	107	506806456	Município de Ponte de Sor	1.754.068	1.754.068	1.227.848	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000110	Centro Escolar EB1/JI de Vila Nova de S. Bento	1	4	PT184	107	501112049	Município de Serpa	130.716	130.716	91.501	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000097	Centro Escolar de Alcanede	1	4	PT185	107	505941350	Município de Santarém	1.771.960	1.771.960	1.240.372	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000099	Centro Escolar de Jardim de Baixo	1	4	PT185	107	505941350	Município de Santarém	1.771.960	1.771.960	1.240.372	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000093	Construção da Escola EB1/JI do Bacelo	1	4	PT183	107	504828576	Município de Évora	1.709.108	1.709.108	1.196.376	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000103	Escola Básica EB1 de Vendas Novas - Centro Educativo	1	4	PT183	107	501177256	Município de Vendas Novas	920.117	920.117	644.082	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-03-0344-FEDER-000106	Centro Escolar de Santa Maria da Feira	1	4	PT184	107	504884620	Município de Beja	1.607.858	1.607.858	1.125.501	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000101	Construção do Centro Escolar de Azinhaga	1	4	PT185	107	506563774	Município de Golegã	741.175	741.175	518.823	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000102	Ampliação da EB1 de Golegã	1	4	PT185	107	506563774	Município de Golegã	241.376	241.376	168.963	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000105	EB1 de Vila Nova de Milfontes	1	4	PT181	107	505311313	Município de Odemira	607.895	607.895	425.526	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000121	Empreitada de construção da EB1/Jardim de Infância de Santiago Maior - Beja	1	4	PT184	107	504884620	Município de Beja	3.033.166	3.033.166	2.123.216	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000127	Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar EB1/JI de Reguengos de Monsaraz	1	4	PT183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.187.663	1.187.663	831.364	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000120	Centro Educativo de Pias - EB1	1	4	PT183	107	506772527	Município de Alandroal	612.882	612.882	429.018	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000123	Centro Escolar de Ourique	1	4	PT184	107	506876330	Município de Ourique	235.278	235.278	164.695	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000154	Construção do Centro Escolar de Alcobertas	1	4	PT185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.243.495	1.243.495	870.447	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000128	Centro Escolar de Redondo	1	4	PT183	107	501834117	Município de Redondo	2.345.865	2.345.865	1.642.106	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000129	Centro Escolar de Montoito	1	4	PT183	107	501834117	Município de Redondo	762.633	762.633	533.843	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000132	Projecto de construção do parque escolar - Jardim de Infância e Centro de Recursos/Biblioteca + sala de apoio a professores	1	4	PT183	107	501258027	Município de Arraiolos	544.920	544.920	381.444	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000130	Concepção/Construção da Escola EB1/JI dos Canaviais	1	4	PT183	107	504828576	Município de Évora	1.590.521	1.590.521	1.113.364	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000142	Centro Escolar de Montemor	1	4	PT183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1.340.929	1.340.929	938.650	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000155	Centro Escolar de Rio Maior - 1	1	4	PT185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.438.822	1.438.822	1.007.176	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000156	Centro Escolar de Rio Maior - 2	1	4	PT185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.220.666	1.220.666	854.466	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000153	Centro Escolar do Sacapeito	1	4	PT185	107	505941350	Município de Santarém	1.756.476	1.756.476	1.229.533	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000159	Escola Básica e Jardim de Infância Integrada na EB 2,3 Vasco da Gama	1	4	PT181	107	502563010	Município de Sines	1.656.600	1.656.600	1.159.620	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000157	Centro Escolar da Comporta	1	4	PT181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	1.018.644	1.018.644	713.051	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000158	Construção da Escola Básica 1, 2, 3 Frei António das Chagas de Vidigueira	1	4	PT184	107	501143734	Município da Vidigueira	735.407	735.407	514.785	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000152	Ampliação/Requalificação EB1/JI - Prof. Ana Maria Ferreira Gordo	1	4	PT182	107	506659968	Município do Crato	489.347	489.347	342.543	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000371	Construção do Centro Escolar de Benavente	1	4	PT185	107	506676056	Município de Benavente	1.487.554	1.487.554	1.041.288	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000372	Construção do Centro Escolar de Samora Correia	1	4	PT185	107	506676056	Município de Benavente	1.639.607	1.639.607	1.147.725	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000440	Construção do Centro Escolar de Alpiarça - 1º Ciclo	1	4	PT185	107	501133097	Município de Alpiarça	1.188.152	1.188.152	831.706	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000284	Construção do Centro Escolar de Alvito	1	4	PT184	107	501288120	Município de Alvito	930.983	930.983	651.688	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000295	Centro Escolar de S. João Batista	1	4	PT184	107	504884620	Município de Beja	2.952.673	2.952.673	2.066.871	0
	ALENT-03-0344-FEDER-000452	Centro Escolar n.º 2 de Castro Verde	1	4	PT184	107	501135960	Município de Castro Verde	1.387.884	1.387.884	971.519	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000064	Requalificação da Urgência para Preenchimento dos Requisitos de Urgência Polivalente	1	4	PT183	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	5.063.692	5.063.692	3.544.584	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000074	Construção da Extensão de Saúde de São Teotónio	1	4	PT181	102	503148768	ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	569.164	569.164	398.415	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000082	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde - Caia e Urra	1	4	PT182	105	508094461	ULSNA - Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	265.570	265.570	185.899	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000076	Construção do Centro de Saúde de Mourão	1	4	PT183	102	503148768	ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	831.992	831.992	582.394	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000078	Equipamento para o Laboratório de Saúde Pública	1	4	PT183	102	503148768	ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	247.643	247.643	173.350	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000073	Requalificação dos Serviços de Urgência no Alentejo	1	4	PT18	102	503148768	ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.962.166	1.962.166	1.373.516	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000070	Unidade Móvel para a Intervenção Precoce	1	4	PT18	102	503148768	ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	214.412	214.412	150.088	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000187	Unidades Móveis para a Prevenção da Doença e para a Prestação de Cuidados de Saúde de Rio Maior	1	4	PT185	107	505656000	Município de Rio Maior	200.922	200.922	140.645	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000182	Equipamentos para Centros de Saúde da Região do Alentejo	1	4	PT18	102	503148768	ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	378.306	378.306	264.814	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000183	Arquitectura SITI - Ambientes Corporativos e Reorganização Informacional	1	4	PT18	102	503148768	ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	487.497	487.497	341.248	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000184	Reforço da Diferenciação e Complementaridade de Serviços	1	4	PT183	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	4.173.539	4.173.539	2.921.478	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000185	Reorganização do Internamento Hospitalar e Reforço da Diferenciação de Serviços: Internamento e Consultas Externas do DPSM; Internamento de Especialidades Médicas; Cirurgia de Ambulatório	1	4	PT183	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	549.900	549.900	384.930	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000190	Renovação da Infra-estrutura Tecnológica da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano-EPE	1	4	PT182	105	508094461	ULSNA - Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	1.230.892	1.230.892	861.624	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000192	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde de Cano e Casa Branca	1	4	PT182	105	508094461	ULSNA - Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	341.922	341.922	239.346	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-03-0348-FEDER-000188	Requalificação do Serviço de Urgência da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE/HDJMG-Portalegre	1	4	PT182	105	508094461	ULSNA - Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	599.430	599.430	419.601	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000189	Reequipamento do Serviço de Obstetria/Ginecologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE/HDJMG-Portalegre	1	4	PT182	105	508094461	ULSNA - Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	239.130	239.130	167.391	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000181	Construção do Novo Hospital de Dia Polivalente	1	4	PT184	105	507607520	Centro Hospitalar do Baixo Alentejo EPE	1.356.479	1.356.479	949.535	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000186	Projecto de Requalificação do Serviço de Urgência do Hospital de Santarém	1	4	PT185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém, EPE	6.168.610	6.168.610	4.318.027	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000193	Requalificação da Esterilização com a Criação da Barreira de Lavagem e Descontaminação	1	4	PT181	105	506790983	HOSPITAL LITORAL ALENTEJANO	206.572	206.572	144.600	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000191	Climatização	1	4	PT181	105	506790983	HOSPITAL LITORAL ALENTEJANO	747.022	747.022	522.915	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000316	Remodelação e adaptação da urgência, de acordo com as exigências legais, estruturais e assistenciais	1	4	PT181	105	506790983	HOSPITAL LITORAL ALENTEJANO	1.539.368	1.539.368	1.077.558	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000318	AMPLIAÇÃO DO HJJF - DEPARTAMENTO DE PSIQUIATRIA E SAÚDE MENTAL	1	4	PT184	105	508754275	Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	3.180.811	3.180.811	2.226.568	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000313	Construção do Centro de Saúde do Crato	1	4	PT182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	971.959	971.959	680.371	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000314	Construção do Centro de Saúde de Nisa	1	4	PT182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1.476.137	1.476.137	1.033.296	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000317	Concepção e Construção do Centro de Saúde de Montargil	1	4	PT182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	532.962	532.962	373.073	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000315	Aquisição de 1 mamógrafo para o Serviço de Imagiologia da ULSNA, EPE	1	4	PT182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	336.000	336.000	235.200	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000319	Modernização e Reequipamento do Serviço de Oftalmologia da ULSNA, EPE	1	4	PT182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	451.200	451.200	315.840	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000324	Construção do Centro de Saúde de Portel	1	4	PT183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.917.582	1.917.582	1.342.308	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000322	Construção do Centro de Saúde de Arraiolos	1	4	PT183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.739.436	1.739.436	1.217.605	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000320	Construção do Centro de Saúde de Redondo	1	4	PT183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2.193.675	2.193.675	1.535.573	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000321	Construção do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo	1	4	PT183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	4.343.575	4.343.575	3.040.502	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000323	Construção do Centro de Saúde de Barrancos	1	4	PT184	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	718.638	718.638	503.047	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000325	Construção do Centro de Saúde de Vila Viçosa	1	4	PT183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2.073.980	2.073.980	1.451.786	0
	ALENT-03-0348-FEDER-000326	Unidades Móveis para a Prestação de Cuidados de Saúde	1	4	PT18	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	256.034	256.034	179.224	0
	ALENT-03-0150-FEDER-000166	Empreitada de construção dos Edifícios, ETAR e Acções complementares	1	4	PT184	105	504884620	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S. A	11.855.885	11.855.885	8.299.120	0
	ALENT-03-0150-FEDER-000169	Aerodromo Municipal de Ponte de Sor - 2ª Fase - Ampliação da Área de Manobra	1	4	PT182	107	506806456	Município de Ponte de Sor	4.680.388	4.680.388	3.276.272	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000357	Rede Viária Municipal - Beneficiação	1	4	PT183	107	506556590	Município de Estremoz	966.000	966.000	676.200	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000353	Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.º Sra. de Machede)	1	4	PT183	107	504828576	Município de Évora	1.407.990	1.407.990	985.593	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000352	Beneficiação do Caminho Municipal n.º 522	1	4	PT183	107	506196445	Município de Portel	355.772	355.772	249.040	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000359	Beneficiação de parte da E.M. n.º 518, e parte dos C.M. n.º 1133 e n.º 1135	1	4	PT183	107	501206639	Município de Mourão	147.942	147.942	103.559	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000341	Caminho Municipal 1124 - Beneficiação e Alargamento entre São Pedro do Corval e Santo António do Baldio	1	4	PT183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	441.000	441.000	308.700	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000340	Estrada Municipal 523 - Ligação Reguengos/Perolivas	1	4	PT183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	303.744	303.744	212.621	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000339	Caminho Municipal 1124-2 - Beneficiação entre a EN 255 e o Carrapateiro	1	4	PT183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.405.768	1.405.768	984.038	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000444	Reperfilamento da EM 506	1	4	PT183	107	506556590	Município de Estremoz	476.995	476.995	333.896	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000370	Reparação da EM 530 entre Messejana e Montes Velhos - I Fase Rio de Moínhos/Montes Velhos	1	4	PT184	107	501122486	Município de Aljustrel	949.685	949.685	664.780	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000424	Estrada do Interior	1	4	PT185	107	501305564	Município da Chamusca	967.059	967.059	676.941	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000407	Pavimentação da Rua Ómia do Jorge e Capitão Salgueiro Maia - Estrada de Ligação entre Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra, desde a Estrada Nacional 118	1	4	PT185	107	506755150	Município de Salvaterra de Magos	416.323	416.323	291.426	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000938	Intervenção na Ponte sobre a Ribeira de Avis na Estrada Municipal 538	1	4	PT182	107	502789824	Município de Avis	268.477	268.477	187.934	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-03-0250-FEDER-000379	Melhoria das acessibilidades entre o Centro da Cidade e as Freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra - 1ª Fase	1	4	PT182	107	501143718	Município de Portalegre	902.901	902.901	632.031	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000960	Intervenção no Caminho Municipal N.º 1067	1	4	PT182	107	502789824	Município de Avis	419.473	419.473	293.631	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000060	Tradições Oraís e Cultura Popular do Baixo Alentejo: Memórias Locais - Aprendizagens Globais	1	4	PT184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	99.540	99.540	54.747	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000061	Rede de Património de Portalegre - edificado, móvel e imaterial	1	4	PT182	107	501143718	Município de Portalegre	1.828.707	1.828.707	1.005.789	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000068	Instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis - 1ª Fase	1	4	PT182	107	502789824	Município de Avis	909.636	909.636	500.300	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000087	Música, Tradição e Contemporaneidade	1	4	PT183	212	507327950	Oficina da Courela Associação	351.874	351.874	193.531	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000057	Roteiro Museológico do Norte Alentejano	1	4	PT182	102	503015598	Região de Turismo de São Mamede	114.746	114.746	63.110	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000062	Requalificação da Igreja do Convento de São Francisco - Castelo de Vide	1	4	PT182	211	500875871	Fundação Nossa Senhora da Esperança	142.398	142.398	78.319	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000329	Atlas do Património Religioso do Baixo Alentejo	1	4	PT184	212	501182446	Diocese de Beja	1.001.759	1.001.759	701.232	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000403	De Castelo em Castelo - Descobrir, Conhecer, Aprender	1	4	PT184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	108.300	108.300	75.810	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000386	BIME 2009 - 11ª Edição da Bienal Internacional de Marionetas de Évora	1	4	PT183	212	504774360	CENDREV - Centro Dramático de Évora Associação	155.529	155.529	108.870	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000412	Primeira Intervenção na cobertura da Igreja de Santa Clara, em Santarém	1	4	PT185	102	600083179	Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	74.760	74.760	52.332	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000411	Intervenção prioritária na Fachada do Palácio de Manique do Intendente	1	4	PT185	102	600083179	Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	45.023	45.023	31.516	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000394	Castelo da Amieira do Tejo: Recuperação das estruturas construídas/ Requalificação da Torre de Menagem	1	4	PT182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	368.640	368.640	258.048	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000390	Obras de Adaptação e Requalificação das Condições de Acolhimento Público do Castelo de Belver	1	4	PT182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	164.637	164.637	115.246	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000393	Gruta do Escoural - Requalificação do Circuito de Visita	1	4	PT183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	378.220	378.220	264.754	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000389	Projecto de Recuperação, Conservação e Valorização do Castelo de Viana do Alentejo	1	4	PT183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	491.526	491.526	344.068	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000404	XII Jornadas Internacionais - Escola de Musica da Sé de Évora	1	4	PT183	212	502302402	Eborae Musica	179.774	179.774	125.842	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000396	Restauro dos Frescos das Casas Pintadas	1	4	PT183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	321.520	321.520	225.064	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000399	Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora - Divulgação	1	4	PT183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	234.430	234.430	164.101	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000409	Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco - 2ª Fase	1	4	PT182	211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	147.984	147.984	103.589	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000413	Reabilitação da cobertura do Hospital de N.ª. S.ª. da Piedade - Santa Casa da Misericórdia de Beja	1	4	PT184	212	501607064	Santa Casa da Misericórdia de Beja	377.033	377.033	263.923	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000395	Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Alentejo	1	4	PT18	212	501295097	União das Misericórdias Portuguesas	188.854	188.854	132.198	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000406	Hercules Mobile	1	4	PT18	101	501201920	Universidade de Evora	165.833	165.833	116.083	0
	ALENT-03-0347-FEDER-000365	Recuperação do Convento de S. Francisco	1	4	PT183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1.168.680	1.168.680	642.774	0
	ALENT-03-0352-FEDER-000342	Cidades Encenadas	1	4	PT185	212	507174615	Artemrede - Teatros Associados	215.957	215.957	86.383	0
	ALENT-03-0352-FEDER-000362	Rede Inter municipal	1	4	PT184	107	501112049	Município de Serpa	490.960	490.960	196.384	0
	ALENT-03-0352-FEDER-000361	ArteSul - Programação Cultural 2009/2011	1	4	PT18	107	501143718	Município de Portalegre	601.092	601.092	240.437	0
	Projecto sem código atribuído	CULTREDE	1	4	PT18	107	505181266	Município de Leiria	354.235	354.235	141.694	0
	ALENT-03-0356-FEDER-000356	Construção do Centro Social de Monte do Trigo	1	4	PT183	107	506196445	Município de Portel	1.555.315	1.555.315	1.088.720	0
	ALENT-03-0353-FEDER-000343	Pavilhão Gimno-desportivo integrado no Complexo do Centro Educativo de Pias	1	4	PT183	107	506772527	Município de Alandroal	808.405	808.405	565.884	0
	ALENT-03-0356-FEDER-000345	Construção da Creche em Malaqueijo	1	4	PT185	107	505656000	Município de Rio Maior	446.069	446.069	312.249	0
	ALENT-03-0356-FEDER-000348	Construção da Creche em Chainça	1	4	PT185	107	505656000	Município de Rio Maior	454.919	454.919	318.444	0
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural												
	ALENT-04-0330-FEDER-000297	Quinta dos Olhos d'Água - Centro Interpretativo do Alto Alentejo	1	4	PT182	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	965.766	965.766	579.460	0
	ALENT-04-0330-FEDER-000292	Valorização da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha	1	4	PT181	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	554.861	554.860	332.916	0
	ALENT-04-0330-FEDER-000293	TRILHOS - Visitação e Conservação no Vale do Guadiana	1	4	PT184	211	507080769	Fundação Serrão Martins	156.462	156.462	93.878	0
	ALENT-04-0330-FEDER-000290	Requalificação e Valorização do Centro de Interpretação Subterrâneo - Algar do Pena, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	1	4	PT185	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	399.576	399.576	239.746	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-04-0330-FEDER-000288	Elaboração do Plano de Gestão do Sítio - Comporta Galé	1	4	PT181	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	180.000	180.000	108.000	0
	ALENT-04-0330-FEDER-000287	Pólo de valorização, gestão e divulgação dos recursos ictiológicos da bacia do Guadiana	1	4	PT184	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	452.500	452.500	271.500	0
	ALENT-04-0330-FEDER-000283	"Mosaicos Mediterrânicos: Modelo de Resiliência dos Ecossistemas Mediterrânicos"	1	4	PT184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	412.200	412.200	247.320	0
	ALENT-04-0330-FEDER-000280	Entre Loendros e Águas Santas - Requalificação Ambiental e Paisagística da Ribeira de Oeiras - Água Santa da Herdade	1	4	PT184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	39.300	39.300	23.580	0
	ALENT-04-0330-FEDER-000286	Avaliação e mitigação da tuberculose bovina em herbívoros selvagens na região Moura-Barrancos	1	4	PT184	105	503450189	EDIA-Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.	300.485	300.485	180.291	0
	ALENT-04-0332-FEDER-000018	Plano de Intervenções da UOPG da Galé Fontainhas	1	4	PT181	101	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	58.927	58.927	44.195	0
	ALENT-04-0332-FEDER-000307	PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DA LAGOA DE MELIDES (3ª Fase)	1	4	PT181	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	431.740	431.740	259.044	0
	ALENT-04-0332-FEDER-000306	PROJECTO DE REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PRAIA DA COSTA DE SANTO ANDRÉ	1	4	PT181	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	71.500	71.500	42.900	0
	ALENT-04-0332-FEDER-000305	PLANO DE PRAIA DA PRAIA DO NORTE - CANTO MOSQUEIRO	1	4	PT181	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	650.000	650.000	390.000	0
	ALENT-04-0332-FEDER-000383	Projecto de execução para Reabilitação e Valorização do Portinho de Pesca da Azenha do Mar	1	4	PT181	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	71.500	71.500	42.900	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000006	Educação Ambiental e Cidadania - um Plano Integrado para o Vale do Guadiana	1	4	PT184	212	501283269	Associação de Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	68.504	68.504	41.102	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000036	Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo	1	4	PT184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	60.648	60.648	36.389	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000008	Caracterização e Valorização Ambiental dos Recursos Geológicos, Hidrogeológico, Minerais e Hidrominerais do Concelho de Nisa	1	4	PT182	107	506612287	Município de Nisa	204.979	204.979	122.987	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000209	Elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana	1	4	PT18	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	3.679.000	3.679.000	2.207.400	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000220	Elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo	1	4	PT185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	1.681.250	1.681.250	1.008.750	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000213	Reconstrução da Cascata do Mouchão Parque, em Pernes	1	4	PT185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	914.103	914.103	548.462	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000211	Programa de Rádio sobre Ambiente e Conservação da Natureza	1	4	PT184	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	41.350	41.350	24.810	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000210	Distribuição do Coelho-bravo no Vale do Guadiana - uma ferramenta de gestão e conservação	1	4	PT184	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	32.800	32.800	19.680	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000199	Conservar a biodiversidade da ribeira do Vascão sob um novo olhar	1	4	PT184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	132.097	132.097	79.258	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000197	Acções Demonstrativas de Reabilitação Ecológica em Linhas de Água Mediterrânicas	1	4	PT184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	42.000	42.000	25.200	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000214	FALCOARIA DA COUDELARIA ALTER - Conservar & Educar	1	4	PT182	211	507860616	Fundação Alter Real	336.000	336.000	201.600	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000223	Conservação e restabelecimento do Francelho (Falco naumanni) na região de Évora.	1	4	PT183	212	501604693	Liga para a Protecção da Natureza	239.594	239.594	143.756	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000219	Norte Alentejo Sustentável	1	4	PT182	212	505839067	Areanatejo- Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	201.486	201.486	120.892	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000204	Contributos para a Identificação da procura social das paisagens do Alentejo	1	4	PT183	101	501201920	Universidade de Evora	84.200	84.200	50.520	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000218	Ambisul/UE	1	4	PT183	101	501201920	Universidade de Evora	249.156	249.156	149.493	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000205	Ecomedbirds	1	4	PT185	101	501201920	Universidade de Evora	162.675	162.675	97.605	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000215	Acções de Reabilitação, Sensibilização e Educação Ambiental no Concelho de Mértola	1	4	PT184	107	503279765	Município de Mértola	206.601	206.601	123.960	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000207	NISA ECOEFICIENTE	1	4	PT182	107	506612287	Município de Nisa	261.334	261.334	156.800	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000224	Valorização e Qualificação Ambiental da Serra d'Ossa	1	4	PT183	107	501834117	Município de Redondo	84.084	84.084	50.450	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000200	Valorização ambiental dos recursos hídricos do Município de Santarém	1	4	PT185	107	505941350	Município de Santarém	492.249	492.249	295.349	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000217	Estudo para Resolução da Problemática das Aves no Aterro Sanitário Intermunicipal do Distrito de Évora	1	4	PT183	107	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	49.720	49.720	29.832	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000202	Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Ambiental do Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos do Crato	1	4	PT182	107	506659968	Município do Crato	276.000	276.000	165.600	0

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-04-0331-FEDER-000196	Elaboração e Implementação da Agenda 21 no Alentejo Central	1	4	PT183	107	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	704.076	704.076	422.445	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000328	Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo	1	4	PT185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	54.810	54.810	32.886	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000329	Valorização e Qualificação do Habitat do lince ibérico no Alentejo	1	4	PT184	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	337.250	337.250	202.350	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000330	Acções de Gestão e Valorização de Albufeiras	1	4	PT18	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	400.000	400.000	240.000	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000331	Implementação do Centro Operativo de Monitorização de Recursos Hídricos da ARH do Alentejo I.P	1	4	PT18	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	800.000	800.000	480.000	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000332	Consolidação e Extensão do Processo de Acreditação do Laboratório de Águas da ARH do Alentejo I.P.	1	4	PT183	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	320.000	320.000	192.000	0
	ALENT-04-0231-FEDER-000335	Vala das Braquenizes e Zona envolvente - Reabilitação e Requalificação	1	4	PT185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	444.000	444.000	266.400	0
	ALENT-04-0331-FEDER-000333	Reabilitação e Apetrechamento de Edifícios para Valorização e Qualificação Ambiental - 1ª Fase: Estações de Monitorização do Ar de Santiago do Cacém e de Monte Chãos em Sines, Alentejo Litoral	1	4	PT181	101	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	150.000	150.000	90.000	0
	ALENT-04-0435-FEDER-000294	Investimento em Equipamento de Protecção Civil - Distrito de Beja	1	4	PT184	108	507340922	Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja	488.831	488.831	293.298	0
	ALENT-04-0435-FEDER-000285	Protecção Civil Um Designio de Todos Nós. (Equipar para Agir com eficácia e eficiência. servir melhor as populações eo os Bombeiros.)	1	4	PT183	101	600017311	Governo Civil de Évora	175.694	175.694	105.416	0
	ALENT-04-0435-FEDER-000289	Federações dos Bombeiros do Distrito de Portalegre, Santarém e Évora - Aquisição de Equipamentos Estruturantes	1	4	PT18	108	507473035	Federação dos Bombeiros do Distrito de Portalegre	1.620.830	1.620.830	972.498	0
	ALENT-04-0437-FEDER-000282	Bombeiros (de) todos nós!	1	4	PT183	101	600017311	Governo Civil de Évora	102.115	102.115	61.269	0
	ALENT-04-0360-FEDER-000247	Remodelação e Optimização do Ecocentro do Parques Ambiental da AMALGA	1	4	PT184	105	506568369	RESIALENTEJO - Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	1.188.274	1.188.274	712.964	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000249	Expansão e optimização do Tratamento e Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos Recicláveis no Sistema Multimunicipal da Valnor	1	4	PT18	105	505255090	VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	1.231.417	1.231.417	738.850	0
	ALENT-04-0360-FEDER-000250	Optimização do Sistema da recolha selectiva da RESIALENTEJO, EIM	1	4	PT184	105	506568369	RESIALENTEJO - Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	752.329	752.329	451.397	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000251	Optimização da Recolha selectiva e estação de triagem	1	4	PT185	105	503914096	RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	1.294.000	1.294.000	776.400	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000253	Maximização da recolha selectiva e Triagem na área do SIRSU de Évora	1	4	PT183	105	506346773	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos EIM	432.450	432.450	259.470	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000239	Ecocentro de Sines	1	4	PT181	105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	543.526	543.526	309.810	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000248	Aumento da Nave e automatização da Linha de Triagem	1	4	PT181	105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	694.500	694.500	395.865	0
	ALENT-04-0360-FEDER-000240	Optimização das redes de recolha selectiva	1	4	PT181	105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	521.450	521.450	297.227	0
	ALENT-04-0360-FEDER-000243	Valorização energética do Biogás	1	4	PT181	105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	262.315	262.315	149.519	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000244	Sistema de Recolha Selectiva de Oleos Alimentares Usados	1	4	PT181	105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	89.000	89.000	50.730	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000246	Optimização da Recolha Selectiva da Ecoloziria	1	4	PT185	105	504871650	Ecoloziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	833.995	833.995	500.397	0
	ALENT-04-0359-FEDER-000245	Valorização Energética do Biogás produzido no Aterro Sanitário da Raposa	1	4	PT185	105	504871650	Ecoloziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	1.161.978	1.161.978	697.187	0
EP5 - Governação e Capacitação Institucional												
	ALENT-05-0126-FEDER-000017	Implementação de Sistema de Gestão Documental	1	4	PT181	107	502563010	Município de Sines	97.829	97.829	58.697	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000003	Operação de Gestão de Relacionamento com o Municípe e de Modernização do Processo Administrativo	1	4	PT185	107	505941350	Município de Santarém	318.444	318.444	191.066	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000039	Balcão Multimédia de Suporte à Gestão Integrada do Atendimento nos Centros de Saúde da Região Alentejo	1	4	PT18	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	168.054	168.054	100.833	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000229	Operação de Introdução de TI para a Disseminação de Informação sobre a Região	1	4	PT182	107	502984660	AMNA- Associação de Municípios do Norte Alentejano	2.665.435	2.665.435	1.692.551	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000230	Modernização, Qualificação e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos	1	4	PT183	107	501572007	AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora	1.484.941	1.484.941	942.938	0



PROGRAMA: PO Alentejo

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-05-0126-FEDER-000231	Programa de Modernização Administrativa do Baixo Alentejo	1	4	PT184	107	501144587	AMBAAL - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	1.297.494	1.297.494	823.908	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000334	eBusiness da ARH do Alentejo	1	4	PT18		508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	1.333.477	1.333.477	800.086	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000336	Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Desmaterialização de processo na CCDR Alentejo	1	4	PT18		600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	471.200	471.200	282.720	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000327	Modernização Administrativa da Direcção Regional da Cultura do Alentejo	1	4	PT18	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	99.450	99.450	59.670	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000273	Expansão da Rede de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração na Região Alentejo - Loja de Santarém	1	4	PT185	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	1.646.843	1.646.843	1.152.790	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000272	Expansão da Rede de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração na Região Alentejo - Loja de Rio Maior	1	4	PT185	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	780.869	780.869	546.609	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000276	Expansão da Rede de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração na Região Alentejo - Loja de Borba	1	4	PT183	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	254.523	254.523	178.166	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000274	Expansão da Rede de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração na Região Alentejo - Loja de Campo Maior	1	4	PT182	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	505.309	505.309	353.716	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000275	Expansão da Rede de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração na Região Alentejo - Loja de Serpa	1	4	PT184	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	297.169	297.169	208.018	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000145	Avieiros do Tejo e do Sado	1	4	PT185	101	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	30.639	30.639	21.447	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000144	EneRural - Eficiência Energética e Energias Renováveis em Espaço Rural	1	4	PT18	212	504236091	Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S A	56.425	56.425	39.498	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000160	Alto Alentejo - Destino Sustentável de Cultura e Natureza	1	4	PT182	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	43.752	43.752	30.626	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000136	Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo	1	4	PT184	107	506816184	Município de Almodôvar	48.383	48.383	33.868	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000137	SlowMotion - À Descoberta do Território ao Ritmo dos Sentidos	1	4	PT182	107	501162941	Município de Fronteira	59.985	59.985	41.989	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000135	Zona dos Mármore	1	4	PT183	107	503956546	Município de Borba	45.000	45.000	31.500	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000148	Território Uádi Ana	1	4	PT184	212	502817585	Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado	42.723	42.723	29.906	0
EP6 - Assistência Técnica												
	ALENT-06-0173-FEDER-000118	Assistência Técnica ao Programa Operacional Regional 2007-2013	1	4	PT183	101	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	797.516	797.516	677.889	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000269	Assistência Técnica global do programa orçamental	1	4	PT183	101	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	1.500.000	1.500.000	1.275.000	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000270	Observatório do Desenvolvimento Regional do Alentejo	1	4	PT183	101	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	57.574	57.574	48.938	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000265	Lezíria do Tejo - Assistência Técnica 2009	1	4	PT185	107	508787033	CIMLT - Comunidade Intermunicipal Lezíria do Tejo	149.143	149.143	126.772	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000263	ContratuAMLA 2009	1	4	PT181	107	502203323	AMLA - Associação de Municípios do Litoral Alentejano	109.340	109.340	92.939	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000262	Assistência Técnica - Alentejo Central - 2009	1	4	PT183	107	501572007	AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora	228.379	228.379	194.122	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000267	INALENTEJO - Gabinete de Coordenação e Gestão do Alto Alentejo (GCGAA)	1	4	PT182	107	502984660	AMNA - Associação de Municípios do Norte Alentejano	230.757	230.757	196.144	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000264	Gabinete de Gestão da Contratualização para o Baixo Alentejo	1	4	PT184	107	501144587	AMBAAL - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	138.086	138.086	117.373	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000266	PORAlentejo-Aicep - Assitência Técnica 2008/2009	1	4	PT18	101	506320120	Aicep - Agência para Investimento e Comercio Externo de Portugal EPE	74.014	74.014	62.912	0
	ALENT-06-0173-FEDER-000268	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do POAlentejo	1	4	PT18	101	501373357	IAPMEI, Instituto de Apoio as Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, Ip	424.901	424.901	361.166	0

Para preencher as colunas 3, 4, 5 e 6 consultar as tabelas de domínio de SI QREN (ver também Norma IFDR nº3/2009 relativa à monitorização operacional e financeira)
Na coluna 12 deve ser inscrita a fracção (relativa à coluna 11) do montante fundo de tipologia FSE



Anexo VI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos
por Eixo Prioritário

Anexo VI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Critérios de seleção aprovados/alterados em Comissão de Acompanhamento de	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-01	15-Abr-09	31-Dez-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-02	15-Abr-09	30-Abr-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-03	20-Abr-09	31-Dez-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-04	22-Abr-09	31-Dez-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2008-01	25-Set-08	24-Out-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-01	15-Abr-09	15-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-02	22-Abr-09	31-Dez-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-03	17-Ago-09	6-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-04	28-Set-09	31-Jul-10
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-01	20-Abr-09	31-Dez-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-02	12-Mai-09	13-Jun-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-03	1-Jun-09	31-Dez-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-25-2009-01	15-Set-09	23-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	PROVERE - Reconhecimento Formal como EEC	-	ALENT-71-2008-01	22-Out-08	19-Jan-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2007-01	15-Nov-07	1-Fev-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2007-01	15-Nov-07	29-Fev-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2007-02	15-Nov-07	31-Jan-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-01	3-Mar-08	30-Abr-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-02	17-Mar-08	15-Mai-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-03	17-Mar-08	15-Mai-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-04	3-Abr-08	15-Jul-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-05	2-Mai-08	16-Jun-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-06	30-Jun-08	19-Jun-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-07	3-Nov-08	16-Jan-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-08	3-Nov-08	16-Jan-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-09	3-Nov-08	16-Jan-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-01	11-Fev-09	10-Mar-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-01	11-Fev-09	10-Mar-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-02	13-Abr-09	14-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-03	13-Abr-09	13-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-04	14-Abr-09	18-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-05	14-Abr-09	18-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-06	14-Abr-09	18-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-07	27-Mai-09	15-Jul-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-08	15-Jun-09	15-Jun-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-09	15-Jun-09	13-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-10	23-Jun-09	21-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-11	23-Jun-09	21-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-12	25-Jun-09	20-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-13	25-Jun-09	6-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-14	3-Dez-09	1-Fev-10
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI I&DT	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-15	3-Dez-09	1-Fev-10
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2007-01	15-Nov-07	29-Jan-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2007-02	15-Nov-07	30-Jan-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-01	10-Mar-08	23-Mai-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-02	10-Mar-08	23-Mai-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-03	15-Out-08	31-Dez-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-04	15-Out-08	31-Dez-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-05	2-Dez-08	2-Mar-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-01	11-Fev-09	10-Mar-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-02	15-Abr-09	21-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-03	15-Abr-09	21-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-04	27-Mai-09	15-Jul-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-05	24-Jun-09	30-Jun-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-06	3-Jul-09	30-Jun-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-07	12-Ago-09	9-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-08	12-Ago-09	9-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-09	27-Nov-09	31-Jan-10
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-10	27-Nov-09	31-Jan-10
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-11	27-Nov-09	31-Jan-10
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Inovação (Regime Especial)	1ª Reunião de 06-11-2007	n.a.	n.a.	n.a.
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2007-01	15-Nov-07	28-Jan-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2007-02	15-Nov-07	31-Dez-07
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-01	15-Fev-08	16-Abr-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-02	15-Fev-08	16-Abr-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-03	2-Mai-08	16-Jun-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-04	30-Jun-08	28-Nov-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-05	30-Jun-08	28-Nov-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-06	30-Jun-08	28-Nov-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-07	30-Jun-08	19-Dez-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-01	7-Abr-09	11-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-02	7-Abr-09	12-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-03	13-Abr-09	11-Mai-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-04	20-Abr-09	30-Jun-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-05	24-Jun-09	15-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-06	9-Jul-09	15-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-07	12-Ago-09	13-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-08	12-Ago-09	13-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-09	15-Jun-09	13-Out-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-10	25-Jun-09	27-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	SI Qualificação PME	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-11	25-Jun-09	27-Nov-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2008-01	15-Dez-08	4-Fev-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2009-01	12-Fev-09	6-Abr-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2008-01	25-Set-08	24-Out-08
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2009-01	1-Jun-09	30-Jun-09
EPI - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras	Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-50-2009-01	1-Jun-09	30-Jun-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-01	20-Mar-09	30-Abr-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-04	15-Abr-09	31-Dez-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-05	20-Abr-09	31-Dez-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-08	22-Abr-09	31-Dez-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-10	18-Jun-09	31-Dez-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-12	15-Jul-09	15-Jul-10
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2007-01	28-Dez-07	30-Abr-08
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2008-01	30-Mai-08	19-Jun-08

Anexo VI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Critérios de seleção aprovados/alterados em Comissão de Acompanhamento de	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2008-02	31-Dez-08	31-Mar-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2009-01	12-Mai-09	20-Jul-09
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2008-01	2-Abr-08	17-Out-08
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2009-01	27-Abr-09	29-Mar-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-01	26-Mar-09	30-Abr-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-02	22-Abr-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-03	22-Abr-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-04	19-Mai-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-05	22-Mai-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-06	18-Jun-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-07	15-Jul-09	15-Jul-10
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Equipamentos para a Coesão Local	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-08	15-Set-09	16-Nov-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2008-01	8-Ago-08	23-Set-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-02	20-Mar-09	30-Abr-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-03	15-Abr-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-06	20-Abr-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-07	22-Abr-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-09	12-Mai-09	30-Out-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-11	18-Jun-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-13	15-Jul-09	15-Jul-10
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2007-01	21-Dez-07	31-Mar-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-01	13-Abr-09	15-Jun-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-02	20-Abr-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-03	23-Abr-09	6-Mai-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-04	1-Jun-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-05	1-Jun-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-06	15-Jul-09	15-Jul-10
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Rede de equipamentos culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-01	16-Mar-09	30-Abr-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Rede de equipamentos culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-02	22-Abr-09	6-Mai-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Rede de equipamentos culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-03	12-Mai-09	20-Jul-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Rede de equipamentos culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-04	19-Jun-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Rede de equipamentos culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-01	15-Jan-08	7-Abr-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-02	8-Abr-08	2-Mai-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-03	12-Mai-08	12-Jun-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-04	12-Jun-08	14-Jul-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-01	21-Jan-09	31-Mar-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-02	22-Abr-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-03	20-Mai-09	31-Ago-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-04	18-Jun-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-06	28-Jul-09	31-Dez-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2007-01	21-Dez-07	31-Mar-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2008-01	31-Jul-08	15-Out-08
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2009-01	16-Fev-09	6-Abr-09
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2009-02	15-Set-09	2-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2007-01	21-Dez-07	17-Mar-08
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2009-01	2-Mar-09	6-Abr-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2009-02	1-Abr-09	1-Jun-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2007-01	21-Dez-07	17-Mar-08
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2008-01	19-Set-08	24-Out-08
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-01	17-Mar-09	20-Abr-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-02	20-Abr-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-03	22-Abr-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-04	19-Jun-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - Modelo não verticalizado	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-01	19-Mai-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - Modelo não verticalizado	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-02	18-Jun-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - Modelo não verticalizado	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-03	15-Jul-09	15-Jul-10
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-01	20-Jan-09	31-Mar-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-02	20-Abr-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-03	18-Jun-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-04	19-Jun-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-05	15-Jul-09	15-Jul-10
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Otimização da Gestão de Resíduos	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-60-2008-01	3-Nov-08	20-Jan-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-04	20-Jan-09	31-Mar-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-01	20-Abr-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-02	3-Ago-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-03	3-Ago-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-01	20-Jan-09	31-Mar-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-02	20-Abr-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-03	1-Jun-09	31-Dez-09
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-38-2009-01	15-Set-09	30-Dez-09
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2008-01	15-Mai-08	11-Jul-08
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-01	20-Mar-09	30-Abr-09
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-02	15-Abr-09	31-Dez-09
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-03	20-Abr-09	30-Dez-09
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-04	4-Ago-09	n.a.
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Sistema de Apólos à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2007-01	21-Dez-07	17-Mar-08
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Sistema de Apólos à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-01	11-Ago-08	1-Set-08
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Sistema de Apólos à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-02	12-Dez-08	31-Dez-08
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Sistema de Apólos à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2009-01	17-Mar-09	20-Abr-09
EP6 - Assistência Técnica	Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2008-01	13-Mai-08	16-Mai-08
EP6 - Assistência Técnica	Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-01	7-Jan-09	7-Fev-09
EP6 - Assistência Técnica	Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-02	2-Nov-09	2-Dez-09



Anexo VII – Processo de selecção por Eixo Prioritário

Anexo VII - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Designação de Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura											Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas			Candidaturas aprovadas					
		Total até 31-12-2009				em aberto a 31-12-2009		Encerrados a 31-12-2009			Tempos médios de decisão		Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Invest. Elegível Médio por candidatura
		Nº	Fundo			Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	dos quais Decididos		Previsto												
			Nº	mil euros	% do PO					Nº	mil euros		Nº	mil euros	Nº	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros
Total	868.934	182	567.375	65%	19	43.900	163	523.475	88	399.148			1.081	1.304.856	6.638	627	912.432	8.283	427	546.880	462.682	420.441	288.906	7.262
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	293.556	88	206.060	24%	9	22.700	79	183.360	53	202.720	80	99	473	472.860	1.000	269	259.994	967	178	158.180	126.594	84.353	78.526	711
EP2 - Desenvolvimento Urbano	139.912	12	108.236	12%	1	2.100	11	106.136	5	87.525	124	173	136	456.608	3.357	86	411.484	4.785	39	181.952	155.910	155.910	88.432	3.998
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	200.873	42	175.956	20%	5	7.000	37	168.956	14	84.890	95	116	272	281.160	1.034	153	181.644	1.187	119	155.107	135.872	135.872	93.920	1.142
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	131.414	28	55.748	6%	3	9.300	25	46.448	10	17.254	75	113	117	61.852	529	64	35.473	554	60	33.471	28.847	28.847	17.254	481
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	77.180	9	11.875	1%	1	2.800	8	9.075	4	5.181	60	104	68	27.712	408	40	19.173	479	21	14.332	11.748	11.748	7.621	559
EP6 - Assistência Técnica	26.000	3	9.500	1%	0	0	3	9.500	2	1.577	17	19	15	4.664	311	15	4.664	311	10	3.838	3.710	3.710	3.153	371

Anexo VII - Processo de selecção por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
	%	%	%	%	%	%	Nº	mil euros	%	%
Total	58%	70%	40%	42%	68%	60%	344	262.203	81%	91%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	57%	55%	38%	33%	66%	61%	134	63.980	75%	81%
EP2 - Desenvolvimento Urbano	63%	90%	29%	40%	45%	44%	39	88.432	100%	100%
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	56%	65%	44%	55%	78%	85%	92	85.109	77%	91%
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	55%	57%	51%	54%	94%	94%	51	14.520	85%	84%
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	59%	69%	31%	52%	53%	75%	19	7.370	90%	97%
EP6 - Assistência Técnica	100%	100%	67%	82%	67%	82%	9	2.792	90%	89%



Anexo VIII – Ficha de Grande Projecto
(não se aplica ao Programa Operacional Regional do Alentejo)



Anexo IX – Repartição cumulativa das dotações aprovadas da contribuição comunitária por combinação de dimensão de categorização

Anexo IX - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por categorias

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
04	04	01	16	PT18	48.900
04	04	01	16	PT185	25.000
04	04	04	06	PT185	5.250
04	04	05	16	PT183	138.601
07	01	01	01	PT185	7.913
07	01	01	03	PT185	28.746
07	01	01	06	PT182	21.600
07	01	01	06	PT183	88.825
07	01	01	06	PT184	14.108
07	01	01	06	PT185	42.235
07	01	01	08	PT185	8.408
07	01	01	10	PT184	33.750
07	01	01	10	PT185	24.750
07	01	01	11	PT185	11.250
07	01	01	13	PT183	15.000
07	01	01	16	PT181	29.505
07	01	01	16	PT185	6.510
07	01	01	21	PT185	35.100
07	01	01	22	PT183	15.000
07	01	05	06	PT183	41.363
07	04	01	03	PT185	2.826.122
07	04	01	06	PT182	2.407.069
07	04	01	06	PT183	1.349.761
07	04	01	06	PT185	876.332
07	04	01	07	PT181	3.080.436
07	04	01	07	PT183	426.909
07	04	01	12	PT182	354.023
07	04	01	13	PT181	453.317
07	04	01	13	PT182	594.251
07	04	01	13	PT185	339.912
07	04	01	14	PT182	958.812
07	04	01	14	PT183	16.593.008
07	04	01	14	PT184	1.505.971
07	04	01	14	PT185	5.022.099
07	04	01	16	PT181	6.211.300
07	04	01	16	PT183	88.330
07	04	01	16	PT184	367.475
07	04	01	16	PT185	3.044.416
07	04	01	21	PT183	2.189.749
07	04	01	22	PT181	1.897.948
07	04	01	22	PT182	157.950
07	04	01	22	PT185	330.881
07	04	04	07	PT182	320.162
07	04	04	13	PT182	2.095.643
07	04	04	14	PT182	1.574.893
07	04	04	16	PT182	1.020.504
07	04	04	16	PT184	440.351
07	04	04	16	PT185	436.085
07	04	05	06	PT185	1.331.012
07	04	05	16	PT183	83.875
07	04	05	22	PT185	139.094
08	01	00	13	PT18	24.422
08	01	01	01	PT181	170.674
08	01	01	01	PT183	62.658
08	01	01	03	PT183	92.682
08	01	01	03	PT185	250.000
08	01	01	06	PT181	334.103
08	01	01	06	PT182	94.028
08	01	01	06	PT183	187.009
08	01	01	10	PT181	160.673
08	01	01	13	PT182	128.592
08	01	01	13	PT183	573.937
08	01	01	13	PT185	671.163
08	01	01	14	PT181	44.853
08	01	01	14	PT183	111.898
08	01	01	16	PT181	144.462
08	01	01	16	PT183	25.451
08	01	01	16	PT184	96.084
08	01	01	16	PT185	193.028
08	01	01	21	PT183	59.740
08	01	01	21	PT185	16.552
08	01	01	22	PT181	25.000
08	01	01	22	PT182	64.311
08	01	01	22	PT183	110.974
08	01	01	22	PT184	193.969
08	01	01	22	PT185	518.412

Anexo IX - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por categorias

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
08	01	04	03	PT182	241.044
08	01	04	03	PT183	139.838
08	01	04	03	PT184	175.455
08	01	04	06	PT183	50.555
08	01	04	06	PT184	132.874
08	01	04	10	PT181	87.523
08	01	04	10	PT184	164.363
08	01	04	10	PT185	34.076
08	01	04	13	PT182	78.669
08	01	04	13	PT183	224.510
08	01	04	13	PT185	44.875
08	01	04	14	PT181	30.127
08	01	04	14	PT182	14.792
08	01	04	14	PT183	55.457
08	01	04	21	PT182	11.250
08	01	04	22	PT181	122.498
08	01	04	22	PT183	68.025
08	01	05	03	PT185	95.760
08	01	05	13	PT185	281.932
08	01	05	14	PT183	22.330
08	01	05	16	PT183	26.528
08	01	05	22	PT183	12.000
08	01	05	22	PT185	192.709
09	01	01	16	PT181	138.266
09	01	01	16	PT182	316.589
09	01	01	16	PT184	297.013
11	02	00	18	PT18	7.810.333
12	01	01	18	PT185	46.193
13	01	01	17	PT182	353.716
13	01	01	17	PT185	1.699.399
13	01	04	17	PT184	208.018
13	01	05	17	PT183	178.166
15	01	01	10	PT183	32.126
15	01	01	22	PT185	62.870
23	01	01	11	PT183	3.851.426
23	01	01	11	PT184	664.780
23	01	01	11	PT185	604.238
23	01	04	11	PT183	352.600
23	01	04	11	PT185	676.941
24	01	04	11	PT182	187.934
24	01	01	11	PT183	170.016
24	01	01	11	PT185	594.107
25	01	01	11	PT182	632.031
26	01	04	11	PT182	293.631
29	01	01	11	PT184	8.299.120
29	01	04	11	PT182	3.276.272
35	01	01	16	PT185	245.563
44	01	00	21	PT18	738.850
44	01	00	21	PT181	893.341
44	01	00	21	PT183	259.470
44	01	00	21	PT184	1.164.362
44	01	00	21	PT185	1.973.984
44	01	01	21	PT181	309.810
45	01	00	21	PT18	2.927.400
45	01	00	21	PT183	341.493
45	01	00	21	PT185	1.041.636
45	01	01	21	PT185	295.349
45	01	04	21	PT182	165.600
45	01	05	21	PT185	266.400
49	01	00	21	PT182	120.892
49	01	04	21	PT182	156.800
51	01	00	21	PT183	616.722
51	01	00	21	PT184	531.589
51	01	00	21	PT185	97.605
51	01	01	21	PT181	440.916
51	01	01	21	PT183	80.282
51	01	01	21	PT185	239.746
51	01	04	21	PT182	781.060
51	01	04	21	PT184	837.729
53	01	00	20	PT18	972.498
53	01	00	20	PT183	166.685
53	01	00	20	PT184	293.298
54	01	01	21	PT181	44.195
54	01	01	21	PT185	548.462
54	01	04	21	PT182	122.987
56	01	00	21	PT181	90.000

Anexo IX - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por categorias

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
56	01	01	21	PT181	691.944
56	01	04	21	PT181	42.900
57	01	00	16	PT18	299.391
58	01	00	22	PT18	248.281
58	01	00	22	PT183	193.531
58	01	00	22	PT184	777.042
58	01	01	22	PT182	1.005.789
58	01	01	22	PT183	1.531.405
58	01	01	22	PT184	263.923
58	01	01	22	PT185	83.848
58	01	04	22	PT182	1.055.501
58	01	04	22	PT183	344.068
58	01	04	22	PT184	54.747
59	01	00	22	PT18	382.131
59	01	00	22	PT184	196.384
59	01	00	22	PT185	86.383
60	01	00	22	PT182	63.110
61	01	00	22	PT18	5.648.000
61	01	00	22	PT184	2.687.479
61	01	01	22	PT181	13.522.546
61	01	01	22	PT182	10.233.990
61	01	01	22	PT183	22.153.345
61	01	01	22	PT184	9.672.825
61	01	01	22	PT185	9.354.087
61	01	04	11	PT184	947.570
61	01	04	22	PT182	5.923.145
61	01	04	22	PT183	712.940
61	01	04	22	PT184	1.832.208
61	01	04	22	PT185	1.129.600
61	01	05	22	PT185	3.187.025
62	01	01	16	PT183	3.456.222
75	01	01	18	PT181	3.993.828
75	01	01	18	PT182	793.861
75	01	01	18	PT183	6.899.785
75	01	01	18	PT184	5.315.588
75	01	01	18	PT185	10.984.693
75	01	04	18	PT181	425.526
75	01	04	18	PT182	1.570.391
75	01	04	18	PT183	810.462
75	01	04	18	PT184	2.394.188
75	01	05	18	PT185	687.786
76	01	00	19	PT18	2.308.890
76	01	00	19	PT182	551.040
76	01	00	19	PT184	2.226.568
76	01	01	19	PT181	1.745.073
76	01	01	19	PT182	1.634.515
76	01	01	19	PT183	13.052.203
76	01	01	19	PT184	949.535
76	01	01	19	PT185	4.458.672
76	01	04	19	PT181	398.415
76	01	04	19	PT182	2.326.086
76	01	04	19	PT183	3.142.307
76	01	04	19	PT184	503.047
77	01	01	20	PT185	630.692
79	01	04	20	PT183	1.654.604
81	01	00	17	PT18	1.243.309
81	01	00	17	PT182	1.692.551
81	01	00	17	PT183	942.938
81	01	00	17	PT184	823.908
81	01	00	22	PT18	39.498
81	01	00	22	PT182	30.626
81	01	00	22	PT184	29.906
81	01	00	22	PT185	21.447
81	01	01	17	PT181	58.697
81	01	01	17	PT185	191.066
81	01	04	22	PT182	41.989
81	01	04	22	PT184	33.868
81	01	05	22	PT183	31.500
85	01	00	22	PT18	424.078
85	01	01	22	PT181	92.939
85	01	01	22	PT182	196.144
85	01	01	22	PT183	2.195.949
85	01	01	22	PT184	117.373
85	01	01	22	PT185	126.772



Anexo X – Tabela de classificação NUT de acordo com o
Regulamento (CE) N.º 1059/2003



PROGRAMA: PO Alentejo
OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI:
2007PT161PO004

DECISÃO DE APROVAÇÃO: DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4685 de 09-10-2007

Anexo X - Tabela NUT

NUTS	
de acordo com o Regulamento (CE) N° 1059/2003 ⁽¹⁾	
Código	Designação
PT	PORTUGAL
PT1	CONTINENTE
PT18	Alentejo
PT181	Alentejo Litoral
PT182	Alto Alentejo
PT183	Alentejo Central
PT184	Baixo Alentejo
PT185	Lezíria do Tejo
PTZ	EXTRA-REGIO

(1) Regulamento (CE) N° 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)









Anexo XI – Lista Indicadores de Monitorização Estratégica
Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo XI - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Ref# Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2009)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.d.
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.d.
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético (**)	n.d.
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	0
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	539.678
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.d.
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d.
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	n.d.
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano (***)	n.d.
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.d.
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	n.d.
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	217.472
ICN -Anual - 028	m ²	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	n.d.
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	767.679
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	0
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	740
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	0
CORE -029	KM ²	Área reabilitada (em km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	0
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt) (**)	n.d.
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro (***)	n.d.
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira (***)	n.d.
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco (***)	n.d.
ICN-AAE-025	km ²	Grau de cobertura do território por planos de emergência	0
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	9230
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	40

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

(***) Pretende-se que esta tipologia de projecto, fique afectada ao POVT e não ao PO Regional

